MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RELATÓRIO
1976

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RELATÓRIO

1976

ÍNDICE

Páginas

AMÉRICAS

A evolução do panorama político nas Américas teve a registrar no decorrer de 1976 as campanhas sucessórias no México e nos Estados Unidos da América, assim como a mudança de Governo na Argentina. As linhas gerais do comportamento internacional dos países da região continuaram a se caracterizar pela tendência a uma crescente participação latino-americana nos mais diversos foros internacionais, do Diálogo Norte-Sul de Paris às discussões sobre Fundo do Mar das Nações Unidas, superando cada vez mais sem, contudo, minimizá-la, a esfera puramente regional e interamericana em que se confinava no passado. Não há exagero em afirmar que a presença da América Latina constituiu elemento essencial na definição e encaminhamento de algumas questões básicas para o futuro das relações internacionais, tanto no domínio da reforma da ordem econômica e financeira mundial, quanto na adoção de regras eqüitativas para a exploração de novas áreas que se abrem à utilização pela Humanidade.

O ano de 1976 assinalou também o desenvolvimento de diversas iniciativas destinadas a reforçar a solidariedade e cooperação dos países americanos. Além dos avanços que se registram nas instituições dedicadas a promover a integração econômica e comercial dos países latino-americanos, cabe destacar o êxito de mecanismos como o estabelecido no âmbito do Tratado da Bacia do Prata com vistas a estimular a cooperação entre os integrantes da Região.

Nas iniciativas importantes que mobilizaram, em 1976, os países latino-americanos, tanto na esfera internacional, quanto na interamericana, a participação brasileira se distinguiu pela busca ativa e persistente de fórmulas de consenso e solidariedade.

Ao mesmo tempo, o Brasil continuou a atribuir a mais alta prioridade às suas relações bilaterais com os países latino-americanos. Vale a pena enumerar, nesse sentido e a título exemplificativo, dentre os fatos mais significativos da agenda diplomática de 1976, os encontros do Presidente Geisel com os mandatários do Paraguai e do Peru, as visitas ao Brasil do Primeiro Ministro do Suriname e dos Chanceleres do Uruguai, do Paraguai, da Guiana e da Colômbia, assim como as dezenas de atos internacionais firmados naquelas oportunidades.

Nas relações entre os Estados Unidos da América e as nações latino-americanas, o ano de 1976 é marcado pelas viagens a vários países hemisféricos do Secretário de Estado Henry Kissinger. No quadro desses contatos diretos do dirigente da diplomacia norte-americana se insere a visita efetuada em fevereiro ao Brasil e o Memorando de Entendimento então assinado, pelo qual Brasil e Estados Unidos da América estabeleceram um mecanismo permanente de colaboração e consulta entre os dois países a respeito de todas as questões bilaterais, regionais e internacionais que lhes digam respeito.

AMÉRICA LATINA

ARGENTINA

Os contatos mantidos entre o Brasil e a Argentina, durante todo o ano de 1976, contribuíram, de forma positiva, para a maximi-

zação da faixa de interesses convergentes entre os dois países, seja no campo bilateral, seja nos setores regional e internacional.

No contexto das relações bilaterais com a Argentina sobressai a expressiva troca de mensagens entre os Presidentes dos dois países, ocorrida no mês de agosto, quando foram reiterados os pontos de vista coincidentes de ambos Governos sobre as aspirações que movem os dois povos e assinalado o interesse recíproco em aprofundar e em tornar cada vez mais operativas as relações brasileiro-argentinas.

Nos contatos de alto nível, entre autoridades dos dois países, cumpre ainda salientar a visita realizada à Argentina, em abril, pelo Ministro de Estado da Marinha, Almirante-de-Esquadra Geraldo de Azevedo Henning, em atenção a convite que lhe havia sido dirigido pelo Chefe da Armada Argentina e membro da Junta Militar de Comandantes Gerais, Almirante Eduardo Massera.

Essas conversações foram marcadas por grande cordialidade, havendo contribuído para o estreitamento dos contatos entre as Armadas dos dois países.

Dando prosseguimento ao referido intercâmbio de visitas, vale assinalar a viagem realizada ao Brasil, em outubro, pelo Secretário de Comércio Exterior e Negociações Econômicas Internacionais da Argentina, Embaixador Alberto Fraguio. Nessa oportunidade, em um encontro com o Diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, de que participaram também representantes do Itamaraty e da Embaixada da Argentina em Brasília, foram passados em revista os principais temas de interesse recíproco na área comercial, ajustando-se, de maneira informal, mecanismos destinados a assegurar um fluxo mais dinâmico ao intercâmbio entre os dois países.

Nessa mesma ocasião, visitou também o Brasil o Secretário de Estado da Agricultura e Pecuária da Argentina, Senhor Mario Cádenas Madariaga, que manteve reuniões de trabalho com o Ministro da Agricultura e com o Presidente da Junta Deliberativa

do Trigo. Naquela oportunidade foram tratados temas relativos ao comércio do trigo e à Conferência de fretes Brasil-Argentina.

Ainda no tocante aos contatos entre personalidades dos dois países, cabe salientar a viagem realizada ao Brasil, no mês de outubro, pelo Presidente da Sociedade Mista Siderúrgica Argentina (SOMISA), General Horacio Rivera, que visitou as sedes da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), havendo acertado um programa de intercâmbio entre as mencionadas empresas incluindo a comercialização de produtos siderúrgicos e o estágio recíproco de técnicos. Tais contatos foram tanto mais expressivos quanto se tem em mente que o comércio Brasil-Argentina de ferro e aço atingiu o montante global, nos dois sentidos, de US$ 48 milhões de dólares em 1974 e US$ 87 milhões de dólares em 1975.

As conversações acima assinaladas tiveram como moldura o quadro promissor do intercâmbio comercial Brasil-Argentina, o qual, segundo estimativas, superou, no ano de 1976, a cifra de US$ 700 milhões, nos dois sentidos, havendo o Brasil figurado como o principal comprador de produtos da Argentina e como o segundo fornecedor de mercadorias para o país vizinho.

Dentre os principais produtos brasileiros colocados no mercado argentino figuram os seguintes: madeira de pinho serrado; abacaxis; bananas; minério de ferro; produtos siderúrgicos; folhas-de-flandres; acendedores e isqueiros; tecidos de juta. Por outro lado, os principais produtos argentinos importados pelo Brasil, foram: frutas frescas e secas; aveia sem ponta; malte; trigo; papel; vidro; produtos siderúrgicos; colhedeiras e válvulas eletrônicas. Verifica-se que, embora os produtos primários ainda constituam parcela significativa desse intercâmbio, o volume de produtos manufaturados já é mais importante, em termos de valor, no referido fluxo de comércio.

Dentre os projetos conjuntos específicos, cabe referência aos estudos relativos ao aproveitamento do trecho limítrofe brasileiro-argentino do rio Uruguai, os quais vêm sendo realizados ao am-

paro do convênio celebrado, em março de 1972, entre as "Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS" e "Agua y Energia Electrica — AyEE". Em janeiro de 1975 foi apresentado aos Governos o Relatório Preliminar, preconizando a construção de um sistema de três aproveitamentos, a saber: RONCADOR/PANAMBI (2.700.000 KW); GARABI (1.800.000 KW) e SÃO PEDRO (730.000 KW). Posteriormente, foi selecionado, para desenvolvimento prioritário, o projeto de GARABI, que em sua fase final poderá alcançar uma capacidade de 2.200.000 KW.

O esquema de construção prevê que os trabalhos serão empreendidos por duas entidades executivas, uma de cada país, estando seu custo direto orçado em US$ 873 milhões, a ser dividido entre as duas Partes. O prazo de construção foi estimado em seis anos e meio.

Com base nos estudos preliminares, foram acelerados os trabalhos para a elaboração do anteprojeto e o estudo de viabilidade técnico-econômica do aproveitamento de Garabi. Nessa fase foram acordados e fixados, pelos técnicos brasileiros e argentinos, os parâmetros básicos para o projeto.

A próxima fase será a elaboração do "Projeto Básico", o qual deverá constituir instrumento destinado a permitir o início das providências para a construção, inclusive o preparo das especificações técnicas e administrativas.

No âmbito dos transportes terrestres, merece registro a realização, em Buenos Aires, da VI Reunião da Subcomissão de Transportes da Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação (CEBAC). Foram tratados os temas de interesse do fluxo de transporte de passageiros e carga entre o Brasil e a Argentina, tais como a habilitação de novos pontos de fronteira, a coordenação das metodologias empregadas para a fixação de tarifas, a prestação de assistência médico-hospitalar, em um e outro país, aos empregados das empresas habilitadas a operar no transporte internacional e a compatibilização dos horários de repartições alfandegárias fronteiriças.

A relevância de tais entendimentos pode ser deduzida não apenas em termos dos produtos envolvidos (a maior parte do comércio das frutas, por exemplo) mas também em função do valor gerado para as empresas de transportes, o qual, em 1975, foi de US$ 110 milhões.

URUGUAI

As relações entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai, em todos os campos, se desenvolveram, no ano de 1976, em clima positivo e que permite prever benefícios ainda mais promissores no futuro.

No setor de integração física, inaugurou-se, a 19 de fevereiro, a nova ponte internacional Barra do Quaraí-Bella Unión, ligando o território brasileiro ao oeste do Uruguai, em cerimônia presidida pelos Ministros de Transportes de ambos os países, respectivamente General Dyrceu Araújo Nogueira e Engenheiro Eduardo Crispo Ayala, acompanhados de outras importantes autoridades brasileiras e uruguaias. A referida ponte estende-se por 673 metros, tendo sido construída pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), em cumprimento ao acordo por troca de notas, efetuado a 21 de julho de 1973, tendo sido contratada, por sua vez, a firma SERGEN — Serviços Gerais de Engenharia S.A. A ponte, cujo custo total foi orçado aproximadamente em Cr$ 19 milhões, obedece, em sua concepção e construção, aos mais modernos padrões de segurança.

A 25 de julho realizou-se em Brasília a solenidade da assinatura do Convênio de Crédito para equipamentos e serviços brasileiros destinados à construção da central hidrelétrica de Palmar, obra essa a situar-se no rio Negro, na República Oriental. Tal colaboração estava prevista no artigo VII do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, bem como em Acordo por troca de notas que criou um Grupo de Trabalho binacional para dar andamento à matéria, ambos os atos datados de 12 de junho de 1975. O Convênio, no montante de US$ 131 milhões, constituiu o maior

crédito já concedido pelo Banco do Brasil ao exterior e o maior já recebido pelo Uruguai. Posteriormente, em 11 de agosto, se efetivou uma complementação ao dito Convênio de Crédito, no montante de US$ 11 milhões, para a compra de materiais de construção brasileiros. O importe global da colaboração específica do Brasil foi, portanto, de US$ 142 milhões.

A entrada em operação da Central Hidrelétrica de Palmar, com capacidade geradora de 300 MW, permitirá o abastecimento de energia hidrelétrica a todo o centro-oeste do Uruguai, tendo como eixo fluvial o rio Negro. Quase a metade dos Departamentos do Uruguai se beneficiará da influência do empreendimento, que possibilitará notável desenvolvimento industrial, agrícola e florestal na área considerada, com reflexos imediatos, no âmbito nacional, sobre o balanço de pagamentos. Segundo se calcula, a República vizinha, ultimadas as obras de Palmar, poupará anualmente de 22 a 24 milhões de dólares. Por outro lado, com o término das centrais hidrelétricas de Salto Grande e de Passo do Centurião, o Uruguai disporá de excedentes de energia, que poderá vender ao exterior.

A Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, sob a presidência de turno do Chefe da Seção uruguaia, Embaixador Carlos Manini-Rios, prosseguiu ativamente seus trabalhos, com resultados de monta. Após exaustivos estudos, em solenidade efetuada no Palácio Piratini, em Porto Alegre, aos 23 de novembro, foi entregue oficialmente aos Governos de ambos os países o projeto de engenharia final da barragem de Passo do Centurião, sobre o rio Jaguarão, na divisória brasileiro-uruguaia. Representando os respectivos Governos, estiveram presentes à cerimônia o Ministro do Interior, Doutor Maurício Rangel Reis, e o Ministro da Indústria e Energia do Uruguai, Doutor Luis H. Meyer. A barragem de Passo do Centurião terá acumulação útil de 32 Hm^3 e, juntamente com a futura construção de uma central hidrelétrica de 32 MW e um sistema de transmissão de energia, representa um dos mais significativos cometimentos binacionais na área da Bacia da Lagoa Mirim.

A 19 de julho, em cerimônia que teve lugar no Palácio Itamaraty, em Brasília, os Chanceleres do Brasil e do Uruguai procederam à troca dos instrumentos de ratificação dos principais atos concluídos pelos dois Governos em Rivera, a 12 de junho de 1975, a saber, o Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, o Convênio sobre Transporte Marítimo e o Convênio sobre Transporte Fluvial e Lacustre. Ao ensejo, firmaram um acordo por troca de notas, dando vigência, no prazo de trinta dias, a listas recíprocas de desgravações alfandegárias, constantes de seis anexos, negociadas ao amparo do Protocolo de Expansão Comercial. Assinaram, também, outro ajuste por troca de notas, em que puseram em vigor o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica acertado em Rivera, a 12 de junho de 1975.

A entrada em funcionamento do Protocolo de Expansão Comercial, ao propiciar condições efetivas para o aumento equilibrado do fluxo de comércio bilateral, correspondeu às expectativas de ambos os Governos. Assim é que, beneficiando novas correntes de comércio e expandindo as já existentes nos setores agroindustrial e manufatureiro, de 13 de setembro até 31 de dezembro de 1976 foram visados pela Câmara de Indústrias do Uruguai 513 Certificados de utilização de quotas, no valor global de US$ 13.271 mil. Ademais, uma ativa colaboração no setor agropecuário, representada pela compra, em dezembro, por parte do Brasil, de cem mil toneladas de trigo, no montante de US$ 9.600 mil, contribuiu significativamente para o equilíbrio da balança comercial.

A cooperação bilateral no setor da saúde, que se desenvolveu em nível muito intenso, beneficiou ambas as populações, evitando, inclusive, que focos isolados de poliomielite e meningite se alastrassem aos demais países da região. Em fevereiro, atendendo a solicitação do Governo uruguaio, o Brasil forneceu gratuitamente à República Oriental cerca de duzentas mil doses de vacina antipoliomielítica contra os vírus 1, 2 e 3. Ainda no primeiro semestre de 1976, o Governo brasileiro teve mais uma oportunidade de colaborar, nesse mesmo campo, com as autoridades uruguaias, ao surgirem ocorrências de meningite em cer-

tas áreas do território oriental. O Brasil doou, na ocasião, dois milhões e meio de doses de vacina contra o vírus, bem como emprestou injetores, havendo cinco técnicos brasileiros sido enviados ao Uruguai para assistir na vacinação em massa da população. No intuito de tomar pessoalmente contato com as autoridades uruguaias competentes, com vistas à configuração precisa e harmônica da cooperação brasileira, esteve então em Montevidéu o Ministro da Saúde, Doutor Paulo Almeida Machado, que manteve entendimentos com o seu colega uruguaio e demais personalidades do país encarregadas de afastar a ameaça de epidemia. A cooperação bilateral, levada a cabo com êxito, constituiu exemplo de ação rápida e eficaz entre países vizinhos, para o domínio de uma situação epidemiológica que, se não fosse debelada a tempo, poderia espraiar-se.

PARAGUAI

No plano político, merece especial relevo o encontro que o Presidente Ernesto Geisel manteve com o Chefe de Estado paraguaio, em março de 1976, na cidade paulista de Presidente Prudente, por ocasião da Exposição Internacional de Gado Nelore. Esse encontro, o quarto que o Presidente Ernesto Geisel mantém com o Presidente Alfredo Stroessner, deu ocasião a novas e frutuosas conversações sobre temas de interesse de ambos os países, no contexto da atualidade internacional, regional e bilateral.

Em maio de 1976, visitou Brasília o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Embaixador Alberto Nogués, para proceder à troca dos instrumentos de ratificação do Tratado de Amizade e Cooperação, assinado entre os dois Governos, quando da visita que o Presidente Ernesto Geisel realizou ao Paraguai, em dezembro de 1975.

A entrada em vigor desse instrumento internacional abriu novas perspectivas à cooperação entre o Brasil e o Paraguai, em campos tão diversos, quanto os do comércio, complementação industrial, pesca, transportes, energia, telecomunicações, tecnologia, educação e turismo.

Em julho de 1976, o Ministro Chefe do Serviço Nacional de Informações, General-de-Divisão João Baptista de Oliveira Figueiredo, visitou oficialmente o Paraguai, a convite do Presidente Alfredo Stroessner.

Ainda no plano dos contatos oficiais, em 1976, o Brasil recebeu visitas do Ministro da Indústria e Comércio do Paraguai, Dr. Delfin Ugarte Centurión, e do Ministro da Defesa, General Marcial Samaniego, e enviou ao Paraguai, em agosto do mesmo ano, como representante especial do Governo brasileiro nas festividades da celebração do aniversário de fundação da cidade de Assunção, o Tenente-Brigadeiro Délio Jardim de Mattos, Comandante-Geral do Ar.

No campo da cooperação bilateral, e dentro do espírito que informa o disposto no Artigo XX do Tratado de Amizade e Cooperação, os Governos do Brasil e do Paraguai, antecipando-se à entrada em vigor daquele ato internacional, assinaram, em 11 de fevereiro de 1976, um Convênio de Cooperação Técnica em Telecomunicações e Serviços Postais e um Convênio sobre Enlace Terrestre de Telecomunicações, este último de caráter operacional, entre a Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL — e a Administración Nacional de Telecomunicaciones — ANTELCO. Para a assinatura dos mencionados convênios, viajaram a Assunção o Ministro das Comunicações, Comandante Euclides Quandt de Oliveira, e o Presidente da EMBRATEL, Engenheiro Haroldo Correa de Mattos.

Em 1976, a Marinha do Brasil deu prosseguimento aos trabalhos de levantamento hidrográfico do rio Paraguai, no trecho compreendido entre Corumbá e Assunção, que, com a colaboração da Armada paraguaia, vêm sendo executados pelo Aviso Hidrográfico Caravelas. Como resultado desses estudos, a Marinha do Brasil editou, em 1976, todas as cartas do rio Paraguai relativas ao trecho Assunção—foz do rio Apa. Em conexão com esses trabalhos, visitou o Paraguai, em 8 de junho de 1976, o Diretor de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha, Contra-Almirante Orlando Augusto Amaral Affonso, que manteve contatos

com autoridades navais e portuárias do país vizinho, com vistas a articular medidas para a execução dos serviços de balizamento daquele trecho do rio Paraguai, já no contexto do Plano Diretor de Integração dos Sistemas de Transportes do Brasil e do Paraguai, elaborado pelo GEIPOT, nos termos do Acordo por troca de notas de 1974.

Atendendo a solicitação do Governo paraguaio, o Brasil concedeu financiamento, através da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, no valor de US$ 8,5 milhões, destinado a custear obras de recuperação e modernização do trecho da rodovia VII, compreendido entre as cidades de Caaguaçú e Presidente Stroessner, via de acesso do Paraguai aos entrepostos aduaneiros francos que mantém nos portos brasileiros de Santos e Paranaguá e de fundamental importância para o fornecimento de bens e serviços à obra de Itaipu.

Para a assinatura do contrato de empréstimo, visitaram Assunção, no ano de 1976, o Presidente do Banco do Brasil, Doutor Ângelo Calmon de Sá, e o Diretor da Carteira de Comércio Exterior, Doutor Benedicto Fonseca Moreira.

O comércio bilateral no ano de 1976 registrou vendas brasileiras da ordem de US$ 40 milhões, e exportações paraguaias estimadas em US$ 10 milhões, representando estas últimas um crescimento de 100% sobre as cifras do ano anterior.

CHILE

O Chile apresenta um bom mercado potencial para os manufaturados brasileiros. Antecipa-se haver o fluxo comercial no sentido Chile-Brasil sido substancialmente maior que o de direção contrária, em razão da elevação das aquisições de cobre chileno feitas pelo Brasil. A necessidade de aumentar as exportações brasileiras, a fim de que se reduza o déficit na balança comercial com o Chile, bem como de se procurar novas oportunidades de intercâmbio comercial, determinou a organização de uma missão integrada pelo Itamaraty, Banco do Brasil, Confederação

Nacional da Indústria e de cerca de 40 empresários, que visitou Santiago de 25 a 29 de outubro. A ida da missão retribuiu, também, a vinda ao Brasil, em setembro de 1975, de uma missão comercial chilena. Durante sua estada no Chile, a referida missão brasileira manteve conversações com altas autoridades locais sobre problemas que dificultam os fluxos do comércio entre os dois países e sobre formas de solucioná-los. Na órbita empresarial, as seções brasileira e chilena do Comitê Empresarial Brasil-Chile se reuniram, havendo elaborado documento contendo conclusões referentes à intensificação do intercâmbio comercial, financeiro e tecnológico e aprovado o texto definitivo dos Estatutos que regirão o funcionamento do Comitê em apreço.

Coincidindo com a presença da missão comercial, inaugurava-se, em 28 de outubro, a XIV Feira Internacional de Santiago, na qual o Brasil apresentou um pavilhão de amplas dimensões e ocupou uma área total superior a 6 000 m², abarcando mais de cento e trinta expositores ligados às exportações brasileiras.

A acelerada ampliação da demanda brasileira de cobre originou o envio ao Chile de uma missão governamental e privada. Essa missão assegurou junto às autoridades competentes chilenas o suprimento de cobre para o atendimento, em 1976, das necessidades adicionais do mercado brasileiro, no abastecimento do qual o Chile, mercê de sua posição de maior provedor na área da Associação Latino-americana de Livre Comércio, ocupa posição primordial.

Em 1976, o Brasil manteve sua posição de substancial fornecedor de créditos ao Chile, sobretudo destinados ao financiamento de exportações brasileiras de bens de capital e de consumo durável.

Com a presença do Doutor Ângelo Calmon de Sá, Presidente do Banco do Brasil, essa instituição inaugurou, em 29 de janeiro, sua nova sede em Santiago. Na oportunidade de sua estada, o Doutor Calmon de Sá manteve entendimentos com altas autoridades chilenas, sobre temas afetos a sua área de atuação.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio F. Azeredo da Silveira, esteve no Chile entre 4 e 8 de junho como Chefe da Delegação do Brasil à VI Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos. Na oportunidade o Ministro das Relações Exteriores avistou-se com altas autoridades, tanto locais quanto de governos estrangeiros, igualmente presentes à reunião.

Em 17 e 18 de junho, em Santiago, ambos os Governos trocaram notas mediante as quais concluíram um Acordo para Evitar a Bitributação da Renda Decorrente do Transporte Marítimo e Aéreo, cuja entrada em vigor se deu em 20 de junho. Ao estipular que as empresas de navegação marítima e aérea de um país que operem no outro pagarão exclusivamente ao Governo do seu próprio país os impostos sobre a renda e o capital, o Acordo estimula o transporte marítimo e a aviação comercial entre os dois países.

Realizou-se entre 14 a 17 de dezembro, no Rio de Janeiro, a IV Reunião de Consulta Aeronáutica Brasil-Chile. Durante o encontro, ambas as partes concordaram em que as relações aeronáuticas bilaterais têm-se desenvolvido a contento devido ao alto espírito de cooperação e amizade existentes, e que a realização de reuniões freqüentes entre as autoridades aeronáuticas são necessárias e convenientes para o aperfeiçoamento dessas relações; também se dispuseram a incentivar a cooperação entre as empresas de ambos os países com vistas a permitir o melhor aproveitamento dos serviços e reduzir os custos finais das suas operações e elaboraram um Quadro de Rotas que constitui uma modificação daquele constante do Anexo ao Acordo sobre Transportes Aéreos assinado entre os dois países em 1947.

Em agosto, veio ao Brasil o Almirante José Toríbio Merino Castro, membro da Junta de Governo e Comandante em Chefe da Armada do Chile, a fim de tomar parte na VII Conferência Naval Interamericana, realizada no Rio de Janeiro.

De 16 a 21 de setembro, o Ministro do Exército, General Sylvio Frota, visitou o Chile na qualidade de Chefe da Delegação que

representou o Brasil nas festividades comemorativas de 166.º Aniversário da Independência daquele país. Nessa ocasião, o Ministro do Exército encontrou-se com altas autoridades chilenas.

Esteve no Brasil, em novembro, a convite do Governo brasileiro, o Coronel de Exército Luis Danús Covián, Vice-Presidente da "Corporación de Fomento de la Producción (CORFO)" do Chile, com nível de Ministro de Estado, para visitar o X Salão do Automóvel, realizado em São Paulo, entre os dias 19 e 28 daquele mês.

Em 23 de dezembro, em Brasília, foi assinado um Convênio de Cooperação Cultural e Científica entre os Governos dos dois países, estando sua vigência pendente, entretanto, de ratificação.

Estiveram no Brasil em dezembro, a convite do Governo brasileiro o Coordenador de Programas de Assistência Técnica do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CONICYT) e o Chefe do Departamento de Cooperação Técnica do Ministério das Relações Exteriores, que, por meio de encontros com representantes de entidades brasileiras competentes, examinaram as perspectivas de atuação e o estabelecimento de programas adequados.

No quadro do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, concluído em 19 de julho de 1974, os dois Governos assinaram em 23 de dezembro, em Brasília, um Ajuste Complementar ao citado Acordo referente à cooperação no campo das telecomunicações e serviços postais. Celebrado mediante trocas de notas, o Ajuste em questão entrou em vigor na data da sua assinatura.

BOLÍVIA

As relações Brasil-Bolívia caracterizaram-se, em 1976, por um alto nível de entendimento. Prosseguiram as conversações visando à implementação do Acordo de Cooperação e Complementação Industrial, de 22 de maio de 1974. Reuniram-se em La Paz, de 26 a 27 de agosto, Representantes do Brasil e da Bolívia, para

exame de alguns aspectos operacionais dos programas previstos no referido Acordo, que se constitui no principal instrumento do sistema de cooperação econômica e técnica entre os dois Países.

Por outro lado, em cumprimento aos compromissos assumidos pelo Governo brasileiro no Comunicado-Conjunto dos Presidentes Ernesto Geisel e Hugo Banzer, firmado em 22 de maio de 1974, foi concluída a primeira fase do anteprojeto de engenharia final da ligação ferroviária entre Cochabamba (Aiquile) e Santa Cruz de la Sierra, numa extensão de 300 km, a cargo da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT). A primeira fase abrangeu os estudos necessários à elaboração do anteprojeto da alternativa selecionada pelo Governo boliviano, via Aiquile — Saipina — Quiñe — Matarral — Pampa Grande — Mairana — San Juan del Rosário — Angostura — proximidades de Santa Cruz de la Sierra (Totaicito) e à indicação de melhoramentos nos trechos ferroviários adjacentes.

Ainda em consonância com Comunicado Conjunto de 22 de maio de 1974, o Governo brasileiro concluiu o projeto de engenharia final da ligação rodoviária entre Puerto Banegas e Puerto Suárez, numa extensão de 577 km, efetuado por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem do Ministério dos Transportes. Essa rodovia tem especial significado pois deverá permitir a conexão entre o Altiplano boliviano e o sistema rodoviário brasileiro.

Visitou o Brasil, de 29 de agosto a 5 de setembro, o Ministro dos Transportes, Comunicações e Aeronáutica Civil da Bolívia, Major Julio Trigo Ramirez. Durante sua permanência em nosso país, o Ministro Julio Trigo Ramirez esteve em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo e manteve proveitosas conversações com os Ministros de Estado dos Transportes, das Comunicações e da Aeronáutica.

No quadro da cooperação econômica e financeira, a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil celebrou, em 9 de agosto, com o Serviço Nacional de Caminos da Bolívia, novo Convênio

de Crédito no valor de US$ 10 milhões de dólares, destinado a amparar importações bolivianas de bens de capital (duas fábricas de emulsão asfáltica) e produtos intermediários (asfalto e seus aditivos químicos) de origem brasileira, mediante garantia subsidiária do Banco Central da Bolívia.

Entre outras visitas de altas autoridades bolivianas ao Brasil, em 1976, releva mencionar a do General-de-Divisão Raul Alvarez Peñaranda, Comandante Geral do Exército boliviano, no período de 4 a 12 de dezembro. Durante sua permanência em nosso país, o General Alvarez Peñaranda avistou-se com o Ministro do Exército e outros altos chefes militares brasileiros.

PERU

No quadro das recomendações da III Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Cooperação Econômica e Técnica, reuniu-se em Iquitos, de 28 a 30 de setembro, um grupo de trabalho constituído de Delegações dos dois países, para tratar de assuntos ligados ao comércio fronteiriço e à cooperação amazônica. Durante as conversações, foram elaborados os seguintes projetos de acordo, os quais o Grupo de Trabalho recomendou à consideração dos Governos brasileiro e peruano:

a) projeto de Acordo para criação de uma subcomissão Mista Brasileiro-Peruana para a Amazônia;

b) projeto de Convênio de Transportes Fluviais;

c) projeto de Convênio de Assistência Recíproca para Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que Produzem Dependência;

d) projeto de acordo para a Utilização de Estações Costeiras e de Navios na Região Amazônica;

e) projeto de acordo para a criação de um Grupo Técnico Misto Brasileiro-Peruano destinado a estudar o estabelecimento de um sistema de auxílio à navegação no rio Amazonas;

f) projeto de acordo para uso recíproco de canais destinados ao serviço de radiodifusão de onda média.

O Grupo recomendou a criação de uma comissão bilateral para tratar do trânsito de pessoas e de embarcações na área fronteiriça e recebeu, apresentado pela Delegação peruana, um amplo esboço de programa de cooperação técnica em assuntos amazônicos.

Coroando o expressivo desenvolvimento por que passaram as relações brasileiro-peruanas em 1976, o Presidente Ernesto Geisel e o Presidente Francisco Morales-Bermudez Cerrutti reuniram-se no dia 5 de novembro, nos Navios-Patrulha Fluvial "Ucayali" e "Pedro Teixeira", no rio Amazonas, sobre a fronteira entre os dois Países. O encontro, do mais elevado significado político, reafirmou uma vez mais os tradicionais laços de amizade entre as duas nações e os propósitos do Brasil e do Peru de intensificarem e ampliarem programas de cooperação mutuamente proveitosos.

Ao término do encontro, os dois Chefes de Estado assinaram Declaração Conjunta pela qual reafirmam seu apoio à Organização das Nações Unidas, como instrumento para a preservação da paz e segurança internacionais, bem como às tendências renovadoras desse foro de negociação mundial, como instituição básica para a concretização de áreas de convergência e cooperação nas relações internacionais; consideram indispensável, para a gradual eliminação do desnível entre os países em desenvolvimento e os altamente industrializados, uma justa e eqüitativa reformulação das atuais estruturas do comércio mundial e o pleno exercício do princípio da soberania permanente e inalienável dos Estados sobre seus recursos naturais, sem nenhum obstáculo externo; confirmam a decisão de seus Governos de defender a sua soberania e jurisdição sobre os mares adjacentes a suas costas, incluídos o solo e o sobsolo marinho, até 200 milhas marítimas, bem como sobre sua plataforma continental; reafirmam sua confiança na contribuição da Organização dos Estados Americanos para a manutenção da paz e para o desenvolvimento dos países membros e reiteram sua firme determinação de realizar os esforços necessários para levar a efeito pronta e adequada reestruturação do sistema Interamericano; reiteram a intenção de fortalecer os mecanismos operacionais de integração e cooperação econômica da Associação Latino-Americana de Livre

Comércio; expressam seu pleno apoio ao Sistema Econômico Latino-Americano como instrumento flexível para complementar e fortalecer os procesos de Coordenação e cooperação em curso e robustecer a capacidade de ação conjunta da região no âmbito internacional; reconhecem a importância e validade dos esquemas de integração sub-regionais (Tratado de Cartagena, Tratado da Bacia do Prata, Mercado Comum Centro-Americano e Comunidade do Caribe; convêm em conjugar esforços com vistas a impulsinar o desenvolvimento de seus territórios amazônicos; coincidem na conveniência de se aprofundarem os estudos técnicos e financeiros que são exigidos, a fim de materializar a união interoceânica para benefício de ambos os Países; coincidem na conveniência de impulsionar ainda mais a cooperação econômica e financeira recíproca em apoio dos respectivos programas de investimento, particularmente dos destinados à prospecção, beneficiamento e aproveitamento de seus recursos naturais, e ressaltam a conveniência da abertura de agências do Banco do Brasil no Peru e do Banco de la Nación, do Peru, no Brasil.

O encontro presidencial traduziu-se, ademais, de maneira significativa, na assinatura, pelos Ministros das Relações Exteriores dos dois Países, de quatorze Acordos:

a) Convênio Comercial, com características de acordo-quadro, suas disposições se destinam a favorecer o incremento recíproco do comércio bilateral;

b) Convênio para Fornecimento de Produtos a Médio Prazo, que visa basicamente a favorecer a participação dos metais não-ferrosos (cobre e zinco) peruanos no abastecimento do mercado brasileiro e as exportações de produtos agrícolas (milho e óleo de soja) do Brasil para o Peru, no período de 1977 e 1980.

c) Acordo para a Instalação e Funcionamento em São Paulo de um Escritório da Minero Peru Comercial, com a finalidade de facilitar a comercialização de não-ferrosos daquele país no mercado brasileiro. A República do Peru, em reciprocidade, compromete-se a conceder a autorização para a instalação e funcionamento, em Lima, de um escritório de pessoa jurídica brasileira

criada por lei, para a comercialização, no Peru, dos produtos objeto do Convênio de Abastecimento;

d) Convênio de Assistência Recíproca para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que Produzem Dependência, com vistas à maior eficácia da repressão do tráfico ilícito de drogas que produzem dependência, mediante uma cooperação mútua e adequada;

e) Acordo Sanitário para o Meio Tropical que prevê um programa de cooperação bilateral nas áreas da administração sanitária, formação de pessoal e pesquisa em ambientes tropicais;

f) Acordo para a Constituição de uma Subcomissão Mista Brasileiro-Peruana para a Amazônia, a que tem por finalidade examinar, em caráter global, programas de cooperação para o desenvolvimento das regiões amazônicas de ambos os países;

g) Acordo para a Utilização de Estações Costeiras e de Navios na Região Amazônica, que visa a coordenar a utilização das estações do serviço móvel marítimo em águas interiores;

h) Convênio sobre Transportes Fluviais com base no princípio da repartição de cargas na região amazônica;

i) Troca de Notas sobre a Implementação Provisória do Convênio sobre Transportes Fluviais, que prevê a implementação das disposições do Convênio sobre Transportes Fluviais e da sua entrada em vigor definitiva;

j) Troca de Notas para a Constituição de um Grupo Técnico Misto Destinado a Estudar o Estabelecimento de um Sistema de Auxílio à Navegação do Rio Amazonas;

l) Troca de Notas para a Constituição de uma Comissão Bilateral Encarregada de Estudar o Uso Recíproco das Freqüências Destinadas à Radiodifusão em Onda Média; o Enlace Telefônico Manaus-Iquitos, assim como a Cooperação Técnica em Telecomunicações e Serviços Postais;

m) Troca de Notas Prevendo o Início de Negociações sobre as Possibilidades para Ação Conjunta de uma Empresa Mineira Especial, Destinada a Realizar Atividades no Setor do Cobre;

n) Troca de notas para a Constituição de um Grupo **Ad-Hoc** para Estudar o Trânsito de Pessoas e Embarcações na Área Fronteiriça Brasileiro-Peruana;

o) Troca de Notas para o Início de Negociações sobre o Estabelecimento de um Depósito Franco para o Peru em Território Brasileiro, em Belém e em Manaus, destinados a mercadorias em trânsito de e para Iquitos.

Ao ensejo do encontro presidencial, os Chanceleres do Brasil e do Peru trocaram os instrumentos de entrada em vigor dos seguintes Acordos:

a) Convênio Cultural, assinado em 14 de julho de 1973;

b) Convênio Básico de Cooperação Científica e Técnica, assinado em 8 de outubro de 1975;

c) Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos do Brasil e do Peru, assinado em 7 de novembro de 1975;

d) Convênio de Cooperação Turística, assinado em 7 de novembro de 1975.

Assinale-se, por fim, a visita que efetuou ao Brasil missão da Minero-Peru Comercial, de 27 a 29 de outubro, no quadro dos entendimentos visando à maior participação dos metais não-ferrosos peruanos no abastecimento do mercado brasileiro. A missão visitou, no Rio de Janeiro e em São Paulo, indústrias consumidoras de metais não-ferrosos, especialmente de cobre. Em Brasília, seus integrantes mantiveram conversações com representantes do Ministério das Relações Exteriores e da Secretaria-Executiva do CONSIDER.

EQUADOR

Os Governos do Brasil e do Equador concordaram em dar início a negociações de natureza comercial, visando a um amplo programa de cooperação com base no fornecimento mútuo de pro-

dutos e na prestação de serviços pelo Brasil. As condições para execução do programa, examinadas por missão brasileira que visitou Quito no mês de novembro, levaram em conta, entre outras, as possibilidades existentes para aquisição de petróleo pelo Brasil e a ainda de bens e serviços brasileiros pelo Equador.

COLÔMBIA

As relações brasileiro-colombianas, em 1976, foram assinaladas, de modo especial, pela visita ao nosso país, nos dias 17 e 18 de junho, do Ministro das Relações Exteriores da Colômbia, Doutor Indalécio Liévano Aguirre.

Na oportunidade, formalizou-se por troca de notas, um acordo de cooperação para a prospecção de carvão coqueificável na Colômbia e o exame da viabilidade técnica, econômica e jurídica de sua exploração e comercialização, com o objetivo de constituir uma associação de capitais prioritariamente brasileiros e colombianos para essas atividades.

Para a realização desse objetivo, os Governos do Brasil e da Colômbia concordaram na implementação de um programa de trabalho, que deverá ser executado por intermédio de um Comitê-Conjunto, com sede em Bogotá, composto por representantes da "Siderurgia Brasileira S/A" — SIDEBRÁS, e do Instituto Nacional de Investigaciones Geológico-Mineras-INGEOMINAS. Ao término dos estudos efetuados pelo Comitê-Conjunto o Brasil e a Colômbia poderão iniciar negociações visando à constituição de uma sociedade brasileiro-colombiana destinada à exploração e comercialização das jazidas consideradas economicamente rentáveis. O Acordo prevê ainda a realização de estudos pelos dois Governos sobre a possibilidade do fornecimento, por parte do Brasil, de minério de ferro para atender às eventuais necessidades da Colômbia nesse campo.

Os Chanceleres do Brasil e da Colômbia subscreveram também, por ocasião da visita, um Convênio sobre Regulamentação dos Serviços de Radioamadorismo.

Os dois Chanceleres reconheceram, ademais, que a Colômbia e o Brasil têm o irrecusável compromisso de estudar a exploração e ocupação da Bacia Amazônica — vasta região cujos problemas lhes são comuns — e a reafirmaram, por isso, a intenção de seus Governos de empreender as medidas necessárias para integrar suas populações amazônicas em sistemas mais adequados de produção, investigar as riquezas naturais da região, sua forma mais racional de aproveitamento, e avaliar o que ela possa significar para o bem-estar futuro de seus povos. Dentro desse espírito, procederam os dois Chanceleres à troca dos Instrumentos de Ratificação do Acordo de Cooperação Sanitária para a Região Amazônica e do Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos, ambos concluídos, em Bogotá, respectivamente, em 10 de março de 1972 e 20 de junho de 1973.

VENEZUELA

No que respeita às relações do Brasil com a Venezuela, merece especial menção a visita que fez ao nosso país o Vice-Ministro de Minas, Senhor Hernan Anzola Jimenez, no mês de março. A Missão por ele chefiada teve por objetivo iniciar conversações com a Interbrás sobre a possibilidade de venda de petróleo ao Brasil, em operações a serem compensadas por exportações brasileiras de produtos agrícolas e manufaturados.

Em prosseguimento às conversações iniciadas pelo Vice-Ministro Anzola Jimenez e a fim de estabelecer entendimentos com as autoridades brasileiras sobre os principais itens de natureza econômica e financeira na pauta das relações do Brasil com a Venezuela, visitou o Brasil, no mês de maio, o Doutor Helly Tineo, Diretor-Geral do Escritório Central de Coordenação e Planejamento.

Outras altas autoridades venezuelanas estiveram igualmente no Brasil, em 1976, em caráter oficial. Por ocasião da inauguração de linha do Correio Aéreo Militar Interamericano para o Brasil, no mês de fevereiro, e com o objetivo de realçar o significado do

evento para a cooperação brasileiro-venezuelana, visitou nosso país o General Fernando Paredes Bello, Comandante da Força Aérea da Venezuela.

A fim de manter contatos com as autoridades brasileiras do setor e examinar a possibilidade de importação de matrizes e reprodutores brasileiros, viajou ao Brasil, no mês de julho, o Ministro da Agricultura da Venezuela, Senhor Cintreras Barbosa.

No mês de novembro, visitou Boa Vista e Manaus o General Rafael Marin Granadillo, Comandante Militar do Oriente Venezuelano. Em Manaus, o General Marin foi hóspede do Comandante Militar da Amazônia, com quem teve oportunidade de conversar sobre aspectos da cooperação entre autoridades de fronteira dos dois países.

GUIANA

As relações entre o Brasil e a Guiana foram marcadas, em 1976, pela visita ao nosso país, de 11 a 15 de julho, do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Justiça, Senhor Frederick Rudolph Wills.

A visita deu ensejo a um amplo exame dos diversos aspectos das relações entre os dois países e das perspectivas existentes para seu desenvolvimento, em clima de entendimento e cooperação. Os Chanceleres brasileiro e guianense reafirmaram, na oportunidade, os princípios básicos que orientam o desenvolvimento dessas relações e que são a igualdade soberana e o respeito mútuo.

Com vistas a facilitar o exame, em caráter global, de programas de colaboração de interesse mútuo, foi criada, na ocasião da visita, a Comissão Mista Brasileiro-Guianense, integrada pela Comissão Cultural Brasileiro-Guianense, criada pelo Convênio Cultural, de 28 de agosto de 1968, e pela Comissão Mista Brasileiro-Guianense de Cooperação Econômica, instituída pelo Acordo de 11 de novembro de 1971.

No quadro das relações entre os dois países, merece ainda destaque a realização em Georgetown, no período de 14 a 16 de outubro, da III Reunião Trienal Conjunta de Fronteira sobre a Malária, para o exame de um problema que afeta as populações de ambos os lados da fronteira comum.

SURINAME

Em prosseguimento à política de aproximação e entendimento com o Brasil, que data de antes da independência, o Primeiro-Ministro e Ministro para Assuntos Gerais e Estrangeiros do Suriname, Senhor Henck Alphonsus Eugene Arron, visitou o nosso país, de 21 a 25 de junho.

Esses propósitos traduziram-se de maneira auspiciosa na assinatura, durante a visita, do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, o qual fornece o quadro global em que se pautarão as iniciativas conjuntas com vistas a propiciar maior desenvolvimento econômico e social a ambas as nações. Trata-se de instrumento com características de acordo-quadro, o qual, ao estabelecer diretrizes básicas de cooperação, prevê a institucionalização, através de instrumentos complementares, de mecanismos adequados à implementação dos objetivos nele fixados.

O Tratado institui a Comissão Mista Brasil-Suriname, órgão de análise e coordenação de iniciativas referentes à cooperação entre os dois países. A Comissão Mista deverá reunir-se ao menos uma vez por ano com a finalidade de recomendar aos respectivos Governos as medidas pertinentes nos setores econômico, comercial, financeiro, cultural, técnico, científico e turístico.

Importantes dispositivos do Tratado dizem respeito ao estímulo a ser dado ao comércio bilateral e à melhoria dos sistemas de comunicações e transportes entre os dois países. Os dois Governos se comprometeram a negociar um acordo sobre encomendas postais e a realizar estudos visando a um futuro enlace entre suas redes rodoviárias.

O Tratado consigna a disposição de ambos os governos de encorajar os empreendimentos conjuntos no setor da pesca e o propósito do Governo brasileiro de colaborar para o desenvolvimento industrial do Suriname, mediante a concessão de linhas de crédito e a concessão de assistência técnica para projetos de engenharia.

Os dois Governos se comprometeram a promover a mais estreita colaboração, com o objetivo de estabelecer políticas racionais, no campo da conservação da flora e da fauna nos territórios adjacentes à fronteira.

Ainda por ocasião da visita, o Primeiro-Ministro do Suriname e o Ministro das Relações Exteriores do Brasil procederam à assinatura do Convênio de Intercâmbio Cultural.

Cada Parte compromete-se a prestar seu firme apoio ao funcionamento, em seu respectivo território, de instituições dedicadas ao estudo e divulgação da língua, literatura e civilização da outra Parte, bem como ao estudo, pesquisa e difusão das ciências, letras e artes. O Convênio cria a Comissão Cultural Brasil-Suriname, à qual incumbirá acompanhar e analisar os assuntos referentes ao campo da cooperação cultural.

Outro instrumento bilateral assinado durante a visita foi o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica. A cooperação entre os dois países, nos campos da ciência e da tecnologia, poderá assumir as seguintes formas:

a) Programas conjuntos ou coordenados de pesquisas e desenvolvimento.

b) Programas de treinamento profissional.

c) Organização e administração de instituições, centros e laboratórios de pesquisas.

d) Organização de seminários e conferências.

e) Prestação de serviços de consultoria.

f) Intercâmbio de informações no campo da ciência e da tecnologia.

O Primeiro-Ministro Henck Arron e o Chanceler Azeredo da Silveira salientaram, em Comunicado Conjunto então emitido, sua satisfação com a participação de firmas brasileiras nos processos de licitação internacional promovidos pelo Suriname para a realização de projetos de infra-estrutura e outras obras consideradas de importância para seu desenvolvimento. Ressaltaram, igualmente, o crescimento, nos últimos anos, do volume global do intercâmbio comercial, indicação clara das potencialidades dos dois mercados.

MÉXICO

As relações Brasil-México foram marcadas, em 1976, no campo comercial e econômico, pela realização da III Reunião da Comissão Mista brasileiro-mexicana, e no campo político, pela presença brasileira na cerimônia de posse do novo Presidente do México, Senhor José Lopes Portillo.

Os múltiplos aspectos da cooperação e do intercâmbio Brasil-México e a possibilidade de incrementar suas linhas de ação foram examinados durante a Reunião da Comissão Mista, realizada em Brasília, de 25 a 27 de agosto. Tal evento foi precedido de reuniões, de caráter preparatório, dos Comitês Permanentes, com sede, respectivamente, em Brasília e na Cidade do México.

As Delegações brasileira e mexicana examinaram assuntos ligados ao intercâmbio de produtos primários e de produtos industrializados bem como os referentes à complementação econômica progressiva, nos campos do petróleo e petroquímica, indústria farmacêutica, eletricidade, aeronáutica e comunicações.

Entre os assuntos ligados à complementação econômica, há a assinalar que, no campo do petróleo e petroquímica, o Convênio PETROBRÁS/PEMEX-IMP está em plena execução; que, no campo da metalurgia, foi recomendada a criação de um Grupo Mínero-Metalúrgico, com vistas a agilizar o estudo e a possível implementação de assuntos de interesse mútuo; e que no setor das

comunicações, foi assinalado o interesse em um convênio para implantação de serviço de malotes ou de correspondência agrupada.

O Governo brasileiro fez-se representar nas cerimônias de posse do Presidente do México, Senhor José Lopez Portillo, por Missão Especial chefiada pelo Senhor Ney Amynthas de Barros Braga, Ministro da Educação e Cultura, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial. A referida Missão Especial permaneceu no México pelo espaço de uma semana, havendo o Senhor Ministro de Estado da Educação e Cultura e Embaixador em Missão Especial sido recebido, imediatamente após sua posse, pelo novo Presidente, ao qual, na ocasião, transmitiu os cumprimentos do Presidente Ernesto Geisel.

AMÉRICA CENTRAL

COSTA RICA

O Governo da Costa Rica manifestou interesse na realização da II Reunião da Comissão Mista Econômico-Comercial Brasil-Costa Rica, criada por troca de notas de 22 de julho de 1971, e cuja I Reunião realizou-se em São José, a partir de 27 de abril de 1972.

EL SALVADOR

De 20 a 23 de julho de 1976, visitou Brasília o Subsecretário de Relações Exteriores de El Salvador, Doutor Ricardo Guillermo Castañeda Cornejo. Na oportunidade o Doutor Castañeda Cornejo foi recebido pelo Ministro de Estado, Embaixador Antonio F. Azeredo da Silveira e pelo Secretário-Geral, e manteve entrevistas com Chefes de Departamento e com o Diretor do Instituto Rio

Branco. Na ocasião, de acordo com o interesse manifestado pelo visitante, ficou acertado que, em 1977, o Instituto Rio Branco reservaria uma vaga para aluno salvadorenho.

GUATEMALA

Em fevereiro de 1976, por ocasião do terremoto que atingiu dezessete das vinte e duas províncias guatemaltecas, deixando aproximadamente um terço da população sem abrigo, empenhou-se o Governo brasileiro em mobilizar a remessa de auxílio à Guatemala, notadamente em alimentos, medicamentos, material de acampamento, roupas e agasalhos. A ação foi coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores, que contou com a colaboração efetiva do Ministério do Interior, através do Grupo Executivo de Auxílio às Calamidades Públicas. O Ministério da Aeronáutica desempenhou papel importante sendo responsável pelo transporte de todo o material doado. Também é de ressaltar o papel da Cruz Vermelha Brasileira na coleta de auxílio tanto em material quanto em espécie, bem como a colaboração prestada pelo Banco do Brasil, ao abrir contas destinadas especificamente ao recolhimento de doações.

A convite do Governo brasileiro, o Ministro das Relações Exteriores da Guatemala, o Doutor Adolfo Molina Orantes, visitou oficialmente Brasília, nos dias 16 e 17 de junho de 1976. O Doutor Molina Orantes foi recebido, em audiência especial, pelo Presidente Ernesto Geisel, ao qual, na oportunidade, apresentou os agradecimentos do Governo da Guatemala pelo auxílio prestado quando do terremoto. Quando da visita, os Chanceleres do Brasil e da Guatemala celebraram um Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, com vistas à coordenação mais eficaz de ação que já vinha sendo desenvolvida nesse campo.

HONDURAS

Nos dias 10 e 11 de junho de 1976, o Ministro das Relações Exteriores de Honduras, o Doutor Roberto Perdomo Paredes, a

convite do Governo brasileiro, visitou oficialmente Brasília, sendo recebido em audiência especial pelo Presidente Ernesto Geisel. Na ocasião, os Chanceleres do Brasil e de Honduras celebraram um Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, o qual permitirá uma melhor coordenação da ação desenvolvida nesse campo.

PANAMÁ

As relações Brasil-Panamá foram marcadas, pela comemoração no Brasil do Sesquicentenário do Congresso Anfictiônico do Panamá, de 1826.

Nesse sentido, sessão solene comemorativa foi realizada no Itamaraty, no dia 21 de junho, sob a presidência do Presidente Ernesto Geisel, e com a presença dos chefes de Missão Diplomática dos países americanos.

Na ocasião, o Governo brasileiro, ao unir-se às homenagens prestadas à figura de Bolívar, e conhecendo o desejo dos Governos dos países bolivarianos, anunciou a decisão do Presidente Ernesto Geisel de fazer depositar, junto ao Governo do Panamá, no monumento que para esse fim será erigido naquele país, os únicos originais existentes das Atas daquele Congresso, conservados no Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores. Também na ocasião foi distribuída plaquete, editada pelo Itamaraty, contendo **fac-simile** das mencionadas Atas.

CARIBE

Várias medidas foram tomadas para buscar uma maior aproximação com os países da região do Caribe. Assim, foram estabelecidas, em 19 de julho, relações diplomáticas com Granada, e, em 12 de agosto, foi criada a Embaixada do Brasil em St. George's, cumulativa com a Missão Diplomática em Port-of-Spain.

Com o mesmo objetivo de aproximação, foi obtida a anuência do Governo da Jamaica para a criação de uma Embaixada do

Brasil em Kingston, já que a representação diplomática brasileira era, até então, cumulativa com a Embaixada no Panamá.

No que se refere a Barbados, foi criado um Vice-Consulado na Capital, Bridgetown, onde a representação diplomática brasileira é cumulativa com Port-of-Spain.

AMÉRICA DO NORTE

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Em 1976, as relações bilaterais Brasil-Estados Unidos da América desenvolveram-se intensamente. O ano foi sobretudo marcado pela assinatura, em 21 de fevereiro, do Memorando de Entendimento entre o Chanceler Antônio F. Azeredo da Silveira e o Secretário de Estado Henry Kissinger. Por ocasião da visita do Secretário de Estado Henry Kissinger ao Brasil entre 19 e 22 de fevereiro, os dois Chanceleres examinavam, em suas conversações, a ampla gama dos problemas bilaterais e mundiais. No que se refere às relações econômicas bilaterais, o Chanceler brasileiro expressou a preocupação com o déficit brasileiro no intercâmbio comercial com os Estados Unidos da Amércia e com as medidas de caráter protecionista que já tinham sido tomadas ou que estavam em processamento, nos termos da Lei de Comércio Exterior daquele país.

Convencidos da importância de consultas estreitas e freqüentes em assuntos de interesse comum para o correto desenvolvimento de suas respectivas políticas, decidiram os dois Governos estabelecer um mecanismo flexível para comunicações abertas e dinâmicas, em nível ministerial. Assim, pelo Memorando de Entendimento, comprometeram-se a realizar consultas semestrais

sobre toda a gama de assuntos de política exterior, inclusive qualquer questão específica que venha a ser levantada por uma das partes, abrangendo as consultas temas de caráter tanto bilateral, quanto multilateral. Tais consultas deverão realizar-se alternadamente no Brasil e nos Estados Unidos, podendo reuniões especiais serem convocadas por acordo mútuo. Por decisão conjunta, grupos de trabalho poderão ser criados para examinar questões específicas de interesse corrente, ou para dar prosseguimento a projetos especiais. Além das consultas em nível ministerial, dever-se-ão seguir consultas numa base contínua através dos canais diplomáticos normais, sendo que as disposições do Memorando de Entendimento complementarão, sem de maneira alguma substituí-los ou cerceá-los, os canais existentes.

O Memorando de Entendimento entrou em vigor na data de sua assinatura, isto é, 21 de fevereiro de 1976, sendo que a I Reunião de consulta, nos seus termos, foi efetuada por ocasião da própria visita do Secretário Henry Kissinger.

No discurso que pronunciou por ocasião do banquete oferecido no Itamaraty ao Secretário de Estado, o Chanceler Azeredo da Silveira ressaltou as afinidades que favorecem o convívio entre os dois povos e a cooperação recíproca. O Chanceler acentuou que, embora pertença ao mundo ocidental e ao sistema interamericano, o Brasil possui afinidades peculiares com outros grupos de países e tem interesses específicos que definem políticas próprias no cenário mundial. Assim, o Brasil reparte aspirações legítimas e fundamentais com a comunidade dos países em desenvolvimento e, entre estes, especificamente, com as nações latino-americanas, unindo-o laços especiais também com os países africanos. Acentuou, ainda, o Chanceler Azeredo da Silveira que o Brasil partilha das aspirações de todos esses países no sentido de que o mundo se reestruture numa nova ordem econômica internacional mais eqüânime e mais conducente à paz. Partindo dos princípios de que só a convergência de interesses torna viável a cooperação fecunda, e de que os alinhamentos automáticos comprometem a largo prazo a eficiência da própria cooperação, o Chanceler defendeu a tese da horizontalidade da

interdependência econômica. Ao referir-se ao Memorando de Entendimento, frisou que os dois países se encontravam em bases de completa igualdade. Assinalou ademais, quanto aos instrumentos de ação, que, para que sejam efetivos, será essencial que cada parte reconheça à outra a especificidade de interesses, de preocupações e de objetivos no plano internacional, pois o sistema de consultas visa justamente e estimular a compreensão mútua para essas especificidades.

Em seu discurso de resposta, o Secretário de Estado Henry Kissinger mencionou que o Brasil está ocupando o lugar que lhe compete no primeiro plano das nações e que os Estados Unidos vêem com satisfação o novo papel do Brasil no cenário internacional, onde atua com base nas suas características de país ao mesmo tempo industrial e em desenvolvimento. Disse que as relações entre os dois países devem inspirar-se numa visão global, face ao desafio da interdependência. No que se refere ao Memorando de Entendimento, frisou que as duas partes devem estar preparadas para discutir todos os temas de significado internacional, terminando por ressaltar que "Recebemos com satisfação o ingresso do Brasil no papel que por direito lhe cabe na liderança mundial. Possamos nós reforçar nossa colaboração em busca de um mundo mais seguro, mais próspero, e mais justo".

A visita do Secretário de Estado e a institucionalização de um sistema de consultas pelo Memorando de Entendimento então assinado criaram as condições políticas para uma intensificação dos contatos, em todos os planos, entre os dois países, de que são exemplos o intercâmbio de visitas entre autoridades, os grupos e reuniões setoriais e a discussão e conclusão de acordos sobre matérias várias.

No que se refere a visitas, há, entre outras, que assinalara a do Ministro Chefe da Secretaria do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, em março, e a do Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, em maio, e, finalmente, a do Chanceler Azeredo da Silveira, em 4 e 5 de outubro, para a II reunião de consulta

nos termos do Memorando de Entendimento. De parte de autoridades americanas, cabe lembrar a do Secretário do Tesouro, William Simon, em maio, a do Secretário do Tesouro Assistente Gerald Parski em junho, e a do Secretário de Estado Assistente para Organismos Internacionais, William Lewis, em agosto. Também esteve em visita ao Brasil o senador, por Nova York, Jacob Javits, do Partido Republicano.

Foi constituído, nos termos do Memorando de Entendimento, o Grupo Consultivo Econômico, e de seu Subgrupo de Comércio, o qual efetuou três reuniões ao longo do ano de 1976, sendo a III em Brasília, em setembro. Nessas ocasiões, foram repassados diversos problemas em áreas específicas do relacionamento entre os dois países, principalmente no que concerne a medidas que afetam o livre fluxo do comércio. Foi ainda realizada, em Washington, uma reunião do grupo empresarial privado brasileiro-americano.

Foi assinado, em Brasília, em 16 de junho de 1976, o "Acordo para Aceitação Recíproca do Certificado de Aeronavegabilidade", pelo qual cada Governo reconhecerá os certificados de aeronavegabilidade passados pela outra parte, sem restrições quanto à natureza dos produtos. Tal acordo era passo decisivo para maior integração da indústria brasileira no mercado internacional.

Prosseguiram também, ao longo do ano, negociações com vistas a um acordo para evitar a dupla tributação.

Como culminação, no ano de 1976, do processo iniciado com o Memorando de Entendimento, o fato mais importante a salientar é a visita que, em 4 e 5 de outubro, fez oficialmente a Washington o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antônio F. Azeredo da Silveira.

Na ocasião, o Chanceler brasileiro entrevistou-se com o Secretário de Estado, com o Embaixador Frederic Dent, Representante Especial da Casa Branca para Negociações Comerciais, com o

Senhor Elliot Richardson, Secretário do Comércio, com o Senhor George Dixon, Secretário interino do Tesouro, com o Senhor Robert Seamans Junior, Chefe da Administração de Pesquisa e Desenvolvimento da Energia.

Realizou-se naquela oportunidade a II reunião formal do grupo de consultas estabelecido pelo Memorando de Entendimento, reunião essa presidida pelo anfitrião, o Secretário de Estado Henry Kissinger, sendo o Brasil representado pelo Chanceler Azeredo da Silveira. Foram passados em revista o mecanismo de consultas, a estrutura dos grupos e subgrupos técnicos, as possibilidades de aperfeiçoamento do sistema, e tudo o mais que pudesse contribuir para aperfeiçoar as relações entre os dois países. Nas conversações privadas entre o Ministro das Relações Exteriores e o Secretário de Estado foram, sem limitação de qualquer natureza, repassados todos os problemas da atualidade mundial.

Finalmente, em 27 e 28 de setembro, foi realizada em Brasília, entre o Chanceler Azeredo da Silveira e o Embaixador dos Estados Unidos, John Crimmins, troca de notas colocando em vigência e ampliando, para incluir a cooperação tecnológica, o Acordo de Cooperação Científica entre o Brasil e os Estados Unidos da América.

CANADÁ

No ano de 1976, as relações Brasil-Canadá foram marcadas por uma série de acontecimentos de importância, que bem expressaram o desejo de ambos os Governos de estreitar e incrementar a cooperação entre os dois países, em todos os níveis.

Assim, a convite do Ministro da Agricultura, Senhor Alysson Paulinelli, visitou o Brasil, em setembro de 1976, o Ministro da Agricultura do Canadá, Senhor Eugend Francis Whelan.

Ainda no contexto do programa de cooperação entre os dois países, situa-se a visita que o Ministro das Minas e Energia, Senhor Shigeaki Ueki, efetuou ao Canadá, em novembro do mesmo ano.

No âmbito das relações econômico-comerciais, realizou-se, em Ottawa, de 2 a 5 de novembro de 1976, a I Reunião da Comissão Mista econômico-comercial Brasil-Canadá, cuja criação foi efetuada, em Brasília, por troca de notas, datadas de 28 de junho do mesmo ano. A criação da Comissão Mista reflete o desejo dos dois países de aumentar e fortalecer seus vínculos bilaterais e diversificar e aprofundar as relações entre as duas nações.

Na ocasião, foi iniciado o processo de identificação das necessidades de cada um dos países face às capacidades de fornecimento do outro, principalmente no que concerne às áreas do comércio e da cooperação industrial. Entre as áreas identificadas figuram as de recursos minerais, agricultura, indústria e tecnologia.

Foram ainda discutidos problemas de acesso a cada um dos dois mercados, reconhecendo a Delegação canadense a importância que o Governo brasileiro empresta à expansão adicional das exportações brasileiras para o Canadá, especialmente as de bens de consumo e de produtos industriais.

No mês de abril, esteve no Brasil uma missão do **National Defence College** do Canadá, composta tanto de oficiais das Forças Armadas canadenses quanto de civis, inclusive pertencentes à Administração Pública.

FRONTEIRAS

Realizou-se, em Buenos Aires, de 23 a 30 de agosto, a VI Conferência da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Franteira Brasil-Argentina, na qual ficou estabelecido o programa de trabalho de campo para 1976.

Na fronteira com a Bolívia, apesar de fatores climáticos adversos os trabalhos de campo deram um razoável impulso rumo à conclusão da demarcação total da fronteira, no último trecho restante, em região inóspita e insalubre.

Com a Colômbia, concluiu-se em Bogotá o Acordo por troca de notas de 5 de agosto de 1976, sobre reconstituição da Comissão Mista que passou a denominar-se Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira Brasileiro-Colombiana. O referido documento permitirá o reatamento dos trabalhos de inspeção dos marcos da fronteira comum, já definitivamente demarcada desde 1973. A primeira reunião da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos realizou-se em Belém, de 30 de novembro a 2 de dezembro de 1976.

Por ocasião da visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Justiça da Guiana, Senhor Frederick Rudolph Wills, no período de 11 a 15 de julho de 1976, foi assinado Comunicado Conjunto, que faz referência à integridade territorial dos Estados e à inviolabilidade de suas fronteiras, legalmente reconhecidas através de acordos internacionais e se concordou em examinar a oportunidade de empreender trabalhos de verificação da condição dos marcos da fronteira, definitivamente demarcada desde 1938. A demarcação da fronteira com a Guiana Francesa, quase concluída desde 1962, requer ainda determinar o tálvegue na baía do Oiapoque, e o estabelecimento da fronteira lateral marítima. Os necessários contatos foram recentemente retomados com as

autoridades francesas, objetivando-se a um breve reatamento das atividades demarcatórias.

Referentemente à nossa fronteira com o Paraguai, foi promulgado o Protocolo Adicional ao Tratado de Limites de 21 de Maio de 1927, concluído entre o Brasil e o Paraguai, a 4 de dezembro de 1975. A fim de dar cumprimento aos dispositivos do Protocolo acima citado, realizou-se em Brasília a 29.ª Conferência da Comissão Mista de Limites e Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai, na qual se examinou a tarefa de demarcação das ilhas do rio Paraguai no trecho fronteiriço entre os dois países.

De 21 a 23 de outubro, foi realizada em Brasília a Primeira Conferência da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira Brasil-Peru, criada em Lima, em outubro de 1975.

Na 40.ª Conferência da Comissão Mista de Limites e Caracterização da Fronteira Brasil-Uruguai, realizada em Montevidéu, de 1.º a 5 de junho de 1976, foram estabelecidas as bases para obras de fixação da barra do Arroio Chuí, que tiveram início logo a seguir.

Nos meses de julho a setembro de 1976 foram realizadas diversas reuniões e atividades da Comissão Mista de Limites, nas regiões do Chuí e da Barra do Arroio Chuí, inclusive a materialização do azimute de 128 graus (direção de nossa divisória lateral marítima com o Uruguai), junto ao Farol da Barra do Chuí.

A Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para Uso e Conservação de Pontes Internacionais acompanhou e registrou, mediante Ata Extraordinária, a inauguração, a 19 de fevereiro de 1976, da Ponte Internacional da Barra do Quaraí, na fronteira Brasil-Uruguai.

De 25 a 31 de março de 1976, realizou-se em Caracas, a 43.ª Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana Demarcadora de Limites. Prosseguiram os trabalhos de inspeção, construção, reparação e adensamento de marcos na fronteira Brasil-Venezuela. Com o valioso auxílio de uma equipe da Fun-

dação IBGE, foram efetuadas observações de passagem de satélites artificiais para a determinação geográfica de pontos na linha de fronteira.

Em outubro de 1976, foram realizados trabalhos na pista de Uaicás, que ficou habilitada para o pouso de aviões tipo Buffalo e helicópteros, que serão utilizados nos trabalhos programados para 1977, no trecho de fronteira situado na Serra de Pacaraima.

ORGANISMOS REGIONAIS AMERICANOS

No decorrer de 1976 verificou-se o exercício continuado, pelos países americanos, das atividades de cooperação, capazes de reforçar a solidariedade e a vocação pacífica continentais, de tanta serventia nos eventuais momentos de crise.

Desse modo, quando se reuniu, em Santiago do Chile, em junho de 1976, o órgão máximo do Sistema Interamericano, tiveram os Chanceleres americanos ali congregados, a oportunidade de se dedicarem ao exame das questões que, na atualidade mundial e regional, apresentam interesse mais permanente.

Mantiveram, igualmente, funcionamento satisfatório, durante 1976, os mecanismos relacionados com a defesa coletiva continental, conforme estabelecidos no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. No que se refere ao conflito entre Honduras e El Salvador, prosseguiram, com êxito, os trabalhos da Comissão, criada em 1969 pela XIII Reunião de Consulta, os quais culminaram com a assinatura, em outubro de 1976, de um acordo de mediação entre os dois países.

Cabe ainda referência à revisão, pelo Conselho Permanente, das propostas de emendas à Carta da OEA oriundas da Comissão Especial encarregada da reforma do Sistema, com aprovação de um texto a ser submetido à Assembléia Geral Extraordinária, convocada especificamente para esse fim, e que deve realizar-se em data a ser fixada.

Por outro lado, cabe registrar, a entrada em vigor, em 7 de junho, do Convênio Constitutivo do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), que havia sido firmado no Panamá, em 17 de outubro de 1975, por 25 países latino-americanos. O referido Convênio foi ratificado pelo Brasil e o depósito do instrumento de ratificação efetuado em 14 de maio junto ao Governo da Venezuela, depositário do tratado.

A consolidação do SELA como foro sub-regional de cooperação foi propiciada por outros acontecimentos relevantes, como a aprovação, em Caracas, no mês de junho, pela II Reunião do Conselho Latino-Americano, de seu primeiro programa de trabalho, e a adoção das medidas preliminares que possibilitarão o funcionamento dos chamados "Comitês de Ação", nos quais três ou mais países-membros se congregam com vistas à consecução de objetivos concretos de cooperação em questões específicas.

O Governo brasileiro está consciente da importância política de que as atividades do SELA se desenvolvam em contexto de cooperação com outros países e espera que a flexibilidade de seus mecanismos permitam-lhe constituir-se em instrumento útil e dinâmico das relações latino-americanas.

No âmbito da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), o Brasil participou de todas as negociações tarifárias e demais entendimentos multilaterais, a nível governamental e privado, para a ampliação da zona de livre comércio, compreendendo a incorporação de novos produtos, a prorrogação de concessões já existentes e o aperfeiçoamento do sistema de pagamentos zonal. A nível bilateral, completou-se a negociação dos produtos incluídos no Protocolo de Expansão Comercial Brasil-Uruguai.

O Brasil foi favorável à convocação da primeira reunião ordinária do Conselho de Ministros das Relações Exteriores das Partes Contratantes, incumbido da condução da política superior da Associação, desde que, a nível do Comitê Executivo Permanente da ALALC, se procedesse a prévio e cuidadoso preparo da temá-

tica do encontro de Chanceleres. O intuito é resguardar os mecanismos existentes, cuja utilidade em termos de ampliação e diversificação do intercâmbio zonal já está comprovada, manter a Associação aberta a idéias inovadoras em matéria de integração, apoiando novos procedimentos e instrumentos de desgravação tarifária e complementação econômica, e evitar uma possível fragmentação da ALALC, decorrente de rigidez de posições com respeito ao processo de integração.

O VI Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizou-se em Santiago do Chile, no período de 4 a 18 de junho de 1976. Foram mantidas, na oportunidade, as "conversações informais" entre chefes de Delegações, que haviam sido adotadas na V Assembléia Geral, em substituição às "exposições gerais".

Nas "conversações informais" discutiram-se os temas de maior relevância, a saber: o estado das relações mundiais; o andamento dos trabalhos de reforma da Carta da OEA e do Tratado Americano de Soluções Pacíficas; a Cooperação para o Desenvolvimento; a questão do Canal do Panamá; a das Empresas Transnacionais; a Lei de Comércio Internacional dos Estados Unidos da América; a questão dos direitos humanos.

Merece, igualmente, registro a decisão do Suriname de solicitar admissão na OEA.

Dentre as Resoluções aprovadas pela VI Assembléia Geral da OEA, cumpre destacar as relacionadas com os temas seguintes:

1 — a convocação de duas Assembléias Gerais Extraordinárias em 1977, para a primeira, completar o processo de reforma da Carta da Organização e, a segunda, para examinar os projetos de Convenções sobre Segurança Econômica Coletiva para o Desenvolvimento e sobre Cooperação para o Desenvolvimento, e as propostas de criação de um mecanismo para o financiamento do desenvolvimento de recursos básicos na América Latina e de estabelecimento de um sistema de preferências especiais regionais;

2 — a questão do Canal do Panamá, tendo a VI Assembléia Geral exortado, mais uma vez, os Governos dos Estados Unidos da América e do Panamá a celebrarem um novo Tratado, justo e equitativo, sobre o Canal, o mais brevemente possível;

3 — a questão dos direitos humanos em geral e, particular, a situação dos direitos humanos no Chile, tendo-se solicitado ao Governo chileno que continue adotando medidas no sentido de assegurar o respeito daqueles direitos em seu país;

4 — a Lei de Comércio Internacional, de 1974, dos Estados Unidos da América, principalmente quanto à discriminação de que são objeto Equador e Venezuela; renovou-se apelo ao Governo norte-americano no sentido de reformar a mencionada Lei e de evitar aplicá-la em detrimento do progresso dos países latino-americanos;

5 — a cooperação interamericana para o desenvolvimento, com recomendação de que se dedique atenção especial aos países de menor desenvolvimento relativo e aos que não dispõe de litoral marítimo;

6 — a proclamação, pela OEA, da "Década da Mulher" (1976-1985), com o que se acompanhou idêntica decisão adotada nas Nações Unidas em 1975;

7 — a aceitação do oferecimento do Governo de Granada no sentido de que esse país seja sede do VII período ordinário de sessões da Assembléia Geral, a realizar-se em 1977.

OEA

Reforma da Carta

Prosseguiram durante 1976, no Conselho Permanente, os trabalhos de reforma da Carta da OEA, iniciados em 1972.

Vários fatores explicam a lentidão com que se desenvolveram esses trabalhos, entre os quais a metodologia empregada e as diferentes concepções quanto aos objetivos da Organização. Além disso, os estudos de reforma foram prejudicados em 1976 pela apresentação de grande número de emendas a textos que a maioria das Delegações junto à OEA já considerava praticamente definitivos.

A posição básica do Brasil com relação à reforma da Carta da OEA continuou sendo a de considerar com interesse todas as propostas de caráter construtivo, buscando posições comuns entre os Estados-membros e rejeitando textos que pudessem contrariar o princípio da universidade de participação dos países americanos na OEA ou pretendessem estabelecer restrições à admissão, no organismo regional, dos chamados mini-Estados.

Dentro do quadro acima transcrito, somente em dezembro de 1976 pôde o Conselho Permanente concluir suas tarefas de revisão e coordenação dos textos propostos de emendas à Carta da OEA. As mais importantes alterações estão relacionadas com o Capítulo VII — Normas Econômicas —, em que foram introduzidos os novos conceitos de segurança econômica coletiva para o desenvolvimento, de desenvolvimento integral, e de mercado insuficiente. A aprovação final do Protocolo de Reforma da Carta deverá ter lugar no decorrer de 1977, em Lima, em data ainda a ser fixada, em Assembléia Geral Extraordinária.

XIII Reunião de Consulta

Desde a sua convocação, em 1969, a XIII Reunião de Consulta permaneceu aberta com o objetivo especial de tomar as medidas necessárias para restabelecer e preservar a paz e a segurança interamericanas e resolver, por meios pacíficos, o conflito entre El Salvador e Honduras.

Para tanto, foi criada uma Comissão especial que tem realizado, desde então, reuniões periódicas com a finalidade de incentivar

os referidos países a alcançarem um acordo definitivo sobre a questão.

Assim, os Chanceleres de Honduras e El Salvador assinaram, no dia 6 de outubro de 1976, na sede da OEA, convênio que estabelece a mediação como um dos procedimentos a ser adotado nas negociações de paz entre os dois países. Segundo o texto, as partes elaborarão, de comum acordo, uma lista de quatro juristas de língua espanhola, dentre os quais será escolhido o mediador, por sorteio. O Governo de Honduras ratificou o Convênio no mês seguinte à sua assinatura.

Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES)

Realizou-se em Washington, entre 19 e 24 de abril de 1976, a XI Reunião Anual do CIES, na qual se discutiram a cooperação interamericana para o desenvolvimento, a Lei de Comércio Internacional de 1974 dos Estados Unidos da América, o apoio dos países americanos ao programa de reconstrução da Guatemala, a convocação de Conferências Especializadas da OEA e, finalmente, a convocação de uma reunião extraordinária da Comissão Executiva Permanente do CIES (CEPCIES), com a finalidade de eleger o Presidente e os membros titulares da Comissão.

Dentre as decisões mais importantes da XI Reunião do CIES, cumpre destacar a que solicitou ao VI período ordinário de sessões da Assembléia Geral da OEA a convocação de uma Assembléia Extraordinária com o propósito específico de rever todos os aspectos da cooperação interamericana para o desenvolvimento. Merece, igualmente, registro o fato de que, como reflexo das preocupações que, desde 1974, a Lei de Comércio Internacional dos Estados Unidos vem suscitando na área econômico-social, foi aprovada Resolução pela qual o CIES instituiu sua Comissão Especial de Consulta e Negociação (CECON) no sentido de examinar, de maneira permanente, a aplicação da referida Lei, especialmente no que se refere a medidas que possam afetar importações provenientes da América Latina.

Em 27 de maio de 1976 foi convocada a XVI Reunião Extraordinária da CEPCIES, de acordo com decisão adotada pela reunião anual do CIES acima referida.

Conselho Interamericano para a Educação, a Ciência e a Cultura

Realizou-se em São Salvador, no período de 26 a 30 de janeiro de 1976, a VII Reunião Ordinária do Conselho Interamericano para a Educação, a Ciência e a Cultura (CIECC). Naquela ocasião, foram realizadas eleições para os Comitês do CIECC, tendo o Professor Edson Machado de Souza sido eleito para o Comitê Interamericano de Educação.

Comissão Jurídica Interamericana (CJI)

Durante o VI Período de Sessões da Assembléia Geral da OEA, realizaram-se eleições para o preenchimento de três vagas na Comissão Jurídica Interamericana, havendo sido eleito o Doutor Ulpiano Lopez Maldonado (Equador) e reeleitos os Doutores Jorge Antonio Aja Espil (Argentina) e José Joaquim Caicedo Castilla (Colômbia). Para completar o mandato do representante brasileiro, Doutor José Eduardo do Prado Kelly, que renunciara ao cargo, foi eleito por unanimidade o Professor Haroldo Teixeira Valladão.

ORGANISMOS ESPECIALIZADOS DA OEA

Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA)

Realizaram-se, de 6 a 12 de maio de 1976, em Washington, a XXI Reunião do Conselho Técnico Consultivo e a XV Reunião Anual da Junta Diretora do IICA, que tiveram por objetivo prin-

cipal a discussão de assuntos técnicos relacionados com o desenvolvimento agrícola e rural. Procedeu-se, na ocasião, à aprovação do programa-orçamento para 1976/77. Foi igualmente aprovada modificação no regulamento do "Fundo Simón Bolívar" — criado em 1974, por iniciativa da Venezuela, com a finalidade de incrementar o desenvolvimento rural da América Latina e do Caribe — no sentido de permitir que as contribuições voluntárias pudessem ser feitas em dólares americanos ou em moedas nacionais. Por resolução aprovada durante a Reunião, decidiu-se recomendar a realização da VII Conferência Interamericana de Agricultura para o primeiro semestre de 1977.

Em 1976, prosseguiram os trabalhos de revisão do Anteprojeto de Protocolo de Reformas da Convenção sobre o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas.

Instituto Indigenista Interamericano (III)

O Brasil foi reeleito, por unanimidade, para o Comitê Executivo do Instituto Indigenista Interamericano, em assembléia extraordinária do Conselho Diretivo, realizada na Cidade do México, em 9 de junho de 1976. Posteriormente, a 24 de junho do mesmo ano, foi o Brasil reeleito para a Presidência do referido Comitê.

Durante a reunião do Conselho Diretivo, a Venezuela ofereceu-se para sede do VIII Congresso Indigenista Interamericano no decorrer de 1977. Outrossim, foi aprovada resolução autorizando o Diretor do Instituto a continuar gestões relativas à criação de um Centro de Capacitação de Pessoal para Desenvolvimento Indígena e Rural, a ser estabelecido, com a ajuda direta de um país-membro que ofereça a sede e assuma a responsabilidade das dotações necessárias, sem implicar compromisso econômico-financeiro de qualquer espécie para o III.

Comissão Interamericana de Mulheres (CIM)

Durante a XVIII Assembléia da Comissão Interamericana de Mulheres, realizada em Miami, de 24 de julho a 5 de agosto de 1976

o Brasil foi eleito para o Comitê Diretor, integrado também por Barbados, Colômbia, Equador, Estados Unidos da América e Uruguai. Entre as resoluções aprovadas naquela oportunidade, destacam-se as relativas à aplicação do Plano de Ação Regional, às modificações ao Estatuto Orgânico da CIM, aos termos do Acordo OEA/CIM e ao Centro Multinacional da Mulher. Acordou-se, igualmente, que a sede da XIX Assembléia da CIM será a cidade de Cochabamba, na Bolívia.

Na reunião do Comitê Diretor da CIM, que teve lugar em Washington, nos dias 23 e 24 de novembro de 1976, foi dada atenção especial ao estabelecimento do Centro Multinacional da Mulher, com a criação de um grupo de trabalho, o qual se incumbirá da elaboração definitiva do Projeto de Convênio entre o Governo argentino e a CIM. Foi examinada, ainda, a organização de Seminários sobre Nutrição como Meio de Desenvolvimento da Mulher Rural, que deverão realizar-se, em junho de 1977, em sete países da América Central.

Com o falecimento da Delegada Titular do Brasil, Dra. Bertha Lutz, em setembro de 1976, foi nomeada, em dezembro do mesmo ano, a Embaixadora Maria de Lourdes Castro e Silva de Vincenzi para exercer o referido cargo.

Instituto Interamericano da Criança (IIC)

Realizou-se no Rio de Janeiro, de 18 a 21 de maio de 1976, a 56.ª Reunião do Conselho Diretor do Instituto Interamericano da Criança. Na oportunidade, foi reeleito para o cargo de Presidente do Conselho o representante brasileiro junto ao IIC, Doutor Mário de Moraes Altenfelder, Secretário de Promoção Social do Estado de São Paulo. Entre as resoluções aprovadas na oportunidade destacam-se as relativas ao novo acordo entre a OEA e o IIC, ao Ano Internacional da Criança e à realização no Uruguai, em 1977, do XV Congresso Pan-Americano da Criança.

Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH)

Realizou-se, de 21 a 26 de junho de 1976, em Lima, a XVII Reunião do Conselho Diretivo do Instituto Pan-Americano de Geografia e História. Foram adotadas, na oportunidade, entre outras, resoluções relativas à entrada em vigor do Regulamento de Publicações e do Manual de Projetos de IPGH, à suspensão do envio de fundos aos Comitês e Comissões que não apresentem solicitação a esse respeito nem prestem contas dos já recebidos, e à política sobre reservas de fundos.

SISTEMA ECONÔMICO LATINO-AMERICANO (SELA)

Ratificação do Convênio Constitutivo do SELA

O Governo brasileiro depositou o instrumento de ratificação do Convênio Constitutivo do SELA junto ao Governo da Venezuela, em 14 de maio.

I Reunião Extraordinária do Conselho Latino-Americano do SELA

Precedida de reunião preparatória, entre 6 e 12 de janeiro de 1976, realizou-se em Caracas, de 12 a 15 do mesmo mês, a I Reunião Extraordinária do Conselho Latino-Americano.

O Conselho ocupou-se da adoção de posições latino-americanas para a reunião do "Grupo dos 77", preparatória da IV Conferência da UNCTAD, e de aspectos institucionais do SELA, em particular os relacionados com orçamento, regulamento e programa de trabalho.

Além da Declaração Ministerial sobre Comércio e Desenvolvimento e do seu anexo que continha as "linhas de ação" para os países latino-americanos na Reunião dos 77, o Conselho aprovou critérios e diretrizes fundamentais para a elaboração do primeiro programa de trabalho do SELA, seus meios e mecanismos operativos, o critério para a fixação das quotas dos países-membros e o regulamento provisório do Conselho.

II Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano

Realizou-se em Caracas, entre 7 e 16 de junho, a II Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano, com o objetivo principal de aprovar o programa de trabalho substantivo do SELA, completando-se, assim, o seu processo constitutivo, iniciado no Panamá, e dando-se início à sua fase operativa.

Compõe-se o referido programa de 10 capítulos, a saber: 1) cooperação agropecuária e alimentícia; 2) cooperação industrial; 3) consulta e coordenação latino-americana perante terceiros países e reuniões internacionais; 4) sistema de informação latino-americana; 5) ajuda a países que enfrentam situações de emergência; 6) cooperação em produtos básicos; 7) cooperação técnica intra-regional; 8) cooperação financeira e de pagamentos; 9) integração econômica; e 10) cooperação de países e organismos internacionais na realização do programa de trabalho do SELA. O Conselho estabeleceu prioridade para os capítulos sobre cooperação agropecuária e alimentícia e sobre cooperação industrial.

Foi, outrossim, adotada decisão relativa à constituição de 4 Comitês de Ação para tratar dos seguintes temas: 1) apoio ao programa de reconstrução da Guatemala; 2) fabricação de complementos alimentícios de alto conteúdo protéico; 3) construção de habitações e edificações de interesse social; e 4) criação de um mecanismo regional sobre excedentes, escassez e preços de produtos agrícolas selecionados.

No decorrer dos debates, o México, a Venezuela e a Jamaica anunciaram a intenção de criar, de imediato, por iniciativa própria, quatro outros Comitês de Ação, sobre os seguintes projetos: 1) fertilizantes; 2) comercialização e produção de bens de capital; 3) estabelecimento de fábricas e coordenação de projetos de desenvolvimento do setor de alumínio; e 4) criação de uma rede de informações tecnológicas latino-americana.

Dentre os demais assuntos tratados pela II Reunião do Conselho Latino-Americano ressaltam o regulamento dos Comitês de Ação, o projeto de orçamento do SELA, a Lei de Comércio dos Estados Unidos da América, a eleição do Secretário Permanente Adjunto e a cooperação Canadá — SELA.

Entrada em vigor do Convênio

No decorrer da reunião do Conselho acima referida, entrou em vigor o Convênio Constitutivo do SELA, por ter sido atingido o necessário número de ratificações por parte dos países signatários.

Visita do Secretário Permanente a Brasília

Esteve em visita a Brasília, no período de 18 a 21 de agosto, o Secretário Permanente do SELA, acompanhado de membros da Secretaria Permanente, com o objetivo de dar conhecimento das atividades programadas pela organização e solicitar, para as mesmas o apoio das autoridades brasileiras. Do programa da visita constaram audiências com os Ministros das Relações Exteriores, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, da Indústria e do Comércio, da Agricultura e com o Presidente do Banco Central do Brasil.

Reunião de Representantes e Peritos Governamentais

Teve lugar na Cidade do México, no período de 8 a 12 de novembro, uma reunião de Representantes e Peritos Governamentais,

convocada pela Secretaria Permanente, com a finalidade de examinar as questões relativas à constituição e instalação de dois Comitês de Ação, cuja criação foi aprovada quando da II Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano.

Reunião de Instalação do Comitê de Ação de Apoio ao Programa de Reconstrução da Guatemala

A instalação do Comitê de Ação de Apoio ao Programa de Reconstrução da Guatemala, verificou-se em reunião realizada em 15 de novembro, na cidade da Guatemala, a qual contou com a presença de dezesseis países-membros do Sistema, inclusive o Brasil, cumprindo-se assim, a resolução específica adotada pela II Reunião Ordinária do Conselho.

Reunião de Peritos Latino-Americanos sobre Transporte Multimodal

Realizou-se em Buenos Aires, de 13 a 17 de dezembro, uma Reunião de Peritos Latino-Americanos sobre Transporte Multimodal, com a finalidade de elaborar a posição da América Latina para a terceira sessão do Grupo Preparatório Intergovernamental sobre Transporte Multimodal da UNCTAD, programada para o período de janeiro e fevereiro de 1977, em Genebra.

ALALC

O ano de 1976 foi assinalado, no âmbito da ALALC, por sensível expansão e diversificação das trocas comerciais do Brasil com seus parceiros, a ponto de atingirem, nos dois sentidos, cifras

da ordem de 2 bilhões e meio de dólares, em decorrência, não somente do crescimento de nossas exportações, mas, sobretudo, da reorientação para fornecedores da zona de compras anteriormente feitas a terceiros países. Com efeito, a isenção de recolhimento restituível, e das sobretaxas tarifárias acrescentou, em benefício da ALALC, às margens de preferência previamente negociadas, novos incentivos financeiros, equivalentes, em muitos casos, à eliminação da concorrência, e responsáveis, em tantos outros, pela inauguração de correntes de comércio intrazonais.

Esse desvio de comércio gerou, como não podia deixar de fazê-lo, crescente pressão sobre o setor fiscalizador brasileiro incumbido de coibir transgressões às normas de origem e de controlar os preços de importação para mantê-los aos níveis internacionais. Ao Ministério das Relações Exteriores coube a tarefa de defender, no campo externo, as medidas disciplinadoras nesse particular.

Por ocasião da XVI Conferência das Partes Contratantes do Tratado de Montevidéu, o Brasil passou a aplicar a todo produto negociado pela primeira vez a exigibilidade do depósito prévio e das sobretaxas à importação acaso vigentes para terceiros países. Essa diretriz, extensiva aos acordos de complementação industrial, era necessária para conciliar a necessidade de adoção de medidas de defesa do equilíbrio da balança de pagamentos com a preocupação de preservar, dentro da ALALC, o nível dos gravames para os produtos já negociados.

Embora prestigiando sempre a ALALC, o Brasil bem avalia as limitações impostas pela realidade regional à ação multilateral, e tem procurado, por isso, explorar as possibilidades de cooperação por pares ou grupos de países e por setores de atividades econômicas, no pressuposto de que a criação paulatina de uma rede de laços e interesses serve aos propósitos de integração e desenvolvimento do continente.

Foi obedecendo a essa linha de pensamento que não se pouparam esforços para levar a bom termo as negociações do Protocolo

de Expansão Comercial entre o Brasil e o Uruguai. Reuniões de nível técnico permitiram a confecção das listas de produtos para os quais os dois países trocaram vantagens tarifárias, bem como facilitaram a determinação de critérios para o controle da origem dessas mercadorias, critérios inovadores que podem servir de modelo para o tratamento do tema na própria ALALC. Do lado brasileiro, a orientação adotada foi a de abrir para os fornecedores uruguaios o acesso a uma parte, delimitada por quotas, do mercado brasileiro para uma ampla gama de produtos agro-industriais e manufaturados. Em contrapartida, recebemos do Uruguai desgravações, sem limitação de quotas, para um número menor de itens, que o país vizinho não produz e importava de terceiros países. Posto em vigor por notas trocadas entre os dois Chanceleres em julho de 1976, o Protocolo de Expansão Comercial entrou em efetiva execução em setembro. O último trimestre do ano bastou para revelá-lo um instrumento ágil para o incremento do comércio bilateral.

Em novembro, atendendo a pedido do Uruguai, os negociadores brasileiros imaginaram novo esquema, segundo o qual a utilização das vantagens do Protocolo passa a independer do prazo para a concessão da guia de importação. Dessa maneira, contornou-se um possível obstáculo ao aproveitamento daquele mecanismo, relacionado com o tempo de fabricação do produto, a partir do fechamento do negócio e dentro do período de validade do certificado de utilização de quotas. Foi o primeiro desafio, respondido a contento pelo mecanismo de comunicação montado entre os dois países para facilitar a condução do Acordo, antes mesmo do início de atividades da Subcomissão de Expansão Comercial, criada para administrá-lo.

Com a Argentina, vale a pena registrar os esforços para o estabelecimento do diálogo direto entre os setores simétricos dos dois países e a melhor sintonia de posições entre ambos no que diz respeito à ALALC. Com o México, realizou-se a III Reunião da Comissão Mista, em Brasília no mês de agosto. Naquela oportunidade foram passados em revista os principais temas de interesse para os dois países e foram, igualmente, tomadas

as providências necessárias para dar maior fluidez ao comércio recíproco.

O Decreto n.º 78 945, de 15.12.76, que disciplina as compras efetuadas por entidades governamentais, ao isentar a ALALC da proibição de importações estabelecida para quando houver similar nacional restabeleceu as condições necessárias para a evolução de um promissor intercâmbio zonal de produtos manufaturados.

A preocupação em proteger o produtor nacional manifestou-se, em alguns casos, através do recurso à cláusula de salvaguarda, e do pedido de retirada da concessão da Lista Nacional do Brasil. Da mesma forma, o propósito de impedir efeitos prejudiciais ao exportador brasileiro, resultantes de concorrência propiciada por critérios frouxos de origem, levou-nos, em outro caso, a solicitar a fixação de requisitos específicos de origem para o produto.

O Brasil se fez presente em todas as reuniões técnicas patrocinadas pela ALALC, algumas das quais merecem menção especial.

Na I Reunião de Peritos em Imposto de Renda, no mês de junho, em Montevidéu, foram definidos conceitos com vistas à harmonização dos sistemas tributários zonais e à eliminação dos efeitos distorsivos sobre as inversões resultantes do tratamento tributário.

Na III Reunião de Peritos em Dupla Tributação, no mês de agosto, em Montevidéu, foram examinados temas como o lucro das empresas e sua atribuição segundo o princípio da fonte produtora, juros pagos a beneficiários no exterior e sua base tributável, tratamento da assistência técnica, regras sobre a radicação de bens e critérios a serem utilizados na eliminação da dupla tributação entre os países da zona.

Na VIII Reunião do Grupo de Peritos em Valor Aduaneiro, no mês de junho, e na IX Reunião de Diretores Nacionais de Alfândegas, no mês de agosto, ambas em Montevidéu, foram passados em revista os progressos alcançados para adoção de gravames ex-

clusivamente **ad valorem** pelas administrações aduaneiras, assim como para a incorporação, na legislação de cada país, da Definição de Valor de Bruxelas, e foram feitas recomendações quanto às medidas tendentes a tornar compatíveis entre si e com a orientação do Conselho de Cooperação Aduaneira as normas nacionais sobre avaliação das mercadorias.

Na IV e V Reuniões de Organismos Nacionais de Comercialização de Produtos Agropecuários, realizadas, respectivamente, em Montevidéu, no mês de maio, e no México, no mês de outubro, assim como na Reunião do Grupo de Peritos sobre Informação de Mercado, em Montevidéu em setembro, foram lançadas as bases para a estruturação de um serviço de intercâmbio de informações sobre o mercado agropecuário, com o propósito de divulgar, a existência de excedentes exportáveis ou a necessidade de importação de arroz, cevada, feijão, soja, leite em pó, milho, sorgo e trigo.

Na XIII Reunião do Conselho de Política Financeira e Monetária, em São Salvador, no mês de maio, foi assinado o Protocolo Modificatório do Acordo de Garantias Uniformes de Disponibilidade e Transferibilidade do Aceite Bancário Latino-Americano.

Foram, igualmente, feitas recomendações sobre procedimentos bancários destinados a satisfazer exigências do mercado de Nova York. Os aceites bancários latino-americanos — ABLA'S — lançados inicialmente na praça de Nova York em cerimônia realizada no dia 22 de setembro, destinam-se a financiar o comércio regional de quaisquer produtos com recursos de fora da zona. Na medida em que esse mecanismo aumenta o poder de compra dos países da área, contribui para o incremento das exportações brasileiras. Com a finalidade de acompanhar de perto a colocação do papel no mercado norte-americano foi constituído grupo de trabalho permanente integrado por Brasil, Argentina, México, Venezuela e Peru. Ficou, por outro lado, convencionado que, a fim de obter melhores taxas de juros, apenas Brasil, México e Venezuela colocariam inicialmente ABLA'S em Nova York.

Na VIII Reunião da Comissão Assessora de Assunto Monetários, no mês de agosto, em Caracas, e na XIV Reunião do Conselho de Política Financeira e Monetária, em São Francisco, no mês de setembro, além do lançamento dos aceites bancários latino-americanos, tratou-se da reforma do Acordo de São Domingos com o intuito de tornar mais fácil o acesso dos países participantes aos recursos daquele instrumento de apoio transitório a déficits de liquidez. No que concerne à ampliação do sistema de pagamentos, foram aprovadas recomendações no sentido de estabelecer a convergência do mecanismo da ALALC com o do Mercado Comum Centro-Americano, bem como de manifestar aos países membros do sistema de integração do Caribe que a ALALC veria com simpatia sua incorporação ao sistema de pagamentos e de créditos recíprocos da Associação. Essas medidas contribuirão também para aumentar o intercâmbio do Brasil com os países da América Central e do Caribe, ao eliminar a intermediação de bancos extra-regionais, diminuir os custos operacionais e o uso de moedas, conversíveis e colocar novos recursos à disposição de países com problemas de liquidez.

Na Reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura, no mês de outubro, em Montevidéu, tiveram prosseguimento os trabalhos de modificação e atualização da NABALALC, em decorrência de emendas à Nomenclatura Aduaneira de Bruxelas, aprovadas pelo Conselho de Cooperação Aduaneira.

Foi prestada assistência aos empresários da iniciativa privada durante os 14 encontros setoriais, preparatórios da rodada de negociações oficiais a ter lugar durante a XVI Conferência Ordinária.

No ano de 1976, mais uma vez, a quase totalidade das iniciativas de desgravação se concentrava nos projetos de ampliação dos acordos de complementação setorial. O Brasil, inclusive para a negociação dos acordos setoriais, seguiu uma orientação geral que visava a não anular, através da negociação de produtos, medidas de caráter geral determinadas por motivos de balanço de pagamentos, e não ampliar, sem estrita reciprocidade, nossos compromissos externos em matéria tarifária. Buscava o Brasil

também, quanto aos produtos a serem negociados pela primeira vez, em qualquer dos instrumentos de desgravação, a aplicação da exigibilidade do recolhimento restituível e das eventuais sobretaxas tarifárias.

Acordos ns. 10 e 11, sobre máquinas de escritório

O Brasil declarou-se impossibilitado de acompanhar as propostas de desgravações tarifárias adicionais para produtos já negociados e beneficiados, portanto, pela dispensa do recolhimento restituível e das sobretaxas temporárias. Resistiu, por outro lado, em virtude da alta competitividade das indústrias do ramo nos três países, a aceder à pretensão de México e Argentina de que lhes fosse permitido negociar entre si a ampliação dos acordos. Dado o interesse de nossos parceiros em que o Brasil participasse da negociação, ficou decidido o adiamento da mesma.

Acordo n.º 15, sobre indústria químico-farmacêutica

Tendo em conta o interesse do setor privado brasileiro em assegurar a desgravação de alguns produtos críticos e a impossibilidade de, como contrapartida, isentarmos do depósito prévio cerca de vinte produtos que o Brasil negociara pela primeira vez, o equilíbrio foi encontrado com a oferta de desgravações adicionais pelo Brasil para produtos já negociados e com a permissão a México e Argentina para trocarem as concessões que quisessem.

Acordo n.º 16, sobre indústria petroquímica

Além da exigência do depósito prévio para ofertas de produtos novos, o Brasil anunciou a retirada das negociações, por contra-indicação específica, de alguns produtos de grande interesse para a Argentina e o México. Após trabalhosas negociações, foi atingido um ponto de equilíbrio que não compromete as tradicionais

exportações brasileiras do setor. Com o Chile e a Venezuela, os entendimentos se limitaram à renovação de concessões anteriores de interesse recíproco. Foi assinado um protocolo de ampliação do setor industrial, incorporando ao campo do acordo 37 novos produtos petroquímicos.

Acordo n.º 18, sobre indústria fotográfica

O Brasil limitou-se a prorrogar por um ano, no protocolo de ampliação do programa de liberação, as concessões já existentes, sem desgravações adicionais e sem a consolidação, proposta na reunião setorial correspondente, de algumas concessões temporárias.

Acordo n.º 20, sobre matérias corantes e pigmentos

O Brasil restringiu-se a renovar por um ano as concessões vigentes, com exceção de dez corantes, cuja retirada já havia sido decidida.

Acordo n.º 21, sobre excedentes e faltantes da indústria química

O Brasil, na impossibilidade de negociar o depósito prévio e de, sequer, manter a oferta de concessão para um produto, de interesse do México, limitou-se a assinar o protocolo de revisão do programa de liberação, renovando as concessões que expiravam em 1976, e o protocolo de ampliação do setor industrial.

Do ponto de vista político, o assunto de maior atualidade, que não chegou a atingir o ponto crítico durante a XVI Conferência Ordinária mas que se prestou ao exercício da ação moderadora do Brasil no Comitê Executivo Permanente, foi o da iminente convocação da reunião do Conselho de Ministros de Relações Exteriores da ALALC, com seus desdobramentos obrigatórios, referentes à agenda e ao foro adequado para prepará-la.

TRATADO DA BACIA DO PRATA

O mecanismo de cooperação instituído pelo Tratado da Bacia do Prata favoreceu, no decorrer de 1976, expressiva dinamização nas mais diversas áreas de relacionamento entre os países da Região.

Além da realização da VIII Reunião dos Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, ocorrida em Brasília de 7 a 9 de dezembro, o ano foi marcado por reuniões proveitosas dos Grupos de Trabalho das seguintes Áreas Básicas: "Cooperação Econômica", "Recursos Hídricos e Outros Recursos Naturais", "Cooperação em Setores Sociais" e "Transportes".

Vale a pena destacar igualmente a realização, paralelamente à VIII Reunião dos Chanceleres, da I Reunião da Diretoria Executiva do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, que se incumbiu das providências preliminares com vistas à elaboração dos projetos de Regulamento e Orçamento do Fundo.

As discussões e contatos promovidos no contexto desses encontros tornaram possível fazer amadurecer o exame de importantes projetos de colaboração regional e criaram condições para que se pudesse avançar no estabelecimento de normas e métodos comuns para o estudo e controle de muitos aspectos dos problemas da área.

ÁFRICA

Os anos de 1974, 1975 e 1976 foram marcados por profundas transformações no cenário político da África Austral, transforma-

ções essas que se ligam fundamentalmente ao processo de independência das colônias portuguesas na região. Assim, ao lado da emergência dos novos Estados de Angola, Moçambique, Cabo-Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe e, como decorrência direta da independência dessas ex-colônias, polarizou-se o conflito político na região, com o agravamento da tensão racial na África do Sul, a tentativa de solução do problema da Namíbia e o aumento da contestação ao regime de Ian Smith no Zimbabwe.

As novas situações no sul do continente africano levaram a uma presença ativa da diplomacia brasileira. O Brasil, consciente por um lado das afinidades ditadas pela história com os países lusófonos do Continente, e por outro lado, fiel à tese, que sempre defendera, do direito de autodeterminação dos povos, soube tomar as iniciativas necessárias para não afastar-se das realidades que se esboçavam. Neste sentido, além de reconhecer e estabelecer relações diplomáticas com as novas nações lusófonas, o Governo brasileiro manteve, especialmente nas Nações Unidas, a sua posição de firme rejeição ao **apartheid,** e apoiou as propostas que visavam a promover a independência da Namíbia e a transferir para a maioria negra o governo do Zimbabwe.

Buscamos, no ano de 1976, encetar um relacionamento mais profícuo com os nossos parceiros da África. Nesse sentido, procedeu-se à ampliação da nossa rede diplomática na área, à manutenção de um amplo diálogo com as Embaixadas africanas em Brasília, a estimular os esforços do empresariado brasileiro, à recepção de inúmeras delegações e missões de altas autoridades africanas, que aqui estiveram, em visita aos mais diversos setores de atividade do país.

Foi com essa inspiração que a diplomacia brasileira procurou estabelecer novas formas de colaboração com os países do outro lado do Atlântico, na convicção de que os anseios comuns de bem-estar social nos impelem, naturalmente, a buscar uma cooperação, baseada nesses interesses comuns e no respeito mútuo.

Nessa linha de pensamento, foram abertas em 1976 três novas Embaixadas brasileiras no Continente Africano: no Gabão, com sede permanente em Libreville e em Serra Leoa e no Alto Volta, cumulativas com Abidjan.

Atualmente, cerca de 107 empresas brasileiras possuem interesses diretos ou agem por intermédio de 33 firmas concessionárias no Continente Africano. O intercâmbio comercial entre o Brasil e a África já é superior a um bilhão de dólares. No cômputo geral, ele tem sido deficitário para o país, desde 1974. Contudo, essa situação poderá ser corrigida através do aperfeiçoamento de política de estímulo às exportações pois as nações africanas são excelente mercado para os produtos brasileiros.

Países de expressão portuguesa

Certamente a fidelidade da diplomacia brasileira ao princípio da autodeterminação dos povos, a rejeição da política do **apartheid** e o apoio às iniciativas destinadas a promover a independência da Namíbia e um governo de maioria negra no Zimbabwe foram fatores que facilitaram a aproximação com os novos países lusófonos. Assim, ainda durante os anos de 74 e 75, tratou o Governo brasileiro de não só apoiar o processo de independência como também, considerando a área como prioritária para a ação diplomática, de constituir laços efetivos e relevantes com os novos países. Esse movimento de aproximação foi feito em diversas etapas, mas valeria lembrar, por sua relevância, o reconhecimento de Guiné-Bissau em 18 de julho de 1974, ato de especial importância política, pois o Brasil se antecipou a Portugal e ao mundo ocidental em geral no gesto de reconhecer a primeira nação de expressão portuguesa a tornar-se livre nos últimos 150 anos. De importância não menor foram os atos de reconhecimento da independência de Moçambique, de Cabo Verde, de São Tomé e Príncipe e de Angola.

Estavam, pois, lançados, em fins de 1975, as bases políticas essenciais para o aprofundamento do convívio diplomático e, desta

forma, culminava a primeira etapa no processo de aproximação com os novos países lusófonos. Ficava assentada, em termos claros, a convergência brasileiro-africana na defesa da auto-determinação dos povos. A ação diplomática brasileira decorria naturalmente de compromissos históricos, e refletia o perfil tradicional de defesa do princípio de autodeterminação.

Em 1976, nas relações entre o Brasil, de um lado, e Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe, de outro, o tema básico será exatamente o da necessidade de aprofundar e estender a dimensão dos contatos de tal forma que ficasse assegurado, em termos regulares e com mútuo proveito, a continuidade do convívio diplomático.

Nesse sentido, caberia assinalar que os esforços de consolidação correm por duas vertentes. A primeira, que é propriamente diplomática, vai se consubstanciar em fins de 75, na criação das Embaixadas em Angola e Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, estas duas últimas cumulativas com Bissau e Lagos, respectivamente. No correr do ano, os primeiros embaixadores brasileiros em Maputo e em Luanda apresentam credenciais, confirmando-se então plenamente o interesse das novas nações em manter, sem preconceitos, relações estreitas com o Brasil, baseadas não somente na identidade lingüística e na semelhança da formação cultural, como também no interesse de aproximação concreta, marcada por vantagens recíprocas.

É exatamente este interesse nas formas concretas de aproximação que compõe a segunda vertente do convívio que se esboça entre o Brasil e os países lusófonos. Aqui, tem-se, de um lado, da perspectiva do intercâmbio comercial, que já dá indicações positivas, e, de outro, as formas de cooperação técnica. No primeiro caso, registre-se inicialmente que tem crescido, de forma significativa, a exportação de manufaturas brasileiras para Angola e também Moçambique, destacando-se os embarques de automóveis e barcos. Uma missão comercial brasileira visitou Luanda e os contatos entre empresas brasileiras, públicas e privadas, e dirigentes angolanos e moçambicanos tem sido crescentes.

Os programas de cooperação técnica brasileira para os países lusófonos se iniciaram em 1976 com a Guiné-Bissau e Cabo Verde. Os entendimentos foram feitos por missão governamental que esteve em Bissau e no arquipélago, e que negociou as formas de cooperação e as suas dimensões. Na cooperação técnica, que envolve hoje setores variados, como a hotelaria, a medicina e a geologia, o Governo brasileiro tem procurado partilhar a sua experiência de desenvolvimento. Busca-se, assim, auxiliar em setores específicos nações que começam a enfrentar problemas de desenvolvimento, alguns agravados pela herança colonial, bem como criar formas de conhecimento recíproco, que certamente valerão como fator de consolidação dos laços diplomáticos, entendidos em sentido amplo e abrangente.

Em suma, para a diplomacia brasileira na África Austral, o ano de 1976 foi concentrado em iniciativas que procuraram consolidar e aprofundar os laços diplomáticos que se tinham iniciado anteriormente. Com este objetivo delineado, procurou-se intensificar, em diversos níveis, os contactos com as novas nações lusófonas que ao mesmo tempo em que se mantinha a posição de crítica e condenação às fórmulas e regimes políticos que persistem em contrariar e impedir, na região, a plena realização do princípio do governo pela maioria.

GABÃO

A abertura das missões residentes em Brasília e Libreville inaugura uma nova fase no relacionamento entre os dois países, a qual assume grande relevância para o Brasil, à medida que o Gabão vem mantendo altas taxas de crescimento, apresenta a maior renda **per capita** da África Subsaárica, possui grandes reservas de urânio (6.º produtor mundial), e madeira e se destaca como importante produtor de petróleo.

Em 1976, o Gabão forneceu ao Brasil aproximadamente 3% de todo o petróleo que adquirimos no exterior, figurando, no pri-

meiro semestre do ano em questão, como o 6.º fornecedor de petróleo ao Brasil.

Visitou o Brasil, em junho, uma missão comercial gabonesa, chefiada pelo Senhor Etienne Moussirou, Ministro do Comércio e da Indústria, que veio concluir negociações na CACEX sobre a utilização de linha de crédito, no valor de US$ 10 milhões, oferecida ao Gabão para a aquisição de produtos manufaturados brasileiros. A missão gabonesa também examinou a possibilidade de serem importados produtos alimentícios, casas pré-fabricadas, veículos de transporte, bem como a de contratar serviços de engenharia e de consultoria.

O Governo brasileiro concedeu, outrossim, ao Governo gabonês uma linha de crédito no valor de US$ 119 milhões, para o financiamento de um hotel, um hospital e uma estrada naquele país, devendo começar a atuar, no Gabão, as empresas brasileiras "Adolpho Lindemberg" e "Odebrecht".

NIGÉRIA

A Nigéria tem sido o nosso principal parceiro comercial da África Subsaárica. Importamos daquele país, no primeiro semestre de 1976, petróleo no valor de US$ 312.850 mil, absorvendo a Nigéria cerca de 60% das exportações brasileiras para a região.

Visitou o Brasil o Ministro das Finanças e dos Transportes da Nigéria, além de quatro Vice-Ministros: Indústria, Obras Públicas, Transportes e Recursos Hídricos. Em maio, foi designado um Embaixador (residente) em Brasília, em substituição ao Encarregado de Negócios.

Várias empresas brasileiras ligadas, sobretudo, à indústria da construção estão atuando na Nigéria, transferindo tecnologia brasileira nesse setor. As empresas "Protec" e "Sobratel" estão realizando obras de recuperação e ampliação da rede telefônica de

Lagos. A "Sobratel" tem, só com o Governo nigeriano, um volume de negócios no calor de US$ 10 milhões, possuindo 160 funcionários brasileiros trabalhando naquele país. A "Hidroservice" está realizando trabalhos de inspeção e fiscalização de equipamento para rede telefônica, no valor de US$ 13 milhões e a "Promon Engenharia S.A.", no valor de US$ 14 milhões.

A "Interbrás" está por outro lado exportando, em 6 vôos semanais, carne resfriada para a Nigéria. Para facilitar o intercâmbio foi inaugurada em abril último, a linha de navegação **Nigerian South American Line,** estabelecendo ligação direta entre o Brasil e a Nigéria. A criação da "Nigerbrás", empreendimento brasileiro-nigeriano para a navegação marítima, utilizando navios fretados ao Lóide brasileiro, possibilitou ao país dispor de cais privativo no congestionado porto de Lagos, para a carga e descarga de navios nacionais. Firmou-se um Acordo sobre Transportes Marítimos entre os dois países. Em dezembro, o Banco do Brasil inaugurou escritório de representação em Lagos, o que dará novo impulso à conquista de mercados para produtos brasileiros na África Ocidental.

SENEGAL

Em março, reuniu-se, em Brasília, pela primeira vez, a Comissão Mista Brasil-Senegal, que examinou os principais aspectos das relações bilaterais, nos campos cultural, comercial e de cooperação técnica.

Visitou, por outra parte o Brasil o Ministro do Desenvolvimento Industrial e do Meio-Ambiente do Senegal.

ZAIRE

Foram promulgados, em 1976, os Acordos Comercial de Cooperação Cultural e de Cooperação Técnica e Científica, assinados entre o Brasil e o Zaire, em 1973.

GANA

Por ocasião da Feira de Comércio de Gana, em fevereiro de 1976, foram encetadas negociações entre a empresa brasileira "Indusbol" (Indústria de Artigos Esportivos Ltda.) e a Divisão de Esportes do Governo daquele país, para o estabelecimento de uma fábrica de montagem de artigos esportivos em Gana. Dessas negociações já decorreu uma primeira importação de US$ 50 mil, devendo o projeto total representar, inicialmente, uma exportação de mais de US$ 1 milhão. Por outra parte, a empresa "Plantel S/A" está exportando gado e tecnologia brasileira nesse setor para Gana, já tendo sido enviado o primeiro lote de cem cabeças de gado zebu, no valor de cerca de US$ 790 mil. Numa segunda etapa, serão exportadas mais de duas mil cabeças. Essa empresa está exportando gado zebu também para o Senegal, Costa do Marfim e Nigéria e pretende montar, no Togo, a sua primeira subsidiária na África.

TOGO

Em novembro de 1976, a "Embraer" firmou com autoridades togolesas um contrato, no valor de 5.7 milhões de dólares, para o fornecimento ao Togo de três jatos militares do tipo "Xavantes". O contrato prevê, ainda, o treinamento de pilotos e mecânicos togoleses no Brasil, o fornecimento de assistência técnica e o envio regular de peças de reposição.

COSTA DO MARFIM

O Brasil participará da expansão do programa açucareiro e arrozeiro marfiniano. Em dezembro, uma missão brasileira chegou à Costa do Marfim, onde iniciou negociações para a venda e instalação de usinas de açúcar, e bem como de beneficiamento de arroz.

Há muitas perspectivas de cooperação nos setores econômicos, cultural e de cooperação técnica com a Costa do Marfim. Há por outra parte, dois marfinianos cursando o Instituto Rio-Branco.

MAURITÂNIA

Na Mauritânia, a "Construtora Mendes Júnior" está abrindo uma estrada de 603 km, de custo orçado em US$ 115 milhões. A "General Motors do Brasil" exportou caminhões para a Mauritânia no valor de US$ 17 milhões. Nesse país, no Senegal, Gana, Costa do Marfim e Zaire, a "Kelson's S/A Indústria e Comércio" vem tendo êxito com suas exportações de malas, atingindo um faturamento, em 1976, entre US$ 3 a 4 milhões e, em associação a a um grupo privado, montará uma fábrica na Nigéria. A "Kelson's", também exporta gêneros alimentícios para a África. Recebemos, ainda a visita do Ministro dos Transportes, Indústria, Comércio e Marinha da Mauritânia.

ALTO VOLTA

Visitou nosso país o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Alto Volta.

ORIENTE PRÓXIMO

A guerra civil no Líbano, irrompida em abril de 1975 e só terminada cerca de 20 meses depois, constituiu o acontecimento mais importante, ainda que o mais trágico, de quantos se registraram no Oriente Próximo em 1976.

Deflagrada em decorrência de dissenções internas de natureza política, ideológica e confessional, passou a crise libanesa, a partir de certo momento, a receber influências externas, o que levou algumas lideranças árabes a por em marcha um acelerado processo diplomático com a finalidade de encontrar rapidamente uma solução para a crise libanesa e fortalecer a unidade árabe. Os instrumentos desse processo foram a Conferência de Cúpula de Riad, da qual participaram apenas os Chefes de Estado da Arábia Saudita, Coveite, Egito, Síria e Líbano e o dirigente da Organização de Libertação da Palestina, e, a seguir, a Conferência de Cúpula de Reis e Chefes de Estado Árabes, no Cairo, ambas realizadas na segunda quinzena de outubro.

Um dos temas dominantes das Conferências de Riad e do Cairo foi, também, o fortalecimento da solidariedade árabe, com vistas à Conferência da Paz sobre o Oriente Médio, a qual, nos termos da Resolução 31/62 (XXXI), da Assembléia Geral das Nações Unidas, deverá reunir-se sob os auspícios daquele Organismo sob a Co-Presidência dos Estados Unidos da América e da União Soviética.

Outra questão importante durante o ano de 1976 foi a do Saara Ocidental, ex-Saara Espanhol, que, nos termos do Tratado de Madrid, de 14 de novembro de 1975, foi entregue pela Espanha ao Marrocos e à Mauritânia.

O Brasil teve participação ativa na discussão e votação, na XXXI Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, de temas relativos à situação no Oriente Próximo, apoiando todas as iniciativas tendentes ao restabelecimento de uma paz duradoura na região.

No plano bilateral, continuaram a consolidar-se as relações do Brasil com os países do Oriente Próximo, especialmente nos campos da cooperação econômica e do comércio, tornando-se claras as possibilidades de participação de empresas brasileiras na execução de ambiciosos planos de desenvolvimento de alguns daqueles países. O ano de 1976 se caracterizou, outrossim, por uma constante troca de visitas de Delegações governamentais e empresariais entre o Brasil e os países da região.

Com a Argélia o Governo brasileiro assinou Acordo sobre Transporte e Navegação Marítima, por ocasião da visita a Brasília, em abril, do Ministro dos Transportes daquele país.

Ao final da visita do Ministro da Fazenda do Brasil ao Irã, em novembro, durante a qual se reuniu pela primeira vez a Comissão Mista Iraniano-Brasileira de Cooperação Econômica e Técnica, foi assinado, em Teerã, Protocolo que permite a expectativa de uma cooperação sem precedentes entre os dois países. O protocolo prevê numerosos empreendimentos conjuntos de grande envergadura e a conclusão de um Acordo Comercial em futuro próximo.

O Banco do Brasil S.A. abriu um Escritório em Teerã e uma Agência em Al Manamah, Capital do estado de Bahrain.

A INTERBRÁS instalou, no Coveite, Escritório Central para o Oriente Médio, com a finalidade de dinamizar as exportações brasileiras para a região.

Dignas de menção, também, no período, foram as descobertas, pela BRASPETRO, de importantes jazidas de petróleo no Iraque e na Argélia.

Ainda em 1976, visitou o Brasil o Diretor Geral do Projeto Yanbu, da Arábia Saudita, situado na costa ocidental do Mar Vermelho, cujas obras de infraestrutura, no âmbito do Plano Qüinqüenal do mencionado país, estão orçadas em US$ 9 bilhões. Essa visita abriu perspectivas para intensa participação de empresas e equipamentos brasileiros no Projeto.

Dando continuidade à política de promoção das exportações, o Ministério das Relações Exteriores organizou a participação do Brasil nas Feiras Internacionais de Trípoli, Argel, Bagdá, Teerã e Damasco, e realizou a 1.ª Exposição Industrial Brasileira na Arábia Saudita. Em apoio a essa política, a Companhia Paulista de Comércio Marítimo inaugurou uma linha regular de navegação para o Oriente Próximo.

ÁSIA E OCEANIA

A conjuntura asiática em 1976 se caracterizou por um período de paz externa, talvez sem precedentes desde a Segunda Guerra Mundial. Com o término da guerra no Vietname, a região entrou num período de remodelação estratégica e de reconstrução interna, peculiares a uma fase de transição. Nesse contexto, as modificações relevantes ocorreram menos na frente externa que no plano da política interna, embora com sensíveis repercussões internacionais. Sob esse aspecto, basta lembrar que, no espaço de 8 meses, a República Popular da China perdeu os dois líderes que por mais de trinta anos dominaram sua vida política. No Japão, Takeo Fukuda sucedeu ao Primeiro Ministro Takeo Miki, do Partido Liberal Democrático, que vem governando o país praticamente desde o fim da guerra.

Ao mesmo tempo, os demais países asiáticos prosseguiram na busca de um progressivo desengajamento do jogo de poder das Grandes Potências através da afirmação articulada de interesses nacionais e regionais com expressão própria. Assim, observou-se durante o ano de 1976 os esforços de diversificação do diálogo político-diplomático entre países de diferentes sistemas e ideologias, concomitantemente com a busca do fortalecimento de organismos regionais como a Associação dos Países do Sudeste Asiático (ASEAN).

As relações entre o Brasil e os países da Ásia e da Oceania distinguiram-se, no ano de 1976, por um crescente esforço de

aproximação que veio fortalecer a presença diplomática brasileira naquela parte do mundo.

A projeção externa do Brasil na direção do continente asiático adquire hoje nova dimensão depois da visita do Presidente Ernesto Geisel, ao Japão, de 15 a 20 de setembro de 1976. Pela primeira vez, um Chefe de Estado brasileiro visitou oficialmente um país do Oriente. O evento reveste-se naturalmente de significado simbólico, além de seu conteúdo próprio no contexto das relações Brasil-Japão.

Nesse sentido, a viagem do Presidente Geisel refletiu um processo de maturação da política externa brasileira na afirmação dos interesses nacionais em todas as partes do mundo. Através desse ato de diplomacia de cúpula abriram-se para o Brasil novas e amplas perspectivas de cooperação não só com o Japão, mas também com os demais países asiáticos.

A complexidade do quadro internacional, que se manifesta de modo próprio no contexto asiático, constitui para a diplomacia brasileira "um desafio de presença, e não de isolamento", como assinala e recomenda a Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional relativa a 1976. Através dessa ação de presença, a primeira tarefa da Chancelaria brasileira é a de assegurar-se uma faculdade de informação direta que atenda aos interesses maiores da segurança externa do país. Com efeito, as grandes transformações por que tem passado o teatro político asiático exigiram, no ano de 1976, constante trabalho de observação diplomática.

Nossa presença desenvolveu-se paralelamente no nível da negociação e da identificação de interesses convergentes entre o Brasil e os países da Ásia e da Oceania.

Sob esse aspecto, merece destaque especial o relacionamento nipo-brasileiro. A visita do Presidente Geisel ao Japão marcou, na verdade, o coroamento de um progressivo esforço de aproximação entre os dois países e a abertura de uma nova e auspi-

ciosa etapa na cooperação bilateral. Os contatos diretos que o Chefe de Estado brasileiro manteve com os dirigentes japoneses asseguraram um endosso político, no mais alto nível, para a ampliação dos vínculos de toda ordem já existentes entre o Brasil e o Japão. O desenvolvimento dessas relações tem a orientá-lo, de forma explícita, o princípio da igualdade com vistas a uma cooperação mutuamente benéfica. É uma decorrência desse princípio o compromisso assumido por ambas as partes no sentido de procurar ampliar o comércio bilateral de maneira harmônica.

Ficou patenteada, por outro lado, a disposição dos dois Governos em intensificar sua colaboração em matéria de política internacional, de modo a corresponder às crescentes responsabilidades dos dois países na esfera regional e mundial.

O Comunicado Conjunto, emitido ao final da visita do Presidente Geisel, reflete esses pontos de acordo básico e registra — no campo econômico e comercial — dezoito objetivos imediatos de cooperação. Esse documento testemunha por si só a importância e a potencialidade das relações nipo-brasileiras. Essas relações inserem-se numa ótica de longo prazo e exigem um diálogo constante de Governo a Governo, dada a magnitude dos interesses envolvidos. A esse propósito cabe assinalar que — ainda no contexto da visita presidencial — foi realizada a Primeira Reunião Ministerial Nipo-Brasileira. O novo mecanismo de consulta — semelhante ao estabelecido pelo Brasil com a França, Reino Unido e Estados Unidos — vem situar o exame sistemático das relações nipo-brasileiras no mais alto nível governamental de ambos os países.

Ainda em 1976, registrou-se um significativo progresso na ativação do conteúdo econômico das relações entre o Brasil e alguns países asiáticos. Os vultosos contratos de venda de minério de ferro firmados com as Filipinas e a Coréia do Sul vêm contribuir para um incremento substancial do intercâmbio comercial com aqueles países, consolidando, ao mesmo tempo, a crescente penetração brasileira na região. Idêntico objetivo foi alcançado com

Bangladesh, estando atualmente em negociação instrumento congênere com a República Popular da China. Registrou-se ainda, no período, uma intensa movimentação de delegações de caráter econômico-comercial, com a vinda ao Brasil de missões governamentais de alto nível da Índia e da Nova Zelândia. Finalmente, com relação à Austrália, importantes esforços estão sendo realizados no sentido de estreitar o relacionamento bilateral, através da otimização de potencialidades recíprocas.

JAPÃO

A visita do Presidente Ernesto Geisel ao Japão, entre 15 e 20 de setembro, constituiu-se no principal acontecimento no quadro das relações nipo-brasileiras e seguiu-se às visitas ao Brasil do Senhor Kakuei Tanaka em 1974 e do Senhor Takeo Fukuda em 1975. Veio ela consolidar uma fase de estreitamento político-diplomático no mais alto nível entre os dois países, refletindo o reconhecimento da dimensão alcançada pelos interesses conjuntos nas áreas econômico-comercial e política.

A visita presidencial cristalizou uma série de entendimentos substanciais entre os dois Governos, traduzidos em nada menos de dezoito pontos constantes do Comunicado Conjunto divulgado em Tóquio, no dia 19 de setembro. A ampla gama de matérias acordadas cobriu, entre outros, tópicos políticos multilaterais e bilaterais, investimentos conjuntos, comércio bilateral, financiamentos e cooperação tecnológica.

No campo econômico, foi definida a participação japonesa em grandes empreendimentos conjuntos, como o projeto siderúrgico de Tubarão, no Espírito Santo, e o complexo industrial para a produção de alumina e alumínio no Pará, além de outros projetos que contarão com o apoio dos dois Governos.

No campo comercial, foram firmados vultosos contratos de exportação de produtos brasileiros para o mercado japonês, dentre os quais se destacam o fornecimento de minério de ferro, **pellets,**

celulose e produtos alimentícios. Nesse último caso, cabe registrar as vendas de soja brasileira para o Japão.

A execução desses contratos de longo prazo virá permitir uma rápida expansão do comércio bilateral, além de elevar o Brasil à categoria dos grandes supridores estáveis do mercado japonês.

No campo financeiro, registre-se a concessão de um crédito da ordem de US$ 1,5 bilhões pela parte japonesa, para aplicação em empreendimentos conjuntos que atendam às prioridades brasileiras.

Além desses aspectos, os contatos pessoais mantidos pelo Presidente Geisel com as autoridades e líderes empresariais japoneses acrescentaram uma nova dimensão ao relacionamento bilateral, permitindo o estabelecimento de um diálogo direto e franco num ambiente de cordialidade e compreensão mútua.

Ainda no contexto da visita presidencial, foi instalada solenemente a Primeira Reunião Ministerial Brasil-Japão, que passa doravante a institucionalizar um mecanismo de consultas de alto nível, numa moldura política compatível com a importância das relações nipo-brasileiras.

Cabe lembrar que o Governo de Tóquio só mantém procedimento semelhante, em nível inter-ministerial, com os Governos do EUA, Canadá, Austrália e Coréia do Sul.

Participaram dessa reunião, pelo lado brasileiro, os Ministros das Relações Exteriores, da Indústria e do Comércio, das Minas e Energia e da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

O Governo japonês se fez representar pelos Ministros Fukuda (Vice-Premier e Planejamento), Kosaka (Relações Exteriores), Oishi (Agricultura e Floresta), Ohira (Finanças) e Komoto (Comércio Internacional e Indústria).

Antes da visita do Presidente Ernesto Geisel, o Senhor Shigeaki Ueki, Ministro das Minas e Energia, esteve em Tóquio a convite do Governo japonês, entre 26 de janeiro e 6 de fevereiro. Durante sua permanência no Japão, o Ministro Ueki manteve entendimentos com as autoridades governamentais e com o setor privado japonês a respeito de diversos projetos afetos ao Ministério das Minas e Energia.

No que respeita aos contatos realizados na área governamental, destacam-se as entrevistas havidas com o Primeiro Ministro Takeo Miki, o Vice-Primeiro Ministro Takeo Fukuda, os Ministros Miyazawa, das Relações Exteriores, Komoto, do Comércio Internacional e Indústria, e Ohira, das Finanças.

Na área privada, o Ministro Ueki efetuou reuniões no Keidanren (Federação das Organizações Econômicas do Japão), onde manteve conversações com os líderes das grandes empresas japonesas com interesses no Brasil.

Entre 4 e 10 de julho, visitou oficialmente o Brasil o Senhor Toshio Komoto, Ministro do Comércio Internacional e Industrial do Japão. Além de tratar de assuntos relacionados com a visita do Presidente Geisel ao Japão, o Ministro Komoto esteve em contato com as autoridades brasileiras com o propósito de incrementar o intercâmbio econômico-comercial entre os dois países. Na ocasião, o Ministro japonês foi recebido em audiência pelo Presidente Geisel e pelos Ministros das Relações Exteriores, Minas e Energia, Indústria e do Comércio, Fazenda e Planejamento, bem como pelos Governadores dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro e pelo Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Cabe ressaltar ainda que, durante a estada do Ministro Komoto, foram iniciados entendimentos com vistas a desenvolver a cooperação bilateral no campo da tecnologia industrial.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

No decorrer do ano de 1976, as relações entre o Brasil e a República Popular da China continuaram a ser pautadas no Comuni-

cado Conjunto firmado entre os dois países a 15 de agosto de 1974.

Dentro desse quadro, a atuação de ambos os Governos foi caracterizada pela cordialidade e correção, numa demonstração de interesse comum na consolidação e ampliação das convergências nos diversos setores do relacionamento bilateral.

Assim, os esforços brasileiros nessa fase inicial foram dirigidos para o alicerçamento de uma compreensão objetiva dos principais aspectos da realidade chinesa. Em consonância com essa orientação, a Embaixada brasileira em Pequim procedeu ao estabelecimento de contatos com as autoridades chinesas, bem como ao levantamento de dados de fundo sobre o país, no intuito de proporcionar bases sólidas para um profícuo diálogo de Governo a Governo.

No campo comercial, o Itamaraty, em coordenação com outros órgãos governamentais e entidades privadas, prosseguiu nos estudos de identificação das potencialidades do mercado chinês, com vistas à sistematização do intercâmbio entre os dois países.

Foram ainda registradas, durante o ano, as visitas do deputado federal Adriano Valente e de vários jornalistas brasileiros à República Popular da China, onde mantiveram contatos com as autoridades locais, no interesse de um maior conhecimento das realidades recíprocas.

ÍNDIA

Em 1976, as relações do Brasil com a Índia foram marcadas pelos contatos realizados com o propósito de intensificar a cooperação econômico-comercial entre os dois países.

Dentro dessa orientação, merece relevo a iniciativa do Conselho Nacional de Siderurgia e Não-Ferrosos (CONSIDER), tomada em outubro de 1976, de enviar à Índia uma missão técnica, chefiada pelo Doutor Antonio Alberto Zappia. A missão do Consider dedi-

cou-se particularmente ao estudo da indústria indiana de componentes pesados de aço.

Em novembro de 1976, o Governo de Nova Delhi decidiu enviar ao Brasil missão de alto nível, chefiada pelo Senhor P. C. Alexander, Secretário do Comércio Exterior. A missão Alexander entrou em contato com as autoridades brasileiras para tratar de aspectos relacionados com o comércio bilateral e das possibilidades de cooperação entre os dois países no campo da tecnologia industrial. As principais conversações foram mantidas no Ministério da Indústria e do Comércio e no Ministério dos Transportes, onde foram identificadas áreas de possível cooperação tecnológica e industrial.

Concomitantemente, foi realizada no Rio de Janeiro — de 25 de novembro a 10 de dezembro — uma importante Feira Comercial e Industrial patrocinada pelo Governo indiano. A Feira Indiana foi inaugurada pelo Ministro da Indústria e do Comércio, Doutor Severo Fagundes Gomes, e contou com a presença do Senhor Alexander, Secretário do Comércio Exterior do Governo da Índia. A exibição tinha por objetivo proporcionar ao importador brasileiro uma visão ampliada da oferta indiana e dar ao público visitante uma perspectiva do atual estágio de adiantamento tecnológico daquele país.

O resultado da intensificação das relações comerciais do Brasil com a Índia, no ano de 1976, pode ser observado nas cifras do comércio bilateral que deixaram de acusar um saldo deficitário para o Brasil, como vinha ocorrendo desde 1974. A política brasileira continua voltada para explorar meios que possibilitem uma cooperação econômico-comercial mais condizente com as potencialidades dos dois países.

AUSTRÁLIA

As relações com a Austrália tiveram seu ponto focal no esforço que vem sendo empreendido para intensificar as relações econômicas e comerciais entre os dois países.

Numa primeira etapa, esse esforço tem-se concentrado na identificação de produtos industriais brasileiros que poderiam ser exportados com êxito para a Austrália, sendo animadoras as possibilidades que se apresentam nesse sentido.

Pesquisas já realizadas demonstram que o mercado australiano pode ser receptivo a uma larga gama de manufaturados brasileiros, como ilustra o rápido aumento de nossas exportações de máquinas de escritório e de pedras preciosas e semipreciosas.

Por outro lado, a Austrália coloca tradicionalmente no mercado internacional insumos minerais básicos de que o Brasil é carente. Há, assim, condições para uma maior interação comercial entre os dois países.

NOVA ZELÂNDIA

O Brasil recebeu, no ano de 1976, a visita de autoridades de alto nível do Governo da Nova Zelândia.

Inicialmente, de 31 de agosto a 9 de setembro, esteve em nosso país o Embaixador neozelandês em Santiago, Senhor Kenneth Cunnighan, que foi recebido em audiência pelos Ministros das Relações Exteriores e da Agricultura. Com as autoridades brasileiras foram discutidos aspectos do relacionamento bilateral, prevendo-se a visita de novos enviados do Governo de Wellington.

Assim, de 5 a 8 de outubro, o Senhor Willian Rowling, Presidente do Partido Trabalhista e Ex-Primeiro Ministro da Nova Zelândia, visitou o Brasil. Durante a sua permanência, o Senhor Rowling foi recebido pelos Ministros das Relações Exteriores, da Agricultura, das Minas e Energia e pelos Vice-Presidentes do Congresso Federal e da Câmara dos Deputados.

Posteriormente, de 18 a 24 de novembro, visitou o Brasil Missão governamental da Nova Zelândia chefiada pelo Embaixador W. C. Thorp, Secretário Assistente das Relações Exteriores. Acompa-

nhou o Embaixador Thorp o Secretário-Assistente do Departamento de Comércio e Indústria, Embaixador A. K. Robinson. A referida missão esteve em contato com as autoridades brasileiras a fim de avaliar os meios que deverão ser utilizados para aumentar o volume de trocas entre os dois países. Para tanto, foram mantidas conversações com os Ministros do Planejamento, da Indústria e do Comércio, da Agricultura, com os presidentes da Interbrás, COBEC e com a diretoria da CACEX.

CORÉIA DO SUL

No ano de 1976, as relações bilaterais do Brasil com a Coréia do Sul se caracterizaram pelo esforço de ambos os Governos para intensificar as relações comerciais bilaterais através de novas formas de cooperação econômica.

Para tanto, foram examinados os produtos que integram a pauta de comércio entre os dois países. Ficou constatado o interesse sul-coreano em adquirir do Brasil 100 mil toneladas de soja e em importar café, castanha-de-caju, pedras preciosas e semipreciosas, quartzo, peles e couros, algodão, arroz e cacau. Em contrapartida, a Coréia do Sul revelou interesse em exportar para o nosso país cimento, pneumáticos industriais e aços especiais.

Dentro dessa abertura comercial para a Coréia do Sul, teve significado especial a visita que o Ministro das Minas e Energia, Senhor Shigeaki Ueki, realizou àquele país, de 18 a 20 de julho. Na oportunidade, o Ministro Ueki firmou vultoso contrato de venda de minério de ferro entre a Companhia Vale do Rio Doce e a Pohang Iron and Steel Company. Com isso a CVRD deverá fornecer, a longo prazo, cerca de 15% do minério adquirido pela Coréia do Sul, que ultimamente vem dando ênfase especial à ampliação do seu parque siderúrgico.

De outro parte, visitou o Brasil, no final de setembro, uma missão comercial chefiada pelo Senhor Wan-Son Tae, Presidente da Câmara de Comércio e Indústria e ex-Vice-Primeiro Ministro. Seu

objetivo foi travar contato direto com a realidade econômica brasileira, tendo em vista o interesse de intensificar o comércio entre os dois países.

É digna de nota a visita que fez ao Brasil, de 28 a 30 de julho, o Senhor Dong Jo Kim, na qualidade de enviado especial do Presidente Park Chung Hee. Em Brasília, o Senhor Dong Jo Kim — ex-Chanceler coreano — foi recebido em audiência pelo Presidente da República e pelo Ministro das Relações Exteriores, com quem discutiu aspectos das relações políticas bilaterais.

FILIPINAS

Também com as Filipinas as relações do Brasil, em 1976, foram marcadas pelo interesse recíproco em aumentar o volume das trocas comerciais entre os dos países.

Na visita que o Ministro Shigeaki Ueki realizou àquele país, de 8 a 12 de novembro, foi assinado contrato para o fornecimento de 30 milhões de toneladas de minério de ferro à **Philippine Sinter Corporation,** por um prazo de 15 anos, no valor estimado de US$ 500 milhões. Por seu turno, o Brasil se comprometeu a importar 2 milhões de toneladas de concentrado de cobre filipino pelo prazo de 10 anos, procurando, assim, proporcionar um equilíbrio bilateral. Os entendimentos então mantidos não se limitaram à área meramente comercial, tendo sido acordada ainda a cooperação brasileira nos estudos de viabilidade para a possível implantação de usinas siderúrgicas à base de carvão vegetal e nas pesquisas para aproveitamento — como combustível — do álcool obtido da cana-de-açúcar naquele país.

BANGLADESH

Em 1976 foi assinado o Acordo de Comércio entre o Brasil e Bangladesh. O ato, celebrado em Brasília, a 13 de fevereiro de 1976, completa mais uma etapa no esforço desenvolvido pelos dois Governos no sentido de orientar a cooperação entre o Brasil

e Bangladesh nos domínios comercial e econômico e de estimular reciprocamente o desenvolvimento do intercâmbio bilateral.

Concomitantemente, foram abertas linhas de financiamento para a exportação de manufaturados e navios brasileiros para Bangladesh. Nesse sentido, em 1976, veio ao Brasil uma delegação bengalesa, chefiada pelo Senhor Sidiqqur Rahman, a fim de acertar com os estaleiros nacionais a compra de um navio para a **Bangladesh Shipping Corporation.**

PAQUISTÃO

Em janeiro de 1976, visitou o Paquistão uma Delegação parlamentar brasileira chefiada pelo Deputado Célio Borja, Presidente da Câmara dos Deputados. A Delegação Parlamentar foi recebida em audiência especial pelo Presidente da República do Paquistão e pelo Primeiro-Ministro, Senhor Zulfikar Ali Butto.

Em 1976, o Paquistão comemorou o centenário de nascimento de Muhammad Ali Jinnah, patriarca da independência do país. Pelo transcurso da data, o Governo paquistanês fez entrega ao Presidente Ernesto Geisel de uma medalha comemorativa.

As relações de amizade entre o Brasil e o Paquistão estreitaram-se ainda mais através do esforço para dar nova dimensão ao intercâmbio bilateral entre os dois países. Nesse sentido, através do intercâmbio de missões comerciais, foi possível — durante o ano de 1976 — identificar áreas de interesse comum e buscar solução para dificuldades a serem superadas.

TAILÂNDIA

O relacionamento entre o Brasil e a Tailândia continuou a ser desenvolvido em bases de cordialidade recíproca. Durante o ano, ambos os Governos, em contato com as áreas privadas dos respectivos países, prosseguiram nos estudos visando à gradual

ampliação do intercâmbio comercial e à colaboração nos campos de interesse comum.

Nos meses de maio e junho, uma missão da Comissão de Financiamento à Produção do Ministério da Agricultura esteve em visita a Bangkok, tendo estendido posteriormente a sua viagem à Kuala Lumpur, Manilha, Nova Delhi, Jacarta e Hong Kong. Na ocasião, a missão entrou em contato com as autoridades locais do setor da agricultura, colhendo dados sobre a política de produção e comercialização de produtos agrícolas dos países da região.

Em dezembro, chegou ao Brasil um grupo de bolsistas tailandeses designados para estudaram em universidades brasileiras, dando início ao programa de intercâmbio cultural entre os dois países.

MALÁSIA

Em 1976, as relações do Brasil com a Malásia foram marcadas pela ação de ambos os Governos no sentido de aprofundar os contatos nas áreas em que são promissoras as possibilidades de cooperação econômica entre os dois países.

Na visita que o Ministro das Indústrias de Base da Malásia, Sr. Datuk Musa Hitam, realizou ao Brasil de 10 a 14 de março, foram mantidas conversações com a Superintendência da Borracha e com o Secretário Geral do Ministério da Indústria e do Comércio. A finalidade da visita do Ministro Musa foi de conhecer o estágio de desenvolvimento da borracha em nosso país e discutir com as autoridades brasileiras os meios que poderiam ser utilizados para se promover uma colaboração conjunta neste setor.

INDONÉSIA

A reabertura da Embaixada do Brasil em Jacarta, em 1975, proporcionou um estreitamento das relações entre o Brasil e a Indonésia. Após o período dedicado à instalação da missão diplomá-

tica brasileira e à retomada dos contatos oficiais, a Embaixada do Brasil em Jacarta procurou identificar e explorar as possibilidades de expandir as relações econômicas e comerciais entre os dois países. Nesse sentido, em 1976, abriram-se boas perspectivas para a penetração, através de concorrências, de manufaturados brasileiros na Indonésia.

EUROPA

EUROPA OCIDENTAL

O ano de 1976, na Europa Ocidental, foi marcado no campo político, por uma predominância das questões de âmbito intra-regional e, na área econômica, por uma recuperação lenta diante da conjuntura de recessão e da persistência de tendências inflacionárias.

Na esfera do Mercado Comum, não ocorreram avanços significativos em direção à união política e monetária, salvo o acordo sobre a futura composição e eleição, por sufrágio direto universal, do Parlamento Europeu. Na OTAN, observou-se um compasso de espera, na expectativa dos resultados das eleições presidenciais nos Estados Unidos da Amércia.

Em 1976, continuou intenso o processo de aproximação do Brasil com a Europa Ocidental, cabendo ressaltar, como fatos mais importantes, as visitas do Presidente Ernesto Geisel à França e ao Reino Unido. As visitas, além do estabelecimento de um diálogo no mais alto nível entre o Brasil e aqueles países, propiciaram acordos e entendimentos concretos nos campos econômico, comercial e científico, de grande importância para a concretização de projetos de desenvolvimento brasileiros.

As relações entre Brasil e Portugal foram revigoradas com a visita, em dezembro, do Primeiro-Ministro Mário Soares, que se fez acompanhar dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, além de outras autoridades. Durante a visita, foram realizadas conversações profícuas visando ao desenvolvimento do intercâmbio em diferentes setores.

ÁUSTRIA

De 18 a 28 de setembro, realizou visita de estudo ao Brasil o Doutor Herbert Schambeck, Vice-Presidente do Conselho de Es-

tado da Áustria. Na área econômica, deve-se mencionar a realização, em Viena, no dia 29 de janeiro, sob os auspícios da Câmara Federal de Economia da Áustria, do "Dia Informativo do Brasil", e, de 29 de novembro a 3 de dezembro, simultâneamente no Rio e em São Paulo, o Simpósio Tecnológico Brasil-Áustria. Caberia destacar, finalmente, a pré-qualificação de firmas austríacas para projetos do programa de expansão das siderúrgicas estatais.

BÉLGICA E LUXEMBURGO

Com relação à Bélgica e ao Luxemburgo, no quadro dos esforços para a promoção de investimentos, realizou-se, em Bruxelas, em novembro, mesa redonda promovida pela Brasilinvest, com a participação de grande número de investidores belgas e luxemburgueses.

DINAMARCA

Foram levadas a cabo diversas iniciativas tendentes ao desenvolvimento das relações comerciais Brasil-Dinamarca. Nesse sentido, o Governo brasileiro convidou empresários dinamarqueses a participarem de missões de importadores estrangeiros ao Nordeste, organizadas pelo Itamaraty, em colaboração com o Sistema Regional de Promoção de Exportações do Nordeste.

Em novembro, veio ao Brasil o Presidente do Fundo de Industrialização para Países em Desenvolvimento da Dinamarca, Senhor Kjeld Philips. Também membro do Conselho de Direção da Agência Dinamarquesa de Assistência ao Desenvolvimento, o Senhor Philips manteve contatos com diversas autoridades brasileiras vinculadas à área econômica.

ESPANHA

De 5 a 8 de julho celebrou-se em Madrid a II Sessão da Comissão Mista Brasil-Espanha. Na ocasião, foram examinados os principais

temas econômicos, comerciais e financeiros, objetivando a definição de medidas práticas para a expansão a curto prazo, do intercâmbio hispano-brasileiro.

O comércio entre o Brasil e a Espanha registrou, nos últimos anos, notável incremento, tendo as exportações brasileiras subido gradualmente de US$ 94 milhões em 1971 a mais de US$ 420 milhões, em 1975. Esse intercâmbio tem resultado em saldos para o Brasil que, no período citado, somaram mais de US$ 710 milhões.

Ilustrando seu interesse no desenvolvimento global do intercâmbio, não só através do aumento das exportações, mas também da reorientação das importações para os países onde detínhamos saldos comerciais positivos o Brasil na reunião da Comissão Mista assinalou a disposição de adquirir à Espanha até 300 mil toneladas de produtos de aço para suprir parte da demanda que a produção siderúrgica nacional não possa atender, em futuro imediato.

Ficou assentada, a aquisição pelo Brasil de 85 locomotivas diesel-elétricas e examinou-se a possibilidade de firmas espanholas se associaram à indústria brasileira para fabricação no Brasil, de trensunidades e vagões de passageiros.

Decidiu-se, ainda, estudar a utilização mais ampla da linha de crédito, no montante de US$ 150 milhões, aberta pelo Banco Exterior da Espanha para o fornecimento de bens de equipamento espanhóis, em relação com o III estágio do plano siderúrgico brasileiro.

A Espanha manifestou seu interesse em que cheguem a bom termo contatos em curso entre empresas dos dois países objetivando o abastecimento de soja, a prestação de assessoria técnica, e a utilização de equipamentos brasileiros para a usina esmagadora que seria instalada em Barcelona.

Também esteve em pauta, a possível construção, em estaleiros espanhóis, de navios do tipo LPG e "roll-on-roll-off", e a oferta espanhola de fornecer outros tipos de embarcações especiais.

Além da reiteração de seu interesse na venda de tais navios ao Brasil, o Governo espanhol ofereceu a abertura de linha de crédito de US$ 50 milhões para o financiamento de encomendas de chapas e equipamentos navais.

Examinou-se a possibilidade de fornecimento pela Espanha de fertilizantes, lubrificantes e outros produtos químicos e petroquímicos.

A Delegação brasileira reiterou seu interesse em obter autorização para que o escritório de representação que o Banco do Brasil mantém em Madrid seja transformado em agência mediante autorização por reciprocidade, para que um banco espanhol abra agência no Brasil.

O Senhor Rafael Dal-Re Tenreiro, Subsecretário de Mercado Interior do Ministério do Comércio, esteve no Brasil, de 7 a 12 de dezembro, na chefia de uma missão comercial espanhola que, no Rio de Janeiro, realizou negociações com o IBC visando à compra de café. O Subsecretário espanhol avistou-se com o Presidente do IBC e com o diretor da CACEX, e manteve contatos em Brasília com o Ministério da Fazenda e Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

FINLÂNDIA

Em fevereiro, em visita de caráter particular, passou duas semanas no Brasil, na região centro-oeste, o Presidente Urho Kekkonen.

De 28 de março a 6 de abril, foi recebida importante missão empresarial finlandesa do setor da construção civil. A missão, entre cujos integrantes figuravam o Prefeito de Tampere, segunda cidade e principal centro industrial da Finlândia, e o Diretor-Executivo da Federação dos Empreiteiros finlandeses, manteve contato com o Banco Nacional de Habitação e com entidades e firmas congêneres no Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Belém.

Em outubro, em atendimento a interesse do Governo finlandês, realizou-se em Curitiba um Simpósio Florestal Brasil-Finlândia, que contou com a participação de especialistas florestais finlandeses. Participaram dos trabalhos representantes do Ministério da Agricultura, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e de outros órgãos.

FRANÇA

As relações Brasil-França foram marcadas de modo especial, em 1976, pela visita do Presidente Ernesto Geisel a Paris, de 26 a 28 de abril, a convite do Presidente da República Francesa, Senhor Valéry Giscard d'Estaing.

Acompanharam o Presidente Ernesto Geisel os Ministros das Relações Exteriores, da Indústria e do Comércio, das Minas e Energia, o Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento, os Presidentes da Comissão de Relações Exteriores do Senado e da Comissão de Diplomacia da Câmara, e outras altas autoridades.

Além das discussões políticas a nível presidencial, os Ministros das Relações Exteriores, Indústria e Comércio, Minas e Energia e Planejamento mantiveram conversações com seus pares franceses, tendo verificado a existência de comum interesse em desenvolver a cooperação franco-brasileira nos campos da energia elétrica e solar, pesquisa petrolífera, petroquímica, transportes terrestres e aéreos, instalações portuárias e aéreas, telecomunicações, construção aeronáutica, industria mecânica e informática.

Acordou-se, então, a formação de consórcio bancário, sob liderança francesa, para levantamento dos recursos destinados à construção das hidrelétricas de Tucuruí e Itaparica.

Durante a visita e imediatamente após, podem ser anotados, ainda, entre outros, os seguintes entendimentos:

— protocolo com os Bancos de Comércio Exterior e Crédito Comercial da França para abertura de crédito de US$ 240 milhões

ao BNDE para financiamento do pólo petroquímico do Rio Grande do Sul, e construção de usinas de fertilizantes;

— contrato para compra de tubos flexíveis de aço para o campo petrolífero de Garoupa, em operação equivalente a 250 milhões de francos:

— venda de 40 milhões de toneladas de minério de ferro pela Companhia Vale do Rio Doce à Usinor, em uma operação de US$ 60 milhões;

O Ministro Shigeaki Ueki permaneceu em Paris para ultimar negociações que culminaram, no dia 30 de abril, com a assinatura do Acordo Complementar entre o Brasil e a França no Campo da Energia Solar e de outras Formas Não-Convencionais de Energia.

As negociações com a França a respeito dos projetos hidrelétricos tiveram prosseguimento, em Paris, no mês de maio, com a assinatura, entre o Presidente da Eletrobrás, de um lado, e grupos industriais e de bancos franceses e internacionais, de outro, de três protocolos de entendimento que formalizaram a proposta francesa para o financiamento e a execução técnica dos projetos hidrelétricos de Tucuruí, no Pará, e Itaparica, na Bahia.

Ainda com a França, havia-se realizado em janeiro, em Brasília, com a presença dos Ministros das Relações Exteriores e do Comércio Exterior daquele país, a primeira reunião da "Grande Comissão de Competência Geral" franco-brasileira, mecanismo de consulta instituído em 1975 para o exame regular e periódico das questões de interesse comum.

De 25 de janeiro a 8 de fevereiro, veio ao Brasil uma missão de membros da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Francês a fim de visitar diversos empreendimentos ligados aos programas sócio-sanitários do Governo brasileiro. Os membros da Comissão mantiveram também encontros com os Ministros da Saúde e do Trabalho, com o Presidente do Senado e com os Governadores do Rio de Janeiro e de Pernambuco, além de outras autoridades.

Em fevereiro, outra missão parlamentar francesa visitou o Brasil, esta integrada por membros da Comissão de Verificação de Contas da Assembléia Nacional, interessada nas condições de funcionamento e nos sistemas de verificação de preços dos órgãos legislativos brasileiros.

Finalmente, ainda no mesmo mês de fevereiro, esteve no Brasil missão de cinco membros da Comissão de Produção e Intercâmbio da Assembléia Francesa para estudar aspectos do intercâmbio comercial com o Brasil.

GRÉCIA

Em 12 de agosto de 1976, foi promulgado o Acordo de Comércio Brasil-Grécia, celebrado em Brasília, em junho de 1975. Por este instrumento, os pagamentos relativos às transações comerciais entre os dois países passaram a ser efetuados em moeda conversível, pondo-se fim ao sistema de **clearing**, vigente desde 1960. O referido ato instituiu ainda uma Comissão Mista que tem por atribuição o acompanhamento e fomento do intercâmbio bilateral entre os dois países.

ITÁLIA

O ano de 1976 marcou uma etapa decisiva na diversificação dos empreendimentos da Itália no Brasil, com o início das atividades da fábrica de automóveis e motores FIAT em Minas Gerais, em julho, a assinatura do Acordo de Participação no projeto siderúrgico de Tubarão, no Espírito Santo, em maio, e ainda a constituição do Comitê Empresarial Ítalo-Brasileiro, em julho.

Na área das comunicações, retribuindo visita que fizera à Itália em 1975 o Ministro Quandt de Oliveira, visitou o Brasil, em abril, o Senhor Giulio Orlando, Ministro dos Correios e Telecomunicações da Itália a fim de dar seqüência aos entendimentos iniciados no ano anterior em Roma, sobre o desenvolvimento da cooperação técnica entre os dois países, e a participação de empresas esta-

tais italianas nos programas de expansão da rede brasileira de telecomunicações.

No campo da indústria de veículos automotores, além do início das atividades de sua fábrica em Minas Gerais, a FIAT assumiu o controle da Fábrica Nacional de Motores.

IRLANDA

As relações diplomáticas entre os dois países foram estabelecidas em 1.º de setembro de 1975. Até então, a Irlanda era o único país da Europa Ocidental com o qual o Brasil não mantinha relações diplomáticas regulares. Contudo, com o ingresso da Irlanda na CEE, cujo relacionamento com o Brasil é cada vez mais importante convieram os dois países na necessidade do estabelecimento de vínculos mais diretos.

MALTA

O Governo maltês decidiu enviar ao Brasil, no começo de 1977, uma missão com o objetivo de procurar explorar com as autoridades brasileiras as possibilidades de cooperação entre os dois países, principalmente no terreno econômico-comercial.

NORUEGA

Como no caso dos demais países escandinavos, destacaram-se, nas relações Brasil-Noruega, iniciativas na área econômica e comercial. Em agosto, a maior instituição financeira particular norueguesa, o Norske Credit-Bank (Banco Norueguês de Crédito), anunciou ter decidido associar-se, mediante participação de 2,5 milhões de dólares em seu capital, à empresa ARACRUZ, que desenvolve no Estado do Espírito Santo importante projeto na área florestal.

Promovido em Oslo, por iniciativa da empresa aérea VARIG realizou-se, na segunda quinzena de outubro, "Seminário sobre Inves-

timentos no Brasil", que congregou representantes de sessenta das maiores indústrias e bancos da Noruega, interessados em participar de empreendimentos no Brasil, principalmente nas áreas de construção naval e exploração petrolífera na plataforma.

PAÍSES BAIXOS

Fato relevante no quadro das relações Brasil-Países Baixos foi o estabelecimento, mediante troca de notas, no dia 6 de julho, do Grupo de Trabalho brasileiro-holandês para facilitar e estimular a cooperação entre o Brasil e os Países Baixos nos setores da agricultura e da agro-indústria.

PORTUGAL

A convite do Governo brasileiro, o Primeiro-Ministro Mario Soares realizou visita ao Brasil, de 15 a 21 de dezembro, acompanhado de comitiva da qual fizeram parte o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o da Defesa, além de outras altas autoridades. Foram mantidas com as autoridades brasileiras profícuas conversações com vistas ao revigoramento e ampliação do intercâmbio.

Com o objetivo de avaliar as possibilidades de incremento das relações econômicas bilaterais, ficou, durante a visita, ajustada a convocação, para junho de 1977, da Comissão Econômica Luso-Brasileira, a ser precedida de trabalhos preparatórios a cargo de técnicos e empresários dos dois países, com a participação do Comitê Empresarial Luso-Brasileiro. Na mesma oportunidade foi aberta pelo Banco do Brasil linha de crédito no valor de até US$ 50 milhões para o financiamento de compras, por Portugal, de produtos primários e manufaturados brasileiros.

No que se refere ao intercâmbio cultural, científico e tecnológico, decidiu-se convocar para o final do primeiro semestre de 1977, em Brasília, reuniões das Comissões Mistas competentes.

O Senhor Mário Soares foi portador de convite do Presidente português para que o Presidente Ernesto Geisel visite oficialmente

Portugal. O Chefe de Estado brasileiro aceitou, tendo formulado na mesma ocasião convite para que venha ao Brasil o Presidente Antonio Ramalho Eanes, a quem caberia agora, na seqüência das visitas entre os Chefes de Estado das duas nacionalidades, atender primeiramente ao convite.

Depois da visita a Brasília, o Primeiro Ministro Mário Soares esteve em São Paulo no dia 17, no Rio de Janeiro nos dias 19 e 20 e, finalmente, em Salvador no dia 21 de dezembro, de onde regressou a Portugal.

REINO UNIDO

As relações anglo-brasileiras foram marcadas, em 1976, pela visita que o Presidente Ernesto Geisel efetuou ao Reino Unido, de 4 a 7 de maio. Integraram a comitiva presidencial, os Ministros das Relações Exteriores, da Fazenda e da Agricultura, o Secretário-Geral do Ministério da Indústria e do Comércio e os Presidentes do Banco Central, Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. No tocante à cooperação econômica, conforme registrado no comunicado conjunto, o Presidente Ernesto Geisel reuniu-se com um grupo de líderes dos setores público e privado da indústria, quando foi manifestado o interesse britânico em aumentar os investimentos no Brasil, particularmente nos campos da siderurgia, dos equipamentos de engenharia, de produtos petroquímicos, fertilizantes, bauxita e alumínio. O Presidente Ernesto Geisel manteve igualmente conversações com destacados banqueiros britânicos.

Tiveram lugar, igualmente, entendimentos sobre o fornecimento de minério de ferro brasileiro para a Grã-Bretanha e sobre a participação britânica nos planos de desenvolvimento siderúrgico do Brasil. No campo da siderurgia, duas empresas inglesas liderarão a participação européia na implantação do projeto AÇOMINAS, no Estado de Minas Gerais, com um custo aproximado de 900 milhões de libras esterlinas, o que permitirá à empresa brasileira produzir 2 milhões de toneladas de aço em 1982. Paralelamente,

outro acordo estabelece uma linha de crédito para financiar a compra de equipamentos britânicos para a indústria brasileira do aço. Foi ratificado, durante a visita, um acordo sobre transferência de tecnologia relativa à construção de plataformas marítimas para a exploração de petróleo entre a **British Steel Corporation** e a Companhia Brasileira do Aço.

No campo do transporte ferroviário, negociou-se um conjunto de medidas destinadas a fornecer e financiar equipamentos e serviços para a "Ferrovia do Aço", e ligações ferroviárias complementares. O valor total da operação é da ordem de 100 milhões de libras esterlinas em equipamentos, com um montante correspondente em créditos financeiros. Foi também acordada uma linha de crédito ao BNDE de 20 milhões de libras esterlinas para a compra na Grã-Bretanha de bens de capital e equipamentos para projetos industriais de médio porte no Brasil.

Como um desdobramento das conversações havidas durante a visita presidencial, o Ministro Reis Velloso esteve na Inglaterra em fins de junho. Durante sua estada em Londres, foi assinado empréstimo de US$ 100 milhões para projetos do BNDE, e foram mantidos entendimentos sobre a concessão de créditos para a compra de equipamento siderúrgico.

Também visitou o Reino Unido, a convite do Governo britânico, o Ministro Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, da Previdência Social, que de 21 a 27 de fevereiro manteve conversações com autoridades britânicas do mesmo setor.

Assinale-se, ainda, a viagem oficial do Presidente da Portobrás a Londres, de 31 de agosto a 7 de setembro. Naquela oportunidade, o grupo Guiness and Peat fez oferecimento de crédito no montante de até 100 milhões de libras esterlinas para o desenvolvimento portuário brasileiro, prevendo-se a vinculação dessa operação a contratos a longo prazo para importação de minério de ferro.

Por seu turno, diversas personalidades britânicas visitaram o Brasil. Em janeiro, o Senhor Edward Rowlands, Vice-Ministro das

Relações Exteriores, e, pouco depois, o Senhor Michael Palliser, Secretário-Geral Permanente do Foreign Office, mantiveram conversações no Itamaraty no quadro do Memorando de Entendimento firmado em outubro de 1975, por ocasião da visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores a Londres.

De 2 a 6 de julho, o Senhor Gerald Kaufman, Ministro da Indústria, cumpriu no Brasil programa de contatos com órgãos governamentais e com empresários das áreas de construção naval, ferroviária e aeronáutica.

Para dar seguimento às conversações iniciadas durante a visita presidencial pelo Ministro Alysson Paulinelli sobre a participação britânica em projetos agro-industriais brasileiros, esteve no Brasil, de 26 de agosto a 5 de setembro, o Senhor Eduard Bishop, Vice-Ministro da Agricultura, que, na ocasião, visitou a Feira Internacional Agrícola do Rio Grande do Sul.

Em setembro, vieram para entendimentos com a Petrobrás e o Ministério das Minas e Energia os Senhores J. Dickson, Vice-Ministro para Assuntos de Energia, e Jack Rampton, Subsecretário Permanente do mesmo Ministério.

Cabe ainda registrar as visitas efetuadas por parlamentares britânicos ao Brasil. De 2 a 14 de setembro, foi recebido como hóspede oficial o deputado Robert Mellish, ex-líder do Partido Trabalhista na Câmara dos Comuns. O programa compreendeu visitas a São Paulo, Salvador, Brasília e Rio de Janeiro, tendo o referido parlamentar mantido contatos com autoridades das áreas da previdência social, habitação, educação, saúde e desenvolvimento regional.

A visita do deputado conservador Peter Walker, ex-Ministro da Indústria e Comércio, realizada de 18 a 23 de outubro, teve por objetivo investigar as possibilidades de formação de empreendimentos conjuntos anglo-brasileiros visando, especialmente fornecimento de tecnologia britânica para exploração de petróleo na plataforma continental e no campo de seguros.

No quadro do acordo base sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, foram assinados convênios e contratos específicos entre órgãos de ambos os países conferindo continuidade ao importante instrumento bilateral. A esse respeito cumpre mencionar, entre outros, os contratos de financiamento para a construção dos reatores de Angra II e Angra III, cuja assinatura foi presidida pelos Ministros Shigeaki Ueki e Reis Velloso, durante visita que realizaram à República Federal da Alemanha, em julho.

Em outros setores, ocorreu, igualmente, uma intensificação dos contatos. Nos dias 30 de setembro e 1 de outubro, realizou-se, em Brasília, a VI Sessão da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica.

No mês de outubro, atendendo a convite do Ministro da Agricultura, Senhor Alysson Paulinelli, e para dar prosseguimento aos entendimentos que haviam mantido anteriormente sobre cooperação e investimentos conjuntos no setor agrícola, visitou o Brasil o Ministro da Alimentação, Agricultura e Silvicultura da República Federal da Alemanha, Senhor Josef Ertl.

Teve lugar, também em Brasília, nos dias 23 e 24 de novembro, a Terceira Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica. Ao final dos trabalhos da reunião da Comissão Mista, foi acentuada, em comunicado conjunto à imprensa, a conveniência de se explorarem novas áreas e modalidades para o incremento dos investimentos alemães no Brasil, em consonância com as prioridades do desenvolvimento nacional, tendo a parte alemã expressado o seu apoio a iniciativas que visem à expansão das exportações brasileiras para a República Federal, particularmente manufaturados.

Observou-se, igualmente, em 1976, um crescente interesse por parte de importantes personalidades políticas alemãs em ter um contato com a realidade brasileira, o que se refletiu nas visitas

de autoridades e parlamentares ao Brasil. Dentre estas, caberia destacar: a do Governador do Estado do Sarre, Senhor Franz Josef Roeder, de 18 a 23 de junho; a do Deputado Fritz Bayer, Presidente do Grupo Parlamentar Teuto-Brasileiro; a do Deputado Hans Roser, membro da Comissão de Cooperação Econômica do Parlamento Alemão e a do Prefeito de Colônia e Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Renânia-do-Norte-Vestfália, Senhor John Van Nes Ziegler.

SANTA SÉ

Visitou o Brasil, em outubro, Sua Eminência Reverendíssima o Senhor Cardeal Gabriel-Marie Garrone, Prefeito da Sagrada Congregação para a Educação Católica. Sua Eminência manteve encontros com o Ministro de Estado da Educação e Cultura e com autoridades brasileiras ligadas à área da educação.

SUÍÇA

No mês de julho, esteve no Brasil, em visita de caráter privado, o Conselheiro Federal Willi Ritschard, Ministro dos Transportes, Comunicações e Energia. Apesar do caráter privado de sua visita, o Senhor Ritschard, por ocasião de sua passagem por Brasília, manteve contatos com o Ministro das Comunicações, Senhor Euclides Quandt de Oliveira, e com representantes dos Ministérios das Minas e Energia e dos Transportes.

SUÉCIA

O desenvolvimento das relações entre o Brasil e a Suécia no campo econômico-comercial teve como acontecimento mais significativo a aprovação pelo Governo brasileiro, em outubro, do projeto da empresa AB Volvo, de Gotemburgo, para instalação, no distrito industrial de Curitiba, de uma fábrica de caminhões pesados e chassis para ônibus. Para a implantação dessa indústria está previsto um investimento da ordem de US$ 112 milhões,

tendo a empresa sueca assumido o compromisso de realizar exportações da ordem de US$ 352 milhões durante os dez primeiros anos de atividade.

Em Estocolmo, com a cooperação da empresa aérea VARIG, promoveu-se a realização de diversos seminários e reuniões com representantes dos meios empresariais, com vistas à expansão do comércio entre os dois países e ao aumento das inversões suecas no Brasil.

TURQUIA

Foram identificadas novas possibilidades de ampliação e diversificação das exportações brasileiras, que resultaram em diversas operações de exportação de produtos brasileiros para a Turquia, especialmente veículos e equipamentos para construção rodoviária e para fins agrícolas.

EUROPA ORIENTAL

O ano de 1976 marcou o início de uma fase de maior objetividade no relacionamento econômico-comercial entre o Brasil e os países da Europa Oriental. Pela significação, dentro do contexto do comércio exterior brasileiro, é lícito ressaltar o dinamismo ocorrido nas relações econômico-comerciais do Brasil com a URSS, com a Polônia e com a Romênia.

A par da vinda de missões técnicas e comerciais de todos os países da Europa Oriental, cabe registrar a visita, em fevereiro, do Ministro do Comércio Exterior da Polônia, Senhor Jerzy Olszewski, ocasião em que foi assinado o Protocolo para a Expansão Comercial e Cooperação Econômica.

Foram, contudo, as reuniões das Comissões Mistas entre de um lado o Brasil e de outro a Iugoslávia; a Tchecoslováquia; a Hungria; e a República Democrática Alemã, realizadas no período de 5 a 30 de setembro, o ponto alto das relações com os países da área em apreço. Refletiram elas a preocupação brasileira em concretizar o que se poderia considerar como os pontos básicos de uma estratégia comercial para o Leste europeu. Tal preocupação ficou evidenciada no estabelecimento de orientação objetiva para tentar superar as dificuldades para o incremento do intercâmbio bilateral com especial ênfase nos problemas de desequilíbrio na balança comercial, da diversificação de nossa pauta de exportação e importação de produtos primários e insumos básicos.

O Brasil participou com êxito em 1976 de quatro feiras nos países do Leste: Feira da Primavera de Leipzig, República Democrática Alemã; Feira Internacional de Bens de Consumo de Brno, na Tchecoslováquia; Feira Internacional de Poznan na Polônia e Feira Internacional de Bens de Consumo de Budapeste na Hungria.

BULGÁRIA

Acompanhou-se a implementação das decisões adotadas durante a VI Reunião da Comissão Mista Brasil-Bulgária, realizada em janeiro de 1975, com vistas a minimizar o sistemático desequilíbrio entre os fluxos de comércio.

HUNGRIA

Realizou-se, em Budapeste, de 20 a 24 de setembro, a IV Comissão Mista Brasil-Hungria, prevista no Acordo de Comércio, Pagamentos e Cooperação Econômica assinado em 1961 entre os dois países. Na ocasião, foi feita uma análise mais detalhada do intercâmbio registrado desde a reunião anterior da Comissão, uma avaliação das perspectivas futuras, bem como o exame das possibilidades de aumentar e diversificar as correntes de comércio.

Concluiu-se que, não obstante, o incremento do comércio este, redundou, contudo, para a parte húngara, em saldo desfavorável na balança comercial. A Hungria manifestou o desejo de ampliar suas compras no Brasil até atingir a meta de US$ 500 milhões em cinco anos, desde que as compras brasileiras na Hungria alcançassem índices significativos.

Deve-se destacar que a Hungria reiterou seu interesse em alguns projetos específicos:

a) guindastes flutuantes e gruas portuárias.

b) matérias-primas farmacêuticas.

c) lâmpadas especiais.

d) melhoria da produtividade de milho híbrido, girassol, tomate e soja.

e) alumínio e alumina.

O Brasil participou da Feira Internacional de Bens de Consumo de Budapeste, realizada de 22 a 30 de setembro. Houve grande interesse, por parte do Governo húngaro, em relação a fios, tecidos, cutelarias, cerâmicas, louça e ferragens de banheiro, móveis, confecções e couros.

IUGOSLAVIA

Realizou-se em Belgrado, no período de 6 a 9 de setembro, a VI Reunião da Comissão Mista Brasil-Iugoslávia, que teve como objetivo o exame das relações econômico-comerciais entre os dois países, bem como a avaliação das bases institucionais que regem o intercâmbio bilateral, com vistas à sua dinamização, inclusive com o objetivo de eliminar o desequilíbrio existente.

O Brasil participou, outrossim, da Feira da Primavera de Leipzig, que se realizou no período de 14 a 21 de março.

POLÔNIA

Realizou-se no período de 23 a 24 de fevereiro a visita ao Brasil do Ministro do Comércio Exterior da Polônia, Senhor Jerzy Olszewski. A par das conversações que manteve com os Ministros da Agricultura, Fazenda, Transportes, Minas e Energia e com o Ministro-Chefe da Secretaria do Planejamento, foi assinado importante Protocolo de Comércio com o Ministro da Indústria e do Comércio. O Ministro Olszewski expressou o desejo de seu país de adquirir cereais e carne suína, de vender fertilizantes, produtos químicos, máquinas agrícolas e tratores de tipo médio e pequeno, bem como de colaborar nas indústrias da pesca e da madeira. No Ministério da Fazenda anunciou-se a conclusão de contrato a longo prazo com a Magnesita, prevendo o adiantamento de US$ 15 milhões pela Polônia, que deverá efetuar compras no Brasil no valor de US$ 50 milhões, e discutiu-se as negociações entre a INTERBRAS e a ANIMEX para compras de soja, milho, cacau, sisal e óleos em torno de US$ 150 milhões, bem como vendas ao Brasil, pela MINEX, de caulim, diadomita, asbestos, enxofre e fertilizantes. Foram examinadas as possibilidades para o estabelecimento no Brasil de usinas ferroviárias completas, bem como o fornecimento de equipamento de sinalização e eletrificação de ferrovias. Na Secretaria de Planejamento discutiu-se o intercâmbio bilateral em termos amplos, com destaque para a cooperação industrial.

Deve ser mencionada ainda a participação do Brasil na Feira Internacional de Poznan que se realizou de 6 a 17 de junho. Ao contrário do que ocorria anteriormente, a exposição reuniu bens de consumo, bens de produção, tendo a participação do Brasil sido extremamente útil, do ponto de vista da penetração de nossos produtos no Leste.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ/RDA

Entre 27 e 30 de setembro de 1976, realizou-se em Berlim, a Reunião da Comissão Mista Brasil-República Democrática Alemã, em

cuja oportunidade foram examinadas as relações econômicas e comerciais bilaterais, bem como as bases institucionais que regem o intercâmbio entre os dois países. Tendo em vista o desequilíbrio na balança comercial bilateral, os representantes da R.D.A. sugeriram apoio imediato para empreendimentos contratados para o setor público e forneceram uma lista de insumos e produtos passíveis de serem exportados por aquele país. Foram reafirmadas as diretrizes do Governo brasileiro no sentido de reorientar parte significativa da demanda de produtos de importação para áreas em que o Brasil mantém saldos favoráveis na sua balança de comércio. Manifestou-se, ainda, o interesse do Governo brasileiro em aumentar a exportação de produtos manufaturados e semi-manufaturados.

Por sugestão dos representantes brasileiros, a Delegação da R.D.A. acedeu em recomendar ao Banco do Comércio Exterior daquele país a negociação com autoridades brasileiras competentes de um esquema de financiamento em favor dos importadores brasileiros.

ROMÊNIA

Cabe registrar a visita, de caráter técnico, da missão da Associação Bahiana das Indústrias de Cacau, que objetivou divulgar as qualidades do "unsweetened chocolate" junto às empresas importadoras romenas. Os contatos foram realizados principalmente com a PRODOEXPORT, sendo que o resultado da análise das amostras encaminhadas à PRODOEXPORT foi considerado satisfatório.

Por outro lado, visitou a Romênia uma missão de peritos siderúrgicos brasileiros, visando a um conhecimento das reais possibilidades da indústria pesada romena, com vistas a sua pré-qualificação para futuras concorrências no Brasil.

Entre 26 e 30 de janeiro de 1976, o Vice Ministro do Comércio Exterior, Senhor Nicolau Ionescu, esteve no Brasil atendendo a

um convite da PETROBRÁS. As conversações giraram em torno de novos fornecimentos de equipamentos petrolíferos romenos, tendo sido assentado que o Senhor N. Ionescu receberia detalhamento do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul para estudos e proposição de eventual participação romena no empreendimento.

TCHECOSLOVAQUIA

Realizou-se, no período de 13 a 17 de setembro de 1976, em Praga, a VII Reunião da Comissão Mista Brasil-Tchecoslováquia, no quadro do Acordo de Comércio e Pagamentos entre os dois países.

Constou da agenda a negociação de um novo Acordo Comercial, uma vez que o Acordo de Comércio e Pagamentos de 1960, modificado pela troca de notas de 1967, não mais se ajustava à dinâmica do intercâmbio entre os dois países. Foi elaborado o texto do novo acordo, submetido posteriormente à aprovação das autoridades competentes de cada parte contratante.

O Brasil participou da VII Feira Internacional de Bens de Consumo de Brno, que se realizou no período de 22 a 29 de abril, à qual compareceram representantes da INTERBRÁS e da COMEXPORT, tendo os resultados de nossa participação sido extremamente satisfatórios.

Cabe mencionar ainda a realização, em Praga, de reunião promocional sobre o Brasil, com a participação de representantes de empresas de comércio, várias agências de representação e de publicidade, do Banco Estatal e do Banco de Comércio tchecos. Essa reunião revestiu-se da maior importância para a promoção do intercâmbio bilateral, tendo proporcionado contatos diretos entre representantes brasileiros e as companhias de comércio exterior tchecas.

URSS

Em 1976, realizaram-se várias missões de órgãos e empresas brasileiras à União Soviética, cumprindo ressaltar:

1) a da **INTERBRÁS**, que manteve negociações com empresas soviéticas objetivando exportações de produtos primários e manufaturados;

2) a da **CVRD**, em agosto último, ocasião em que o Diretor da Companhia, Senhor Regis Volkart, reapresentou à ENERGO-MASHEXPORT o projeto de enviar à URSS uma delegação de técnicos com vistas a estudar possibilidades de compras de equipamento ferroviário;

3) a do **CONSIDER, BNDE, CTA** cujos técnicos estiveram na URSS, em outubro, com o objetivo de verificar o estágio tecnológico da produção de aço.

Vale mencionar, ainda, a visita a Moscou da delegação da Associação Bahiana das Indústrias de Cacau e a missão exploratória de caráter econômico-comercial integrada por representantes do Ministério da Fazenda e do Itamaraty. No primeiro caso, objetivou-se, basicamente, promover o licor de cacau no mercado soviético, e foram mantidos contatos com o Ministério da Indústria Leve, com a **SOJUZPLODOIM-PORT** e com a segunda maior fábrica de chocolates de Moscou. Os resultados foram considerados satisfatórios. Por outro lado, a missão exploratória teve por finalidade precípua examinar não só as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações brasileiras, bem como as alternativas para nossas compras naquele mercado. Permitindo avaliação mais precisa das potencialidades comerciais entre o Brasil e os países do Leste, essa missão contribuiu para a melhor identificação de nossos objetivos na área.

URSS

Em 1976, realizaram-se várias missões de órgãos e empresas brasileiras à União Soviética, cumprindo ressaltar:

1) a da INTERBRAS, que manteve negociações com empresas soviéticas objetivando exportações de produtos primários e manufaturados;

2) a da CVRD, em agosto último, ocasião em que o Diretor da Companhia, Senhor Regis Volkart, representou à ENERGOMASHEXPORT o projeto de enviar à URSS uma delegação de técnicos com vistas a estudar possibilidades de compras de equipamento ferroviário;

3) a do CONSIDER, BNDE, CTA, cujos técnicos estiveram na URSS, em outubro, com o objetivo de verificar o estágio tecnológico da produção de aço.

Vale mencionar, ainda, a visita a Moscou da delegação da Associação Bahiana das Indústrias de Cacau e a missão exploratória de caráter econômico-comercial integrada por representantes do Ministério da Fazenda e do Itamaraty. No primeiro caso, objetivou-se, basicamente, promover o licor de cacau no mercado soviético, e foram mantidos contatos com o Ministério da Indústria Leve, com a SOJUZPLODOIM-PORT e com a segunda maior fábrica de chocolates de Moscou. Os resultados foram considerados satisfatórios. Por outro lado, a missão exploratória teve por finalidade precípua examinar não só as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações brasileiras, bem como as alternativas para nossas compras naquele mercado. Permitindo avaliação mais precisa das potencialidades comerciais entre o Brasil e os países do Leste, essa missão contribuiu para a melhor identificação de nossos objetivos na área.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS

NAÇÕES UNIDAS

A participação do Brasil nas Nações Unidas tem assumido novas dimensões, em decorrência da própria projeção do país no plano externo. Assim é que a participação brasileira em organismos e conferências, no âmbito das Nações Unidas, foi, em 1976, ampla e intensa. Ampla na medida em que esteve o Brasil representado nos mais variados órgãos da Organização e — em virtude da adoção de posições de política externa de alcance ecumênico, que lhe granjearam maior penetração parlamentar — conseguiu articular com os diferentes grupos regionais e de interesse canais valiosos de colaboração diplomática e de troca de informações. Intensa, porquanto teve o Brasil presença constante na consideração dos tópicos mais sensíveis e de maior interesse para a comunidade internacional, sobretudo daqueles que dizem respeito especificamente aos países em desenvolvimento, presença essa que se pautou pela procura do endosso da Organização para posições que reflitam nossos interesses e pelo esforço em evitar que teses contrárias aos objetivos brasileiros lograssem apoio expressivo e substancial.

Direito do Mar

Continuando seus esforços para elaborar uma nova ordem pública para os oceanos, a III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar realizou, em 1976, as suas IV e V sessões. As negociações vem progredindo a um ritmo bastante lento, em virtude da complexidade das questões, que afetam diretamente os interesses econômicos, estratégicos e de segurança dos Estados. Decorridos praticamente dez anos do início do exame pelas Nações Unidas da questão do estabelecimento de uma nova legislação para os mares, a Conferência vem assistindo a uma gradual e crescente adesão de seus participantes a novos conceitos, que aos poucos vão substituindo terminologias e concepções jurídicas tradicionais.

O regime a ser aplicado à área dos fundos marinhos situados além das jurisdições nacionais assumiu nova importância como elemento polarizador das discussões e é considerado hoje como o tópico em relação ao qual a Conferência está mais distante de encontrar fórmulas intermediárias que atendam aos interesses de uns e de outros. Entre o princípio da livre exploração dos fundos marinhos, advogado pelos países industrializados, e o do controle dessa exploração por parte de uma Autoridade Internacional, posição dos países em desenvolvimento, busca-se uma fórmula intermédia capaz de contar com adesão generalizada. A solução final não impediria as potências tecnologicamente avançadas de empreenderem atividades extrativas nos fundos, mas submeteria essas atividades a uma série de condições, de modo a que não causem prejuízos aos produtores em terra dos mesmos minérios, quando forem países em desenvolvimento, e que os benefícios da exploração revertam também em favor dos países em desenvolvimento em seu conjunto. Para tanto, é essencial a determinação de uma limitação à produção dos fundos marinhos, bem como a existência de incentivos a fim de permitir que os países em desenvolvimento possam participar diretamente da extração dos minérios daquela área, e o estabelecimento de um mecanismo eficaz de transferência de tecnologia.

Com relação às águas sob jurisdição nacional, o Brasil tem pautado sua atuação no sentido de reforçar e ampliar os direitos do Estado costeiro sobre a faixa de mar adjacente a suas costas até a distância de duzentas milhas náuticas sobre o solo e o subsolo a ela correspondentes e sobre a plataforma continental mais além. Temo-nos oposto, em conseqüência, às tentativas das potências marítimas de caracterizar a zona econômica como parte do alto-mar, onde os Estados costeiros exerceriam um número limitado de direitos específicos, por concessão da comunidade internacional.

Espaço Exterior

Ainda em seus esforços de procurar um ordenamento para grandes temas de interesse universal, as Nações Unidas se têm ocupado, das questões relativas ao aproveitamento pacífico do espaço exterior, numa tentativa de disciplinar as novas atividades que o rápido progresso técnico e científico vem propiciando e que no futuro hão de intensificar-se ainda mais. Assim, o Comitê do Espaço Exterior tem concentrado seus trabalhos ultimamente sobre três tópicos principais: Tratado sobre a Lua, sensoreamento remoto e transmissões diretas por satélites.

Quanto ao Tratado sobre a Lua, a posição brasileira reivindica para o satélite terrestre a natureza jurídica de patrimônio comum da humanidade. O Brasil julga que a conclusão de um tratado sobre a Lua não deve esperar o início da exploração dos recursos do satélite pelas potências espaciais, mas sim antecedê-la, a fim de que desde o início as atividades extrativas revertam em benefício de toda a humanidade.

A questão do sensoreamento remoto por satélite, assunto que tem assumido importância crescente no mundo moderno, pois permite uma avaliação rigorosa e precisa dos recursos naturais de um país vem cindindo as opiniões entre os países industrializados, que praticam o sensoreamento, e os países em desenvolvimento, cujos territórios são objeto dessa pesquisa. Recebeu, em 1976, o

endosso do grupo latino-americano proposta apresentada pelo Brasil e pela Argentina, no sentido de que a divulgação dos dados obtidos por sensoreamento remoto só seja feita com a autorização expressa do país sensoreado.

Estabelecimentos Humanos

Realizou-se em Vancouver (Canadá), de 31 de maio a 11 de junho, a Conferência das Nações Unidas sobre Estabelecimentos Humanos — HABITAT —, com o objetivo de promover uma revisão crítica das políticas e programas para a habitação humana, a nível nacional e internacional, e ao mesmo tempo propiciar a troca de experiências nacionais no tratamento da questão.

A Conferência concentrou-se na definição de recomendações e propostas sobre o relacionamento das políticas e estratégias dos estabelecimentos humanos com o planejamento econômico e social global, na problemática das referidas políticas e estratégias, no relacionamento e influências mútuas entre o meio ambiente habitacional e a ecologia, e nas possibilidades de assistência e de cooperação internacionais.

O Brasil participou da Conferência das Nações Unidas sobre Estabelecimentos Humanos com espírito construtivo e negociador, mas sempre atento para evitar a fixação de padrões universais, que não levassem em conta as diversidades sócio-econômicas de cada país. Nesse sentido, os objetivos brasileiros foram plenamente alcançados.

Meio Ambiente

Realizou-se de abril a maio, em Nairobi, a IV sessão do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), do qual o Brasil é membro. O Brasil ressaltou, sempre que necessário, os pontos básicos da política ambiental brasileira, que não aceita a primazia de preocupações exclusiva-

mente ecológicas sobre o esforço de desenvolvimento dos países em desenvolvimento.

Na IV sessão do Conselho de Administração do UNEP, decidiu-se reconvocar o grupo intergovernamental de peritos sobre recursos naturais compartilhados, com o mandato de redigir princípios básicos que possam orientar a conduta dos Estados na utilização dos recursos naturais compartilhados por dois ou mais Estados. Tendo em vista a complexidade da matéria e os interesses vitais que ela envolve, os trabalhos do referido grupo de peritos têm avançado lentamente, com a elaboração de textos aproximativos e provisórios.

Uma das decisões importantes da IV sessão do Conselho de Administração do UNEP foi o estabelecimento do grupo de peritos sobre Responsabilidade dos Estados por Danos Ambientais, no qual o Brasil está representado. O Brasil entende que essa é uma matéria das mais complexas, na qual se deve avançar com o maior cuidado e precaução, uma vez que não é possível atribuir responsabilidade aos Estados antes de se fixar um corpo de normas substantivas, que definam quais os atos que acarretam responsabilidade internacional para os Estados que os praticam.

Conselho da Namíbia

Visitou o Brasil em 1976 uma missão do Conselho da Namíbia, chefiada pelo Senhor Rosenweig Dias. O referido Conselho tem por mandato a administração do território da Namíbia até a independência. A missão do Conselho da Namíbia visitou o Ministro das Relações Exteriores, o Secretário-Geral e participou de reunião de trabalho no Itamaraty, tendo sido ainda recebida por outras autoridades federais brasileiras. Durante a visita, examinaram-se a questão da Namíbia e as possibilidades de fortalecer a ação coordenada da comunidade internacional em favor da população do território. Na oportunidade, reafirmou-se a posição brasileira de condenação à presença sul-africana no Sudoeste africano, á considerada ilegal por decisão da Corte Internacional de Justiça.

Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial

Em março de 1976, foi comemorado no Brasil o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial. A cerimônia principal realizou-se no Itamaraty sob a presidência do Ministro das Relações Exteriores, na presença dos Chefes das Missões Diplomáticas, membros das Comissões de Diplomacia da Câmara e de Relações Exteriores do Senado, Ministros de Estado e Chefes de escritórios das Nações Unidas no Brasil.

Ainda por ocasião da comemoração do Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, o Presidente Ernesto Geisel enviou mensagem ao Senhor Kurt Waldheim, Secretário-Geral das Nações Unidas, e o Ministro Azeredo da Silveira ao Presidente do Comitê Especial contra o **apartheid.** Em todas essas manifestações, o Brasil reiterou seu repúdio à discriminação racial e às práticas do **apartheid,** que constituem a negação da própria essência da nacionalidade brasileira, baseada na integração e harmonia entre diferentes raças.

Assembléia Geral

Realizou-se, de setembro a dezembro de 1976, a XXXI Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em que se refletem as principais tendências do mundo contemporâneo e os problemas mais cruciais com que se defronta a comunidade internacional.

Na sessão de 1976, o Brasil reiterou seu apoio ao direito dos palestinos à autodeterminação e à soberania, por entender que a implementação desses direitos constitui pré-requisito à solução do conflito no Oriente Médio. Reafirmamos, ainda, as nossas posições, anteriormente definidas, de apoio à auto-determinação da Namíbia e à transferência do poder na Rodésia à maioria negra. Endossamos as medidas de implementação da Declaração sobre Países e Povos Coloniais e manifestamos o repúdio do Brasil às práticas do **apartheid** com vigência na África do Sul.

Nos debates sobre questões econômicas, o Brasil participou, de maneira ativa, na busca de caminhos para a reorientação mais justa das normas do comércio internacional e para um relacionamento Norte-Sul mais favorável aos países em desenvolvimento. Demos nosso apoio ao fortalecimento da cooperação internacional na promoção de todos os direitos do homem, dentro de parâmetros construtivos. Reafirmamos a soberania permanente do Estado sobre seus recursos naturais. Sustentamos com firmeza o princípio da não-proliferação das armas nucleares, defendendo, simultaneamente, o direito dos países em desenvolvimento de terem acesso à tecnologia nuclear para fins pacíficos. Apoiamos decisões referentes ao prosseguimento das negociações multilaterais sobre o Direito do Mar e sobre os Usos pacíficos do Espaço Exterior.

Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)

No âmbito da FAO, cabe assinalar a realização das LXIX e LXX Sessões do Conselho, de 12 a 16 de julho e de 29 de novembro a 10 de dezembro de 1976, nas quais, além da apreciação da situação agrícola mundial, foram discutidos itens específicos, como a instalação de escritórios regionais da FAO, e a aprovação do regulamento do Comitê de Pesca Interna na América Latina. Na LXIX Sessão foi aprovado o programa proposto pelo Diretor-Geral para o biênio 1977/78. O objetivo do programa é patrocinar projetos de assistência técnica, de um total de US$ 18 milhões, originários do próprio orçamento da FAO.

Participou, ainda, o Brasil em 1976 da XIV Conferência Regional da FAO para a América Latina, realizada em abril em Lima, e das sessões ordinárias de comitês da FAO, entre os quais devem ressaltar-se o Comitê de Políticas e Programas de Ajuda Alimentar (ECOSOC/FAO) e os diversos comitês do **Codex Alimentarius,** patrocinados conjuntamente com a Organização Mundial da Saúde, e que têm como objetivo melhorar e uniformizar padrões sanitários dos alimentos.

Visitou o Brasil o Representante Regional, em exercício, da FAO para a América Latina, Senhor Pedro Moral Lopez, o qual estabeleceu contatos sobre temas gerais da Organização e sobre a designação futura de seu sucessor.

Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

Em junho, foi realizada em Roma a Conferência de Plenipotenciários para aprovação do acordo constitutivo do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, a ser criado em conseqüência de resolução da Conferência Mundial de Alimentos, convocada pelo ECOSOC e realizada naquela mesma capital em novembro de 1974. O Fundo deverá transformar-se em agência especializada das Nações Unidas. Não tendo sido atingida, na ocasião, senão apenas em dezembro, a meta de US$ 1 bilhão de contribuições, o Acordo foi apenas rubricado. O Fundo é composto de três categorias de membros, a saber: 1) principais países doadores; 2) outros países doadores; 3) países beneficiários. O Brasil participará do Fundo na categoria III, que não implica contribuição obrigatória.

Agência Internacional de Energia Atômica

A conclusão, em Viena, de Acordo de Salvaguardas com a República Federal da Alemanha e a Agência Internacional de Energia Atômica e a realização no Brasil da XX Sessão Ordinária da Conferência Geral da AIEA. foram os dois acontecimentos importantes que devem ser assinalados no setor.

A assinatura do Acordo de Salvaguardas deve ser entendida como conseqüência normal do Acordo de Cooperação Nuclear celebrado com a República Federal da Alemanha em junho de 1975. Estando envolvido o fornecimento de material e usinas nucleares e de unidades de enriquecimento de urânio e de reprocessamento de combustível, era inevitável que seguíssemos, neste novo caso,

o procedimento que, de comum acordo havíamos observado no passado.

A negociação do Acordo Tripartido de Salvaguardas foi coordenada pelo Itamaraty com a participação de outros órgãos da administração. O Brasil procurou incluir no Acordo todas as mais recentes exigências em vigor no setor das salvaguardas, incorporadas nos textos de outros acordos celebrados pela Agência. Nesse sentido, preparou-se com representantes da República Federal da Alemanha, anteprojeto que, submetido antecipadamente à AIEA, permitiu uma pronta harmonização das posições das três partes quando vieram a reunir-se em Viena, em janeiro.

De 21 a 28 de setembro, realizou-se no Rio de Janeiro, a convite do Governo brasileiro, a XX Conferência da Agência, que se havia reunido anteriormente fora de sua sede apenas duas vezes: em 1965 em Tóquio e em 1972 no México. Coube ao Itamaraty, em coordenação com o Ministério das Minas e Energia e a Secretaria de Planejamento, a coordenação da posição brasileira na Conferência. A Conferência foi precedida de reuniões da Junta de Governadores. O Chefe da Delegação brasileira e Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear foi eleito Presidente da Conferência.

Como se esperava, um dos pontos que mais reação despertou foi a submissão à Junta do acordo de salvaguardas França — África do Sul — AIEA, referente a duas usinas nucleares que aquele país pretende transferir a este último. A maioria dos 34 membros da Junta, especialmente os países africanos representados, manifestaram suas reservas não ao acordo propriamente dito, mas ao que ele implicava em seu bojo, ou seja, a cessão à África do Sul de usinas nucleares.

Antes de iniciada a Conferência, reuniram-se por dois dias os representantes dos organismos oficiais latino-americanos de energia nuclear — Reunião de Autoridades em Energia Nuclear na América Latina — para debater os diversos aspectos da ma-

téria, e estabelecer coordenadas para um maior entrosamento inter-regional e buscar fórmulas de criação de maior número de oportunidades para que especialistas latino-americanos possam beneficiar-se de estágios nos países mais desenvolvidos da região em matéria nuclear.

Finalmente, cabe registrar a III Sessão do Grupo Consultivo sobre Explosões Nucleares Pacíficas, de 8 a 19 de novembro, onde se continuou a proceder ao exame dos princípios jurídicos a serem considerados para o preparo de regulamento internacional sobre o assunto.

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Em 1976, destacam-se as seguintes reuniões, no âmbito da OIT: I Conferência Mundial Tripartida sobre Emprego, Distribuição de Renda, Progresso Social e Divisão Internacional do Trabalho; a LXI Conferência Internacional do Trabalho e as 200.ª e 201.ª Reuniões do Conselho de Administração da OIT.

O Ministro do Trabalho, Doutor Arnaldo da Costa Prieto, presidiu as Delegações à I Conferência Mundial Tripartida e à LXI Conferência Internacional do Trabalho. Coube ao Doutor Arnaldo Lopes Sussekind, na qualidade de Representante do Brasil no Conselho de Administração da OIT, participar das duas reuniões do referido Conselho. Na 201.ª Reunião do Conselho de Administração da OIT, o Brasil foi eleito para as Comissões de Indústria, de Plantações, Trabalhadores Intelectuais, Indústrias Químicas, Ferro e Aço, Carvão e Petróleo.

A Conferência Mundial sobre Emprego, Distribuição de Renda, Progresso Social e Divisão Internacional do Trabalho não alcançou seus diversos objetivos — assinalados de maneira sintética no próprio nome da Conferência — em vista da amplitude e complexidade dos temas em debate e especialmente da dificul-

dade em conciliar as posições dos três grandes grupos representados na OIT, a saber, Governos, empregadores e trabalhadores. O Brasil, empenhado em evitar o insucesso da reunião, teve destacada participação no preparo do documento tripartido divulgado como Declaração final da Conferência.

Em outubro, visitou o Brasil o Senhor Surendra Jain, Diretor-Geral; Adjunto da OIT, acompanhado do Senhor Júlio Gaher, secretário pessoal do Diretor Geral. Foram recebidos no Ministério do Trabalho e no Itamaraty, e mantiveram contatos com outras autoridades e representantes classistas no Rio de Janeiro e São Paulo.

Conferência Diplomática Sobre o Direito Humanitário

No III Período de Sessões da Conferência Diplomática sobre a Reafirmação e o Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário aplicável nos Conflitos Armados, realizado em Genebra, de 21 de abril a 11 de junho, houve sensível progresso no exame dos dois protocolos adicionais às Convenções de Genebra.

Os temas de maior importância abordados no decorrer da Conferência foram a repressão das infrações aos protocolos, a proteção civil, métodos e meios de combate, nova categoria de prisioneiros de guerra, e a questão das armas convencionais.

Organização Panamericana de Saúde (OPAS)

No decorrer da XXIV Reunião do Conselho Diretor da Organização Panamericana de Saúde, foi aprovada resolução que recomenda a intensificação, pelos Estados-membros, de esforços no sentido de desenvolver a infraestrutura dos serviços de saúde da região, com a conseqüente ampliação dos programas sanitários. Aprovou-se, ainda, o ingresso do Suriname na OPAS e a eleição do Equador, Paraguai e Trinidad e Tobago para o Comitê executivo, por um período de três anos.

Organização Mundial da Saúde (OMS)

Durante a XXIX Assembléia Mundial da Saúde, realizada em Genebra, de 3 a 21 de maio, foram debatidos a aplicação da tecnologia sanitária ao desenvolvimento rural e a intensificação de pesquisas sobre doenças parasitárias tropicais, tendo sido a Delegação brasileira chefiada pelo Ministro da Saúde.

Foi adotado, por unanimidade, projeto de resolução sobre o estabelecimento, no Brasil, de um centro internacional da OMS, de língua portuguesa, para a classificação de doenças.

Comissão Internacional da Baleia (CIB)

A XVIII Reunião da Comissão Internacional da Baleia, realizada em Londres em junho, e a reunião sobre divisão de quotas, promovida em Tóquio em agosto, trouxeram resultados insatisfatórios do ponto de vista do Brasil, que defende uma distribuição mais equilibrada de quotas.

A atuação brasileira na CIB tem sido marcada por dois aspectos básicos: 1) prestigiar a chamada "emenda australiana", aprovada em 1975, que estabeleceu uma moratória seletiva para a pesca da baleia; 2) lutar por uma distribuição mais equitativa das quotas de baleia "minke" no Hemisfério Sul, onde soviéticos e japoneses operam em grande intensidade, atribuindo-se quotas contrárias a nossos interesses.

Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI)

O Brasil participou da VII Sessão do Conselho-Executivo da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, realizada em Bergen, Noruega, de 21 a 26 de junho, e durante a qual a Delegação brasileira desenvolveu ação no sentido de que seja assegurada a participação de um país do Atlântico Sul no Conselho Consultivo Científico. Participou igualmente o Brasil das reuniões do CICAR

VIII, organismo de pesquisa no Caribe, agora extinto e substituído pelo IOCARIBE. O Secretário da COI comunicou, na ocasião, haver recebido carta do Coordenador brasileiro que declarava estar qualquer território sobre soberania brasileira fora da área de atuação do IOCARIBE, o que torna o Brasil, da mesma forma que a União Soviética e os Países Baixos, um membro extra-regional do organismo.

A atuação do Brasil na COI tem sido a de procurar preservar a Comissão como um organismo de caráter puramente científico, livre de tentativas dos países desenvolvidos de transformá-la em foro de discussão de assuntos políticos e jurídicos.

Organização Meteorológica Mundial (OMM)

No âmbito da Organização Meteorológica Mundial, realizou-se em Genebra, de 1.º a 12 de novembro, reunião da Comissão para Sistemas Básicos da OMM, havendo sido examinados aspectos dos sistemas meteorológicos de processamento de dados e de métodos para apresentação e transmissão de informações processadas.

No quadro do Programa de Assistência Voluntária da OMM, foi implementado o Projeto OB/2/1/1, relativo à doação de um radar de vento para a estação meteorológica de Vila Bittencourt, no no Estado do Amazonas. Ainda no âmbito do Programa de Assistência Voluntária, estão sendo tomadas as medidas necessárias para a doação de uma estação meteorológica automática, a ser sediada em Porto Velho, Rondônia.

Realizou-se em Buenos Aires, no mês de junho, "Seminário de Formação Profissional sobre a Contaminação Geral da Atmosfera", durante o qual foram examinadas a situação das estações de controle da OMM e a aplicação de critérios para a localização de estações básicas de controle atmosférico da OMM.

ASSUNTOS ECONÔMICOS

O Itamaraty teve sempre presente, ao agir na área externa, os objetivos básicos do programa de desenvolvimento econômico nacional, emprestando atenção especial aos problemas relativos ao balanço de pagamentos do país. Assim, a atuação do Ministério das Relações Exteriores visou, de um lado, a assegurar condições propícias à expansão do intercâmbio comercial e da captação de recursos externos e, de outro, a aumentar a participação brasileira no setor de serviços, em especial no domínio dos transportes e comunicações internacionais.

A recuperação da importância do setor primário para a expansão das exportações brasileiras e o peso das importações de petróleo e outros minerais estratégicos na formação do déficit do balanço comercial brasileiro foram fatores a determinar a atenção especial dedicada pelo Itamaraty em 1976 ao comércio de produtos de base e à "crise energética mundial".

Os fortes desequilíbrios verificados nos mercados internacionais dos principais produtos agrícolas e de matérias-primas industriais, não obstante revelarem-se em alguns casos de grande benefício para a receita brasileira de exportação, vieram confirmar a validade das teses defendidas pelo Brasil, e pelos países em desenvolvimento em geral, em favor da necessidade de um disciplinamento desses mercados.

O processo de negociação internacional no sentido de tal ordenamento, retomado em 1974 na VI Sessão Especial da Assembléia-Geral da ONU, foi marcado em 1976 por um amplo consenso que permitiu a aprovação do "Programa Integrado de Produtos de Base" consubstanciado na Resolução 93 da IV UNCTAD, realizada em Nairobi em maio daquele ano. Pela referida Resolução, países desenvolvidos e em desenvolvimento comprometem-se a empreender uma avaliação objetiva de medidas de estabilização de mercados, entre as quais a conclusão de acordos do tipo quotas/preços e a montagem de estoques reguladores com financiamento internacional. O programa é ambicioso, estabelecendo que até fins de 1978 deverão estar concluídas as negociações em torno dessas medidas.

Apoiado em suas grandes linhas pelo Governo brasileiro, o Programa Integrado de Produtos de Base mereceu atenção especial por parte do Itamaraty. Preocupação particular tem sido a de cooperar com os países em desenvolvimento no sentido de emprestar à negociação do programa um caráter objetivo e pragmático, superando-se a fase reivindicatória que culminou com a aprovação, por unanimidade, da resolução de Nairobi.

Ainda no plano multilateral, o equacionamento do problema energético mundial continuou a merecer a atenção prioritária da comunidade internacional, ocupando o centro dos entendimentos mantidos na Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional (CCEI), cujas quatro Comissões cumpriram em 1976 um intenso calendário de reuniões realizadas em Paris. Concebida pelos países industrializados como uma Conferência sobre problemas de energia, como forma de trazer os países da OPEP à mesa de negociação e de procurar influir sobre a política de preços daquela organização, a CCEI adquiriu um escopo mais amplo para ocupar-se de praticamente toda a problemática do estabelecimento de uma "nova ordem econômica internacional". Os debates havidos não permitiram, contudo, maior aproximação de pontos de vista entre países em desenvolvimento e desenvolvidos quanto ao conjunto de medidas e concessões mútuas necessárias.

A atuação do Brasil como membro da Comissão de Energia da Conferência pautou-se ao mesmo tempo pela política de solidariedade com o grupo dos países em desenvolvimento na preservação econômica de seus recursos naturais e pelo nosso interesse peculiar, como importador substancial de petróleo, em obter resultados equilibrados para todas as partes envolvidas na busca de soluções para a crise mundial de energia.

Continuou o Itamaraty a prestar estreita colaboração aos órgãos responsáveis do Governo Federal e entidades das classes produtoras na execução da política nacional de comércio exterior no setor primário, procurando contribuir para a consolidação de mercados tradicionais e abertura de novos mercados para os principais produtos brasileiros, bem como para a identificação de "pacotes" de negociação com os países fornecedores de insumos básicos que o Brasil importa. Na mesma ordem de preocupações, o Itamaraty exerceu, freqüentemente, em 1976, ação diplomática no sentido de contornar possíveis situações de atrito com determinados países na área da política comercial de produtos de base.

O tema de maior importância debatido no GATT foi o referente às Negociações Comerciais Multilaterais. Essa matéria ainda se encontra em fase de negociações preliminares, devido às incertezas da conjuntura política e econômica que caracterizavam o ano de 1976, e mereceu especial atenção da diplomacia brasileira. A atuação do Brasil no GATT se reveste de características peculiares em decorrência do estágio de desenvolvimento econômico atingido nas últimas décadas. Assim, tornou-se imperativo definir uma linha de ação flexível e pragmática que, sem pôr em causa a solidariedade entre os países em desenvolvimento, atendesse às necessidades do comércio brasileiro com o mundo industrializado. Com tal objetivo é que o Brasil propôs e obteve a aprovação dos demais países-membros para o estabelecimento do Grupo de Reforma do GATT, no contexto do Comitê de Negociações Comerciais, com vistas a rever as regras do Acordo.

No âmbito da UNCTAD, realizou-se em maio de 1976, em Nairobi, a IV Conferência, antecedida de alguns meses por reuniões preparatórias do Grupo Latino-Americano e do Grupo dos 77.

O Brasil assumiu, nessas negociações, posição moderada, tentando conciliar pontos de vistas divergentes. Procurava-se dessa forma atingir consenso entre os países em desenvolvimento, a fim de criar condições favoráveis às negociações com os países industrializados, de economia de mercado e socialistas. As características da UNCTAD exigem a busca de posições comuns que nem sempre refletem os interesses específicos dos países individualmente considerados. Dentro desse contexto, o Brasil buscou dar ênfase aos temas referentes à liberalização e expansão do comércio internacional e à transferência de tecnologia.

Entre os temas tratados, na XXXI Assembléia Geral das Nações Unidas cabe assinalar a revisão da Estratégia Internacional para o Desenvolvimento (EID), à luz da Nova Ordem Econômica Internacional. Os resultados, porém, foram parcos, por não haver por parte dos desenvolvidos e dos socialistas maior interesse em alterar o **status quo** e não tendo sido possível aos países em desenvolvimento elaborar uma posição final sobre o tema.

No campo das relações bilaterais, o Itamaraty desenvolveu intensa atividade, no combate às medidas restritivas ao comércio postas em vigor por alguns países industrializados, notadamente os Estados Unidos da América e a CEE, ao mesmo tempo em que esforçou-se em maximizar os eventuais benefícios decorrentes do Sistema Geral de Preferências, instituído em favor dos produtos manufaturados dos países em desenvolvimento. No quadro das relações comerciais com os Estados Unidos da América, o Itamaraty envidou esforços para solucionar satisfatoriamente problemas específicos para nossas exportações, que podem ser agrupados nas seguintes categorias:

a) restrições decorrentes das investigações pela Comissão de Comércio Internacional (ITC) em conseqüência de reclamações da indústria doméstica contra a concorrência de produtos importados;

b) imposição de direitos compensatórios sobre importações;

c) práticas "desleais" de comércio.

O Itamaraty, em colaboração com outros órgãos governamentais competentes, examinou detidamente a situação de cada produto atingido pelas medidas protecionistas norte-americanas e procurou minorar seus efeitos. Foram efetuadas gestões, nos mais diversos níveis, com vistas a destacar a importância do mercado norte-americano para os produtos manufaturados brasileiros e a necessidade de diminuir o déficit crônico, que tem caracterizado o nosso balanço comercial com aquele país. Em alguns casos, foi possível evitar a imposição de medidas protecionistas, subsistindo, no entanto, a ameaça com relação a diversos produtos.

Ainda no campo das relações bilaterais, o Brasil negociou com os Estados Unidos da América um acordo para regular o comércio de têxteis entre os dois países, dentro do quadro do Acordo Multifibras do GATT. O Brasil logrou obter um compromisso por parte das autoridades norte-americanas no sentido de que as restrições negociadas não se referissem às exportações de fios, tecidos e confecções de fibras artificiais.

As relações comerciais com a CEE culminaram, em 1976, com a rubrica do Acordo sobre o Comércio de Produtos Têxteis, também negociado dentro do quadro do Acordo Multifibras. O Brasil, embora contrário, em princípio, a instrumentos limitativos do comércio, negociou este instrumento que consagra o contingenciamento, a fim de evitar a imposição de medidas unilaterais por parte da CEE que poderiam prejudicar substancialmente os interesse comerciais brasileiros na Comunidade.

Ainda no campo bilateral, cabe assinalar o exame com as autoridades japonesas das relações comerciais entre os dois países, em particular o desequilíbrio do balanço comercial que registra considerável déficit a favor do Japão. Buscavam-se, assim, os elementos necessários a uma futura ação da diplomacia brasileira, com vistas à atenuação das barreiras, sobretudo as não-tarifárias,

que impedem o acesso, ao mercado interno japonês, dos produtos brasileiros.

Finalmente, as relações comerciais com o Canadá se viram ameaçadas por alegações de que exportadores brasileiros estariam praticando **dumping** no mercado canadense. Os contatos com autoridades daquele país têm procurado esclarecer as dúvidas levantadas sobre a matéria.

No que diz respeito às restrições brasileiras às importações, tem-se procurado esclarecer nossos parceiros tradicionais sobre a alcance de tais medidas para a defesa do balanço de pagamentos do país.

No que se refere aos transportes aéreos, objetiva-se assegurar para os transportadores brasileiros uma ampla participação no transporte de passageiros nas linhas aéreas internacionais que servem o Atlântico Sul, bem como o estabelecimento de novas rotas de interesse para o Brasil. Para tal fim, desenvolveu-se intensa atividade negociadora para a conclusão de novos acordos aéreos e procedeu-se à revisão periódica de acordos em vigor, através de reuniões de consulta entre as partes interessadas.

Quanto ao transporte marítimo, os avanços tecnológicos no setor tem merecido especial atenção, sobretudo o transporte multimodal. O Brasil participou de reuniões sobre o assunto patrocinadas pela UNCTAD e SELA, esta última de âmbito latino-americano.

Em 1976, tiveram prosseguimento negociações bilaterais para a assinatura de acordos sobre transporte marítimo com diversos países. Visam tais acordos a garantir a participação da marinha mercante brasileira no transporte de carga gerada pelo comércio internacional do Brasil nos dois sentidos.

Os transportes terrestres são de capital importância para o comércio brasileiro com os países do Cone Sul. Nessa área tem-se observado progressos no sentido da criação do quadro jurídico

institucional necessário ao seu amplo desenvolvimento, tendo-se, com esse objetivo, procurado adaptar o Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre às necessidades regionais. Por outra parte, diversos acordos específicos estão sendo negociados na região com os países interessados.

No setor de comunicações, o Brasil vem dando o seu apoio à atuação dos organismos internacionais especializados que se ocupam da matéria. Em 1976, realizou-se no Rio de Janeiro a VI Reunião do Comitê Diretivo Permanente da Conferência Interamericana de Telecomunicações (CITEL). Além desse organismo que, por seu caráter regional, reveste-se de especial importância para o Brasil, vale ressaltar os trabalhos que vem desenvolvendo a Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (INTELSAT), os quais têm sido cuidadosamente acompanhados pelas autoridades brasileiras competentes.

Na área financeira, o Itamaraty tem acompanhado as atividades dos organismos financeiros internacionais, em estreita cooperação com os órgãos pertinentes da administração federal. Participou, em 1976, da delegação brasileira à Reunião da Junta de Governadores do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial e à Reunião Anual de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Integrou também a delegação brasileira à Reunião Anual da Assembléia de Governadores do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD).

No campo multilateral, cabe ainda ressaltar a participação do Itamaraty nos debates sobre temas financeiros e monetários na UNCTAD, em Nairobi, e na Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional, em Paris. Em ambas as oportunidades defendeu o Brasil a necessidade de se aperfeiçoar os mecanismos existentes para a transferência de recursos reais aos países em desenvolvimento.

No âmbito regional, foi criado o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento dos Países da Bacia do Prata, medida que concorre de forma positiva para o fortalecimento da cooperação entre os países latino-americanos.

Por fim, cabe assinalar o desenvolvimento das relações financeiras bilaterais. O Brasil vem aprimorando os instrumentos jurídicos internacionais com vistas à captação de recursos externos. Entre esses instrumentos, os acordos para evitar a dupla tributação concorrem para o efetivo ordenamento dos investimentos estrangeiros no país, além de contribuir para o estabelecimento de um clima favorável a tais investimentos. O Itamaraty, em colaboração com a Comissão de Estudos Tributários Internacionais do Ministério da Fazenda, deu prosseguimento às negociações para a assinatura de acordos de bitributação com diversos países exportadores de capital.

Entre os objetivos governamentais na área financeira externa, ressalta a expansão da rede bancária brasileira no exterior. Os bons resultados obtidos pelas agências do Banco do Brasil no estrangeiro, assim como de outras instituições bancárias brasileiras, quer através do auxílio às exportações brasileiras, quer na captação de recursos externos, indicam o acerto da política preconizada pelo Brasil. Assim, o Itamaraty continuou, em 1976, a prestar o seu apoio às negociações tendentes ao estabelecimento de agências bancárias além fronteiras.

POLÍTICA COMERCIAL

GATT

Negociações Comerciais Multilaterais (NCMs)

Em 1976, as NCMs mantiveram-se em ritmo de pré-negociação em todas as áreas importantes, dada a expectativa de mudança de governo nos Estados Unidos da América, a desigualdade das

taxas de recuperação econômica nos centros industrializados e a complexidade das interligações temáticas das diversas áreas de negociação. Não obstante este relativo compasso de espera, ditado por condicionantes políticas e a conseqüente permanência dos impasses fundamentais entre os países desenvolvidos, no domínio agrícola sobretudo, desenvolveu-se intensa atividade em Genebra em 1976, com reuniões de todos os órgãos do Comitê de Negociações Comerciais (CNC) e, inclusive, verificou-se a criação de dois órgãos adicionais, a saber, o Grupo de Reforma do GATT e o Subgrupo de Compras Governamentais. Elevou-se, assim, o total de órgãos do CNC a 7 grupos e 8 subgrupos.

O maior ou menor grau de adequação da atividade negociadora à solução dos impasses políticos centrais das NCMs ainda pendentes determinou a medida de progresso efetivo alcançada em 1976 por cada um dos órgãos do CNC. Assim, por exemplo, o Subgrupo de Subsídios e Direitos Compensatórios, de onde se antecipa possa emergir um conjunto de regras complementares aos atuais Artigos VI e XVI do GATT, permaneceu praticamente adormecido, em 1976, em virtude da persistência da discrepância entre os EUA e a CEE sobre como encaminhar as negociações na área agrícola, nas quais serão objeto de barganha os vários aspectos da política comum da CEE, entre os quais as políticas de sustentação de preços e de incentivos à produção e exportação da CEE. O Grupo de Setores, igualmente, por tratar de uma técnica de liberalização complementar, não registrou qualquer avanço quanto ao escopo ou cobertura da negociação setorial, dada sua dependência da definição dos parâmetros das negociações tarifária e não-tarifária, e limitou-se a ouvir propostas feitas pelo Canadá.

Em outras áreas, no entanto, assistiu-se a uma maior precisão das posições de negociação dos grandes parceiros comerciais e, em conseqüência, atingiu-se o limiar do processo de negociação propriamente dito. É o caso, por exemplo, da área tarifária, na qual, com a apresentação formal de propostas de corte automático por todos os principais interessados (EUA, CEE, Japão, Canadá e Suíça), já se definiu o universo negociador do qual deverá

emergir, em 1977, uma hipótese de redução tarifária combinada de elementos linear e harmonizador.

O progresso registrado nas NCMs em 1976 foi, portanto, desigual, para o que contribuiu o grau de preparação dos principais parceiros comerciais na formulação de suas posições específicas de negociação e foi condicionada pela existência ou não de trabalhos preparatórios no GATT anteriores ao lançamento das NCMs em 1973. Em certas áreas, como a do Grupo de Salvaguardas, por exemplo, o ano de 1976 registrou somente a apresentação por parte dos Estados unidos, de uma proposta conceitual para negociação de um código suplementar ao GATT que disciplina a utilização de cláusulas de escape às obrigações do Acordo Geral. Neste caso, cumpre ainda definir à luz dos progressos a obter nas áreas de liberalização comercial propriamente dita, isto é, de remoção de barreiras tarifárias e não-tarifárias, os parâmetros e a hipótese de negociação de novas regras sobre recurso a salvaguardas. Em outras áreas, no entanto, como as de avaliação aduaneira e de normas técnicas, as NCMs encamparam atividades em curso na maquinaria permanente do GATT desde antes de 1973 e, em conseqüência, as atividades dos respectivos Subgrupos de negociação alcançaram em 1976 grau avançado, sobretudo no que toca à elaboração de um código de normas técnicas, provavelmente a área mais adiantada das NCMs até o momento.

Dentro deste quadro de impasses entre os grandes parceiros e progressos desiguais entre áreas de negociação diversas, as teses dos países em desenvolvimento, em prol da definição de medidas de tratamento diferenciado e mais favorável e do estabelecimento de procedimentos especiais de negociação, continuaram, em 1976, a serem debatidas nos Grupos e Subgrupos do CNC e seguem na mesa para negociação, quando as NCMs, adentrarem sua fase final. Dado o quadro geral descrito de cautela e pré-negociação entre os países desenvolvidos, não é de estranhar-se que as reivindicações específicas e de certa forma complementares dos países em desenvolvimento tenham permanecido pendentes.

As delegações dos países em desenvolvimento em Genebra continuaram a participar ativamente de praticamente todos os órgãos plenários do CNC e, em casos isolados, dos quais sobressai o do Brasil, também nos mecanismos informais de confrontação parlamentar que caracterizam a atividade negociadora e o processo decisório do GATT.

Além de insistir nas propostas de tratamento diferenciado e procedimentos especiais de negociação que vem defendendo desde a abertura das NCMs, o Brasil obteve a criação do Grupo de Reforma do GATT, na única reunião do CNC em 1976, em novembro, convocada especialmente para este fim. Trata-se de expressiva vitória diplomática, dada a forte resistência inicial dos países desenvolvidos em aceitar a instituição de um foro específico, em um contexto negociador global como as NCMs, para reexame do conjunto de regras básicas do comércio internacional em vigor há três décadas. O projeto de criação do Grupo de Reforma consumiu grande parte dos esforços negociadores brasileiros neste período, com vistas a alcançar o envolvimento dos países-chave nas NCMs no estabelecimento desta nova área de negociação. Isto foi obtido mediante a negociação de um mandato equilibrado que, sem deixar de enfatizar que a preocupação central do Grupo deve recair sobre as normas que regem as relações comerciais no sentido Norte-Sul, recolhe igualmente áreas normativas mais abrangentes de interesse de países em desenvolvimento e desenvolvidos.

Ainda em 1976, o Grupo de Produtos Tropicais, mandatado pela Declaração de Tóquio para desempenhar suas atividades em base "prioritária e especial", praticamente concluiu seus trabalhos, com a maioria dos países desenvolvidos — com a notável exceção dos Estados Unidos — colocando na mesa, para implementação em princípios de 1977, ofertas unilaterais de concessões, sobretudo dentro do Sistema Geral de Preferências. O Brasil, no que foi acompanhado pela quase totalidade dos países em desenvolvimento, declarou-se insatisfeito com o escopo e cobertura das ofertas recebidas. É de esperar-se que os pedidos de concessões, tarifárias e não-tarifárias, não atendidos no contexto restrito do

Grupo de Produtos Tropicais, possam ser perseguidos nas áreas mais gerais das NCMs, porém já então em bases de negociação propriamente dita, isto é, com elementos de reciprocidade.

Outras atividades do GATT

O Brasil, além das NCMs, seguiu acompanhando os trabalhos de todos os órgãos permanentes do GATT, encarregados de administrar e executar o Acordo Geral. Esta participação brasileira foi marcante em 1976, tendo o Chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra exercido a presidência do Conselho de Representantes, órgão central de debate e discussão sobre as questões correntes de comércio internacional. Na sessão anual das Partes Contratantes do GATT, em novembro, o delegado brasileiro ascendeu à presidência das Partes Contratantes, cargo que ocupará até novembro de 1977.

Em abril, o Brasil compareceu diante do Comitê de Balanço de Pagamentos do GATT para realizar a consulta prevista no Artigo XVIII, 12 (b) do Acordo Geral, a fim de justificar as medidas restritivas ao comércio tomadas pelo Governo brasileiro desde 1975 para buscar o reequilíbrio de seu balanço de pagamentos. O Comitê, e em particular as delegações dos principais países desenvolvidos, submeteram a delegação brasileira, a minuciosa sabatina sobre o escopo, finalidade e natureza das medidas em causa, a saber, o depósito prévio às importações, sobretaxas tarifárias, proibições à importação, mecanismos administrativos de disciplinamento das importações, enfim toda a gama de medidas comerciais, monetárias e financeiras adotadas para defesa do balanço de pagamentos contra os efeitos adversos da alta de preços do combustível importado e da transferência dos custos da recuperação econômica dos centros industrializados para os países em desenvolvimento, a partir de 1975.

Ao final, o Comitê reconheceu a necessidade da adoção das medidas restritivas, embora alguns de seus membros levantassem dúvidas sobre sua severidade e multiplicidade. O Comitê foi, no

entanto, unânime em reconhecer o alto nível da fundamentação técnica oferecida pelo Brasil para justificar a instituição de medidas restritivas para corrigir o desequilíbrio do balanço de pagamentos.

As Partes Contratantes do GATT concederam ao Brasil, em fins de 1975, um "waiver" (derrogação de obrigações) para cobrir certas retiradas da lista de concessões tarifárias consolidadas do Brasil no GATT — Lista III — efetuadas através do Decreto n.º 75.772, de 26 de maio de 1975, e legislação subseqüente. Já que o "waiver" só expira em março de 1977, a delegação brasileira manteve em 1976 apenas contatos exploratórios visando à renegociação das concessões retiradas.

O Brasil acompanhou igualmente as atividades do Comitê de Países Participantes do Protocolo de Negociações Comerciais entre Países em Desenvolvimento, do qual é parte original. O Comitê concentrou seus esforços em 1976 no exame das possibilidades de ampliação do Protocolo e efetivou a adesão de Bangladesh, sem negociações, dada sua condição de país de menor desenvolvimento econômico relativo. Por outro lado, o Comitê encetou debate sobre a possibilidade de realização de uma nova rodada de negociações comerciais entre países em desenvolvimento, membros ou não-membros do Protocolo, com vistas à expansão não só do número de membros mas também das concessões intercambiadas, inclusive na área não-tarifária. Em virtude das incertezas que pairam sobre os rumos das NCMs, o Comitê não tomou em 1976 decisão sobre a oportunidade do lançamento desta nova rodada de negociações.

RELAÇÕES BILATERAIS

Estados Unidos da América

O tratamento do contecioso comercial bilateral com os Estados Unidos continuou a ter, em 1976, como pano de fundo, de um lado,

a crescente tendência protecionista da indústria e do Congresso norte-americano, apoiados nos dispositivos da Lei de Comércio de 1974, e, de outro, as restrições brasileiras ao comércio, em defesa do balanço de pagamentos, instituídas em 1975.

O Governo brasileiro procurou minorar os efeitos das projetadas práticas protencionistas norte-americanas, através de intensa atividade diplomática de acompanhamento, análise e negociação, ao longo dos vários estágios de formulação dessas práticas nos órgãos legislativos e executivos norte-americanos. Em particular, esforços foram envidados para solução do contencioso comercial por um lado em reuniões com os responsáveis pela política comercial norte-americana, tais como, durante a visita do Secretário de Estado ao Brasil, em fevereiro, e do Secretário do Tesouro, em maio, na qual foi criado o Subgrupo Técnico Permanente da área tarifária e fazendária; durante a visita do Ministro das Relações Exteriores do Brasil a Washington, em outubro; e por outro nas duas reuniões, em Washington e Brasília, do Subgrupo de Comércio, instituído ainda como desdobramento do "Memorandum de Entendimento" entre os dois países.

Neste quadro do contencioso, vale mencionar três tipos distintos de medidas protecionistas norte-americanas, objeto de atenção nos contactos entre autoridades dos dois Governos. Em primeiro lugar, as investigações pela "Comissão de Comércio Internacional" (ITC) dos Estados Unidos de queixas da indústria local, com base na cláusula de salvaguarda da Lei de Comércio, contra a penetração de importações estrangeiras. Nesta categoria foram atingidos três produtos brasileiros, a saber, calçados, aços especiais e mel, havendo o Executivo decidido pela adoção de medida restritiva, no caso quotas, apenas quanto a aços especiais, sem atender às reivindicações dos novos fornecedores do produto para o mercado norte-americano, entre os quais o Brasil. Assinale-se, no entanto, que as importações de calçados foram novamente, em fins de 1976, inquinadas de prejudiciais aos interesses da indústria interna dos Estados Unidos e novas recomendações visando à sua proteção emanaram na ITC para consideração pela Administração entrante.

O segundo tipo de medidas consiste na imposição de direitos compensatórios sobre exportações brasileiras. Desde 1974, cinco produtos brasileiros sofreram ou estão ameaçados de sofrer esta imposição, por força do automatismo da velha legislação de 1974, segundo a qual, comprovada a concessão de subsídios ou qualquer forma de incentivo oficial a exportações dirigidas ao mercado norte-americano, são estas taxadas com direitos compensatórios, em princípio no montante do incentivo efetivamente aproveitado pelo exportador, e sem considerar-se — como exige o dispositivo pertinente (Artigo VI) do GATT — a existência ou não de dano material efetivo à indústria doméstica. Quanto a dois dos cinco produtos implicados — fios de algodão e tesouras — continuam em andamento as investigações do Departamento do Tesouro norte-americano. No que respeita aos demais, acordo firmado pelo Ministro da Fazenda com o Secretário do Tesouro em maio resultou na suspensão de taxação sobre bolsas de couro, e na manutenção dos níveis anteriormente estabelecidos, após consultas entre as partes, para a taxação compensatória sobre calçados e produtos derivados de óleo de mamona.

A principal preocupação norte-americana, dentro da terceira categoria de práticas protecionistas, a saber, as chamadas "práticas desleais de comércio" enquadráveis na seção 301 da Lei de Comércio, foi igualmente resolvida por ocasião da mencionada visita do Secretário do Tesouro ao Brasil, quando evitamos medidas retaliatórias norte-americanas mediante comprometimento de não subsidiar as exportações brasileiras de óleo de soja para terceiros mercados.

Ainda no quadro dos problemas bilaterais de comércio, cumpre recordar os esforços permanentes do Governo brasileiro no sentido de obter melhorias no Sistema Geral de Preferências tarifárias norte-americano, posto em prática com certas limitações atinentes a volume de comércio ou participação relativa do país exportador nas importações globais do produto visado, que efetivamente excluem dos benefícios do sistema certos produtos de interesse, atual e potencial, para a pauta de exportações brasileira.

Do lado das importações brasileiras, foram objeto de contatos e exame algumas das medidas restritivas adotadas em defesa do balanço de pagamentos.

Comunidade Econômica Européia

No ano de 1976, as relações entre o Brasil e a Comunidade Econômica Européia podem ser divididas em duas etapas: a primeira que começa, a rigor, ainda em outubro de 1975, e se estende até abril de 1976, quando o principal foco de atenção foi a discussão e aprovação de um acordo sobre o comércio de têxteis de algodão entre o Brasil e a CEE, e a segunda, em que vários assuntos relacionados com o regime de intercâmbio comercial, entre os quais o problema da soja e das placas de fibras de madeira, constituíram a parte mais importante do relacionamento Brasil-CEE. O acordo sobre o comércio de têxteis originou-se em solicitação da própria CEE, nos termos do Acordo Internacional sobre o Comércio de Têxteis, conhecido como Acordo Multifibras, assinado no âmbito do GATT, em dezembro de 1973, e de que são signatários tanto o Brasil quanto a CEE. Segundo o acordo rubricado em 1.º de abril de 1976, e com validade até o dia 31 de dezembro de 1977, o comércio de algumas categorias de têxteis, especificamente fios de algodão, tecidos de algodão crus e alvejados, tecidos de algodão outros que crus e alvejados e artigos de cama, mesa e banho, será regulado por um sistema de quotas, alocadas a cada um dos Estados membros da CEE.

Outro tema do relacionamento entre o Brasil e a CEE no ano de 1976 foi o das exportações brasileiras de soja e óleo de soja para os mercados comunitários. Devido a grandes estoques de proteína animal, principalmente leite em pó desnatado e manteiga, a Comunidade impôs restrições à importação de soja para consumo animal. Esta medida, no final de outubro de 1976, foi contestada pelo Brasil, tanto junto às capitais dos Estados membros, quanto junto à CEE e ao GATT.

Outras medidas, propostas pela Comissão das Comunidades Européias, tal como a taxação de óleos vegetais consumidos na CEE,

não foram até o final de 1976 aprovadas pelo Conselho da Comunidade, graças, em grande parte, aos protestos dos países exportadores interessados, entre os quais se encontra o Brasil.

Durante o ano de 1976, o Brasil solicitou a inclusão de vários produtos manufaturados no Sistema Geral de Preferências da CEE, obtendo êxito em vários casos. O mais importante foi, sem dúvida, a inclusão dos têxteis brasileiros, já que a CEE condicionava a extensão desse benefício à assinatura do acordo têxtil.

Outro ponto foi a redução da isenção alfandegária concedida às chapas para construção feitas de fibras de madeira (posição 48.08). Devido a uma intensa atuação diplomática desenvolvida nas capitais comunitárias e junto às próprias autoridades da CEE, o batente para a posição, que havia sido inicialmente fixado em 20% para o ano de 1977, foi aumentado para 30%.

Nos dias 13, 14 e 15 de dezembro reuniu-se, pela segunda vez, a Comissão Mista prevista no Acordo Comercial assinado em 1973 entre o Brasil e a CEE.

Além de uma análise do intercâmbio comercial, a Comissão Mista examinou meios de aumentar as trocas entre o Brasil e os Estados membros da Comunidade. Passou-se, além disso, em revista as posições respectivas nos diversos foros internacionais e discutiu-se as questões atinentes às exportações brasileiras de café solúvel, manteiga de cacau e produtos de cacau em geral.

Foi dada especial atenção aos problemas relacionados com a aplicação do acordo sobre têxteis entre o Brasil e a CEE, além de uma avaliação da utilidade do Sistema Geral de Preferências da Comunidade, tendo sido focalizada a questão das chapas de fibras de madeira, acima referida.

Finalmente, foi dada especial ênfase pela Delegação brasileira ao problema, também mencionado, das questões referentes à soja e seus derivados.

Japão e Canadá

Consoante com o objetivo permanente de incrementar e diversificar as exportações brasileiras para outros mercados, além dos Estados Unidos e a CEE, o Governo brasileiro não descurou de promover gestões e contactos visando a modificar ou eliminar medidas de política comercial adotadas por vários de nossos parceiros comerciais e consideradas prejudiciais aos interesses exportadores brasileiros.

Assim, no caso do Japão, assinale-se o tratamento dado à questão dos obstáculos impostos à expansão das exportações brasileiras de fio de sêda, que consistiu em contactos entre empresários brasileiros, assistidos por representantes dos órgãos competentes, e as autoridades japonesas, dos quais resultou compromisso japonês de permitir a importação de determinado volume do produto brasileiro. Em geral, a Chancelaria brasileira promoveu, com outros órgãos do Governo, análise em profundidade de meios de expandir os níveis do comércio bilateral, que apresenta déficit considerável contra o Brasil, e de negociar a remoção ou atenuação do sistema de entraves, sobretudo não-tarifários, à importação japonesa, no que toca aos interesses comerciais específicos do Brasil. Desnecessário ressaltar aqui a importância transcendental para as relações entre os dois países, inclusive as relações comerciais, da visita de Estado que efetuou ao Japão o Presidente Ernesto Geisel.

No que toca ao Canadá, as relações comerciais bilaterais foram objeto de exame conjunto por ocasião da 1.ª reunião, em novembro, em Ottawa, da Comissão Mista Brasil-Canadá. Do lado das exportações brasileiras, ademais, tem o Itamaraty permanecido atento à possibilidade da introdução de medidas desfavoráveis aos interesses exportadores brasileiros no mercado canadense, tais como investigações sobre alegadas práticas de "dumping" por firmas brasileiras. Como no caso de outros parceiros comerciais, contactos entre autoridades dos dois países têm propiciado oportunidade para esclarecimento de dúvidas sobre a operação das medidas restritivas brasileiras de defesa do balanço de pagamentos e do sistema brasileiro de incentivos à exportação.

Acordo Multifibras do GATT

Assinado em dezembro de 1973, e destinado a vigorar por 4 anos, o Acordo sobre o Comércio Internacional de Têxteis (Acordo Multifibras) se constituiu em uma vitória dos países exportadores de produtos têxteis, que não eram favoráveis ao trato quase que unilateral pelos países importadores das questões referentes às restrições ao comércio de têxteis, dentro do até então vigente Acordo a Longo prazo sobre o Comércio de Têxteis de Algodão.

Durante os três primeiros anos de vigência, o acordo revelou-se relativamente eficaz, sofrendo evidentemente críticas de lado a lado no que se refere à sua operacionalidade e igualdade de tratamento dado às partes. O Brasil que, em princípio, não é favorável à existência de acordos limitativos do comércio internacional, aceitou o acordo Multifibras como uma alternativa melhor do que as práticas unilaterais eventualmente adotadas pelos grandes importadores do produto.

Foi dentro do quadro geral desse acordo que o Brasil assinou, em 1976, os acordos sobre o comércio de têxteis com a Comunidade Econômica Européia e os Estados Unidos da América.

No mês de dezembro de 1976, como previsto no próprio texto do acordo, procedeu-se em Genebra, a uma avaliação do funcionamento, até o momento, do acordo e analisou-se a oportunidade de sua renovação.

Negociação de Acordo sobre Têxteis com os Estados Unidos da América

No mês de março de 1976, foi negociado com os Estados Unidos da América um acordo para regular o comércio de têxteis entre

o Brasil e aquele país. Tratou-se mais de adequar o acordo já existente, assinado em 1970, às características do Acordo Multifibras, do que propriamente de estabelecer novas bases para regular o comércio existente.

De qualquer forma, foi possível obter um incremento global de 19% nas quotas alocadas ao Brasil, as quais, ademais, nunca haviam sido preenchidas em sua totalidade.

Tendo em vista o dinamismo das exportações de manufaturados, a maior parte desse aumento global foi alocada às quotas de confecções, que puderam assim ser elevadas em 42% para o ano acordo 1976/77.

Atendendo ao eventual crescimento das exportações brasileiras de fios, tecidos e confecções com fibras artificiais, obtivemos compromisso de que nenhuma forma de limitação seria imposta, durante a vigência do novo acordo, às nossas exportações desses produtos.

Negociação de Acordo sobre Comércio de Têxteis com a Comunidade Econômica Européia

Em 1.º de abril de 1976, foi rubricado o Acordo sobre o Comércio de Produtos Têxteis, concluído entre o Brasil e a CEE, encerrando seqüência de negociações que se abriu em outubro de 1975. O entendimento resultante prevê o contingenciamento das exportações brasileiras de quatro categorias de produtos têxteis para a Comunidade e a eliminação, em duas etapas, das restrições unilaterais à importação existentes na França e no Reino Unido.

A aceitação de contingenciar nossas exportações de alguns produtos têxteis para o mercado comunitário decorreu, em grande medida, do risco certo de que a CEE, diante de uma atitude inflexível do Brasil, aplicasse medidas unilaterais restritivas de caráter mais prejudicial. Os entendimentos se deram sob a égide

do Acordo Multifibras do GATT, de que Brasil e CEE são signatários. A importância do mercado comunitário, o maior parceiro comercial do Brasil, e a necessidade de que mantivéssemos suas portas abertas para as exportações dos produtos têxteis visados eram elementos adicionais a justificar a negociação do Acordo. Se, por um lado, constitui-se este em instrumento limitativo, por impor quotas a exportações brasileiras, por outro assegura uma taxa de crescimento anual dessas mesmas quotas.

UNIDO

Como resultado de recomendação da Segunda Assembléia Geral da UNIDO, realizada em 1975, uma das principais atividades durante o ano de 1976 foi tentar estabelecer as bases de sua reestruturação como Agência Especializada das Nações Unidas.

Com esse propósito, reuniu-se, por quatro vezes, um Comitê Intergovernamental para elaboração dos Estatutos da UNIDO como Agência Especializada.

Não foi possível um acordo entre o grupo dos 77 e os países desenvolvidos sobre a gestão financeira da futura Agência. Pretendem os países industrializados que o controle sobre a aplicação dos recursos decorrentes das contribuições seja realizado por aqueles que houverem contribuído com 51% ou mais do orçamento da UNIDO. Evidentemente, tal medida dificultaria a aplicação de recursos em projetos que não fossem do interesse dos países industrializados ou de projetos de baixa expectativa de retorno. Os países em desenvolvimento não concordam com tal imposição, inclusive porque constituiria, no sistema das Nações Unidas, precedente de sérias repercussões.

Durante o ano de 1976, a UNIDO realizou uma série de encontros e reuniões destinados ao estudo de questões específicas, atinentes ao desenvolvimento industrial. Representantes brasileiros participaram das seguintes reuniões: 1. Encontro sobre Coope-

ração Industrial Internacional; 2. Reunião de Consulta sobre a Indústria de Fertilizantes; 3. Grupo de Trabalho sobre o Aço, preparatório de Reunião de Consulta sobre a indústria de Ferro e Aço.

XXXI.ª Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas

Dos temas alocados à Comissão Econômica e Financeira da Assembléia-Geral (II Comissão) se destacava a questão da revisão da Estratégia Internacional para o Desenvolvimento (EID) — resolução 2626 (XXV) — à luz da Nova Ordem Econômica Internacional, iniciativa solicitada pela resolução 3517 (XXX) da própria Assembléia.

A XXXI Sessão da Assembléia-Geral não deu cumprimento ao mandato da referida resolução 3517 (XXX). Adiou-se, assim, o exercício de revisão da EID para 1977. Se, de seu lado, os países desenvolvidos e os próprios países socialistas tinham interesse em manter o "status quo", os países em desenvolvimento, por sua vez, não chegaram, em seu conjunto, a articular uma posição comum para realizar aquela empreitada. Das poucas discussões do grupo dos 77 sobre o assunto se colheu a impressão de que a revisão da EID "à luz da Nova Ordem Econômica Internacional" é iniciativa que necessita ser cuidadosamente equacionada. De contatos bilaterais com delegações mais atuantes e expressivas dos 77 pode-se depreender o grau de complexidade da referida iniciativa, a qual exige uma tomada de posição do grupo nas múltiplas áreas em discussão nos foros internacionais.

Em linhas gerais, a XXXI.ª Sessão da Assembléia-Geral não deu maior ênfase aos temas econômicos. Assim mesmo, os 77, com vistas a dar respaldo político ao Grupo dos países em desenvolvimento na Conferência de Paris, fizeram questão de registrar, na principal resolução aprovada no temário econômico, sua preocupação com a "falta de vontade política" dos países desenvolvidos não só na implementação de decisões anteriores,

mas também em acelerarem novas negociações com vistas ao atendimento das principais reivindicações dos países em desenvolvimento. A referida resolução acabou sendo adotada pela Assembléia-Geral com o voto a favor dos países em desenvolvimento e com a abstenção em massa dos países desenvolvidos e dos socialistas. Estes últimos esclareceram que seu voto não devia ser entendido como contrário às aspirações do mundo em desenvolvimento, mas como decorrência do fato de a Conferência de Paris se realizar fora do âmbito das Nações Unidas e de não participarem da mesma.

Finalmente, após consulta com o Grupo dos 77, e em face do estágio atual das negociações comerciais multilaterais no GATT e da Conferência de Paris, acordou-se adiar para a XXXII Assembléia-Geral o exame da proposta dos 77 — originariamente apresentada no plenário da Assembléia-Geral pelo Brasil — de criação de um Comitê Intergovernamental Especial que elaboraria um Acordo de Comércio Norte-Sul.

Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC)

Os trabalhos do ECOSOC, no tocante aos temas de cunho econômico, não apresentaram nenhum ponto alto substantivo, apesar das expectativas com que se revestiu a iniciativa de fazer realizar em Abidjam e, portanto, fora de uma das sedes da ONU, a sessão de verão do ECOSOC, o que ocorrera pela última vez em 1957.

Com vistas a dar maior relevância e impacto internacional à reunião, o Grupo dos 77 elaborou documento de base, que desejava ver transformado na Declaração de Abidjan, na qual seria destacada a problemática mais urgente dos países em desenvolvimento em geral, e dos países africanos, em particular. A negociação dos 77 com os países desenvolvidos, como se esperava, foi bastante complexa e levou à adoção de um breve documento que alinha, de forma genérica, aspirações de cooperação internacional, bem como reconhece a situação difícil em

que se encontram os países em desenvolvimento, em particular os mais pobres.

Na agenda do Conselho Econômico e Social constava, entre outros itens, a questão da revisão da Estratégia Internacional para o Desenvolvimento (EID) à luz da Nova Ordem Econômica Internacional. Não foi possível levar a cabo tal empreitada, já que, de um lado, a resistência dos principais países desenvolvidos em aceitarem o conceito da Nova Ordem Econômica, e de outro, o lapso de tempo de que os 77 dispunham para articularem sua posição quanto ao exercício não permitiram qualquer movimento substantivo a respeito, tendo-se, finalmente, adiado o tratamento do assunto.

No quadro das atividades do ECOSOC na esfera econômica, vale mencionar, igualmente, as questões relativas às empresas transnacionais, à ciência e à tecnologia.

A Comissão do ECOSOC sobre as empresas transnacionais realizou sua II Sessão de 1.º a 12 de março, em Lima. Seu principal resultado foi estabelecer um grupo de trabalho intergovernamental para tratar da elaboração de um Código de Conduta sobre aquelas empresas.

As posições de princípio dos 77 são de que o código deve ser de aplicação compulsória, de modo a assegurar que as empresas contribuam positivamente à implementação da Declaração e do Programa de Ação sobre o Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional e da Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados.

Outra discussão importante, diz respeito à definição do que seria uma empresa multinacional, o Brasil tem defendido, com o apoio dos países em desenvolvimento, que as empresas públicas, estatais, de economia mista ou "joint-ventures" não deveriam ser cobertas pela definição, tendo em vista seu propósito desenvolvimentista e não meramente comercial.

O Conselho criou, por outra parte, um Grupo Intergovernamental **Ad-Hoc**, para estudar a conveniência e eventualmente, elaborar um acordo internacional destinado a prevenir e eliminar pagamentos e indivíduos com relação a transações comerciais internacionais. A criação do referido grupo se deveu a forte interesse norte-americano, cuja Delegação ao ECOSOC, em mais de uma oportunidade, deixou bem claro ter instruções diretas a respeito do próprio Secretário de Estado.

Com relação à Ciência e Tecnologia, além de outras resoluções de caráter técnico, a sessão anual do Comitê do ECOSOC sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CCTD) se ocupou principalmente dos preparativos para a Conferência das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia, prevista para 1979.

Cooperação Entre Países em Desenvolvimento

Durante a 1.ª Reunião Ministerial dos 77, realizada em Manilha, em janeiro de 1976, preparatória da IV UNCTAD, decidiu-se pela convocação de grupo de peritos governamentais para estudar as possibilidades de cooperação econômica entre os países em desenvolvimento e preparar Conferência sobre esse tema. Esta Conferência se realizou no México, entre os dias 13 e 21 de setembro, e foi precedida por duas reuniões de peritos, a primeira em Genebra, de 12 a 16 de julho, e a segunda na própria cidade do México, entre 9 e 11 de setembro. Da Conferência resultaram recomendações nos campos da cooperação comercial, industrial, monetária, financeira e em matéria de ciência e tecnologia.

Na esfera da UNCTAD, criou-se um Comitê Permanente sobre Cooperação entre Países em Desenvolvimento, com o objetivo de buscar da comunidade internacional apoio técnico ou financeiro para aspectos específicos do programa de cooperação que requeiram tal assistência.

UNCTAD

No âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, há que assinalar, como evento preponderante em 1976, a realização, em Nairobi, no mês de maio, da IV Conferência. Os trabalhos iniciaram-se alguns meses antes com os encontros preparatórios do Grupo Latino-Americano, em Caracas, no mês de janeiro, e do Grupo dos 77, em nível ministerial, em Manila, no mês de fevereiro. Essas reuniões prévias visaram a permitir uma melhor coordenação entre os países em desenvolvimento, primeiro ao nível dos seus respectivos grupos regionais e, a seguir, no nível do grupo dos 77 como um todo, formando frente tão unida e sólida quanto possível na apresentação de posições de negociação aos países industrializados de economia de mercado e socialistas em todos os campos das relações econômicas internacionais cobertos pela agenda da UNCTAD.

A Conferência da UNCTAD, por conseguinte, é encontro negociador entre grupos de países, circunstância que leva a um relativo esmaecimento, em prol da unidade, de certas posições individuais. Do ponto de vista dos 77 como um todo, os temas prioritários da IV UNCTAD foram o chamado Programa Integrado para Produtos de Base, a questão da dívida externa, e os temas referentes à transferência de tecnologia. Para o Brasil, em virtude do seu estágio mais avançado de industrialização, interessavam primordialmente o tema da transferência e o da expansão e liberalização do comércio.

Quanto ao Programa Integrado, que busca enfoque globalizante para os problemas das matérias-primas exportadas pelos países em desenvolvimento, a proposta dos 77 era de que deveria constituir-se em catalisador político e núcleo financeiro, devendo contar com um Fundo Comum, para o qual contribuiriam países exportadores, e que serviria para sustentar estoques reguladores de uma série de produtos de interesse dos países em desenvolvimento. Não foi possível chegar-se a decisões concretas, em decorrência da resistência das maiores nações industrializadas, que rechaçaram qualquer comprometimento com o esquema.

Diante de atitude firme dos 77, foi possível adotar-se, no entanto, resolução de consenso que define os objetivos do Programa Integrado, enumera 18 produtos que poderiam ser por ele cobertos e estabelece calendário para a sua negociação.

Ainda no campo dos produtos básicos, não teve acolhida proposta do Secretário de Estado norte-americano para a criação de um Banco Internacional de Recursos.

No campo dos assuntos financeiros e monetários, a IV UNCTAD aprovou tão somente projeto de resolução da França relativo à dívida externa, que visa à identificação, pelos foros internacionais competentes, das medidas que possam orientar a ação futura para a solução de problemas nessa área. Os demais projetos dos 77 relativos à reforma do sistema monetário, déficit do balanço de pagamentos, transferência de recursos reais, acesso aos mercados de capital, e medidas para melhorar a situação financeira internacional não alcançaram êxito e foram remetidos a maquinaria permanente da UNCTAD, em Genebra, para que continuem sendo objeto de negociação.

No que diz respeito aos temas de nosso interesse prioritário, o desfecho da IV UNCTAD foi positivo. No tocante às Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, a resolução adotada pela Conferência e negociada a partir de projeto brasileiro representa algum avanço em relação à Declaração de Tóquio, quanto aos compromissos assumidos pelos países desenvolvidos.

No que respeita aos métodos de transferência de tecnologia, os resultados foram amplamente satisfatórios para o Brasil e para os 77 como um todo, com a adoção pela Conferência de resoluções significativas sobre propriedade industrial, capacitação tecnológica e sobre um código de conduta para a transferência de tecnologia. O êxito alcançado com a aprovação dessas três resoluções em Nairobi, devido, em grande medida, ao apoio que conseguimos arregimentar em torno das nossas posições, terá um impacto positivo sobre os foros específicos que tratam do assunto: a própria UNCTAD, a OMPI e a UNIDO.

Transferência de Tecnologia

É este um dos campos prioritários de interesse nacional dentro da esfera das relações econômicas internacionais e nele vimos sendo os articuladores de dois processos de negociação importantes: no âmbito da OMPI, a revisão da Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Intelectual, e, no da UNCTAD, a elaboração de um código de conduta para a transferência de tecnologia.

Quanto ao primeiro, cujo objetivo é incluir na Convenção de Paris dispositivos para atender aos interesses dos países em desenvolvimento em matéria de propriedade industrial, o ano de 1976 constituiu o início da fase final do longo processo negociador começado em 1961 por projeto de resolução brasileiro nas Nações Unidas. A OMPI decidiu convocar, para o primeiro semestre de 1978, Conferência negociadora, cuja preparação está a cargo de um Comitê Intergovernamental, que já realizou sua primeira sessão em dezembro último.

No tocante à UNCTAD, o Brasil encontra-se, igualmente na origem do processo negociador que deverá também culminar em Conferência Negociadora, em 1978, cuja realização foi decidida por resolução da IV Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Criou-se, naquela ocasião, um Grupo Intergovernamental de Peritos, que já se reuniu uma vez em novembro, e cujo mandato é o de preparar projeto de código de conduta para a transferência de tecnologia a ser submetido à Conferência. Esse código visa a disciplinar as transações comerciais que envolvem transferência de tecnologia, para assegurar a adequação da tecnologia transferida e sua remuneração justa, evitando-se abusos por parte do detentor da tecnologia e práticas restritivas ao comércio do país receptor. Com isto, busca-se liberalizar e estimular o comércio mundial de tecnologia, em benefício tanto dos supridores quanto dos receptores.

POLÍTICA FINANCEIRA

Fundo Monetário Internacional — Banco Mundial

O Itamaraty participou da delegação brasileira à Reunião da Junta de Governadores do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, realizada em Manila, nas Filipinas, de 3 a 8 de outubro. Na reunião do FMI, foi examinada a conjuntura econômica internacional e consideradas as políticas mais adequadas para reduzir o nível de inflação e manter um ritmo moderado de crescimento das diversas economias. Tratou-se, igualmente, dos instrumentos para promover, de forma adequada, o processo de ajuste dos balanços internacionais de pagamentos. Foram finalmente objeto de consideração a liquidez e a política de utilização de recursos do Fundo.

Na reunião do Banco Mundial, foram examinadas as modalidades e os volumes da cooperação internacional para o desenvolvimento, assim como a política de empréstimos da instituição.

Banco Interamericano de Desenvolvimento

O Ministério das Relações Exteriores integrou a Representação do Governo brasileiro à XVII Reunião Anual de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento, realizada na cidade de Cancún, México, em maio.

Além de matérias estritamente técnico-financeiras, o referido encontro considerou, ainda, o tema, de natureza política, da incorporação de membros extra-regionais, que deverá resultar, através do Banco, em maior disponibilidade de recursos para os países em desenvolvimento do Continente.

Fundo Africano de Desenvolvimento

Na qualidade de membro-pleno, fundador, o Brasil integra o Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD), cujo objetivo é promover o desenvolvimento econômico e social dos países africanos afiliados à instituição, os quais deverão aperfeiçoar os esquemas de cooperação recíproca.

Na III Reunião Anual da Assembléia de Governadores do FAD, realizada em Kinshasa, em maio, se ratificou o aumento da quota brasileira de contribuição financeira àquela entidade como mais um gesto, efetivo, da política geral brasileira que visa a consolidar e ampliar as relações de amizade e de comércio com os países africanos.

Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento — UNCTAD

Reuniu-se, em Nairobi, no mês de maio, a IV Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, que considerou temas monetários e financeiros sob a ótica do aperfeiçoamento da cooperação econômica internacional.

Coordenou o Ministério das Relações Exteriores a participação do Governo brasileiro no referido encontro, no sentido de buscar que as deliberações sobre tais temas atendessem ao objetivo geral da necessidade de transferência crescente de recursos reais para os países em desenvolvimento, respeitadas as políticas nacionais de desenvolvimento.

Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata

Realizou-se em Brasília, no dia 8 de dezembro, a I Reunião da Diretoria Executiva do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento dos Países da Bacia do Prata.

O referido Fundo, criado nos termos do Convênio Constitutivo assinado durante a VI Reunião de Chanceleres em junho de 1974, tem por objeto financiar a realização de estudos, projetos, programas e obras tendentes a promover o desenvolvimento harmônico e a integração física da Bacia do Prata, dispondo, para isto, de recursos próprios, que montam a cem milhões de dólares, dos quais serão inicialmente realizados vinte milhões de dólares. Cabe registrar que o Governo brasileiro já adotou as medidas necessárias à liberação de recursos correspondentes à integralização da primeira quota da contribuição brasileira.

Durante a I Reunião da Diretoria Executiva, os países-membros puderam trocar idéias sobre a elaboração do Regulamento e o Orçamento do Fundo, iniciando-se, assim, o processo de implementação do Convênio Constitutivo.

Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional

No decorrer de 1976, reuniu-se a Comissão de Assuntos Financeiros, criada pela Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional, realizada em Paris, a nível ministerial, em dezembro de 1975.

Coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores, a participação do Governo brasileiro nas mencionadas reuniões ministerial e de Comissão visou à aceitação, pelos países desenvolvidos da comunidade internacional, do princípio da urgente necessidade de se aperfeiçoarem esquemas operacionalmente relevantes, nos campos monetário e financeiro, para o conjunto dos países em desenvolvimento.

Comissão Mista Brasil-Irã

Realizou-se em Teerã, de 27 a 29 de novembro, a I Sessão da Comissão Mista Brasil-Irã de Cooperação Econômica e Técnica. Ao término do encontro, os dois países firmaram um Protocolo

no qual ficaram registrados os entendimentos alcançados no que diz respeito ao incremento das relações econômicas e financeiras, e à cooperação técnica e cultural.

Política Fiscal — Acordos de Bitributação

Tiveram prosseguimento as negociações dos acordos para eliminar a dupla tributação com os governos de Luxemburgo, Itália, Reino Unido, Canadá e Estados Unidos da América.

A 23 de março, foi firmado em Tóquio o Protocolo que Modifica e Complementa a Convenção entre o Brasil e o Japão destinada a evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre rendimentos, já aprovado pelo Congresso Nacional e que aguarda ratificação do Poder Legislativo japonês.

Em junho, foi também concluído um acordo por troca de notas com o Governo chileno, destinado a evitar a dupla tributação dos rendimentos decorrentes da exploração do tráfego internacional aéreo e marítimo entre o Brasil e o Chile.

A 1.º de setembro foram trocados os instrumentos de ratificação da Convenção destinada a evitar a dupla tributação da renda concluída com a Áustria.

Cabe ainda registrar que os acordos para evitar a dupla tributação concluídos com a Espanha, República Federal da Alemanha e Suécia passaram a ter aplicação a partir do ano fiscal de 1976.

A Expansão da Rede Bancária Brasileira no Exterior

O Itamaraty continuou em 1976 a prestar apoio à expansão da rede de bancos brasileiros no exterior, notadamente na América Latina e África. Durante aquele período, cumpre registrar a inau-

guração de agências do Banco do Brasil S.A. em Manama (Bahrein), e de Escritórios de Representação em Bogotá, Quito, Lima, Chicago, Genebra, Lagos e Teerã, o que eleva para 35 o número de instalações do Banco no exterior.

Comissão de Empréstimos Externos

Representantes do Itamaraty participaram das deliberações da Comissão de Empréstimos Externos (CEMPEX), que tem por objetivo examinar e aprovar as condições dos financiamentos e empréstimos externos contratados pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive empresas de economia mista, e pelas empresas privadas nacionais, desde que tais operações de crédito contem com aval ou garantia do Tesouro Nacional.

PRODUTOS DE BASE

ENERGIA

Conferência para a Cooperação Econômica Internacional

Ao longo do ano de 1976 realizaram-se diversas sessões da Conferência para a Cooperação Econômica Internacional (CCEI). Prevista para terminar em dezembro, os impasses verificados em quase todas as áreas de negociação, juntamente com outros fatores, tais como a incerteza quanto aos novos preços do petróleo e a mudança da administração norte-americana, forçaram o adiamento do encerramento.

Petróleo

No tocante ao petróleo, os preços estiveram congelados até a reunião da OPEP de 15 de dezembro, em Doha, no Qatar. Aí, ocorreu, pela primeira vez, uma cisão entre os países da OPEP no tocante a preços: a Arábia Saudita e os Emirados do Golfo Pérsico decidiram aumentar os preços de seu produto numa média de 5%, ao passo que os outros 11 componentes da Organização os elevaram em 10% imediatamente, devendo aumentá-los de mais 5% a partir de julho de 1977. O mercado internacional permaneceu em estado de desorganização, a qual perdurou até os últimos dias do ano. Os primeiros indícios apontavam dificuldades para os membros do segundo grupo, como o Irã, visto que diversos países, bem como as companhias petrolíferas internacionais, tinham constituído vastos estoques do produto em previsão do aumento de preços, estoques esses que começaram a ser comercializados. Os compradores, naturalmente, procuraram orientar suas compras de petróleo para a Arábia Saudita e os Emirados.

Energia Nuclear

A preocupação internacional com relação aos possíveis perigos da proliferação de armas nucleares recrudesceu no ano de 1976. Pouco antes das eleições presidenciais nos Estados Unidos, o Presidente Ford anunciou as novas diretrizes norte-americanas no setor nuclear, as quais davam ênfase às medidas de não-proliferação como elemento essencial da cooperação entre os Estados Unidos e outros países nesse campo.

Realizou-se no Rio de Janeiro a XX Sessão da Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). A Conferência Geral foi precedida por uma Reunião de Autoridades Nucleares da América Latina, em que se discutiram as possíveis formas de cooperação nuclear entre os países da região.

Negociado em janeiro, foi assinado a 26 de fevereiro o Acordo Trilateral de Salvaguardas Brasil/República Federal da Alema-

nha/AIEA, em decorrência do Acordo de Cooperação Nuclear Brasil/RFA. Instrumentos dos mais abrangentes até então firmados nesse setor, demonstra o Acordo Trilateral a firme intenção dos dois países de usarem a cooperação nuclear para fins exclusivamente pacíficos e sob rigoroso controle da Agência de Viena. Sua conclusão possibilitou o início efetivo dessa cooperação, pois em seguida eram concluídos os primeiros contratos entre a NUCLEBRAS e empresas alemãs.

Pesca

Em 1976 continuaram em vigor os quatro Acordos de Pesca de Camarão que vinculam o Brasil a Trinidad e Tobago, Barbados, Suriname e Estados Unidos da América. O Suriname tornou-se o Estado sucessor do Acordo que o Brasil firmara com o Reino dos Países Baixos em 1975, conforme previsto na negociação daquele instrumento.

Minérios Não-Ferrosos

No âmbito do Programa Integrado de Produtos de Base da UNCTAD, o cobre foi um dos primeiros produtos a ser objeto de negociações com vistas à conclusão de acordo internacional para ordenação do mercado. Realizou-se uma primeira reunião preparatória, na qual se estabeleceu um Grupo Intergovernamental de Peritos para preparar estudos e colher subsídios, tendo o representante brasileiro sido eleito Vice-Presidente do Grupo.

No tocante ao abastecimento brasileiro de cobre e outros não-ferrosos, há a assinalar a assinatura de acordo entre o Brasil e o Peru, por ocasião do encontro entre os Presidentes Ernesto Geisel e Bermudez, relativo à criação de uma empresa mineira especial para realizar atividades no setor do cobre, bem como de um convênio comercial sobre intercâmbio de produtos. Neste último convênio minerais não-ferrosos tais como cobre, prata,

chumbo, e zinco figuram na lista peruana e na lista brasileira aparecem a bauxita e a alumina.

Em consonância com as diretrizes estabelecidas no sentido de conceder prioridade aos países latino-americanos para o abastecimento brasileiro em não-ferrosos, o Brasil declarou sua disposição de reservar 70% de seu mercado de cobre, em partes iguais, para Chile e Peru.

No setor de concentrados de cobre, durante visita do Ministro das Minas e Energia às Filipinas, em novembro, foi assinado memorando de entendimento entre a Phillipine Internacional Trading Corporation e a INTERBRAS segundo o qual o Brasil deverá adquirir 2 milhões de toneladas de concentrado filipino ao longo de 10 anos.

Minério de Ferro

A Associação de Países Exportadores de Ferro continuou suas atividades, mantendo o Brasil sua qualidade de observador. As vendas do produto brasileiro no mercado internacional mantiveram-se estáveis. Como contrapartida para as compras de concentrado de cobre nas Filipinas foi negociado o fornecimento do minério brasileiro para atender 40% das necessidades da usina de sintirização da **Phillipine Sinter Company,** cuja capacidade é de 5 milhões de toneladas de sinter por ano.

Algodão

Devido aos preços não remuneradores no mercado internacional em 1975, a temporada de 1976 foi caracterizada pela queda drástica da produção algodoeira mundial. O consumo mundial no entanto recuperou-se, atingindo, com conseqüente redução dos estoques internacionais, e alta dos preços.

O Brasil não dispôs de excedente exportável, tendo vendido para o exterior, apenas algodão de qualidade inferior, dos estoques

da Comissão de Financiamento da Produção. Os preços internos, em virtude de escassez do produto, mantiveram-se altos, desestimulando a exportação, a despeito da recuperação dos preços no mercado internacional.

O Brasil participou, em São Francisco, no período de 18 a 23 de outubro, da XXXV Sessão plenária do Comitê Consultivo Internacional do Algodão (CCIA). A reunião debateu a situação algodoeira mundial e fez previsões quanto à produção, consumo e preços para o período 1976/77.

A XXXV Sessão do CCIA foi precedida, a 15 e 16 de outubro, da XXX Assembléia Geral do Instituto Internacional do Algodão, durante a qual foi reeleito, para o cargo de Presidente, pelo período de dois anos, o brasileiro José Ulpiano de Almeida Prado.

Café

Durante o ano de 1976, o mercado cafeeiro mundial refletiu a situação de escassez causada pelas geadas que atingiram duramente as principais regiões produtoras do Brasil em julho de 1975, ao que se somaram acidentes climáticos e problemas políticos em outros países produtores. Malgrado a safra brasileira se tenha situado em torno de 5 a 6 milhões de sacas, as exportações de café em grão e café solúvel, ao longo de todo o ano, ultrapassaram a casa dos 15 milhões de sacas, carreando para o País volume recorde de divisas, da ordem de US$ 2,4 bilhões.

A 1.º de outubro, entrou em vigor o III Acordo Internacional do Café, cuja negociação fora completada em dezembro do ano anterior e que reúne 43 países produtores e 20 nações consumidoras. Apesar, entretanto, dos países-membros estarem cumprindo as obrigações constantes do acordo, em virtude do nível das cotações, o sistema de quotas do novo convênio não foi acionado.

No curso do ano, o Itamaraty e o Instituto Brasileiro do Café colaboraram estreitamente no processo de elaboração das normas

de controle do novo convênio, bem como em questões de cunho bilateral, relativas à presença do produto brasileiro no mercado internacional.

Açúcar

O mercado mundial de açúcar, sobretudo a partir de julho, acusou substancial excesso de oferta, fazendo com que as cotações internacionais atingissem níveis aviltados, insuficientes até mesmo para cobrir os custos da produção. Como reflexo dessa situação e da quebra da safra nacional, as exportações brasileiras de açúcar se situaram em nível inferior ao alcançado nos últimos cinco anos, correspondentes a uma receita pouco superior a US$ 300 milhões.

Durante todo o ano, prosseguiram, no foro da Organização Internacional do Açúcar, as tarefas de preparação técnica da negociação de novo convênio sobre o produto. Nestas questões, assim como no tocante às atividades do Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar (GEPLACEA) e nas matérias de natureza bilateral, o Itamaraty e o Instituto do Açúcar e do Álcool mantiveram íntima e profícua coordenação.

Cacau

Em 1976, o mercado internacional do cacau e seus derivados apresentou-se em alta, com cotações médias nas principais bolsas de mercadorias superiores aos elevados preços de 1974, como reflexo de um desequilíbrio entre oferta e demanda mundiais, sem perspectivas de correção a curto prazo. Não obstante problemas climáticos e de incidência de doenças na região cacaueira da Bahia, o Brasil registrou produção considerada normal no ano-safra 1975/76, podendo aproveitar-se da situação favorável do mercado internacional com exportações no valor de US$ 370 a 380 milhões para o conjunto de produtos do setor: cacau em amêndoas, manteiga, torta e pasta.

No âmbito da Aliança de Produtores de Cacau, as atividades estiveram concentradas nas questões relativas ao Acordo Internacional de Cacau concluído em 1975, considerado insatisfatório pelos países africanos francófonos, cuja posição ameaçava impedir a entrada em vigor do convênio na data-limite de 1.º de setembro de 1976. A XXVI Assembléia Geral da Aliança, realizada em fevereiro em Salvador, Bahia, não obstante os esforços empreendidos pelo Brasil e pela Nigéria, não permitiu um debate conclusivo quanto a uma posição comum dos produtores frente ao Acordo. Por iniciativa da Costa do Marfim, realizou-se em Abidjan, em agosto, reunião ministerial dos países produtores africanos, à qual o Brasil, que assinara o Acordo em julho, compareceu como observador. Nela decidiu-se tomar as medidas necessárias para permitir que o Acordo entrasse em vigor provisoriamente, por um ano, durante o qual se procederia à revisão da faixa de preços fixada no instrumento. A questão foi referida a um Comitê Técnico criado pela Aliança de Produtores, que iniciou em dezembro de 1976 o exame da posição conjunta em matéria de preços para a discussão do assunto, durante 1977, na Organização Internacional do Cacau (OICacau).

Na OICacau, prosseguiram os trabalhos de elaboração das regras econômicas e de funcionamento do estoque regulador previsto nos Acordos de 1972 e 1975, prejudicados pela ausência de definição dos países africanos francófonos até a reunião ministerial de Abidjan. O Acordo Internacional entrou em vigor provisoriamente a partir de 1.º de setembro de 1976, aprovando-se, na última reunião do Conselho da Organização, decisão no sentido de proceder à revisão da faixa de preços conforme estabelecido no artigo 29 do instrumento.

Em todos os assuntos relativos à atuação do Brasil em foros internacionais que tratam do cacau e à política de comercialização de cacau e derivados, manteve o Itamaraty íntima coordenação com os diversos órgãos governamentais e privados responsáveis pelo setor, especialmente a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) do Ministério da Agricultura, a CACEX, o Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau e a Associação Brasileira de Indústrias de Cacau (ABIC).

Carne

Em virtude do excesso de oferta de carne comunitária desde 1974, permaneceu, em 1976, a imposição de cláusula de salvaguarda por parte da CEE, impedindo as importações de carne fresca e refrigerada de terceiros países. Os preços continuaram baixos, sobretudo na Argentina e Uruguai, devido à lenta recuperação da demanda mundial e ao excessivo abate de matrizes na Europa, inflacionando a oferta do produto.

Sempre que oportuno, o Brasil aliou-se aos demais países produtores nos protestos contra o fechamento do mercado da CEE. Ao finalizar o ano, a CEE substituiu a cláusula de salvaguarda por "prelèvements", a vigorar a partir de 1.º de abril de 1977, que continuarão, a médio prazo, a obstar as importações, principalmente do Brasil, que tem alto custo relativo de produção.

Apesar das restrições comunitárias, o Brasil conseguiu aumentar sua produção. A exportação de carne industrializada não atingida pelas restrições da CEE se processou de modo satisfatório. Até outubro último, exportamos US$ 100.000 mil mais 73% do que em 1975. Mesmo quanto à carne fresca e refrigerada, exportamos também, até outubro, cerca de US$ 14.400 mil, ou seja, houve um incremento de 70% quanto ao valor.

De 24 a 26 de novembro de 1976, este no Brasil missão da FAO para estudar, com o Ministério da Agricultura, a situação e a política nacional da carne e oleaginosas e suas perspectivas futuras no mercado internacional. Concluiu que são bastante restritas, a curto prazo, as possibilidades de ampliação substancial de venda de carne bovina "in natura" do Brasil ao exterior, enquanto as exportações de carne bovina industrializada, de aves e suínos, podem ser expandidas significativamente.

Realizou-se em Roma, de 4 a 8 de outubro, a VI Sessão do Grupo Intergovernamental da Carne, da FAO, que analisou a situação mundial do produto e estabeleceu diretrizes internacionais para orientar as políticas de produção, consumo e comércio de carnes.

Em Buenos Aires, realizou-se de 3 a 6 de agosto, um Congresso Mundial de Carnes, promovido pela "Junta Nacional de Carnes" e outras entidades argentinas, que analisou os entraves à comercialização do produto e as crises cíclicas que afetam periodicamente o mercado internacional.

Em 1976, o Brasil importou da Argentina e do Uruguai 50 mil toneladas de carne, em regime de "draw back", para reexportação.

Sisal

Em 1976, a produção de sisal continuou revelando tendência declinante. Conseqüentemente, as disponibilidades mundiais do produto, para colocação nos mercados consumidores, também reduziram-se, com perspectiva provável de alta de preços. Parece, portanto, terminado o longo período de crise do produto iniciado em 1975.

A produção brasileira seguiu a mesma linha de contração, tendo, além disso, sentido os efeitos, no corrente ano, de clima adverso e deficiências no trato da cultura. A recuperação do mercado parece tão segura que a Comissão de Financiamento da Produção não estabeleceu preço mínimo para o sisal, na certeza de que os preços externos garantirão ao produtor e ao exportador o rendimento certo.

O Brasil tem aumentado sua capacidade de industrialização do sisal, tendo utilizado, em 1975/76, 76.500 toneladas para a fabricação de cordoalha, contra 49.000 toneladas em 1974/75.

Realizou-se em Nairobi, de 9 a 14 de fevereiro, a X Sessão do Grupo Intergovernamental de Fibras Duras, da FAO; e, em Roma, de 17 a 19 de junho, a XI Sessão do mesmo Grupo. Por ocasião da X Sessão, os preços internacionais estavam muito baixos e havia estoques acumulados sem possibilidade imediata de colocação. A reunião manteve a cota global estabelecida em 1975, incluindo quotas específicas para cada país, e o preço indicativo

para a fibra de sisal, tendo estudado a possibilidade de impor um preço indicativo para a cordoalha.

A XI Sessão, realizada em clima mais favorável, afastou a possibilidade de fixação de um preço indicativo para a cordoalha de sisal, estabeleceu um novo preço indicativo para a fibra de sisal e manteve sem modificação o sistema de quotas vigentes.

Realizou-se em Genebra, de 6 a 10 de dezembro, a primeira Reunião Preparatória sobre Fibras Duras do Programa Integrado sobre Produtos de Base da UNCTAD. A CEE revelou, na reunião, preocupação prioritária com a definição de um preço indicativo para a cordoalha de sisal, à base de diferencial entre a fibra e o manufaturado. Houve, pela primeira vez, um esboço de consenso entre os produtores — sobretudo entre a Tanzânia e o Brasil — quanto à necessidade de "compatibilização" entre o produto sintético e o natural e quanto à necessidade de negociação de um preço indicativo entre produtores.

Soja

A produção brasileira em 1976 alcançou 11 milhões de toneladas, cerca de 10% mais do que em 1975, aumento decorrente sobretudo de uma situação favorável das cotações internacionais da soja e de seus principais subprodutos. A produção mundial de grãos, em 1976, foi de 59.700 mil toneladas, 10% a menos do que em 1975, principalmente devido à quebra da safra dos Estados Unidos, o que explica os altos preços obtidos pelo produto no mercado internacional.

Até outubro de 1976, foram exportados cerca de US$ 750.400 mil de soja em grão, o que equivale a 20% mais, em valor, do que em 1975. Quanto ao farelo, exportamos cerca de US$ 650 mil ou seja mais 75%, quanto ao valor.

Unindo-se aos Estados Unidos e a outros países igualmente atingidos, o Brasil protestou, no decorrer do ano, no GATT e junto

à CEE, contra as medidas restritivas da CEE às importações do farelo de soja, principalmente quanto à substituição de gorduras vegetais por leite em pó, com o fim de reduzir os estoques comunitários daquele produto.

Missão do Programa, recém-criado pela FAO, de Políticas de Produtos de Base a Nível de Países visitou o Brasil, de 24 a 26 de novembro. Concluiu que o Brasil tem boas possibilidades de exportação face às perspectivas de crescimento da demanda mundial de proteínas e à possibilidade de aproveitar a entressafra norte-americana para colocar a soja no mercado.

O Brasil participou ativamente, em Roma, de 10 a 12 de março, da X Sessão do Grupo Intergovernamental sobre Oleaginosas, Óleos e Gorduras, da FAO, que alertou para o desequilíbrio que parece acentuar-se, no setor de oleaginosas em geral, entre a oferta e a demanda mundiais, com propensão à formação de estoques e à depressão de preços. Ressaltou ainda a necessidade de incentivar o consumo, favorecer a estocagem e evitar medidas restritivas, como as adotadas pela CEE.

Trigo

A produção nacional de 1975 foi confirmada em cerca de 1.600 mil toneladas, impondo-se, por necessidade do consumo em 1976 uma importação restrita, de cerca de 3.200 mil toneladas, no valor aproximado de US$ 460 milhões.

As aquisições internacionais, efetuadas, na maior parte, através de concorrências públicas realizadas pela Junta Deliberativa do Trigo, foram provenientes dos Estados Unidos, da Argentina, do Canadá, do Uruguai e da França, num total de 3.703 mil toneladas.

A Argentina, compareceu regularmente às concorrências da Junta nos três meses do ano, ofertando trigo a preços mais baixos que o americano, o que contribuiu para manter as cotações deprimidas e para a poupança de divisas nacionais nas aquisições de trigo do exterior.

De 7 a 14 de junho, realizou-se em Winnipeg negociação entre a Junta Deliberativa do Trigo, da SUNAB, e a "Canadian Wheat Board", para a compra opcional de 300 mil toneladas, prevista no acordo vigente entre os dois países. As duas Juntas voltaram a reunir-se em novembro de 1976, para a aquisição de mais 250.000 toneladas, para entrega em 1977.

De 29 de março a 2 de abril e de 8 a 31 de dezembro, reuniram-se no Rio, delegações do Brasil e do Uruguai para negociar a compra de trigo uruguaio, tendo sido adquiridas 100 mil toneladas.

No decorrer do ano, o mercado internacional do trigo manteve-se instável, com preços em alta até meados do ano, quando passou a baixar, em virtude das perspectivas de safra recorde na maioria dos países, confirmadas no final do ano.

O CIT prorrogou, com a adesão de Brasil, a Convenção Internacional do Trigo, de 1971, por mais dois anos, até julho de 1978, deu continuidade aos estudos do Grupo preparatório criado com o objetivo de concluir um novo Acordo Internacional do Trigo em bases econômicas. As divergências entre os Estados Unidos e a CEE e as eleições americanas impediram, entretanto, que se chegasse a soluções concretas.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Transporte Marítimo

No setor do transporte multimodal, que abrange as quatro modalidades de transporte mas no qual o segmento marítimo desempenha papel preponderante, foram realizadas reuniões em Genebra, de 16 de fevereiro a 5 de março, sob os auspícios da UNCTAD,

e em Buenos Aires, do grupo latino-americano, organizado pelo SELA, em dezembro, com vistas a estabelecer posições no que diz respeito ao projeto de Convenção Internacional sobre Transporte Multimodal.

O Itamaraty participou das duas etapas das negociações (Berlim, 12-13 de fevereiro, e Brasília, 19-23 de julho) do Acordo sobre Transporte Marítimo Brasil-República Democrática Alemã. Com a Polônia, realizaram-se, em 14 de julho, em Brasília, as negociações do Acordo sobre Transporte Marítimo, assinado em Varsóvia em dezembro. Os dois Acordos estabelecem a cooperação em todos os campos da atividade comercial do transporte marítimo, especialmente no tocante à divisão equitativa das cargas e dos fretes gerados pelo intercâmbio comercial.

Finalmente, realizaram-se entendimentos informais entre Delegações do Brasil e dos Estados Unidos a respeito da participação de armadores dos Estados Unidos no tráfego marítimo entre os dois países e também do Brasil para terceiros países.

No setor do transporte fluvial, cabe destacar a negociação do convênio sobre Trânsito Fluvial Brasil-Peru, assinado em novembro, por ocasião do encontro dos Presidentes dos dois países.

Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (IMCO)

No âmbito da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental, o fato marcante, ocorrido no ano de 1976, foi a visita ao Brasil do Secretário-Geral da Organização. O Sr. Chandrika Prasad Srivástava veio inaugurar o Escritório do Conselheiro Regional da IMCO para a América Latina, instalado no Rio de Janeiro. A localização do Escritório no Brasil representou reconhecimento internacional dos esforços brasileiros no campo da marinha mercante.

Além de sessões dos seus diversos comitês e subcomitês, promoveu a IMCO, no ano de 1976, dois conclaves internacionais:

o Simpósio sobre Prevenção da Poluição do Mar Causada por Navios, realizado no mês de março, em Acapulco, e a Conferência Internacional sobre Limitação de Responsabilidade por Reclamações Marítimas, em Londres, na primeira metade do mês de novembro. Dessa última Conferência, resultou a elaboração de uma Convenção Sobre a Limitação da Responsabilidade por Reclamações.

Cabe assinalar a ratificação, pelo Brasil, da Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos Causados por Poluição por Óleo, de Bruxelas, 1969.

Também em 1976 foi aprovada pelo Congresso Nacional a ratificação, pelo Brasil, de emendas propostas à Convenção Constitutiva da IMCO. As referidas emendas se referem, especialmente, ao aumento do número de membros do Conselho da IMCO, e à abertura do Comitê de Segurança Marítima à participação de todos os membros da Organização.

Finalmente, participou o Brasil da Conferência Intergovernamental para o Estabelecimento de um Sistema Global de Comunicações Marítimas via Satélite.

Transportes Aéreos

IRAQUE

O Brasil celebrou Acordo sobre Transportes Aéreos com o Iraque, firmado, no Rio de Janeiro, no dia 23 de fevereiro. O acordo prevê a futura operação de duas freqüências semanais, para cada uma das transportadoras designadas por cada país, estabelecendo a ligação por via aérea, entre Rio de Janeiro e São Paulo e as cidades de Bagdá e Basrah. A rota entre o Brasil e o Iraque prevê a escala em pontos da África do Norte e da África Ocidental.

PAÍSES BAIXOS

Entre 23 e 25 de junho, foi negociado Acordo sobre Transportes Aéreos com os Países Baixos, que assegurou a concessão de duas freqüências semanais entre o Brasil e os Países Baixos, para as respectivas transportadoras designadas. Foi ainda reconhecida a faculdade de a empresa neerlandesa poder transportar um determinado número de passageiros entre o Brasil, Uruguai, Argentina e Chile.

ESPANHA

De 19 a 22 de abril tiveram lugar, conversações aeronáuticas informais com a Espanha, com a finalidade de atualizar os instrumentos que regem as relações aeronáuticas bilaterais, em conformidade com o Acordo Aéreo entre os dois países, firmado em 28 de novembro de 1949.

ITÁLIA

Em Roma, de 17 a 26 de maio, realizou-se a VII Reunião de Consulta, depois de um intervalo de mais de dez anos sem que as autoridades aeronáuticas dos dois países se encontrassem para examinar as relações bilaterais. Na ocasião, foram revistas e atualizadas as normas, emanadas do Acordo sobre Transportes Aéreos ítalo-brasileiro, tendo em vista o desenvolvimento do transporte aéreo entre as partes.

ARGENTINA

Realizou-se, outrossim, reunião de consulta com a Argentina, em prosseguimento à política de integração da aviação civil na América do Sul. Ficou acertado que as autoridades aeronáuticas dos dois países voltarão a reunir-se, no decurso de 1977, com o objetivo de examinar as medidas a serem adotadas com vistas ao aprimoramento das relações aeronáuticas entre os dois países.

PERU

A reunião com o Peru, de caráter formal, teve lugar, de 6 a 16 de setembro, em Lima, e resultou na aprovação do pedido brasileiro para renovação da licença para operação da empresa designada brasileira, a ser confirmada mediante troca de notas. As delegações acordaram medidas para a cooperação entre empresas, com vistas ao melhor aproveitamento do mercado, em decorrência de transportadora peruana ter iniciado recentemente suas operações para o Brasil.

CHILE

Foi com o Chile, de 14 a 17 de dezembro, no Rio de Janeiro, a última Reunião de Consulta do Brasil com país sul-americano. As relações aeronáuticas com o Chile são regidas pelo Acordo sobre Transportes Aéreos, firmado em 4 de julho de 1947, e se vêm desenvolvendo de maneira satisfatória.

PORTUGAL

De 4 a 6 de outubro, realizaram-se em Lisboa, entendimentos informais sobre as relações aeronáuticas luso-brasileiras, com vistas ao exame da capacidade oferecida pelas empresas dos dois países, a cooperação VARIG-TAP e a consolidação e atualização das normas que disciplinam a matéria. Acordaram os representantes de Brasil e Portugal a realização de Reunião de Consulta, em 1977, quando deverão ser consagrados aqueles entendimentos e reformulado o Quadro de Rotas.

Durante o ano de 1976, o Ministério das Relações Exteriores participou, das sessões da Comissão de Estudos Relativos ao Estudo da Navegação Aérea Internacional (CERNAI), do Ministério da Aeronáutica.

TRANSPORTE TERRESTRE

Reunião da Comissão Nacional Coordenadora dos Assuntos Relativos ao Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre

A Comissão Nacional Coordenadora dos Assuntos Relativos ao Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre se reuniu duas vezes, em Brasília e no Rio de Janeiro, a fim de examinar e aperfeiçoar diversos aspectos do Convênio e estabelecer definições de caráter geral e permanente. Introduziu-se maior flexibilidade na interpretação do conceito de reciprocidade e distribuição de tráfego, ao se admitir que tal reciprocidade poderia ser alcançada através de compensações distintas. Decidiu-se, especificamente, habilitar Porto Iguaçu-Porto Meira como ponto de fronteira entre o Brasil e a Argentina. Examinou-se a possibilidade de conclusão de acordos sobre assistência médico-hospitalar com os países fronteiriços destinados a beneficiar os tripulantes dos veículos de empresas habilitadas ao transporte internacional de cargas, bem como de acordos sobre seguro para permitir que as apólices de seguro de um país tenham validade no outro.

Subcomissão de Transportes da Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação (CEBAC)

Por ocasião da sétima Reunião da Subcomissão de Transportes da Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação, realizada em Buenos Aires, de 4 a 6 de agosto, foram adotadas as seguintes decisões:

a) Adoção de documento único para veículos;

b) Habilitação, em futuro próximo, do ponto de fronteira Dionízio Cerqueira-Bernardo Irigoyen;

c) Realização de reunião, com o objetivo de buscar fórmula para que o seguro contratado no território de um país tenha validade no outro;

d) Ampliação e uniformidade dos horários de funcionamento das repartições de fronteira;

e) Aumento de freqüências na linha Rio de Janeiro-Buenos Aires;

f) Habilitação da linha Porto Alegre-Posadas;

g) Autorização para que as empresas possam empregar carreteiros de sua nacionalidade até as zonas fiscais aduaneiras de Uruguaiana e Paso de Los Libres, respectivamente.

Além disso, o Brasil apresentou projeto de Convênio previdenciário para a assistência médico-hospitalar às tripulações que realizam o transporte internacional.

Sétima Reunião de Ministros de Obras Públicas e de Transportes do Cone Sul.

Realizou-se em Montevidéu, de 15 a 17 de novembro, a Sétima Reunião de Ministros de Obras Públicas e de Transportes do Cone Sul.

Na ocasião, os representantes do Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai decidiram, entre outras coisas:

a) aprovar os Anexos I e II (Aspectos Aduaneiros e Aspectos Migratórios) ao Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre.

b) modificar o Anexo II ao referido Convênio (Autotransporte Internacional por Rodovias), de modo a que pudesse ficar definida a necessidade de acordos internacionais para o transporte em trânsito por terceiros países, bem como o estabelecimento de uma justa compensação pela utilização da infraestrutura do país transitado.

c) aprovar e incorporar ao Anexo II (Autotransporte Internacional por Rodovia) um apêndice intitulado "Serviço de Autotransporte para o Turismo Internacional".

d) declarar de interesse regional as vinculações ferroviárias Matarani-La Paz-Buenos Aires e Matarani-La Paz Santos.

Reunião Multilateral sobre Transporte Terrestre entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai

O encontro foi realizado em Montevidéu, de 17 a 18 de novembro, e teve como principal objetivo o exame da possibilidade de ser elaborado um instrumento legal regulamentando o transporte internacional de cargas e de passageiros entre o Brasil e a Argentina, através do território uruguaio, bem como prevendo uma justa compensação pelo uso da infraestrutura rodoviária e de serviços do país transitado.

Na ocasião, as três delegações concordaram em que o Uruguai, como país de trânsito, participasse de reunião, anteriormente marcada entre o Brasil e a Argentina, com vistas à conclusão do Acordo sobre seguros.

Além disso, levando em consideração as decisões adotadas por ocasião da VII Reunião de Ministros de Obras Públicas e de Transportes do Cone Sul, os três países se comprometeram a adotar as medidas necessárias à pronta implementação dos Anexos I e III ao Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre.

Foram, também, fixados critérios comuns para a distribuição de tráfego de passageiros entre as linhas regulares.

As delegações aprovaram um projeto de estatuto sobre transporte fronteiriço dispondo sobre a forma e as condições em que o referido transporte deverá ser feito.

COMUNICAÇÕES

Reunião do Grupo de Trabalho ad hoc **para a Reestruturação da Conferência Interamericana de Telecomunicações (CITEL).** O Gru-

po se reuniu no Rio de Janeiro, em 13 e 14 de dezembro, e procedeu ao exame de proposta brasileira para a transformação da CITEL em organismo especializado da OEA.

— **VI Reunião do Comitê Diretivo Permanente da Conferência Interamericana de Telecomunicações (CITEL).** A reunião do Rio de Janeiro, entre 15 e 17 de dezembro, aprovou projeto de Resolução sobre o Orçamento da CITEL para os anos de 1977 a 1979, bem como projeto de programa de atividades prioritárias da CITEL para 1977/79.

— **Reunião anual do Conselho Consultivo de Estudos Postais (CCEP), da União Postal Universal.** Compõe-se o Conselho de 35 membros entre os quais, eleito em 1974, figura o Brasil pela primeira vez. Esta reunião, em Berna de 8 a 20 de novembro tratou de questões ligadas à mecanização e automatização do tratamento da correspondência e de problemas de organização e administração postais.

— **II Assembléia das Partes da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite — INTELSAT.** Entre outras resoluções aprovadas pela Assembléia em Nairobi de 27 de setembro a 1.º de outubro sobressaem: ratificação do acordo proposto pela IMCO estabelecendo relações formais entre as duas organizações; reconhecimento do Governo da República Popular da China como único representante da China no âmbito da INTELSAT; consideração da agilização do processo de consulta, exigido pelo Acordo da INTELSAT, sobre o uso de segmento espacial da INTELSAT por serviços domésticos de comunicação.

— **Assembléia Plenária do Comitê Consultivo Internacional de Telegrafia e Telefonia (CCITT), da União Internacional de Telecomunicações (UIT).** Esta reunião, realizada em Genebra de 25 de setembro a 10 de outubro, definiu detalhes e organizou as diversas Comissões de Estudos do Comitê, estabelecendo as questões que a cada uma delas caberá aprofundar, até o ano de 1980.

— **31.ª Sessão do Conselho Administrativo da União Internacional de Telecomunicações (UIT), em Genebra de 14 de junho a 2 de julho.**

— **Reunião do Grupo de Especialistas constituído pelo Conselho de Administração da UIT, para o estabelecimento de cartas anotadas da Convenção de Torremolinos.** Esta reunião em Roma, de 27 de maio a 10 de junho, discutiu, entre outros pontos, os direitos e obrigações dos países membros da UIT, aspectos da estrutura da União e de suas conferências administrativas, plenipotenciárias e regionais, assim como assuntos relacionados com a validade e a aplicabilidade da Convenção de Torremolinos.

— **Reunião da Comissão de Estudos 11, Comissão de Estudos 4 e Grupo Interino de Trabalho PLEN/2, do Comitê Consultivo Internacional de Radiocomunicações, da UIT.** Estas reuniões em Genebra de 17 de maio a 4 de junho, estudaram aspectos dos serviços de radiodifusão de imagem, de serviços fixos por satélites e de sistemas de radiodifusão por satélites e suas possibilidades.

— **Reunião anual do Conselho Executivo da União Postal Universal (UPU), em Berna de 4 a 21 de maio.**

— Cabe mencionar que o Congresso Nacional ratificou a Convenção Internacional de Telecomunicações, firmada em Málaga-Torremolinos, em 1973.

PROMOÇÃO COMERCIAL

A despeito de condições internacionais pouco propícias, a economia brasileira cresceu, em 1976, além do esperado. O aumento do Produto Interno Bruto foi da ordem de 8,8 por cento, contra 5 por cento em 1975. O produto industrial também cresceu significativamente, apresentando uma taxa de 11 por cento, contra 4,2 por cento em 1975. O crescimento do produto agrícola, de 4,2 por cento, foi superior ao de 1975, quando atingiu 3,4 por cento.

Fatos significativos também a ressaltar em 1976, são a recuperação das reservas em divisas, que alcançaram cerca de US$ 6,4 bilhões, no final do ano, comparadas com US$ 4 bilhões, em dezembro de 1975; a redução do **deficit** da balança comercial, de US$ 3,5 bilhões em 1975, para 2,2 bilhões em que 1976; a redução **do deficit** em conta corrente, de US$ 6,7 bilhões, em 1975, para US$ 6 bilhões, em 1976 e, finalmente, o crescimento das exportações, que, embora se tenham reduzido em 2 por cento em termos de volume, em comparação com 1975, cresceram em 17 por cento, em termos de valor, passando de US$ 8,7 bilhões em 1975, para ao redor de US$ 10,1 bilhões em 1976. Vale ressaltar que havia uma previsão inicial de crescimento de apenas 10 por cento sobre o montante de 1975.

Nesse contexto, a ação do Itamaraty na promoção comercial das exportações brasileiras, área crítica para que o País alcance o pleno desenvolvimento econômico, continuou a ser desenvolvida através do "Programa de Promoção Comercial no Exterior — 1976"

(PPCE-76). Realizaram-se com esse objetivo, as atividades resumidas a seguir.

SUBPROGRAMA DE INFORMAÇÃO COMERCIAL

O subprograma de Informação Comercial tem por objetivo apoiar a política governamental de expansão da exportação de mercadorias e serviços e de captação de investimentos, através da formação de uma imagem comercial, industrial e econômica dinâmica e moderna e da expansão e do aperfeiçoamento da coleta, análise e transmissão, aos exportadores brasileiros de bens e serviços, das informações sobre oportunidades de negócios identificadas no exterior pelas repartições diplomáticas.

Sistema de Informações Comerciais

O Sistema de Informações Comerciais passou a operar com 115 pontos em 1976 (contra 43, em 1973; 91, em 1974 e 110 em 1975), com a criação de Setores de Promoção Comercial (SECOM) em Dallas, São Francisco, Atlanta, Colônia e Libreville.

No que se refere à divulgação de oportunidades comerciais, atingiu-se o objetivo básico de assegurar maior funcionalidade ao fluxo de informações distribuídas, tendo-se realizado o cadastro de 7.500 firmas brasileiras, passando-se, ademais, a operar o sistema de malote direto com 23 empresas.

Com a nova organização do "Cadastro Geral de Destinatários", as oportunidades divulgadas em 1976 elevaram-se a 5.933.313, contra 5.676.018 em 1975. Foram recebidos dos postos operadores do Sistema 34.300 Boletins de Oportunidades Comerciais, 2.910

Boletins de Concorrências Públicas e 1.790 Boletins de Oportunidades em Outros Países. Foram expedidos, outrossim, 17.706 Boletins Padronizados aos Postos operantes.

Ainda em 1976 foram utilizados os três novos boletins de informação instituídos em 1975, a saber: a) Boletim de Informação de Projeto, visando a divulgar os projetos de financiamento e de assistência técnica que deram entrada ou já tenham sido aprovados pelos BID, BIRD, IAD, PNUD e FAD; b) Boletim de Informação Cadastral, visando a instituir um sistema de cadastro e referências comerciais de firmas brasileiras e estrangeiras. Como era previsto no Decreto n.º 62.204, de 1968, após a fase experimental do Sistema de Informações Comerciais, deverá conferir-se prioridade à organização e padronização dos cadastros de importadores a serem implantados nos postos. c) Boletim de Informação de Mercado, visando a servir de veículo para as informações sobre a comercialização de produtos em mercados específicos. Incluindo a descrição do produto, o formulário em apreço assinala os códigos correspondentes, o regime legal, o tratamento tributário para importação, dados relativos a valores e quantidades das importações e exportações do produto nos últimos quatro anos, os seus principais fornecedores e importadores, além de anotar comentários quanto à conveniência do mercado potencial a curto, médio e longo prazo, preferências locais e outras informações pertinentes a tratamento tributário preferencial e mostra a posição do Brasil frente a competidores de outros países.

Projeto Levantamento de Informações de Mercado

O aumento vertiginoso do número de consultas de informações comerciais por parte dos órgãos interessados, do empresariado brasileiro, das Missões Diplomáticas e dos importadores estrangeiros evidenciou a necessidade de se ampliar a atual disponibilidade de recursos administrativos, materiais e humanos, de expandir atividades do setor correspondente do Itamaraty e de se encontrar uma sistemática operacional capaz de atender e orientar com elevado grau de eficiência essas consultas e de divulgar,

com a maior rapidez possível, os interesses de importadores estrangeiros por produtos nacionais.

Foram atendidas, em 1976, 2.097 consultas diversas dos setores público e privado, de postos e missões estrangeiras, sobre os seguintes indicadores de comercialização: dimensão do mercado importador, cotações de preços de produtos, tratamento tarifário. identificação de importadores, canais de comercialização e outras informações de mercado.

Programa de Publicações

Foram publicados os números 28 a 33 da revista "Comércio Exterior", com uma tiragem total de 216 mil exemplares.

Da "Coleção Estudos e Documentos de Comércio Exterior", da qual constam as séries MPB (Mercados para o Brasil), CEX (Como Exportar) e DIV (Diversos), foram publicados 107.500 exemplares, assim distribuídos:

— Série MPB
— 32.500 exemplares — 12 títulos;

— Série CEX
— 70.000 exemplares — 16 títulos;

— Série DIV
— 5.000 exemplares — 1 título.

No que se refere a revista de natureza comercial no exterior, foram publicados 177.000 exemplares, distribuídos da seguinte forma:

— **impressos em Hong Kong** — "Brasil Trade and Industry" (números 32 a 43) — 96.000 exemplares, sendo 8.000 por tiragem;

— **impressos em Paris** — "Brésil Informations Industriales et Commerciales" (números 17 a 22) 51.000 exemplares, sendo 8.500 por tiragem;

— **impressos em Hamburgo** — "Brasilien Handel und Industrie" (números 13 a 18) — 30.000 exemplares, sendo 5.000 por tiragem;

— **impressos no Brasil** — "Brasil Comércio e Indústria" (número 1) — 20.000 exemplares.

Foi publicado o folheto "Brasil" em edições e quantitativos a seguir discriminados:

— Inglês: 200.000 exemplares
— francês: 100.000 exemplares
— espanhol: 300.000 exemplares
— árabe: 50.000 exemplares
— italiano: 75.000 exemplares
— alemão: 75.000 exemplares
— português: 25.000 exemplares

Esta publicação destina-se à divulgação de uma imagem comercial e tarifária do Brasil, com ampla distribuição no exterior através das Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, bem como nas feiras e exposições de que o Brasil participa.

Centro de Documentação de Comércio Exterior

O acervo do Centro de Documentação de Comércio Exterior foi enriquecido, em 1976, com 8.137 novas publicações, das quais 106 livros, 279 folhetos, 90 obras de referência e 7.662 periódicos.

O Centro providenciou, ainda, a edição de 50 números do "Boletim Bibliográfico" com uma circulação de 160 exemplares abrangendo firmas exportadoras, Missões Diplomáticas e Repartições Consulares e setores da Secretaria de Estado.

Foi intensificada a remessa de publicações aos postos, a fim de abastecê-los com os documentos indispensáveis à promoção comercial. No exercício de 1976, foi encaminhado um total de 71.544 publicações.

Procedeu-se, também, à elaboração de quadros estatísticos, com dados atualizados sobre o intercâmbio comercial do Brasil com 60 países. Alguns desses quadros foram utilizados nos números experimentais do Boletim da Revista Comércio Exterior.

Mantêm-se, igualmente, coleções atualizadas da legislação e tarifas aduaneiras de comércio exterior de 80 países.

Planejamento, Organização e Controle

O órgão encarregado do planejamento, da organização e do controle das atividades de promoção comercial, além das suas funções rotineiras, preparou os seguintes trabalhos específicos:

a) Subprojeto "Organização e Reestruturação da Seção de Informação de Mercado", com descrição das fases, finalidade e estimativa de custos;

b) Subprojeto "Implantação de Processamento de Dados no Sistema de Distribuição das Oportunidades Comerciais", com descrição das fases, finalidades e estimativa de custos;

c) Subprojeto "Boletim da Revista Comércio Exterior" com descrição das fases, finalidades e estimativas de custos.

Este projeto viu-se implementado através da elaboração dos três primeiros números experimentais. Constituindo uma fonte direta de informações recentes de interesse imediato do exportador brasileiro, e complementando a função de informar da revista bimestral "Comércio Exterior", o referido boletim, em "off set", de caráter quinzenal, visará a divulgar ao exportador brasileiro, de forma rápida, informações recebidas de fontes no exterior sobre matéria que lhe interesse diretamente, bem como subsídios adicionais de ordem geral, destinados a habilitá-lo a planejar sua política de exportações em função das tendências que se delinearem nos mercados externos.

SUBPROGRAMAS DE MOSTRAS E TURISMO

O subprograma de Mostras e Turismo tem por objetivo promover o contacto direto de consumidores e importadores estrangeiros com os bens e serviços e respectivos fornecedores brasileiros, a fim de induzi-lo a efetuar compras no Brasil, e apoiar os esforços de intensificação dos fluxos de turismo para o pais.

Em 1976, foram atacados os seguintes projetos:

O Projeto Informação sobre Feiras e Exposições visa divulgar, entre os potenciais interessados, o calendário das mostras patrocinadas pelo Itamaraty no exterior, motivar a participação, nas mesmas, de exportadores de produtos selecionados, colher informações sobre mostras internacionais em geral, fornecer a entidades brasileiras informações sobre eventos estrangeiros dos quais o Brasil não participa oficialmente, e, finalmente, divulgar, no exterior, o calendário dos eventos realizados no Brasil.

Desenvolveu-se, pela primeira vez, em 1976, em caráter experimental, o Subprojeto Mercados para Expositores, cujo objetivo é motivar a participação, em determinados eventos do Programa de Feiras e Exposições do Itamaraty, de empresas exportadoras de produtos selecionados, considerados prioritários para a promoção nos mercados abrangidos por tais mostras. Assim, foram elaborados e expedidos, por mala direta, Informativos ao Expositor em Potencial para as Feiras Internacionais de Bogotá, Salônica, Santa Cruz de la Sierra, Santiago e para I Exposição Industrial Brasileira no México.

O Projeto Feiras e Exposições a cargo da Secretaria de Estado se destina a promover a exibição de produtos brasileiros em mostras internacionais (feiras) ou em mostras exclusivas (exposições) de maior porte.

Em 1976, foram realizados, neste projeto, vinte e dois eventos em vinte países:

I) Mostras gerais

— Feira Internacional de Trípoli
— Exposição Industrial Brasileira em Jedá
— Feira Internacional de Lisboa (estande institucional)
— Feira Internacional de Bogotá
— Exposição Industrial Brasileira em Caracas
— Feira Internacional de Moçambique
— Feira Internacional de Salônica
— Feira Internacional de Santa Cruz de la Sierra
— Feira Internacional de Argel
— Feira Internacional de Bagdá
— Feira Internacional de Teerã
— Feira Internacional de Santiago
— Exposição Industrial Brasileira no México

II) Mostras especializadas

— Feira de Ferragens de Toronto
— Feira Posidonia de Atenas (indústria naval)
— Feira Internacional de Joalheria de Outono, Nova York
— Exposição Industrial Brasileira em Lagos (serviços de consultoria, engenharia, arquitetura e materiais de construção)
— Feira Internacional do Calçado de Montreal
— Semana Internacional do Couro de Paris
— Feira Internacional de Móveis de Milão
— Semana Internacional da Moda de Munique

O Projeto Feiras e Exposições a cargo dos Postos, com o mesmo objetivo do anterior, é constituído de eventos de pequeno porte, com ou sem exposição de produtos, cuja implementação está a cargo dos Setores de Promoção Comercial das Embaixadas ou

Consulados dos lugares onde se realizam, com apoio da Secretaria de Estado. Em 1976 foram realizados, neste projeto, trinta e nove eventos, em quinze países:

I) Mostras gerais, sem exposição de produtos (estandes de informações comerciais)

— Feira Internacional de Acra
— Feira Internacional de Milão
— Feira Internacional de Hanover
— Feira Internacional de Barcelona
— Feira Internacional de Chicago
— Feira Internacional de Damasco
— Feira de Importação do Ultramar "Parceiros para o Progresso", Berlim
— Feira Internacional de Helsinque
— Feira do Outono de Viena
— Feira do Levante, Bari
— Feira Internacional de Gotemburgo
— Feira de Nairobi
— Feira Internacional das Filipinas, Manila
— Feira Internacional de Dacar

II) Mostras especializadas

a) com exposição de produtos

— Salão de Artigos de Cama e Mesa, Los Angeles
— Salão de Mercadorias Diversas, Nova York
— Salão **Premium Show,** Nova York
— Salão Internacional de Artigos de Couro, Nova York
— Salão de Artigos de Banho, Cama e Mesa, Nova York
— Salão de Decoração, Londres
— Exposição do V Centenário de William Caxton, Londres
— Salão Internacional do Mobiliário, Nova York

— Salão da Confeitaria, Nova York
— Salão de Artigos para Presente, Los Angeles
— Salão do Calçado, Nova York
— Salão de Artigos para Presente, Nova York
— Feira Internacional de Mármores e Máquinas, Santo Ambrósio de Valpolicella (Verona)
— Salão Nacional de Mercadorias, Nova York
— Salão Internacional de Artigos Esportivos, Nova York
— Salão do Material Esportivo, Los Angeles
— Salão do Esporte e Lazer, Birmingham, Inglaterra
— Salão Nacional do Armarinho, Nova York
— Exposição da Indústria Leve, Moscou
— Salão da Hotelaria, Nova York
— Salão de Utilidades Domésticas, Londres

b) sem exposição de produtos (estandes de informações comerciais)

— Salão Internacional de Varejistas, Nova York
— Feira de Turismo e Férias "Vakantie 76", Utrecht
— Feira Internacional Metalomecânica do Porto (Portugal)
— Salão "Tu e Teu Mundo", Hamburgo

Foram realizados, no âmbito dos dois últimos projetos acima citados, sessenta e um eventos em trinta e dois países, assim distribuídos por grandes áreas geográficas: vinte e um na América do Norte, um na América Central, quatro na América do Sul, vinte e dois na Europa Ocidental, um na Europa Oriental, seis no Oriente Médio e Norte da África, cinco na África Subsaárica e um no Extremo Oriente. Estas mostras contaram, em conjunto, com cerca de 1.500 expositores, que entabularam negócios imediatos ou futuros estimados em US$ 250 milhões.

Além destas manifestações que realizou diretamente, o Itamaraty deu apoio à Exposição de Calçados Brasileiros nos principais portos australianos, a bordo do navio "Itagiba", do Lloyd Brasileiro,

levada a efeito pelas empresas BANTRADE e LLOYDBRATY, e à Feira de Pedras Preciosas Brasileiras realizada em numerosas cidades japonesas, numa iniciativa privada nipo-brasileira.

O Projeto Turismo destina-se a contribuir para a intensificação do fluxo de turismo para o Brasil, bem como a identificar técnicas utilizadas por países que dispõem de sistema eficiente de promoção turística, com vistas a fornecer subsídios para a formulação e execução da política nacional no setor.

No contexto deste projeto, o Itamaraty, na qualidade de membro do Sistema Nacional de Turismo, continuou a desenvolver atividades no campo da promoção do turismo receptivo, em estreita coordenação com a EMBRATUR, a cujos esforços no exterior deu assistência. Juntamente com a referida empresa, patrocinou o estande do Brasil na Feira de Turismo e Férias "Vakantie 76", em Utrecht, e o estande de turismo na Feira Internacional de Milão, e prestou apoio à participação da EMBRATUR em outros eventos, como o Congresso Mundial da "American Society of travel Agents" (ASTA), em Nova Orleans, e à promoção VTD (Vôo de Turismo Doméstico) na Argentina e no Chile. Além disso, participou ativamente dos trabalhos do Conselho Nacional de Turismo, transmitiu aos órgãos interessados informações sobre turismo colhidas pelos postos e remeteu a estes material de divulgação turística.

Visita de Importadores Estrangeiros ao Brasil

Em cooperação com a CACEX, entidades de classe e outros órgãos nacionais de promoção de exportações e empresas promotoras de mostras, o Itamaraty, promoveu a vinda ao Brasil de trinta e cinco importadores estrangeiros, cujas visitas, em geral, procurou-se fazer coincidir com a realização de feiras especializadas, a fim de permitir-lhes obter uma visão de conjunto da produção brasileira nos setores contemplados e estabelecer contactos com o maior número possível de exportadores nacionais.

Dando prosseguimento à colaboração com o Sistema Regional de Promoção de Exportações do Nordeste, integrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., a SUDENE e os Núcleos e Escritórios de Promoção de Exportações Estaduais — PROMOEXPORT — de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, foram promovidas mais duas missões de importadores estrangeiros àquela região, abrangendo os principais setores industriais nordestinos.

Além disso, foi prestada, em coordenação com a CACEX, COPEME. FIESP, AEB, CNI, PROMOEXPORTS, CEXPAR e outras entidades, assistência a grande número de importadores que visitaram o Brasil por iniciativa própria e que solicitaram apoio através dos postos no exterior.

Promoção Comercial

A par das atividades de rotina, o Itamarty promoveu, no âmbito deste Subprograma, a organização de missões comerciais (oficiais) brasileiras a Angola e Chile, participando, ademais, através de um assessoramento direto para assuntos de natureza comercial, de missão ao Equador.

A Missão de caráter governamental que se deslocou a Angola em abril de 1976 teve como objetivo primordial a promoção e intensificação das relações econômico-comerciais entre o Brasil e a República Popular de Angola. Dentre os diversos pontos abordados pela delegação brasileira nos contatos mantidos com autoridades angolanas examinaram-se as possibilidades de criação de mecanismos institucionais que favorecessem a dinamização do intercâmbio entre os dois países, bem como alternativas que permitissem a conclusão, de forma satisfatória, de operações comerciais já negociadas com empresas brasileiras. A par de um levantamento de informações básicas sobre a economia e o mercado angolano, procedeu a missão à identificação de áreas onde se poderia desenvolver um mais efetivo intercâmbio comercial entre Angola e o Brasil.

A delegação que constituiu a missão ao Chile foi integrada por representantes do Governo, pela Confederação Nacional da In-

dústria — como entidade de classe —, e por empresários de 28 diferentes firmas brasileiras. A missão tratou de diversos aspectos relativos ao intercâmbio entre o Brasil e Chile, objetivando promover a intensificação do comércio entre os dois países, de forma a procurar aumentar, em proporções substanciais, as exportações brasileiras e, desse modo, buscar o equilíbrio da balança comercial, gravemente afetada pelas crescentes importações de cobre chileno.

O Itamaraty se fez representar em missão comercial brasileira ao Equador, que buscou negociar a venda de produtos e serviços brasileiros, os quais poderiam ter como contrapartida a aquisição de produtos equatorianos.

Promoveu-se, ainda, a organização de missão comercial à Costa do Marfim, integrada por empresários privados (representantes de indústrias de equipamento para usinas de açúcar, escritórios de arquitetura e empresa especializada em implantação de pólo agroindustrial) e representante do Ministério da Agricultura, que, atendendo a convite do Governo daquele país, deslocou-se, em dezembro de 1976, a Abidjan, realizando um levantamento das possibilidades de participação brasileira na execução do programa açucareiro daquele país.

Prestou-se, ademais, assessoramento e apoio a missão do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, que, em novembro de 1976, viajou a Buenos Aires, desenvolvendo as vendas de pinho brasileiro.

Dentro do programa de promoção de visitas de missões comerciais estrangeiras ao Brasil, o Itamaraty patrocinou, conjuntamente com o Banco do Nordeste do Brasil, a visita àquela região de duas missões de importadores europeus, que, em função dos contatos diretos mantidos com empresários brasileiros, efetivaram a conclusão de negócios, especialmente no campo da exportação de produtos têxteis e confecções em geral, calçados e artigos de couro. Promoveu-se, ainda, em coordenação com o Ministério da

Agricultura, a organização de viagem ao Brasil, em junho de 1976, de delegação governamental argelina, que objetivou, através da realização de contatos com representantes das indústrias brasileiras de fumo, aumentar as possibilidades de compra de tabaco em folha. O Itamaraty organizou, também, em coordenação com o Banco de Boston, a visita ao Brasil, em junho de 1976, de missão comercial nigeriana, que, através dos diversos contatos mantidos com empresários brasileiros, objetivou particularmente a promoção de empreendimentos conjuntos, mais notadamente no campo da indústria de material de construção, com a utilização de matéria-prima abundante na Nigéria (argila, alumínio, caulim, etc.).

Tendo em vista explorar as possibilidades existentes no setor de transportes da Nigéria, o Itamaraty promoveu, ainda, a visita ao Brasil, em julho de 1976, do Ministro dos Transportes daquele país. Especial interesse foi demonstrado em conhecer o atual estágio de desenvolvimento da indústria brasileira de construção ferroviária e naval, além do setor de engenharia de instalações portuárias.

Promoveu-se, por fim, a viagem ao Brasil de missões oficiais. A delegação da "Ghana Highway Authority", visitou o Brasil em março de 1976, desenvolvendo contatos com indústrias de equipamento rodoviário. O Chefe do Escritório Central de Importação do Suriname, visitou o Brasil em maio de 1976, desenvolvendo contatos com setores empresariais brasileiros, com o objetivo principal de concluir contratos de fornecimento a longo prazo, em especial para gêneros alimentícios de primeira necessidade. O Diretor-Geral e membro da Comissão Real para os Projetos de Yambu e Jubail (da Arábia Saudita) visitou o Brasil, em novembro de 1976, mantendo contatos a nível governamental e privado, com vistas a estudar a possibilidade de a indústria e engenharia nacionais participarem da concretização daqueles projetos. Finalmente visitou o Brasil delegação econômico-comercial, do Iraque integrada por representantes do Ministério da Indústria e Minerais, Ministério do Petróleo e "State Company for Iron and Steel".

No que diz respeito a negociações comerciais específicas, o Itamaraty participou, através da articulação de operações especiais e de seu acompanhamento sistemático, das seguintes iniciativas: adjudicação à empresa brasileira "Hidroservice" dos estudos de viabilidade e engenharia para a construção da rodovia Chané Independência/Piray, na Bolívia contratação à "Companhia Industrial Santa Matilde" e à "CCC — Companhia Comércio e Construções" do fornecimento de vagões, respectivamente a "Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos — YPFB" e à "ENFE — Empresa Nacional de Ferrocarriles", da Bolívia; adjudicação à "Hidroservice" de contrato para a realização do projeto hidrelétrico do Rio Coca, que inclui a maior barragem do Equador, com a potência estimada de 3.000 MW; adjudicação à firma brasileira "Codistil" de contrato para a construção, no Paraguai, de usina para a produção de álcool absoluto, projeto orçado em US$ 8 milhões de dólares, com financiamento do Banco do Brasil; adjudicação à "Construtora Mendes Júnior" de contrato para a obra de aproveitamento hidrelétrico de Palmar, no Uruguai; exportação de veículos brasileiros para Angola (475 veículos Volkswagen, 260 Saab Scania e 200 Mercedes-Benz, incluindo ambulâncias, ônibus e caminhões), com financiamento do Banco do Brasil; exportação pela firma brasileira "Plantel" de cem cabeças de gado zebuíno para o Ministério da Agricultura de Gana, numa operação no valor de cerca de cento e noventa mil dólares; constituição da empresa "Kuwait Sugar Company", que, associando capitais brasileiros e coveiteanos, propõe-se ao refino, no Coveite, de cerca de um milhão de sacas anuais de açúcar (todo o projeto, equipamentos e assistência técnica na constituição e na operação da empresa são brasileiros); contrato firmado entre a INTERBRÁS e a "Nigerian Livestock Meat Authority" para a venda de 9.600 toneladas de carne bovina resfriada e 48.000 toneladas de carne refrigerada; contrato assinado pelo Ministério das Comunicações da Nigéria com a "Hidroservice" (no valor de US$ 13,5 milhões) e com a "Promon" (no valor de US$ 14,5 milhões) para trabalhos de inspeção e fiscalização de equipamento de telecomunicações; contrato firmado pelo Ministério das Comunicações da Nigéria com as firmas "Protec" e "Sobratel", no valor de US$ 21,2 milhões, para trabalhos de manutenção da rede tele-

fônica de Lagos; estabelecimento de empreendimento conjunto entre a empresa brasileira "Cotrijui" e o Governo do Irã, para o fornecimento ao mercado iraniano de soja e a construção de uma fábrica de processamento do produto naquele país; contratação da "Springer Admiral" para a instalação de uma fábrica de ar condicionado no Iraque, com capacidade inicial de produção de vinte e cinco mil unidades por ano. Registre-se terem sido destacadas apenas as operações já concluídas no ano de 1976.

Subprograma de Estudos e Pesquisas de Mercado

O Itamaraty realizou estudos estratégicos de mercado, de forma a levantar, de maneira sistemática, as características e condições, efetivas ou potenciais, da oferta brasileira exportável de bens e serviços técnicos, bem como de sua demanda pelo mercado internacional. Assim, coube-lhe cuidar da implementação de projeto prioritário aprovado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República com vistas à expansão e aperfeiçoamento das atividades de Promoção Comercial do Itamaraty denominado "Projeto Estudos Estratégicos de Mercado", e incluído no Orçamento Plurianual de Investimentos.

No âmbito desse Projeto, o Subprojeto Diretor — **DIR**, constitui-se no modelo sobre o qual se alicerçaram os "Subprojetos Específicos". Objetiva — no período de sua vigência — identificar e selecionar produtos não-tradicionais de exportação e avaliar as possibilidades de sua colocação em mercados estrangeiros prioritários. A partir do levantamento da oferta, montar-se-á uma dupla matriz: de um lado, a de produtos prioritários em cerca de 120 mercados do mundo e, de outro lado, a de mercados prioritários para cada produto não-tradicional identificado na oferta brasileira.

Em 1976, atualizou-se a tabela básica de oferta brasileira exportável de forma a abranger dados cobrindo o período 1971/75, com a inclusão de novos produtos industrializados, surgidos na pauta de exportação nos dois últimos anos. Esses produtos foram

selecionados mediante estudo estatístico e pesquisa de campo nas diversas regiões produtoras e exportadoras do Brasil.

No tocante a mercados externos, foram levantados, no programa de 1976, dados referentes a 35 países, entre os mais importantes mercados de destino das exportações brasileiras nos últimos anos: CEE, Estados Unidos, ALALC, Japão, países da AELC (países nórdicos, Áustria, Suíça e Portugal), alguns países da África ao Sul do Saara (Nigéria e Costa do Marfim), e do Oriente Médio (Arábia Saudita, Coveite, Irã, Iraque, Bahrain e Argélia). O comportamento de cada um dos produtos ou grupos de produtos constantes dessa tabela de exportação passou a ser estudado e analisado **in loco**, de forma a estabelecerem-se prioridades na promoção dos produtos brasileiros.

Em conseqüência desses estudos, desenvolveu-se, outrossim, o Subprojeto Estudos Específicos — **ESP.** Os **ESP** constituem estudos em profundidade de "marketing" de produtos brasileiros exportáveis considerados altamente prioritários, de acordo com os resultados das pesquisas realizadas no **DIR.** Tais estudos, em virtude de seu elevado grau de detalhamento técnico e econômico, foram em princípio, contratados junto a firmas internacionais de consultoria altamente capacitadas e serão realizados de forma a integrar, no plano qualitativo, a oferta brasileira com a demanda no mercado específico contemplado.

Em 1976 foram concluídos estudos **ESP** sobre os seguintes mercados: Estados Unidos da América, Japão, República Federal da Alemanha, Reino Unido, França, Países Baixos, Suíça, Suécia, México, Nigéria, Arábia Saudita, Coveite e Abu-Dhabi/Dubai.

No final do ano, foram contratados novos estudos **ESP,** referentes aos mercados do Canadá, Bélgica, Luxemburgo, Irã e Venezuela.

Além dos **ESP** propriamente ditos, a expansão de atividades do Itamaraty em matéria de "estudos estratégicos", a partir de 1975, exigiu a inclusão de nova série de pesquisas, a saber: a elaboração de "Perfis Econômico-Comerciais" sobre os principais países

do mundo, industrializados, produtores de petróleo e em desenvolvimento. Os "Perfis" abrangem, para cada país, uma análise completa e atualizada:

a) da evolução recente da conjuntura econômica interna e de suas perspectivas a curto e médio prazos;

b) da conjuntura financeira externa, inclusive balanço de pagamentos, reservas internacionais e dívida externa;

c) do intercâmbio comercial com o Brasil, inclusive a nível de produtos específicos, com o estudo das principais barreiras tarifárias e não-tarifárias existentes no país;

d) do balanço de pagamentos bilateral com o Brasil;

e) dos investimentos daquele país no Brasil e do Brasil naquele país;

f) dos principais acordos de caráter econômico, comercial, financeiro ou tributário entre o Brasil e aquele país.

Foram realizados, em 1976, os perfis econômico-comerciais dos seguintes países: Reino Unido, Japão, República Federal da Alemanha e Arábia Saudita, tendo sido atualizado o perfil anterior sobre a França e feita uma mini-pesquisa sobre os Estados Unidos da América.

No quadro das Pesquisas Correntes — **PC**, foram realizadas 13 pesquisas da série "Mercados para o Brasil" (MPB), 12 da série "Como Exportar" e 1 da série "Diversos".

Subprograma de Organização e Modernização

Na área do Subprograma de Organização e Modernização do Programa de Promoção Comercial no Exterior, o Itamaraty desenvolve atividades correntes de Planejamento, Programação, Organização e Controle, bem como de Treinamento de Pessoal para o exercício de funções específicas de promoção comercial.

O principal instrumento do planejamento é o Documento de Planejamento, que dá início ao "Ciclo de Planejamento do Programa de Promoção Comercial no Exterior". O referido documento engloba um conjunto de informações e regras gerais de procedimento, destinadas à elaboração, pelas Unidades do Sistema, no Brasil e no exterior, de propostas de programas de atividades e respectivos orçamentos-programa para o ano seguinte. Remetido àquelas Unidades em outubro de 1976, o "Documento de Planejamento — 77", foi preparado a partir de exame dos fatos econômicos ocorridos no País e no exterior, especialmente durante o primeiro semestre de 1976, bem como da evolução do próprio Sistema de Promoção Comercial. Enumerava objetivos que, presumivelmente, a promoção comercial deveria alcançar, bem como as diretrizes a serem observadas pelo Sistema em 1977. Fixava a estrutura do Programa de Promoção Comercial no Exterior já correlacionando meios e atividades destinados à sua consecução.

O produto da programação é o documento intitulado Programa de Promoção Comercial no Exterior (PPCE), que sintetiza os programas singulares, preparados à luz do Documento de Planejamento, para todas as Unidades do Sistema de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores. Tendo em vista que é normalmente publicado em fevereiro, detalha, a partir de análise sumária das economias brasileira e internacionais no ano anterior e de suas perspectivas para o ano em curso, os objetivos a serem perseguidos e as diretrizes a que o Sistema deve ater-se. Contém, ainda, de forma resumida, descrição de determinadas atividades que, por sua importância intrínseca, se singularizam no campo de atuação do Itamaraty na área da Promoção Comercial. Tal como o Documento de Planejamento, é também encaminhado às Unidades do Sistema, servindo-lhes como guia para a execução de seus programas singulares de atividades.

Quanto ao Controle, seu instrumento é o Documento de Avaliação, constituído de uma série de formulários semelhantes aos utilizados para programação de atividades orçamentárias. Destina-se ao levantamento periódico do desempenho das Unidades do Sistema e da utilização dos recursos orçamentários que lhes foram

alocados. A sua análise permite a execução de ajustes na programação, de forma a combinar a mais perfeita execução de atividades com a otimização dos recursos colocados à disposição do Sistema. Em 1976, foi realizada uma avaliação desse gênero, a partir do envio do Documento de Avaliação, no final do primeiro semestre, às Unidades no Exterior.

Na área de Organização, ao lado das atividades correntes, foi realizado, em 1976, o trabalho preparatório para a atualização do Manual de Serviço da Promoção Comercial, elaborado em 1973. Esse trabalho foi executado em observância ao critério de permanente modernização e regeneração da estrutura e dos métodos operacionais da promoção comercial do Itamaraty. A atualização referida foi profunda, abrangendo todos os temas tratados pelo Manual original.

Entrou, por outra parte, em vigor, o Manual de Rotinas do Setor de Promoção Comercial do Consulado Geral em Nova York, que servirá de base, depois de cuidadosa análise, para a elaboração do Manual de Operações dos Setores de Promoção Comercial. Os SECOM disporão, assim, de útil instrumento de trabalho, destinado a racionalizar-lhes as atividades, com o que se obterá, ao mesmo tempo, economia de custos e aumento de sua produtividade.

No que concerne às tarefas de treinamento de pessoal para o exercício de atividades de promoção comercial, foi iniciado o II Ciclo de Treinamento de Especialistas em Promoção Comercial (II CITRE). Também se realizou um Seminário sobre Exportação de Serviços e, paralelamente a esse evento, o IV Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Diplomatas Chefes de Setores de Promoção Comercial (IV CTA-SECOM). Com relação ao I CITRE, iniciado em 1975, ocorreu, em 1976, o encerramento da Fase 3: Treinamento Intensivo no Brasil e, em maio, o início da Fase 4: Treinamento em Serviço no Exterior, em que, durante 2 anos, 29 Técnicos-Estagiários servirão nos Setores de Promoção Comercial de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, sendo depois reintegrados no mercado nacional de trabalho.

O II CITRE manteve as características principais do primeiro Ciclo, para formar recursos humanos em uma área que se sabe carente de técnicos experientes e para estabelecer mecanismos de mais estreita colaboração entre o Itamaraty, a iniciativa privada e os organismos que atuam na área do comércio exterior. Suas modificações mais substantivas ocorreram na periodicidade dos Ciclos, que se iniciarão agora à razão de um por ano, e na qualificação inicial dos candidatos, entre os quais, além de portadores de diplomas de curso superior em economia ou administração, passou-se a incluir formados em agronomia, tendo em vista o peso dos produtos agrícolas na pauta das exportações brasileiras, bem como graduados em outros cursos superiores, desde que pós-graduados em economia ou administração.

Executado parcialmente em convênio com o Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico, o CITRE compreende cinco fases: recrutamento, seleção de candidatos, treinamento intensivo no Brasil, treinamento em serviço nos Setores de Promoção Comercial de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares brasileiras, por dois anos, e reincorporação ao mercado nacional de trabalho.

O Seminário sobre Exportação de Serviços, realizado no Itamaraty, de 19 a 22 de outubro de 1976, encontrou seus antecedentes no fato de o Ministério das Relações Exteriores ter sentido ser oportuno assegurar, em sua área de competência, apoio específico ao setor pioneiro das exportações de serviços. Assim, previu-se a organização desse Seminário, de alto nível, sobre temas ligados ao comércio internacional de invisíveis. A Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, vinculada à SEPLAN, que já vinha realizando trabalhos com propósitos idênticos, apoiou a iniciativa.

O Seminário foi concebido como instrumento de divulgação de informações de valia sobre técnicas e condições de acesso de firmas nacionais a mercados externos de serviços. Seus objetivos foram, no que se refere a serviços, proporcionar a brasileiros conhecimentos mais aprofundados da experiência de países com

tradição nessa área; aperfeiçoar as condições de acesso às informações de oportunidades disponíveis em organismos internacionais; conhecer e disseminar informações gerais sobre mercados de serviços em países com características semelhantes às do Brasil; ajustar técnicas promocionais às singularidades da oferta brasileira; conhecer experiências de outros países e organismos internacionais sobre temas específicos, tais como modalidades de financiamento, transferência de tecnologia e "joint-ventures" internacionais; e detectar instrumentos jurídicos que gerem a comercialização de serviços.

Participaram do Seminário representantes de 183 empresas selecionadas dentre exportadores, atuais ou potenciais, de serviços e entidades de classe ligadas ao setor, bem como órgãos da Administração Pública brasileira, além das seguintes autoridades, como conferencistas: os Ministros das Relações Exteriores e da Fazenda, o Secretário-Geral da Secretaria de Planejamento, o Presidente do Banco do Brasil, o Secretário de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio e o Diretor da Área Externa do Banco Central do Brasil.

Foram igualmente convidados a tomar parte no Seminário, como conferencistas, peritos dos Estados Unidos, Canadá, Bélgica, França, Reino Unido, Irlanda e República Federal da Alemanha com experiência em técnicas peculiares à promoção de vendas externas de invisíveis; diretores e funcionários de organismos internacionais financiadores de projetos que envolvem prestação de serviços (BID, BIRD e PNUD), com algum papel em sua formulação ou execução (UNIDO e FAO), ou especializados em assuntos de comércio exterior (Centro de Comércio Exterior UNCTAD/GATT).

A presença em Brasília dos Chefes de Setores de Promoção Comercial das Embaixadas em Assunção, Atenas, Bagdá, Bogotá, Buenos Aires, Caracas, Libreville, Lima, Luanda, La Paz, Maputo, México, Montevidéu, Nairobi, Santiago, Teerã e Trípoli, que também participaram do Seminário sobre Exportação de Serviços, foi aproveitada para a realização do IV CTA-SECOM, de 23 a 30

de outubro. Esse curso destinou-se unicamente a reciclar os participantes com relação às características do Sistema de Promoção Comercial do Itamaraty e a rever e discutir as técnicas necessárias ao desempenho das atividades atribuídas aos SECOM.

ASSUNTOS CULTURAIS

O Ministério das Relações Exteriores, no exercício de 1976, continuou a ampliar suas atividades de cooperação cultural, científica e tecnológica, de acordo com os objetivos de: a) consolidação na África e na América Latina, mediante a negociação de convênios culturais, científicos e de cooperação técnica e a participação em comissões mistas, bem como em encontros realizados durante visitas oficiais b) dinamização dos instrumentos governamentais de cooperação cultural e técnica; c) apoio ao Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a atividades ligadas à coleta de conhecimentos científicos e tecnológicos no exterior e de sua disseminação no Brasil; d) patrocínio de manifestações culturais brasileiras no exterior e divulgação de material informativo sobre a atualidade cultural brasileira; e) modernização e criação de órgãos permanentes de ação cultural no exterior.

COOPERAÇÃO INTELECTUAL

Bolsas de Estudo

O programa de bolsas tem como objetivo projetar uma imagem da estrutura universitária brasileira, caracterizada por uma men-

talidade voltada para a pesquisa e a renovação de conhecimentos, e aumentar, no exterior, o número de pessoas para quem o Brasil é um país ao qual se sentem ligadas por laços culturais e de amizade.

Foram concedidas cerca de 100 bolsas de estudo a estudantes estrangeiros para cursos de pós-graduação no Brasil e foram renovadas, para o ano de 1976, mais vinte bolsas, concedidas em 1975.

Inserido na Programação Geral de Treinamento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, e contando com a ajuda financeira da SUBIN, SUDAM, BASA e Fundação Ford, conta o Programa Internacional de Treinamento em Projetos de Desenvolvimento das Áreas Amazônicas (FIPAM) com participantes oriundos do Equador, Colômbia, Venezuela, Bolívia e Peru.

Programa de Auxílio Financeiro

O **programa de auxílio financeiro** tem por objetivo colaborar na manutenção de bolsistas e estudantes brasileiros de pós-graduação no exterior.

O referido auxílio foi concedido, em 1976, a cerca de 100 estudantes brasileiros no exterior. A seleção dos beneficiários obedeceu a critérios de área de estudos prioritários, valor das bolsas e distribuição por áreas geográficas.

Programa de Estudantes-Convênio

O **Programa de estudantes-convênio** matriculou, em 1976, 872 novos estudantes latino-americanos em universidades brasileiras.

Nos termos das disposições legais em vigor, os estudantes-convênio estão dispensados de revalidação de curso de 1.º e 2.º graus

e isentos de quaisquer taxas escolares, podendo ingressar na primeira série sem prestação de exames vestibulares.

Como nos anos anteriores, a seleção dos candidatos ficou a cargo das Missões Diplomáticas brasileiras.

Foram igualmente mantidas as disposições constantes do Protocolo assinado com o Ministério da Educação e Cultura em dezembro de 1974 sobre a matéria.

Foram oferecidas 2.487 vagas, pelos diversos centros de ensino.

O maior contingente de estudantes veio do Paraguai, país ao qual foram distribuídas cerca de 200 vagas, seguido da Bolívia, Peru, Panamá, El Salvador, Venezuela, Costa Rica, Nicarágua, Honduras, Equador, Colômbia, Guatemala, República Dominicana e Uruguai.

Matrículas de Cortesia

De acordo com as normas internacionais de cortesia, o Governo brasileiro assegura a matrícula em seus estabelecimentos de ensino de dependentes de funcionários estrangeiros em missão no país, havendo sido publicado, a 13 de fevereiro de 1973, o Decreto n.º 71.835, que dispõe sobre a matrícula em estabelecimentos de ensino superior.

Durante o ano de 1976, o Itamaraty encaminhou 50 pedidos de matrícula de cortesia, em sua maioria para a Universidade de Brasília.

Convênios Universitários

O estreitamento de relações com as universidades brasileiras, para as quais são encaminhados os estudantes estrangeiros bolsistas do Itamaraty, proporciona resultados compensadores no

sentido de maior dinamização e eficiência de todo o sistema de bolsas de estudo. Em vista disso, estão sendo assinados convênios com as universidades federais da Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Em 1976, foram negociados acordos com as universidades do Paraná, Minas Gerais, Ceará, Campinas, Santa Maria, Pernambuco, Pará e Bahia.

Tais convênios facilitam igualmente o recrutamento de professores para os Centros de Estudos ou leitorados, bem como o recebimento, nessas universidades, dos bolsistas do Itamaraty. Da mesma forma, visitantes estrangeiros recebem a assistência necessária em seus trabalhos de pesquisas ou durante estágios.

Nos termos do convênio de cooperação celebrado, em 1976, entre o Ministério das Relações Exteriores e a Universidade Federal da Bahia, foi assinado com o Museu de Arte Sacra da UFBa, Ajuste Complementar visando à realização de programas especiais destinados à restauração e à preservação de bens culturais e à divulgação da arte colonial brasileira.

O Ajuste prevê o envio de peritos do Museu de Arte Sacra para estágios de especialização em instituições estrangeiras, a vinda de professores estrangeiros para cursos e seminários no Brasil, bem como a criação, de Centro de Restauração de Bens Culturais, com sede no Museu de Arte Sacra.

Programa de Intercâmbio Cultural

Dentro do quadro de cooperação intelectual desenvolveu-se o **programa de intercâmbio cultural** pelo qual são postas em vigor as normas dos acordos culturais, através de:

a) viagens ao Brasil de professores de assuntos brasileiros em universidades estrangeiras;

b) colaboração do Itamaraty para a vinda de personalidades estrangeiras, convidadas a visitarem o país por universidades ou entidades acadêmicas;

c) apoio financeiro a professores brasileiros que viajem em missão cultural ao exterior, principalmente para a América Latina e África, seja para participar de congresso, seja para a realização de estágio, de comprovado interesse;

d) concessão de prêmios de viagem a alunos de português dos Centros de Estudos Brasileiros.

Em 1976, foram negociados e assinados acordos culturais com o Suriname, Chile e Reino Unido.

No caso do Suriname, trata-se do primeiro acordo assinado com aquele país, recentemente independente. As autoridades do Suriname demonstraram interesse no incremento do intercâmbio e da cooperação com o Brasil no campo cultural, técnico e científico, com especial ênfase no ensino do português.

No caso do Chile e da Grã-Bretanha, tratou-se de assinar novos acordos que dinamização o relacionamento cultural com esses países. No caso da Grã-Bretanha, intensificaram-se as relações culturais com a visita ao Brasil do Diretor do Conselho Britânico que aqui tratou do programa de bolsas de estudo oferecidas a estudantes brasileiros; de exposições de arte inglesa no Brasil e de arte brasileira na Grã-Bretanha; de viagens de professores, técnicos e cientistas dos dois países, para participarem de congressos, conferências e seminários; da troca de filmes e documentários; da exibição de conjuntos teatrais de um país no outro.

As **comissões mistas** são instrumentos de ação previstos na maioria dos acordos culturais firmados pelo Brasil com vistas a velar pela correta implementação dos mesmos, avaliando resultados e sugerindo modificações visando a aperfeiçoá-los.

No transcorrer de 1976, destacou-se a reunião da Comissão Mista Cultural com o Senegal, para organizar a programação cultural para o biênio 1977-78. Cabe destacar o oferecimento, a estudantes senegaleses, de 20 bolsas de pós-graduação; a realização de um curso de gravura, a ser ministrado na Universidade de Dacar por

professor brasileiro, e os programas de visitas de professores e técnicos brasileiros àquele país.

Igualmente, em reuniões realizadas no Itamaraty, com representantes do Egito, foi acertado o oferecimento de bolsas de estudo do Governo egípcio a estudantes brasileiros e combinado um programa de troca de professores e técnicos de ambos os países, assim como a realização de exposições de arte e a exibição de grupos folclóricos.

Dentro das diretrizes fixadas pela última reunião da Comissão Mista Cultural franco-brasileira, realizou-se em 1976 a Grande Exposição de Pintores Franceses, em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro.

Centros de Estudos Brasileiros

São quinze os Centros de Estudos em funcionamento: Assunção, Barcelona, Bogotá, Buenos Aires, Caracas, Georgetown, Montevidéu, La Paz, Lima, México, Quito, Santiago, São José, Rosário e Washington. Os Centros do Panamá e de Nairobi estão em fase de implantação.

Os Centros promovem o ensino da língua portuguesa e a difusão dos aspectos culturais da civilização brasileira.

Em 1976, foram empregados duzentos e cinqüenta mil dólares no reaparelhamento e reforma de Centros de Estudos, que passaram a dispor de instalações e equipamentos modernos, com vistas ao aumento do seu campo de ação.

Com vistas ao aperfeiçoamento e renovação do pessoal responsável pela direção e manutenção dos Centros, foram incorporados novos elementos ao quadro existente, inclusive através da contratação local. Promoveu-se ainda o remanejamento de diretores e professores de vários Centros, dentro do mesmo espírito de renovação.

Procurou-se desta forma cumprir três etapas do projeto de remodelação e reforma, a saber: reequipamento físico dos centros existentes; reorganização e renovação do pessoal docente e administrativo, e criação de 10 novos centros na América Latina, África e América Central, áreas prioritárias para a política exterior do Brasil.

Leitorados

Dentro da política de procurar estreitar a cooperação no campo cultural com as nações amigas, através da divulgação do idioma português e da cultura e civilização brasileira, o Ministério das Relações Exteriores manteve leitorados nos Estados Unidos da América, México, França, República Federal da Alemanha, Canadá, Grã-Bretanha, Áustria, Suíça, Nigéria, Itália, Japão, El Salvador, Coréia, Portugal, Quênia, Senegal e Suécia, num total de 46 leitores.

Encomendou-se ao Professor José Aderaldo Castelo, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, um estudo sobre as medidas a tomar com vistas à dinamização e expansão dos leitorados do Brasil no exterior.

Casas do Brasil no Exterior.

Prestou-se apoio ao trabalho desenvolvido pelas Casas do Brasil em Londres e Madri, entidades que facilitam o alojamento e alimentação de estudantes brasileiros naquelas capitais.

ORGANISMOS CULTURAIS INTERNACIONAIS

UNESCO

Realizou-se em Paris a XIX Conferência da UNESCO, que traçou a política e a programação da Organização para o biênio 77/78.

A Delegação brasileira procurou agir no sentido de impulsionar os programas da UNESCO em favor dos países em vias de desenvolvimento.

A cooperação técnica prestada pela UNESCO ao Brasil pode ser classificada em dois grupos: aquela que se processou a nível de projetos, que importou na concessão de financiamento, equipamentos e recursos humanos e em que geralmente se inclui uma contrapartida do Governo brasileiro; e, num segundo grupo, as conferências sobre temas específicos, envolvendo a educação, a ciência e a cultura o envio de peritos; a concessão de bolsas de estudo; a promoção de cursos e pesquisas.

A Comissão Nacional brasileira da UNESCO criada pelo Decreto-lei n.º 9.355, de 1948, com o nome de Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) necessita ter sua estrutura adequada ao desempenho de atividades que progressivamente surgiam devido ao gradual crescimento da ação do governo nas áreas de educação, ciência e cultura. O programa de ação do IBECC vem sendo prejudicado pela ausência de um corpo de representantes com efetiva responsabilidade na execução dos projetos governamentais em curso.

Com vistas à reforma do IBECC, elaborou-se em 1976 um projeto de novos estatutos para a entidade que, uma vez concluído, será submetido à aprovação do Itamaraty e dos demais órgãos governamentais interessados.

Junto ao IBECC, funciona a Comissão de Bônus da UNESCO no Brasil. O programa de bônus ampliou-se consideravelmente, no correr dos últimos dez anos, em nosso país.

OEA

O Brasil apresentou à OEA o VI Programa Nacional de Cooperação Técnica, preparado pela SUBIN e pelo Itamaraty, de acordo com

as normas que regem a cooperação técnica entre o Brasil e o Conselho Interamericano de Educação, Ciência e Cultura (CIECC).

A VII Reunião do Conselho Interamericano de Educação, Ciência e Cultura, realizada em El Salvador, em janeiro de 1976, aprovou a programação cultural, científica, tecnológica e educativa da OEA para o mesmo ano. Na parte referente a assuntos institucionais, aprovou uma importante alteração ao sistema da Carta de Mar del Plata, pela qual ficaram assegurados maiores recursos para os países de menor desenvolvimento relativo. O Brasil desempenhou importante papel para que se lograsse tal modificação, não só no âmbito da reunião do Conselho, mas junto aos próprios órgãos do CIECC que a prepararam. Durante a referida reunião, o Brasil foi eleito para uma das vagas do Comitê Interamericano de Educação (CIE).

DIFUSÃO CULTURAL

DIVULGAÇÃO MUSICAL

Programas Radiofônicos

O Itamaraty tem estimulado a manutenção de programas radiofônicos de música erudita e popular brasileira em emissoras no exterior, através das Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, mediante subvenções, auxílios financeiros aos organizadores das emissões, remessa e doação de material gravado, etc.

O Itamaraty, de acordo com o convênio assinado com a Rádio Ministério da Educação e Cultura, deu início ao projeto de gravação em fita magnética de programas de música brasileira, popular e erudita, com comentários em diferentes idiomas.

Os programas serão enviados às Missões Diplomáticas no exterior, as quais entrarão em entendimento com emissoras locais com o objetivo de divulgá-los.

Discotecas

Em 1976, o Itamaraty adiquiriu e distribuiu às Embaixadas 10.000 discos, para atualização e formação de discotecas, destinadas ao atendimento de emissoras, entidades e particulares interessados na música popular e erudita brasileira.

Iniciando suas atividades nesse campo, o Itamaraty editou o disco "Compositores Brasileiros" com comentários em inglês e espanhol, contendo gravação ao vivo do concerto de música brasileira realizado no Festival de Outono da Estíria, em Graz (Áustria), com obras de Almeida, Cláudio Santoro, Jorge Antunes e Lindembergue Cardoso.

Através da aquisição de parte da tiragem, foi possibilitada a gravação dos discos "Streichquartette Brasilianischer Komponisten" com obras de Villa-Lobos, Lindembergue Cardoso e Mario Ficarelli, pela firma RBM, de Mannheim (RFA) e "Sonatas de Ricardo Tacuchian", pela firma Sonoviso, do Rio de Janeiro.

Foram adquiridas coleções de discos com obras de Villa-Lobos, produzidos na Suíça e na França.

As representações diplomáticas brasileiras receberam gravações recentes dos Hinos Nacional, da República, da Independência e da Bandeira.

Está sendo igualmente examinada a possibilidade de dotar as Missões com fitas "cassettes" virgens, para fornecimento de gravações, a partir de discos, a pessoas interessadas, evitando-se assim o empréstimo de discos e seu incorreto manuseio.

Divulgação da Criação Musical Brasileira

A exploração metódica das oportunidades que existem para tornar conhecida no exterior a produção de criadores de nível internacional como Marlos Nobre, Lindembergue Cardoso, José Antonio de Almeida Prado, Jorge Antunes, Cláudio Santoro e outros, permite projetar internacionalmente um dos setores mais criativos da cultura brasileira atual. A orientação que vem sendo seguida no setor inspirou-se na preocupação de apoiar a criação musical contemporânea brasileira através de subvenções à edição de partituras e lançamento de gravações no exterior.

Ao convidar críticos de música, produtores de programas radiofônicos e outros especialistas para visitas aos centros musicais do Brasil, incluindo participação em Festivais, Cursos de Férias e em Comissões Julgadoras de Concursos de Composição ou Interpretação, o Itamaraty vem obtendo respostas altamente positivas, sob a forma de artigos publicados em jornais e revistas especializados, programas de rádio, e de modo geral, num sensível aumento da receptividade às manifestações culturais brasileiras.

Foram bastante proveitosas, neste sentido, as visitas feitas ao Brasil, em 1976, dos musicólogos Dr. Rudolf Luck (Colônia) Dr. Rudolf Heinemann (Berlim) e Professor Juan Pedro Franze (Buenos Aires).

Foi adquirido junto a editoras brasileiras grande número de livros e partituras musicais, não só para atender a solicitações específicas de universidades, intérpretes, críticos ou estudiosos, como para iniciar a criação de um acervo básico de material informativo.

Foram encomendados ao crítico Claver Filho e ao musicólogo Vicente Salles ensaios sobre aspectos da música brasileira, os quais estão sendo vertidos para o espanhol, inglês e alemão para publicação e distribuição em 1977.

Por outra parte, por iniciativa do Itamaraty, a firma alemã Doeringi editou partituras de Lycia de Biase Bidart, Ernst Mahle, Osvaldo Lacerda e Lindembergue Cardoso.

Já foram editados e distribuídos os Catálogos de Obras dos seguintes compositores brasileiros: Bruno Kiefer, Willy Correa de Oliveira, Lindembergue Cardoso, Ernst Mahle, Gilberto Mendes, Mário Ficarelli, Osvaldo Lacerda, Armando Albuquerque, Emílio Terraza, Sérgio Vasconcellos Correa, Brenno Blauth, L. C. Vinholes, Almeida Prado e Carlos Almeida. Estão em fase de preparação os catálogos de Kilza Setti, Heitor Alimonda, Dinorá de Carvalho, Najla Jabôr, Souza Lima, Ernani Aguiar, Cláudio Santoro, Yves Rudner Schmidt, Camargo Guarnieri, Ernst Widmer, Luis Elhmerich, Lina Pires de Campos, Adelaide da Silva, Francisco Mignone.

Apresentação de Recitais e Concertos

A orientação adotada no sentido de dar prioridade à criação musical brasileira inclui o apoio a intérpretes brasileiros que excursionam pelo exterior e que estejam dispostos a incluir, em seus programas, pelo menos cinqüenta por cento de peças significativas de nossos compositores.

O Itamaraty, de conformidade com essa orientação, patrocinou, em 1976, as excursões do Quarteto de Cordas da Universidade de Brasília e igualmente concedeu apoio financeiro e assistência ao Quinteto Villa-Lobos, ao pianista Nelson Freire e a outros intérpretes.

Aproveitando a circunstância de que uma obra do compositor Almeida Prado fora programada para o Festival da Sociedade Internacional de Música Contemporânea realizado em outubro de 1976, em Boston, o Itamaraty coordenou para ele uma série de recitais e conferências em várias cidades norte-americanas.

O Professor Paulo Affonso de Moura Ferreira (da UnB) realizou no Centro de Estudos Brasileiros da Cidade do México uma conferência sobre Música Brasileira Contemporânea.

Avulta nesse contexto a participação brasileira na Semana Latino-Americana de Bonn, em 1976, com apresentações de Cláudio Santoro regendo a Orquestra de Beethovenhalle, com a soprano Maura Moreira como solista, do Trio do Rio de Janeiro e da pianista Genoveva Bergold.

Eventos Internacionais

Graças ao apoio do Itamaraty, que inclusive assume o pagamento de suas anuidades, a seção brasileira da Sociedade Internacional de Música Contemporânea (SIMC) tem participado das Assembléias Gerais anuais da entidade, em 30 países, e é considerada a mais representativa no plano internacional da música. A participação brasileira gera indiretamente uma série de conseqüências positivas, com relação à execução e divulgação de nossa música. Para o Festival de 1976 da SIMC, que teve lugar em Boston, em outubro, pela primeira vez na história da entidade, um compositor brasileiro, Marlos Nobre, por indicação do Itamaraty, fez parte do júri de seleção das obras a serem executadas no Festival. Há muitos anos não era convidado nenhum latino-americano para tal função.

O Itamaraty vem apoiando a realização de diversos eventos musicais de caráter internacional no Brasil, como os Festivais de Curitiba, Brasília e da Bahia, e os concursos Villa-Lobos e Internacional de Canto do Rio de Janeiro, através da concessão de passagens aéreas a participantes estrangeiros.

Em Montevidéu e Buenos Aires, foram realizadas importantes exposições de artistas brasileiros e uma grande mostra de tapeçaria, em museu e galerias, além de outras manifestações levadas a efeito no âmbito dos Centros de Estudos.

Foi igualmente organizada a exposição "28 Artistas do Brasil", constituída de 140 obras de pintura, desenho e gravura, apresentada em Santiago, Montevidéu e Buenos Aires, além de outras exposições individuais apresentadas em capitais dos países andi-

nos. No Centro de Estudos Brasileiros em Assunção foram apresentadas diversas mostras de artistas brasileiros.

Realizavam-se em 1976, 50 exposições no exterior, em Washington, em Paris, na Suíça, em Roma, em Londres, em Milão, em Nova Delhi, em San Salvador, no México, em Copenhague, em Buenos Aires, em Santiago e em Montevidéu.

Na realização acima não estão incluídas as mostras realizadas por artistas brasileiros convidados por galerias no exterior e que receberam auxílio financeiro do Itamaraty para transporte das suas obras e impressão de catálogos.

O Brasil, que dispõe de pavilhão próprio na Bienal de Veneza, participou do referido certame em 1976, ano em que a exposição foi novamente organizada nos moldes anteriores, após 4 anos de interrupção. A participação brasileira na Bienal assegurou nossa presença em nível adequado à importância e significação da mostra, inclusive com a impressão de um catálogo esmerado. Foram apresentadas obras de Cláudio Tozzi, Regina Vater, Evandro Carlos Jardim, Vera Chaves Barcelos e Sérgio Augusto Porto.

Dentro do programa das comemorações do Bicentenário dos Estados Unidos, o Itamaraty, em coordenação com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, enviou 10 peças de grande importância no campo da ourivesaria, do mobiliário e e da imaginária para a grande exposição de arte colonial latino-americana apresentada, em 1976, na Smithsonian, de Washington. O MRE contribuiu, igualmente, para a organização de exposição sobre a fotografia no Brasil no século XIX, realizada no **Center for Interamerican Relations,** de Nova York.

Fornecimento de Livros e Edição de Traduções Brasileiras no Exterior

Foram adquiridos mais de 6.000 livros, distribuídos às bibliotecas das Missões diplomáticas e Centro de Estudos Brasileiros.

O Itamaraty tem estimulado a publicação, por editoras estrangeiras, de traduções de livros de autores brasileiros, mediante subvenção ou compromisso de compra antecipada, ou simples aquisição de parte da tiragem. Em decorrência desse esquema, tornou-se possível a edição de "O Coronel e o Lobisomem" e "O Vampiro de Curitiba", na Argentina, e de um livro sobre pintura primitiva brasileira, nos Estados Unidos.

Com a colaboração da Câmara Brasileira do Livro e do Sindicato Nacional de Editores de Livros, foi organizada a participação brasileira na II Exposição-Feira Internacional do Livro de Buenos Aires, onde o Brasil compareceu com grande número de edições recentes, material esse doado e incorporado à biblioteca do Centro de Estudos Brasileiros em Buenos Aires.

O Itamaraty colaborou igualmente na participação brasileira na Feira do Livro de Frankfurt. Após o término da mostra, os livros enviados para Frankfurt foram remetidos para a Embaixada em Luanda, para doação a entidades angolanas.

Dança

O Itamaraty colaborou com o Ballet Brasileiro da Bahia, que em 1976 excursionou pela América do Sul e América Central. O Ballet Stagium, de São Paulo, considerado o melhor grupo de dança moderna, também recebeu apoio para sua excursão ao exterior.

Cinema

A divulgação do cinema comercial brasileiro é atribuição da Embrafilme com a qual o Itamaraty tem colaborado estreitamente na organização de Semanas de Cinema Brasileiro em diversos países. Em 1976, foram organizadas Semanas de Cinema em Londres e em Estocolmo, ambas com excelentes resultados.

O Brasil participou, ainda, nos Festivais de Cinema de Berlim, Cannes, Karlovy Vary, Nova Delhi, San Sebastião e Cartagena.

No campo do cinema documentário, foi financiada a copiagem e versões estrangeiras dos filmes "Isto é Brasil" e "Música Popular Brasileira", para distribuição às Missões em 1977.

Produção e Distribuição de Material Informativo

A publicação do folheto **Brasil**, impresso na Holanda e destinado ao público estudantil de nível secundário, possibilitou atender às necessidades imediatas nesse setor de 90% das Missões Diplomáticas e Repartições Consulares. A referida publicação foi impressa em espanhol e inglês (100 mil exemplares em cada idioma), francês e árabe (50 mil exemplares cada), italiano, japonês e alemão (20 mil exemplares cada), grego, hindi, húngaro, russo, polonês, tcheco, sueco, dinamarquês, norueguês e romeno (10 mil exemplares cada) e neerlandês (5 mil exemplares).

Foi encomendada, ainda, tiragem especial de separata da revista "Américas", dedicada ao tema "Visões do Brasil Imperial", com ilustrações em cores.

Foi publicada, com tiragens em português, inglês, francês e espanhol, o livro "Arte Brasileira", ilustrado a cores, que apresenta um panorama sucinto do desenvolvimento das artes no Brasil. A publicação apresenta capítulos sobre literatura, música erudita e popular, artes plásticas, artes decorativas, arquitetura, teatro e cinema.

A "Revista de Cultura Brasileña" vem sendo publicada regularmente pela Embaixada em Madrid e distribuída a todas as Missões Diplomáticas brasileiras nos países de língua espanhola. A Embaixada em Buenos Aires vem publicando, em caráter regular, a revista "Brasil Cultura", em espanhol.

Todos os Centros de Estudos Brasileiros receberam a coleção "Iniciação à Cultura Brasileira", composta de 496 "slides" coloridos distribuídos em cinco álbuns, acompanhados de textos didá-

ticos sobre arquitetura, escultura, pintura, gravura e conjuntos urbanos brasileiros.

Bienal de São Paulo

Cumpre destacar a colaboração prestada à Fundação Bienal de São Paulo, materializada através da concessão de subvenção anual de 100 mil cruzeiros, da instituição do Grande Prêmio Itamaraty, no valor de 12.500 dólares, da formulação dos convites oficiais aos países, das gestões junto às autoridades aduaneiras para a obtenção de facilidades para a entrada das obras de arte, e do pagamento de passagens internacionais e hospedagem para membros do júri de premiação.

Outros Certames

A Fundação Cultural do Distrito Federal vem recebendo apoio sistemático do Itamaraty para a realização de exposições e outros eventos, com vistas a desenvolver e consolidar a vida cultural em Brasília.

De igual maneira o MRE tem emprestado a sua colaboração regular ao Museu Villa-Lobos, que organiza todos os anos o Festival Villa-Lobos, dedicado inteiramente à obra do grande mestre. Também neste caso, a divulgação do evento no exterior é feita por intermédio das Missões Diplomáticas e são fornecidas passagens aéreas a membros do júri.

O Festival de Ouro Preto, organizado pela Universidade de Minas Gerais, tem igualmente recebido ampla colaboração, através da sua divulgação pelas Missões Diplomáticas brasileiras e pelo fornecimento de passagens a professores que vêm lecionar matérias de sua especialidade nos diversos cursos ministrados durante o Festival.

Vale assinalar também o prêmio de 10.000 dólares oferecido pelo Itamaraty no Concurso Internacional de Canto do Rio de Janeiro,

certame que vem ganhando crescente importância nos meios musicais internacionais.

Festival Mundial de Artes Negras na Nigéria — 1977

O Brasil, que já participara no I Festival realizado em Dacar, em 1965, decidiu tomar parte do certame de Lagos com uma representação mais completa, procurando focalizar todos os aspectos da influência das culturas africanas na vida brasileira.

A participação brasileira prevê uma grande exposição sob o título "África na Vida e na Cultura do Brasil", que terá, ao mesmo tempo, caráter antropológico e artístico. Sua principal função será a de ilustrar as relações históricas e humanas entre a África e o Brasil, as influências africanas na maneira de ser brasileira, as influências de retorno à África e as correspondências culturais.

A segunda parte da exposição constará de obras de artistas plásticos brasileiros de origem africana ou com temática africana.

Durante o Festival, o Brasil deverá fazer demonstrações ao vivo das principais modalidades de música e dança de origem africana, inclusive de danças rituais do "candomblé".

Haverá ainda exposições de livros sobre estudos afro-brasileiros, e um colóquio, paralelo ao Festival, sobre "Civilização Negra", em que o Brasil participará por intermédio de especialistas em cultura afro-brasileira.

Para organizar a participação do Brasil no Festival, foi criado um grupo de trabalho que conta com a colaboração do MEC e de diversos especialistas, sob a coordenação geral do crítico Clarival Valladares. Todas as tarefas de recrutamento, coleta de material de exposição, embalagem, transporte, impressão de catálogo, montagem do pavilhão em Lagos, foi confiada à firma FOCO, que possui ampla experiência no campo da organização de feiras comerciais brasileiras no exterior.

Museu Afro-Brasileiro de Salvador

De acordo com o convênio assinado entre o Itamaraty, o Governo da Bahia, o Ministério da Educação e Cultura e a Universidade da Bahia, foi criado o Museu Afro-Brasileiro de Salvador.

A sede do Museu será no prédio da antiga Faculdade de Medicina de Salvador, edifício histórico que já está sendo reformado, com recursos fornecidos pelo Ministério da Educação e Cultura e pelo Governo do Estado.

Os primeiros lotes de objetos africanos adquiridos pelo Itamaraty, totalizando mais de trezentas peças, foram reunidos nas Embaixadas em Lagos e Abidjan e constituem o núcleo central do acervo do Museu.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Os encargos atribuídos ao Itamaraty, como órgão setorial do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT), efetivaram-se pela contribuição dada ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na formulação e implementação do Sistema de Informação Científica e Tecnológica do Exterior (SICTEX).

A par do desempenho destas atividades contribuiu o Itamaraty para a concretização de uma política de transferência acelerada de tecnologia, tendo participado da coordenação e preparativos de reuniões e conferências no exterior relacionadas com ciência e tecnologia.

Sistema de Informação Científica e Tecnológica do Exterior — (SICTEX)

O Sistema de Informação Científica e Tecnológica do Exterior entrou em funcionamento em 1976.

Determinou-se que Setores Científicos e Tecnológicos seriam instalados nas Embaixadas brasileiras em países desenvolvidos, onde há abundantes fontes de informação científica e tecnológica, e em países cujo estágio de desenvolvimento pudesse ser considerado semelhante ao do Brasil. Foram remetidas, a seguir, instruções preliminares às Embaixadas no México, Washington, Ottawa, Paris, Londres, Bonn, Tóquio e Camberra sobre as finalidades e meios de operação para atender aos objetivos de informação definidos pelo II Plano Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Com vistas à instalação ou à reorganização dos Setores de Ciência e Tecnologia das Missões Diplomáticas organizou-se, em abril de 1976, uma missão, integrada por funcionários do Itamaraty e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Houve, nessa ocasião, a oportunidade de, além de se verificar o estado e as instalações dos futuros setores, propiciar um primeiro contato com os futuros chefes de setores através de palestras sobre os objetivos do Sistema.

Participaram do "I Curso de Treinamento para Chefes de Setores de Ciência e Tecnologia das Missões Diplomáticas no Exterior" os Chefes dos SECTECS das Embaixadas do Brasil em Ottawa, Washington, México, Bonn, Paris, Londres, Tóquio e Camberra, assim como diplomatas das Missões junto à ONU, UNESCO e OEA.

Foi iniciado estudo para levantamento dos usuários e melhor determinação das suas áreas de interesse, tendo ficado estabelecido que, na fase atual, seriam considerados usuários do SICTEX apenas os órgãos setoriais do SNDCT, e as instituições selecionadas pelo Ministério das Relações Exteriores, de comum acordo com o CNPq.

Foram distribuídos às entidades brasileiras mais de 1.500 documentos obtidos e selecionados pelos SECTECS que cobriram as áreas de Política científica, Cancerologia, Microbiologia, Saúde Pública, Meio Ambiente, Computação, Energia Nuclear, Atividades Espaciais, Fontes e Formas Não Convencionais de Energia, Energia Elétrica, Transportes, Comunicações, Tecnologia Industrial, Tecnologia Agropecuária, Informação Científica e Tecnológica.

Os pedidos de informação aos SECTECS para atender as necessidades específicas dos usuários, variaram desde a obtenção, no exterior, de documentos considerados de difícil acesso até a levantamentos bibliográficos com a utilização de sistemas internacionais que permitem tanto as buscas retrospectivas de assuntos específicos como a obtenção sistemática de referências e resumos de documentos bem como a obtenção de informações relativas à tecnologia industrial através de documentos que analisam processos e produtos industriais ou resumem os principais resultados de pesquisas em áreas de interesse.

A obtenção desse último tipo de informação teve prioridade por não haver no Brasil, até o momento, centros de difusão para eles.

Foram selecionadas 29 instituições de pesquisa brasileiras para receberem a publicação periódica "Current Contents" o que lhes possibilita acesso aos documentos de maior interesse nas diversas áreas da Ciência e Tecnologia.

Estabeleceram-se contatos com sistemas de informação especializados, no exterior, visando à sua utilização ou aquisição com previsão de custos operacionais e informações técnicas específicas relacionadas ao seu funcionamento. Este foi o caso, por exemplo, do "Crystallographic Data Center" cujas informações regulares foram adquiridas para a Universidade de São Carlos, a pedido do CNPq/IBICT.

Iniciou-se, em setembro, um levantamento das necessidades bibliográficas para uso dos setores, com vistas a proporcionar uma base informativa que possibilitasse o melhor funcionamento e desenvolvimento das atividades dos SECTECS.

Cooperação Bilateral

A cooperação bilateral visou a atingir os campos prioritários de interesse para a estratégia brasileira de desenvolvimento.

Foi dada assim ênfase à cooperação nos setores de informática, eletrônica, computação, petroquímica, metalurgia e siderurgia, tecnologia nuclear, aproveitamento de zonas áridas ou semi-áridas, desenvolvimento de técnicas agrícolas, estudo e desenvolvimento de uma economia alimentar de características tropicais.

Considerou-se a importância da formação de recursos humanos especializados, quer no âmbito da pesquisa fundamental privada, quer no âmbito da pesquisa pública, bem como a preparação de técnicos científicos para atuar junto a países e organismos internacionais com o objetivo de coletar e disseminar junto aos órgãos brasileiros interessados a informação científica e tecnológica externa.

Cooperação com a República Federal da Alemanha

Em 1969, os Governos do Brasil e da República Federal da Alemanha assinaram, em Bonn, um Acordo Geral de Cooperação Científica e Tecnológica, pelo qual se estabeleceu a cooperação teuto-brasileira nos seguintes campos: Energia Nuclear e Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear; Pesquisa Espacial; Pesquisa Aeronáutica; Oceanografia; Documentação Científica e Processamento de Dados. Para tais fins previu-se que os dois Governos concluiriam convênios especiais ou designariam entidades competentes para fazê-lo. No ano de 1976, foram assinados:

— Convênio Especial entre a Diretoria de Hidrografia e Navegação e o Instituto para Ciências do Mar, de Kiel;

— Convênio Especial entre a NUCLEBRÁS e o Centro de Pesquisas Nucleares de Karlsruhe;

— Adendo ao Convênio Especial assinado em 24 de julho de 1974 entre o Conselho Nacional de Pesquisas e o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico;

Os progressos alcançados na cooperação bilateral de pesquisas e desenvolvimento foram registrados por ocasião da sexta Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira, realizada em Brasília, em setembro de 1976.

Foram discutidas, na reunião, as linhas gerais para a expansão de um programa conjunto futuro. Entre as áreas a serem desenvolvidas em 1977 destacaram-se: a) regiões semi-áridas e do trópico-úmido; b) energia solar (coletores solares, bombas solares e suas aplicações); c) energia eólica no Nordeste brasileiro; d) computação, automação e comunicação; e) oceanografia, atingindo as áreas de sensoreamento remoto; pesquisa, e treinamento de cientistas brasileiros; criação do Instituto Oceanográfico Nacional; fenômeno da ressurgência marítima (Upwelling); aquacultura em áreas tropicais; e setor aero-espacial.

Cooperação com a França

No ano de 1976 intensificaram-se as relações franco-brasileiras no domínio da ciência e tecnologia. O Convênio Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Técnica, assinado entre o CNPq e seu homólogo francês, o CNRS, contribuiu para o desenvolvimento de intercâmbio que abrange a cooperação no campo das ciências fundamentais e da documentação científica. No domínio da saúde, vários programas de pesquisas sobre engenharia biomédica e medicina tropical brasileira foram desenvolvidos. No campo da eletrônica avançada e suas aplicações à informática e à metrologia deu-se início ao intercâmbio entre os dois países.

Houve interesse comum no tocante ao uso da energia solar (informação e pesquisas sobre técnicas solares, com vistas à posterior aplicação a determinadas regiões brasileiras). Além

disso, novas áreas começaram a ser objeto de cooperação bilateral, ressaltando-se as seguintes: geologia (incluindo petrologia e geofísica), oceanografia, metalurgia, ciências sociais e humanas, ciências ligadas à engenharia (mecânica, informática, automação e eletrônica).

Cooperação com os Estados Unidos da América

Em janeiro de 1976 foi assinado memorando de entendimento pelo Ministro das Relações Exteriores e pelo Secretário de Estado dos Estados Unidos da América estabelecendo um grupo Conjunto para Ciência e Tecnologia, o qual passou a constituir o foro para a revisão e intensificação das relações bilaterais nesse campo. O Grupo realizou sua primeira reunião em setembro de 1976, tendo aprovado os Termos de Referência que orientarão os trabalhos de coordenação por parte das chancelarias. O Grupo acordou também a renovação do Acordo para um Programa de Cooperação Científica de forma a abranger também a cooperação tecnológica. As negociações para essa ampliação foram concluídas em dezembro de 1976, quando foi ela efetuada, juntamente com a prorrogação do Acordo por mais cinco anos.

Cooperação com o Japão

Iniciaram-se em 1976 negociações para um acordo entre o Brasil e o Japão no campo de ciência e da tecnologia. As áreas de interesse deverão ser definidas, em fase posterior.

Cooperação com a Costa Rica

Em 11 de outubro de 1976, foi celebrado entre o CNPq e o CONICIT o Acordo Complementar de Cooperação Científica e Tecnológica.

Cooperação com a Guatemala

Foi assinado, em 16 de junho de 1976, o Acordo de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo do Brasil e o da Guatemala.

Cooperação com Honduras

No dia 11 de junho de 1976 foi assinado o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e o Governo de Honduras.

Cooperação com o México

No dia 16 de março de 1976 foi assinado o Convênio Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Técnica entre o CNPq e o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, do México (CONACYT).

COOPERAÇÃO MULTILATERAL

OMPI

Os aspectos técnico-jurídicos da proteção dos produtores de tecnologia foram objeto dos seguintes encontros patrocinados pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), durante o ano de 1976:

a) Reunião em Genebra do Grupo de Trabalho sobre Descobertas Científicas (maio).

b) Reunião de Peritos Governamentais em Dupla Tributação do Direito do Autor, realizada em Paris (dezembro).

c) Reunião do Conselho Panamericano da Confederação Internacional de Autores e Compositores em Paris (setembro).

UNESCO

A Comissão brasileira do Programa "O Homem e a Biosfera" (MAB) reuniu-se em outubro, tendo recomendado que as instituições nacionais públicas e privadas ofereçam sua colaboração para a coordenação do aproveitamento, em âmbito nacional, da ajuda científica oferecida pelo MAB.

O Programa Internacional de Correlação Geológica abrange 4 áreas prioritárias, a saber: calendário geológico; origens e evolução da crosta primitiva; o habitat do homem; necessidades humanas — energia e minerais. A Comissão Brasileira se reuniu em Belo Horizonte, de 1.º a 2 de novembro.

OEA

O MRE coordenou a atuação brasileira nas reuniões do CICYT, concentrando-se principalmente em acompanhar o processo de execução das medidas já tomadas.

Na décima-quinta reunião do CICYT, o Brasil tomou parte nos debates acerca dos conceitos estabelecidos na Declaração de Tlatelolco e no Comunicado de Washington, oportunidade em que foi feita uma avaliação histórica do papel da tecnologia dentro do processo de desenvolvimento econômico latino-americano.

Os objetivos do Programa Regional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico são cumpridos por intermédio de projetos multinacionais dentro dos:

Programas de Ciências Básicas;

de Desenvolvimento Tecnológico;

de Política e Planejamento Científico;

de Ciências Aplicadas;

de Inovação Tecnológica e de Transferência de Tecnologia.

Cada projeto multinacional inclui assistência técnica, treinamento, ação regional para o desenvolvimento e apoio técnico-operativo.

Conferência Especializada sobre a Aplicação da Ciência e da Tecnologia para o Desenvolvimento da América Latina (CACTAL)
O Brasil participou da Reunião de Técnicos Governamentais recomendada pela CACTAL, em Washington, na qual foram criados dois Grupos de Trabalho para estudar a formulação das bases de um Plano Integrado de Ciência e Tecnologia para a América Latina e analisar os Programas da OEA que guardam relação com ciência e tecnologia.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Cooperação Bilateral no Brasil

Os esforços do Ministério das Relações Exteriores para conferir maior efetividade à assistência técnica bilateral recebida pelo Brasil tiveram prosseguimento com excelentes resultados, em 1976. Todas as fontes importantes de assistência técnica bilateral passaram a aceitar as diretrizes e os mecanismos da cooperação técnica brasileira, a utilização sistemática da via diplomática, a concentração em áreas prioritárias nacionais e a assistência de acordo com programas a médio prazo, de iniciativa do Governo brasileiro.

CANADÁ

A contribuição canadense ao II Programa Nacional de Cooperação Técnica (PNCT) será sob a forma de doação e (Cdn$ 5 milhões) sob a forma de empréstimo concessional. Todos os projetos foram individualmente aprovados pelo Canadá. Em novembro de 1976, a Delegação brasileira à Comissão Mista Econômica, reunida em Ottawa, apresentou-os em conjunto a fim de deixar claro o interesse brasileiro em receber assistência de forma integrada e não dispersar recursos em ações isoladas de pequeno impacto e reduzido efeito multiplicador.

FRANÇA

A cooperação francesa tem caráter diversificado, abrangendo os seguintes setores: Informática, Automação, Eletrônica e Eletrotécnica, Matemática e Ciências Físicas, Geociências, Engenharia Civil e Mecânica de Solos, Hidráulica, Ciências Econômicas, Agronomia, Planificação e Administração, Saúde (parasitologia, cancerologia e bio-informática), Oceanologia, Hidrologia, Telecomunicações, Obras Públicas e Comunicação.

GRÃ-BRETANHA

O II PNCT com a Grã-Bretanha, para o período 1976/77, previa treze novos projetos, nos setores de educação, ciência e tecnologia, indústria, planejamento e pecuária, a um custo total de £8.143.600, das quais £6.624.00 seriam financiadas pelo Brasil e £1.519.000 doadas pelo Governo britânico, sob a forma de cooperação técnica. A parte britânica solicitou em março de 1976, o cancelamento de nove projetos e transferência para outros exercícios de três outros, devido à necessidade de corte nos recursos alocados.

ITÁLIA

Em fevereiro de 1976, visitou o Brasil delegação italiana, com o objetivo de examinar a cooperação técnica entre os dois países.

Obteve-se o compromisso de implementação de três projetos constantes do Programa Nacional de Cooperação Técnica com aquele país, de 1973, e do desenvolvimento de novas atividades de cooperação nos setores de transportes ferroviários e telecomunicações.

JAPÃO

A visita do Presidente Geisel ao Japão teve repercussões muito significativas no setor da cooperação técnica, pois permitiu o lançamento de três projetos de grande escala: "Reflorestamento da Amazônia", "Assessoria Técnica em Geologia, Mineração e Prevenção à Poluição", e "Aproveitamento do Cerrado". Prosseguiu a execução de projetos iniciados em anos anteriores, dos quais o mais importante é o de "Desenvolvimento do Vale da Ribeira".

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

A República Federal da Alemanha constitui expressiva fonte de cooperação bilateral recebida pelo Brasil. Ao final de 1976, encontram-se em execução 22 projetos, regulados por Ajustes Complementares ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-RFA.

COOPERAÇÃO MULTILATERAL

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Foi alocada ao Brasil no período de 1972/76, a quantia de US$ 30 milhões, o que nos colocou em quarto lugar entre os países beneficiados, depois da Índia, Indonésia e Nigéria. Em 1976 conseguimos confirmar a mesma soma para 1977/81. O Brasil foi reeleito para o Conselho de Administração em 1976.

Internamente, procuramos em 1976 concentrar a programação nacional nas áreas prioritárias e compensar a redução relativa dos recursos do PNUD, devida à perda do valor aquisitivo do dólar, pelo aumento da contrapartida brasileira.

O PROGRAMA BRASIL-PNUD (1977/81)

Em 1976, o Conselho de Administração do PNUD aprovou o Programa Nacional de Cooperação Técnica do Brasil para o período 1977/81. O programa inclui um total de 62 projetos com um custo externo estimado em US$ 37,8 milhões (contribuição do PNUD e apoio financeiro global do Governo) e com gastos de contrapartida da ordem US$ 254 milhões.

O impacto desse programa transcende o investimento de US$ 6 milhões por ano, feito pelo PNUD, devido a seu efeito multiplicador, de organização da pesquisa e do ensino no Brasil, de entrada de conhecimentos não disponíveis no país, e de estruturação de instituições.

Em 1976, participamos de diversos projetos latino-americanos e continuamos a desenvolver contatos a nível técnico e administrativo, que conduziram a bons resultados em diversos projetos regionais, que se desenvolverão em torno de instituições brasileiras ou que terão sua sede no Brasil.

Em 1976, incentivou-se a adoção pelo PNUD de quatro medidas concretas para estimular a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento:

— criação de unidade especial, para promover essa cooperação;

— entendimentos no sentido de harmonizar os sistemas para a compra de bens e serviços de países em desenvolvimento;

— formulação de sistema de informações sobre a capacidade técnica de países em desenvolvimento. Colhemos em 1976 as informações, através da distribuição e aferição de formulários apro-

priados entre instituições brasileiras de ensino, pesquisa e consultoria.

— realização de uma série de missões regionais de cooperação técnica, a serem seguidas, no início de 1978, por uma Conferência Mundial em Buenos Aires.

Em 1976 verificaram-se os encontros asiático, africano e latino-americano, nos quais o Brasil esteve representado.

Iniciaram-se, ainda, os trabalhos preparatórios da Conferência Mundial, realizados dentro do Comitê sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento do Conselho de Administração do PNUD.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF)

O Brasil foi eleito em 1976 para a Junta Executiva do UNICEF. A participação na Junta deverá exercer influência benéfica para a ativação dos trabalhos do Escritório do Fundo no Brasil.

As atividades do UNICEF no Brasil deverão concentrar-se em áreas e setores prioritários e em projetos de alcance nacional, como, por exemplo, o desenvolvimento do sistema nacional de educação pré-escolar para crianças de famílias mais pobres, a educação profissionalizante de jovens ao longo da Transamazônica e o combate à marginalização do menor nas grandes cidades.

OEA

Em 1976 foi apresentado o VII Programa Nacional de Cooperação Técnica Brasil-OEA para o período 1976/78. Prossegue o programa de bolsas de estudo dentro do plano regular de treinamento e em cursos especiais.

COOPERAÇÃO TÉCNICA DO BRASIL AO EXTERIOR

BOLÍVIA

Além da remessa de publicações, da concessão de bolsas-de-estudo e estágios de curta duração e do envio de consultores em setores como administração municipal, agricultura, siderurgia, medicina tropical, microbiologia, construção de estradas, açúcar e álcool, foram executados dois projetos de maior vulto, sendo um deles o de Reestruturação do Plano Regular de Cochabamba e o outro de assistência à Prefeitura de La Paz.

CHILE

As três atividades de maior expressão no campo da cooperação técnica com o Chile em 1976 foram a conclusão do Ajuste Complementar ao Acordo Básico no campo das Telecomunicações e Serviços Postais; a implementação do projeto de Cooperação na área de engenharia naval entre o Instituto de Pesquisas Tecnológicas e a Universidade Técnica do Estado, de Santiago, e a concessão de bolsas para diplomatas e funcionários públicos chilenos no Curso Regular do Centro Interamericano de Comercialização da Fundação Getúlio Vargas. Além disso, foram oferecidas outras bolsas e estágios em engenharia aeronáutica, comercialização de produtos agrícolas, medicina tropical e matemática.

COLÔMBIA

No espírito das atividades que vimos desenvolvendo com a maioria dos países latino-americanos, instituições brasileiras receberam, no correr de 1976, para visitas de curta duração, técnicos colombianos em telecomunicações, siderurgia, engenharia de sistemas urbanos e administração municipal.

EQUADOR

Foram realizadas, em 1976, atividades de cooperação técnica nos setores de agropecuária tropical e engenharia industrial.

MÉXICO

Em 1976, recebemos técnicos mexicanos para estágios em áreas como correios e telégrafos, telecomunicações, ciências químicas, indústria de celulose, e enviamos ao México profissionais brasileiros em setores como seguro rural, computação, geociência e geofísica para visitas e contatos com órgãos públicos, universidades e empresas.

PARAGUAI

Em 1976, foram desenvolvidos projetos nos setores de formação de mão-de-obra especializada, dentro do programa Itaipu, estágios técnicos para formação e aperfeiçoamento na área de hidrologia geral e aplicada, programas de cooperação nos setores de abastecimento, administração pública e serviços, além da concessão de estágios em nível de pós-graduação no Brasil para graduados paraguaios.

PERU

A reunião da Comissão Mista Brasil-Peru, em novembro de 1975, estimulou consideravelmente as atividades de cooperação técnica entre os dois países. Em 1976, foram organizados programas de cooperação em diversos setores, atendendo às solicitações constantes das recomendações da Ata Final da Comissão Mista.

No curso do último trimestre de 1976, o Governo peruano apresentou formalmente um programa de cooperação técnica constante de sete projetos:

1. Centro Experimental de Gado Zebu de Dupla Finalidade;

2. Centro Experimental de Criação de Búfalos de Água;

3. Controle de Viroses na Citricultura do Peru;

4. Apoio ao Centro de Documentação;

5. Apoio ao Projeto Amazônia;

6. Desenvolvimento de Centro de Pesquisa e Ensino Florestal;

7. Desenvolvimento de Projeto de Pesquisa de Recursos Naturais Amazônicos.

SURINAME

Foi concluído Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Suriname.

URUGUAI

Em 1976 tiveram continuidade projetos bilaterais para o desenvolvimento integrado da Bacia da Lagoa Mirim, nos setores de irrigação, rizicultura, pesca e pecuária.

VENEZUELA

A cooperação com a Venezuela prosseguiu com o programa de concessão recíproca de bolsas.

EL SALVADOR

Dando continuidade ao programa de missões de curta e média duração de técnicos salvadorenhos ao Brasil, foram concedidos estágios a dois funcionários de alto nível relacionados ao setor de planejamento regional, municipal e federal. Foram oferecidas matrículas para oficiais salvadorenhos das três armas em cursos de aperfeiçoamento ou formação militar. A Prefeitura de São Salvador solicitou, por outra parte, cooperação técnica do IBAM.

HONDURAS

Foram concedidos estágios para técnicos hondurenhos nos setores de engenharia sanitária, agropecuária, formação profissional, em atendimento às solicitações do Governo de Honduras. Foi concluído Acordo Básico de Cooperação Técnica com Honduras.

COSTA RICA

Foram concedidos estágios de técnicos costarricenses nos setores de tecnologia alimentar, planejamento urbano, administração municipal, capacitação de pessoal e industrialização de projetos agropecuários.

PANAMÁ

Há solicitação oficial de assistência técnica nas áreas de agricultura tropical, saúde pública, treinamento industrial básico, formação profissional em geral, tecnologia de alimentos. Além disso, encontra-se em fase de negociação um Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre os dois países.

GUATEMALA

Entrou em negociação, em 1976, proposta de convênio entre a Prefeitura da Cidade da Guatemala e o IBAM sobre assistência técnica, o qual deverá constituir Ajuste Complementar ao Acordo Básico existente entre os dois países.

No âmbito do SELA, o Brasil ofereceu assistência técnica para os programas de reconstrução da Guatemala, participando do Comitê de Ação e assinando a Ata Constitutiva. O Governo brasileiro ofereceu a prestação de serviços nos setores de: a) sistemas administrativos de créditos para habitação; b) saneamento ambiental; c) organização e administração de cooperativas pesqueiras e d) estudo de viabilidade de uma fábrica de cimento.

COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A ÁFRICA E ORIENTE MÉDIO

Em 1976, o Brasil empenhou-se em estreitar a cooperação técnica com os países africanos, em especial aqueles de expressão portuguesa: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Os compromissos já assumidos e mais os convites para seminários, estágios e cursos no Brasil resultaram na concessão de cerca de 200 bolsas-de-estudo a técnicos de países africanos de expressão portuguesa.

ANGOLA

Funcionários especializados em questões de cooperação técnica participaram de missão que esteve em Angola em março de 1976. Além dos entendimentos preliminares em curso em várias áreas, será enviado consultor especializado para cooperar com Angola no setor ferroviário.

COSTA DO MARFIM

Cooperação na área da formação profissional para a indústria têxtil, no setor da educação básica, da cultura e a comercialização de produtos agrícolas.

NIGÉRIA

Treinamento de técnicos nigerianos especialmente em telecomunicações, densificação técnica e quantitativa do sistema nigeriano

de formação profissional, administração pública e fazendária, administração de médias e pequenas empresas.

GABÃO

Treinamento de pessoal de marinha mercante, formação em setores do ensino superior.

SENEGAL

Cooperação no setor da tecnologia alimentar, desenvolvimento da pecuária, educação de adultos, formação profissional.

ZAIRE

Formação profissional nas áreas têxtil e da construção civil, pecuária de corte.

ZÂMBIA

Desenvolvimento de programa de estágios em zootecnia, administração municipal, administração de empresas rurais, tecnologia de alimentos.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Foram oferecidas bolsas-de-estudo na área da saúde. Além disso foi proposto programa de 15 bolsas adicionais, em setores prioritários para aquelas ilhas.

CABO VERDE

O Memorandum de Entendimento firmado em Mindelo em 1976, por ocasião da visita de missão de alto nível, aborda uma série de áreas, entre as quais a doação de laboratórios de análise de solos e de patologia animal e treinamento dos técnicos; a oferta

de 30 bolsas-de-estudo para formação e treinamento no Brasil; o fornecimento de sementes; o intercâmbio de publicações técnicas bem como de material didático, filmes, "slides", e programas radiofônicos; a oferta de 2 bolsas-de-estudo para o aperfeiçoamento de pessoal de nível médio do setor postal, e o fornecimento de material didático e documentação para a escola náutica de Cabo Verde. O Governo brasileiro ofereceu bolsas-de-estudo para estágios e seminários no Brasil, que se realizaram durante o ano de 1976, e enviou dois arquitetos-consultores, para missão de curta duração em planificação urbana.

GUINÉ-BISSAU

Em junho, missão multidisciplinar de alto nível brasileira retribuiu visita de importante missão guineense que esteve no Brasil em março-abril de 1976. Na ocasião, foi firmado Memorandum de Endentimento em Bissau onde se registraram os seguintes compromissos: oferta de 50 bolsas de estudo no Brasil; cooperação no desenvolvimento da pecuária bovina e da suinocultura; colaboração na produção de arroz, milho, feijão e soja e em fruticultura, extensão rural; doação de dois laboratórios, um de patologia animal e outro de análise de solos, bem como treinamento dos peritos interessados no Brasil; doação de biblioteca, somando cerca de 3.500 livros; estágio na área do ensino pelo rádio; envio de medicamentos aos centros de saúde e hospitais do país; estudo das possibillidades de ligação direta de telecomunicações entre os dois países; oferta de duas bolsas para aperfeiçoamento no setor postal; envio de documentação e legislação sobre transporte aéreos, terrestres e marítimos, meteorologia e administração de portos; oferta de bolsa para a formação de operador de radiocomunicações marítimas. O Governo brasileiro, a pedido das autoridades guineenses, decidiu proporcionar oito bolsas de estudo para cursos no Brasil para assistentes sociais. Vários profissionais guineenses par-participaram de diversos cursos e estágios em território nacional, a convite do Governo brasileiro. Finalmente, visitou o Brasil no final de 1976, a convite do Itamaraty, missão composta de três técnicos, a fim de observar o sistema brasileiro de coordenação da coope-

ração técnica externa, de conhecer instituições e órgãos que eventualmente poderão colaborar na assistência a Bissau, e estagiar no PRONTEL, na área de técnicas de ensino pelo rádio.

Nos últimos três anos registrou-se por outro lado, notável incremento nas relações com países do Oriente Médio. Várias instituições e órgãos brasileiros têm prestado, com sucesso, cooperação técnica a países dessa região, no campo da alfabetização de adultos, tecnologia de alimentos, construção de estradas, comercialização de produtos primários, planejamento nacional e regional.

HONDURAS

Foram concedidos estágios para técnicos hondurenhos nos setores de engenharia sanitária, agropecuária, formação profissional, em atendimento às solicitações do Governo de Honduras. Foi concluído Acordo Básico de Cooperação Técnica com Honduras.

COSTA RICA

Foram concedidos estágios de técnicos costarricenses nos setores de tecnologia alimentar, planejamento urbano, administração municipal, capacitação de pessoal e industrialização de projetos agropecuários.

PANAMÁ

Há solicitação oficial de assistência técnica nas áreas de agricultura tropical, saúde pública, treinamento industrial básico, formação profissional em geral, tecnologia de alimentos. Além disso, encontra-se em fase de negociação um Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre os dois países.

GUATEMALA

Entrou em negociação, em 1976, proposta de convênio entre a Prefeitura da Cidade da Guatemala e o IBAM sobre assistência técnica, o qual deverá constituir Ajuste Complementar ao Acordo Básico existente entre os dois países.

No âmbito do SELA, o Brasil ofereceu assistência técnica para os programas de reconstrução da Guatemala, participando do Comitê de Ação e assinando a Ata Constitutiva. O Governo brasileiro ofereceu a prestação de serviços nos setores de: a) sistemas administrativos de créditos para habitação; b) saneamento ambiental; c) organização e administração de cooperativas pesqueiras e d) estudo de viabilidade de uma fábrica de cimento.

COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A ÁFRICA E ORIENTE MÉDIO

Em 1976, o Brasil empenhou-se em estreitar a cooperação técnica com os países africanos, em especial aqueles de expressão portuguesa: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Os compromissos já assumidos e mais os convites para seminários, estágios e cursos no Brasil resultaram na concessão de cerca de 200 bolsas-de-estudo a técnicos de países africanos de expressão portuguesa.

ANGOLA

Funcionários especializados em questões de cooperação técnica participaram de missão que esteve em Angola em março de 1976. Além dos entendimentos preliminares em curso em várias áreas, será enviado consultor especializado para cooperar com Angola no setor ferroviário.

COSTA DO MARFIM

Cooperação na área da formação profissional para a indústria têxtil, no setor da educação básica, da cultura e a comercialização de produtos agrícolas.

NIGÉRIA

Treinamento de técnicos nigerianos especialmente em telecomunicações, densificação técnica e quantitativa do sistema nigeriano

de formação profissional, administração pública e fazendária, administração de médias e pequenas empresas.

GABÃO

Treinamento de pessoal de marinha mercante, formação em setores do ensino superior.

SENEGAL

Cooperação no setor da tecnologia alimentar, desenvolvimento da pecuária, educação de adultos, formação profissional.

ZAIRE

Formação profissional nas áreas têxtil e da construção civil, pecuária de corte.

ZÂMBIA

Desenvolvimento de programa de estágios em zootecnia, administração municipal, administração de empresas rurais, tecnologia de alimentos.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Foram oferecidas bolsas-de-estudo na área da saúde. Além disso foi proposto programa de 15 bolsas adicionais, em setores prioritários para aquelas ilhas.

CABO VERDE

O Memorandum de Entendimento firmado em Mindelo em 1976, por ocasião da visita de missão de alto nível, aborda uma série de áreas, entre as quais a doação de laboratórios de análise de solos e de patologia animal e treinamento dos técnicos; a oferta

de 30 bolsas-de-estudo para formação e treinamento no Brasil; o fornecimento de sementes; o intercâmbio de publicações técnicas bem como de material didático, filmes, "slides", e programas radiofônicos; a oferta de 2 bolsas-de-estudo para o aperfeiçoamento de pessoal de nível médio do setor postal, e o fornecimento de material didático e documentação para a escola náutica de Cabo Verde. O Governo brasileiro ofereceu bolsas-de-estudo para estágios e seminários no Brasil, que se realizaram durante o ano de 1976, e enviou dois arquitetos-consultores, para missão de curta duração em planificação urbana.

GUINÉ-BISSAU

Em junho, missão multidisciplinar de alto nível brasileira retribuiu visita de importante missão guineense que esteve no Brasil em março-abril de 1976. Na ocasião, foi firmado Memorandum de Endentimento em Bissau onde se registraram os seguintes compromissos: oferta de 50 bolsas de estudo no Brasil; cooperação no desenvolvimento da pecuária bovina e da suinocultura; colaboração na produção de arroz, milho, feijão e soja e em fruticultura, extensão rural; doação de dois laboratórios, um de patologia animal e outro de análise de solos, bem como treinamento dos peritos interessados no Brasil; doação de biblioteca, somando cerca de 3.500 livros; estágio na área do ensino pelo rádio; envio de medicamentos aos centros de saúde e hospitais do país; estudo das possibillidades de ligação direta de telecomunicações entre os dois países; oferta de duas bolsas para aperfeiçoamento no setor postal; envio de documentação e legislação sobre transporte aéreos, terrestres e marítimos, meteorologia e administração de portos; oferta de bolsa para a formação de operador de radiocomunicações marítimas. O Governo brasileiro, a pedido das autoridades guineenses, decidiu proporcionar oito bolsas de estudo para cursos no Brasil para assistentes sociais. Vários profissionais guineenses parparticiparam de diversos cursos e estágios em território nacional, a convite do Governo brasileiro. Finalmente, visitou o Brasil no final de 1976, a convite do Itamaraty, missão composta de três técnicos, a fim de observar o sistema brasileiro de coordenação da coope-

ração técnica externa, de conhecer instituições e órgãos que eventualmente poderão colaborar na assistência a Bissau, e estagiar no PRONTEL, na área de técnicas de ensino pelo rádio.

Nos últimos três anos registrou-se por outro lado, notável incremento nas relações com países do Oriente Médio. Várias instituições e órgãos brasileiros têm prestado, com sucesso, cooperação técnica a países dessa região, no campo da alfabetização de adultos, tecnologia de alimentos, construção de estradas, comercialização de produtos primários, planejamento nacional e regional.

ASSUNTOS CONSULARES E JURÍDICOS

ASSUNTOS CONSULARES

O Ministério das Relações Exteriores, conforme determinado pelo Decreto n.º 75.047, continuou a exercer as atividades de guarda, distribuição e controle das estampilhas consulares, e o recolhimento ao Tesouro Nacional da receita de emolumentos arrecadados pelas repartições consulares. Com um estoque de estampilhas no valor de 7.316.657 cruzeiros-ouro no início do exercício, foram atendidas requisições da rede consular no exterior, transferindo, para o exercício de 1977, um estoque no valor de 5.823.325 cruzeiros-ouro, e recolheu-se, como renda consular em 1976, o total de Cr$ 21.167.947,51.

Rede Consular Brasileira

A rede consular brasileira experimentou substancial alteração, pela extinção dos Consulados Privativos, instalados em localidades fronteiriças dos países vizinhos, substituídos por uma nova categoria — Vice-Consulados — mais conforme aos dispositivos da Convenção de Viena sobre Relações Consulares. Dessa forma,

pelo Decreto n.º 77.398, de 7 de abril, foram criados os Vice-Consulados em Corrientes, Paso de los Libres, Posadas, Cochabamba, Guayará-Merin, Letícia, Pedro Juan Caballero, Iquitos, Artigas, Bella Unión, Chuy, Mello, Rio Branco e Rivera. Foram criados posteriormente os Vice-Consulados em Cobija, Valparaiso, Guayaquil, Caiena, Concepción, Encarnación, Saltos de Guairá, Paysandu, Bridgetown, Praia e Iocoama. Foram também criados os Consulados em Atlanta, Dallas e São Francisco, nos Estados Unidos da América.

Proteção a Brasileiros no Exterior e Repatriações

Dentre as variadas atividades de assistência a brasileiros no exterior, cabe mencionar a repatriação de nacionais em situação crítica, principalmente em decorrência das condições vigentes no Líbano.

PASSAPORTES

No ano de 1976, foram introduzidas as novas cadernetas de passaportes, fabricadas no Brasil pela Casa da Moeda, em substituição às cadernetas anteriormente produzidas no exterior.

A introdução das novas cadernetas, determinada pelo Decreto n.º 76.096, de agosto de 1975, complementado pela Portaria n.º 417, de outubro do mesmo ano, dos Ministros da Justiça e Relações Exteriores, implicou a criação de um sistema de controle, estocagem e distribuição, do qual anteriormente se incumbia firma estrangeira. As novas cadernetas passaram a ser estocadas no ERERIO e foi providenciada a construção de caixa forte na Secretaria de Estado. O controle da distribuição vem sendo efe-

tuado através de sistema, concebido pela equipe técnica da SEPLAN-SEMOR, dentro do Convênio firmado com o Itamaraty.

Foi celebrado com a Casa da Moeda Termo Aditivo ao Contrato firmado em 1975, para fornecimento de cadernetas, que atingiu o total de 238.600 cadernetas de passaportes. Foram emitidos e prorrogados 5.000 passaportes diplomáticos e de serviço; concederam-se 2.000 vistos solicitados pelas Repartições estrangeiras no Brasil; expediram-se 2.500 autorizações para concessão e prorrogação de passaportes no exterior; emitiram-se 1.300 Carteiras de Identidade Especial para Estrangeiros; expediram-se 700 autorizações para concessão de vistos diplomáticos, e oficiais a pessoal diplomático, administrativo e técnico estrangeiro; dirigiram-se 2.600 notas de pedidos de vistos a Missões estrangeiras no Brasil.

IMIGRAÇÃO

Foi adotada uma política imigratória controlada e técnica, intervindo, nesse campo, o Ministério do Trabalho e o INCRA, este como órgão especializado do Ministério da Agricultura.

Além dos pedidos de visto submetidos à apreciação da Secretaria de Estado pelas Missões Diplomáticas e Repartições Consulares brasileiras, foram recebidos em 1976, 1.215 pedidos de mão-de-obra estrangeira, encaminhados pela Coordenadoria de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho e pelo Departamento de Projetos e Operações do Instituto de Colonização e de Reforma Agrária do Ministério da Agricultura.

O número de candidatos à imigração espontânea foi de 1.073, acompanhados de 2.197 dependentes. Desses 1.073, 707 apresentavam grau de instrução de nível superior e 350 de nível médio e técnico.

Os principais países de procedência dos 1.073 imigrantes foram os Estados Unidos (229); a Argentina (142); a Alemanha (141); a Itália (78); a Inglaterra (76); e Portugal (59).

As principais atividades profissionais desses imigrantes foram, em nível superior, de engenharia (florestal, civil, agrônomo, químico, telecomunicações, metalúrgico, mecânico, eletrônico, industrial, etc. e, em nível técnico, as atividades industriais, de administração, de eletricidade mecânica, de agricultura, de mineração, de siderurgia.

Imigraram espontaneamente para o Brasil 310 missionários católicos, através do "Serviço de Colaboração Apostólica Internacional (SCAI)". Os principais países de nacionalidade desses religiosos foram a Itália (113); os Estados Unidos (38); a Espanha (22); a Bélgica (18); a Polônia (14); a Inglaterra (14) e Portugal (12).

76 missionários protestantes, de nacionalidade norte-americana (72) e alemã (4) imigraram para o Brasil em 1976.

33 professores especializados de nível universitário, obtiveram permanência definitiva no Brasil.

A imigração dirigida japonesa atingiu em 1976 um total de 274 pessoas, sendo 71 técnicos industriais, 71 agricultores e 132 dependentes.

ASSUNTOS JURÍDICOS

Atos Bilaterais

Continuam em processo de negociação com a França o Tratado de Extradição; o Acordo sobre a Gratuidade Parcial das Cartas Rogatórias Extraídas de Autos de Ações Penais, e o Acordo sobre

Cooperação Judiciária em Matéria Civil. Com a Itália, prosseguiram as negociações do Tratado de Extradição e Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Decisões Judiciais em matéria Civil e Comercial e o de Transações Judiciais e de Atos Notariais.

Pareceres

Foram elaborados pareceres sobre:

1) Autorização a embarcações estrangeiras para pesca no litoral brasileiro.

2) Nacionalidade de filhos de funcionários diplomáticos e não diplomáticos residentes no exterior.

3) Dispensa, por abandono de emprego, de funcionários do MRE regidos pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

4) Aplicação entre o Brasil e a Áustria da Convenção de Berna sobre Direito Autoral.

5) Idade limite para matrícula no exame vestibular para o Instituto Rio Branco.

6) Obrigação de pagamento de seguro de imóvel ocupado, em Brasília, por representação oficial ou diplomata estrangeiro.

7) Situação de cidadãos brasileiros e de bens de empresas brasileiras em países em conflito armado.

8) Indenização de ex-empregados da antiga Estrada de Ferro Brasil—Bolívia.

9) Casamento de estrangeiros em Consulados no Brasil.

10) Imunidades e privilégios de funcionários brasileiros envolvidos em questões criminais ou acidentes no exterior.

11) Pagamento de imposto de renda por funcionários locais de representações brasileiras.

12) Concessão de asilo territorial.

Extradição

No ano de 1976 foram processados 19 casos de extradição, sendo 16 a pedido de Governos estrangeiros e 3 a pedido do Governo brasileiro.

Expulsão de estrangeiros

Foram providenciadas as comunicações de praxe, relativas a 67 casos de expulsão.

Cartas Rogatórias

Foi processado o encaminhamento de 199 cartas rogatórias expedidas por Justiças estrangeiras, e a estas foram endereçadas 154 rogatórias brasileiras.

Nacionalidade

Deu-se tramitação a 197 casos de perda de nacionalidade e a 17 pedidos de naturalização.

Foram informados 50 processos de licença a brasileiros para aceitarem comissão ou emprego de Governo estrangeiro.

ATOS INTERNACIONAIS

Publicaram-se em 1976 quarenta e um acordos na Coleção de Atos Internacionais (CAI).

Foram celebrados, aprovados, ratificados ou promulgados os atos que a seguir se relacionam.

I — Atos Multilaterais

ALALC

— Sexto protocolo adicional do ajuste de complementação n.º 15, sobre produtos da indústria química-farmacêutica.

Montevidéu, 5.11.75. Promulgado pelo Decreto n.º 77.001, de 9.1.76 (D.O. de 9.1.76).

— Nono protocolo adicional do ajuste de complementação n.º 16, sobre produtos das indústrias derivadas do petróleo.

Montevidéu, 10.12.75. Promulgado pelo Decreto n.º 77.047, de 19.1.76 (D.O. de 21.1.76).

— Décimo protocolo adicional do ajuste de complementação n.º 16, sobre produtos das indústrias químicas derivadas do petróleo (Ampliação do setor industrial).

Montevidéu, 10.12.75. Promulgado pelo Decreto n.º 77.178, de 16.2.76 (D.O. de 17.2.76).

— Quarto protocolo adicional do ajuste de complementação n.º 18, sobre produtos da indústria fotográfica (Ampliação do Programa de Liberação).

Montevidéu, 10.12.75. Promulgado pelo Decreto n.º 77.049, de 19.1.76 (D.O. de 21.1.76).

— Quinto protocolo adicional do ajuste de complementação n.º 18, sobre produtos da indústria fotográfica (Modificação de Requisitos de Origem).

Montevidéu, 10.12.75. Promulgado pelo Decreto n.º 77.213, de 23.2.76 (D.O. de 24.2.76).

— Terceiro protocolo adicional do ajuste de complementação n.º 20, sobre a indústria de matérias corantes e pigmentos (Ampliação do Programa de Liberação).

Montevidéu, 10.12.75. Promulgado pelo Decreto n.º 77.048, de 19.1.76(D.O. de 21.1.76).

— Quarto protocolo adicional do ajuste de complementação n.º 20, sobre corantes e pigmentos.

Montevidéu, 10.12.75. Assinado em 4.3.76.

— Resultados da 15.ª série de negociações anuais para a formação da Zona de Livre Comércio instituída pelo Tratado de Montevidéu, no tocante à lista especial de vantagens não-extensivas que o Brasil outorga ao Equador.

Montevidéu, 16.12.75. Promulgado pelo Decreto n.º 77.004, de 9.1.76 (D.O. de 9.1.76).

— Resultados da 15.ª série de negociações anuais para a formação da Zona de Livre Comércio instituída pelo Tratado de Montevidéu, no tocante à lista especial de vantagens não-extensivas que o Brasil outorga ao Uruguai.

Montevidéu, 16.12.75. Promulgado pelo Decreto n.º 76.996, de 8.1.76 (D.O. de 9.1.76).

— Protocolo do ajuste de complementação n.º 21, sobre produtos da indústria química (excedentes e faltantes).

Montevidéu, 16.12.75. Promulgado pelo Decreto n.º 77.437, de 14.4.76 (D.O. de 20.4.76).

— Acordo entre a Bolívia e o Brasil destinado a ampliar a lista de vantagens não-extensivas deste último, no âmbito da ALALC.

Montevidéu, 7.5.76. Assinado em 7.5.76. Promulgado pelo Decreto n.º 77.626, de 17.5.76 (D.O. de 18.5.76).

— Décimo-Primeiro protocolo adicional do ajuste de complementação n.º 16, sobre produtos das indústrias químicas derivadas do petróleo (Revisão do Programa de Liberação).

Montevidéu, 26.11.76. Assinado em 26.11.76.

— Décimo-Segundo protocolo adicional do ajuste de complementação n.º 16, sobre produtos das indústrias químicas derivadas do petróleo (Ampliação do Setor Industrial).

Montevidéu, 26.11.76. Assinado em 26.11.76.

— Quinto protocolo adicional do ajuste de complementação n.º 20, sobre a indústria de matérias corantes e pigmentos (Revisão do Programa de Liberação).

Montevidéu, 26.11.76. Assinado em 26.11.76.

— Primeiro protocolo adicional do ajuste de complementação n.º 21, sobre produtos da indústria química (Revisão do Programa de Liberação).

Montevidéu, 26.11.76. Assinado em 26.11.76.

— Segundo protocolo adicional do ajuste de complementação n.º 21, sobre produtos da indústria química (Ampliação do Setor Industrial).

Montevidéu, 26.11.76. Assinado em 26.11.76.

— Sexto protocolo adicional do acordo de complementação n.º 18, sobre produtos da indústria fotográfica.

— Sétimo protocolo adicional do acordo de complementação n.º 18, sobre produtos da indústria fotográfica.

Montevidéu, 26.11.76. Assinado em 26.11.76.

Açúcar

— Estatutos do Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar (GEPLACEA).

Cali, Colômbia, 12.3.76.

— Nova prorrogação do Convênio Internacional do Açúcar, de 1973 (Resolução n.º 2).

Instrumento de Aceitação depositado na ONU, em 19.7.76.

Cacau

— Acordo Internacional do Cacau, 1975.

Genebra, 20.1.75. Aberto à assinatura em Nova York, de 10.11.75 a 31.8.76. Notificação de aplicação provisória em 14.9.76.

Café

— Convênio Internacional do Café, de 1976.

Londres, 3.12.75. Aberto à assinatura na Sede da ONU, de 31.1.76 a 31.7.76. Assinado em 17.2.76. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 70, de 14.9.76. Instrumento de Ratificação depositado na ONU, em 28.9.76.

Economia

— Convênio constitutivo do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA).

Cidade do Panamá, 17.10.76, Instrumento de Ratificação depositado em Caracas, a 14.5.76. Promulgado pelo Decreto n.º 78.018, de 12.7.76 (D.O. de 13.7.76).

Desarmamento

— Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção e Estocagem de Armas Bacteriológicas (Biológicas) e à Base de Toxinas e sua Destruição.

Aberta à assinatura em Londres, Moscou e Washington, a 10.4.72. Promulgada pelo Decreto n.º 77.374, de 1.4.76 (D.O. de 2.4.76).

Imigração

— Convênio de Cooperação Técnica e Apoio à Expansão das Atividades no Brasil do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias (CIME).

Concluído em Brasília, a 16 de junho de 1976.

Navegação Aérea

— Estatuto da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil (CLAC).

Cidade do México, 14.12.73. Promulgado pelo Decreto n.º 77.076, de 23.1.76 (D.O. de 27.1.76).

Navegação Marítima

— Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo.

Bruxelas, 29.11.69. Aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 74, de 30.9.76. Instrumento de Ratificação depositado em Londres, a 15.12.76.

— Emendas aos artigos 10, 16, 17, 18, 20, 28, 31 e 32 da Convenção sobre a Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (IMCO). 17.10.74.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 51, de 3.6.76. Instrumento de Aceitação depositado junto à ONU, em 30.7.76.

Telecomunicações

— Convenção Internacional de Telecomunicações.

Málaga-Torremolinos, 25.10.73. Aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 81, de 29.10.76. Instrumento de Ratificação depositado em Berna, a 30.11.76.

— Protocolo para a terceira prorrogação da Convenção sobre Comércio do Trigo, de 1971.

Londres, 18.2.76. Assinado em 24.3.76, Instrumento de Ratificação depositado em Washington, a 26.11.76.

ATOS BILATERAIS

A — ATOS ASSINADOS EM 1976

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

— Ajuste Complementar de Cooperação Técnica sobre Cooperação entre as Universidades de Freiburg e Curitiba no Campo do Desenvolvimento Florestal.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 21 de janeiro de 1976.

— Ajuste Complementar de Cooperação Técnica sobre a Cooperativa Agropecuária Petrópolis, em Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 21 de janeiro de 1976.

— Ajuste Complementar de Cooperação Técnica sobre o Plano Integrado da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 21 de janeiro de 1976.

— Ajuste Complementar de Cooperação Técnica sobre o Serviço Federal de Habitação e Urbanismos (SERFHAU).

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 21 de janeiro de 1976.

— Ajuste Complementar de Cooperação Técnica sobre o Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC).

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 21 de janeiro de 1976.

— Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República Federal da Alemanha e a Agência Internacional de Energia Atômica para a Aplicação de Salvaguardas.

Concluído em Viena, a 26 de fevereiro de 1976.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30 de novembro de 1963, entre o Instituto Federal de Pesquisa de Alimentos, da Alemanha, e o Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL-Campinas), do Brasil.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 5 de maio de 1976.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1976, relativo ao envio de peritos em projetos de cooperação técnica. Concluído em Brasília, por troca de notas, a 5 de maio de 1976.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, relativo ao Envio de Peritos à Secretaria de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 2 de julho de 1976.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, de 30 de novembro de 1963, relativo ao Prosseguimento de Pesquisas Geológico-geofísicas em Minas Gerais e Espírito Santo.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 2 de julho de 1976.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, de 30 de novembro de 1963, relativo ao Pros-

seguimento da Cooperação para a Organização da Escola de Administração Fazendária (ESAF), de Brasília.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 2 de julho de 1976.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, de 30 de novembro de 1963, para a Cooperação entre Professores Brasileiros e Alemães no Campo da Geologia.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 2 de julho de 1976.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica de 30 de novembro de 1963, Relativo à Prorrogação das Atividades do Perito em Laticínios junto à ACAR, Minas Gerais.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 2 de julho de 1976.

— Ata Final da 6.ª Reunião da Comissão Tecnológica Brasileira, para Cooperação Científica e Tecnológica.

Firmada em Brasília, a 30 de setembro e 1.º de outubro de 1976.

— Convênio Especial entre Empresas Nucleares Brasileiras S/A, NUCLEBRÁS e Gesellchaft Für Kerforschung MBH, sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 1.º de outubro de 1976.

— Convênio Especial entre a Diretoria de Hidrografia e Navegação, do Rio de Janeiro, e o Instituto Para Ciências do Mar, de Kiel. Concluído em Brasília por troca de notas, a 1.º de outubro de 1976.

— Adendo ao Convênio Especial Assinado em 24 de julho de 1974 entre o então Conselho Nacional de Pesquisas e o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico.

Concluído em Brasília por troca de notas, a 1.º de outubro de 1976.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ

— Convênio sobre Transporte Marítimo.

Concluído em Brasília, a 23 de julho de 1976.

— Ata Final da I Reunião da Comissão Mista Brasil — República Democrática Alemã.

Firmada em Berlim, a 30 de setembro de 1976.

ARGÉLIA

— Acordo sobre Transporte e Navegação Marítima.

Concluído em Brasília, a 13 de abril de 1976.

BANGLADESH

— Acordo de Comércio.

Concluído em 13 de fevereiro de 1976.

BOLÍVIA

— Ajuste Complementar ao Convênio de Cooperação Técnica e Científica, que regula o Programa de Assistência Técnica Brasileira para a revisão do Plano Regulador da Cidade de Cochabamba. Concluído em Cochabamba, por troca de notas, a 25 de março de 1976.

— Acordo Complementar relativo ao Programa de Assistência Técnica do Instituto Brasileiro de Administração Municipal à Alcaidia de La Paz.

Concluído em La Paz por troca de notas, a 20 de setembro de 1976.

— Acordo entre a Bolívia e o Brasil destinado a ampliar a lista de vantagens não-extensivas deste último, no âmbito da ALALC. Concluído em 7 de maio de 1976.

CABO VERDE

— Memorandum de Entendimento.

Concluído em Mindelo, na ilha de São Vicente, por troca de notas, a 25 de junho de 1976.

CANADÁ

— Ajuste sobre o Estabelecimento de uma Comissão Mista Econômica e Comercial.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 28 de junho de 1976.

CHILE

— Acordo para Evitar a Bitributação da Renda Decorrente do Transporte Marítimo e Aéreo.

Concluído em Santiago, por troca de notas, a 18 de junho de 1976.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, referente à cooperação no campo das telecomunicações e serviços Postais.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 23 de dezembro de 1976.

— Convênio de Cooperação Cultural e Científica.

Concluído em Brasília, a 23 de dezembro de 1976.

COLÔMBIA

— Comunicado Conjunto, em Brasília, a 18 de junho de 1976.

— Acordo para Prospecção de Carvão Coqueificável na Colômbia e a Viabilidade Técnica, Econômica e Jurídica de sua Exploração e Comercialização.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 18 de junho de 1976.

— Acordo Relativo a uma Recíproca Autorização para que os Radioamadores Licenciados em um País Possam Operar Suas Estações no outro País.
Concluído em Brasília, por troca de notas, a 18 de junho de 1976.

— Ata da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira Brasileiro-Colombiana.

Firmada em Bogotá, por troca de notas, a 5 de agosto de 1976.

COSTA RICA

— Acordo Complementar ao Convênio Cultural para a cooperação no campo da ciência e da tecnologia.

Concluído em Brasília, a 11 de outubro de 1976.

DINAMARCA

— Entrada em Vigor da Ata Final da III Reunião de Consulta Aeronáutica com os Países Escandinavos.

Concluída em Brasília, por troca de notas, a 17 de dezembro de 1976.

EQUADOR

— Ata Final da Reunião Preparatória à III Reunião da Comissão Mista Brasil-Equador.

Assinada em Quito, a 24 de novembro de 1976.

ESPANHA

— Ajuste Complementar ao Acordo Complementar de Cooperação Técnica no Campo da Irrigação e da Luta Contra as Secas.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 23 de janeiro de 1976.

— Ata de II Reunião da Comissão Mista Hispano-brasileira. Assinada em Madri, em 8 de julho de 1976.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

— Memorando de Entendimento Relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Mútuo.

Assinado em Brasília, a 21 de fevereiro de 1976.

— Acordo sobre Comércio de Têxteis de Fibras Artificiais.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 22 de abril de 1976.

— Acordo sobre Comércio de Têxteis de Algodão.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 22 de abril de 1976.

— Acordo sobre Reconhecimento de Certificados de Aeronavegabilidade.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 16 de junho de 1976.

— Ata da Primeira Reunião do Grupo Conjunto Brasil-Estados Unidos da América sobre Cooperação Científica e Tecnológica.

Firmada em Brasília, em 17 de setembro de 1976.

— Prorrogação da Vigência e Ampliação do Objeto do Acordo para um Programa de Cooperação Científica, de 1.º de dezembro de 1971.

Concluída em Brasília, por troca de notas, em 27 e 28 de dezembro de 1976.

FRANÇA

— Comunicado Conjunto de Imprensa.

Assinado em Brasília, a 30 de janeiro de 1976.

— Acordo de Cooperação Técnico-Militar.

Concluído em Brasília, por troca de notas, de 10 a 26 de fevereiro de 1976.

— Comunicado Conjunto Franco-brasileiro.

Firmado em Paris, a 28 de abril de 1976.

— Acordo Complementar no Campo da Energia Solar e de Outras Formas Não-Convencionais de Energia.

Concluído em Paris, a 30 de abril de 1976.

— Acordo sobre a Desapropriação pelo Estado de Minas Gerais do Banco Hypothecario e Agrícola de Minas Gerais.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 28 de junho de 1976.

GRÃ-BRETANHA

— Comunicado Conjunto de Imprensa.

Assinado em Londres, a 6 de maio de 1976.

— Convênio Cultural.

Concluído em Londres, a 14 de outubro de 1976.

GUATEMALA

— Comunicado Conjunto Brasil-Guatemala.

Assinado em Brasília, a 16 de junho de 1976.

— Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica.

Concluído em Brasília, a 16 de junho de 1976.

GUIANA

— Ata da Comissão Mista Brasileiro-guianense.

Firmada em Brasília, a 13 de julho de 1976.

— Comunicado Conjunto Brasil-Guiana.

Assinado, em Brasília, a 13 de julho de 1976.

GUINÉ-BISSAU

— Memorando de Entendimento.

Firmado, em Bissau, a 21 de junho de 1976.

— Ata de Conclusão dos Contatos no Setor da Educação.

Firmada em Bissau, a 19 de junho de 1976.

HONDURAS

— Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica.

Concluído em Brasília, a 11 de junho de 1976.

— Comunicado Conjunto Brasil-Honduras.

Firmado em Brasília, a 11 de junho de 1976.

IRAQUE

— Declaração Conjunta.

Firmada em Bagdá, a 21 de julho de 1976.

IUGOSLÁVIA

— Ata Final da VI Reunião da Comissão Mista Brasil-Iugoslávia.

Firmada em Belgrado, a 9 de setembro de 1976.

JAPÃO

— Protocolo que modifica e Complementa a Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre Rendimentos.

Concluído em Tóquio, a 23 de março de 1976.

— Acordo sobre o Protocolo que Modifica e Complementa a Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos Sobre Rendimentos.

Concluído em Tóquio, por troca de notas, a 23 de março de 1976.

MAURITÂNIA

— Protocolo sobre Expansão Comercial e Cooperação Econômica.

Concluído em Brasília, a 10 de março de 1976.

MÉXICO

— Convênio Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica Brasil-México.

Concluído na Cidade do México, a 17 de março de 1976.

— Ata da II Reunião do Comitê Permanente da Comissão Mista Brasil-México.

Entrada em vigor por troca de notas, em Brasília, a 20 de julho de 1976.

— Ata Final da III Reunião da Comissão Mista Brasil-México.

Firmada, em Brasília, a 27 de agosto de 1976.

NORUEGA

— Ata Final da III Reunião de Consulta Aeronáutica com os Países Escandinavos.

Entrada em vigor por troca de notas, em Brasília, a 17 de dezembro de 1976.

PAÍSES BAIXOS

— Ata do Grupo de Trabalho Brasileiro-Holandês para Assuntos de Agricultura.

Entrada em vigor por troca de notas, em Brasília, a 6 de julho de 1976.

— Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido dos Países Baixos.

Concluído em Brasília, a 6 de julho de 1976.

PARAGUAI

— Convênio de Cooperação Técnica sobre Telecomunicações e Serviços Postais.

Concluído em Assunção, a 11 de fevereiro de 1976.

— Convênio sobre Interconexão de Sistemas de Telecomunicações entre a EMBRATEL e a ANTELCO.

Concluído em Assunção, a 11 de fevereiro de 1976.

PERU

— Convênio de Abastecimento a Médio Prazo de Produtos.

Concluído no navio peruano "Ucayali", no Rio Amazonas, na fronteira brasileiro-peruana, a 5 de novembro de 1976.

— Convênio Comercial.

Concluído no navio peruano "Ucayali", no Rio Amazonas, na fronteira brasileiro-peruana, a 5 de novembro de 1976.

— Acordo sobre a Instalação e Funcionamento, na Cidade de São Paulo, de um Escritório da Minero Peru Comercial.

Concluído no navio peruano "Ucayali", no Rio Amazonas, na fronteira brasileiro-peruana, a 5 de novembro de 1976.

— Acordo para Utilização de Estações Costeiras e Navios na Região Amazônica.

Concluído no navio peruano "Ucayali", no Rio Amazonas, na fronteira brasileiro-peruana, a 5 de novembro de 1976.

— Convênio sobre Transportes Fluviais.

Concluído no navio peruano "Ucayali", no Rio Amazonas, na fronteira brasileiro-peruana, a 5 de novembro de 1976.

— Convênio de Assistência Recíproca para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que Produzem Dependência.

Concluído no navio peruano "Ucayali", no Rio Amazonas, na fronteira brasileiro-peruana, a 5 de novembro de 1976.

— Acordo Sanitário para o Meio Tropical.

Concluído no navio peruano "Ucayali", no Rio Amazonas, na fronteira brasileiro-peruana, a 5 de novembro de 1976.

— Acordo para a Constituição de uma Subcomissão Mista Brasileiro-peruana para a Amazônia.

Concluído no navio peruano "Ucayali", no Rio Amazonas, na fronteira brasileiro-peruana, a 5 de novembro de 1976.

— Acordo para a Constituição de um Grupo **ad-hoc** para Estudar o Trânsito de Pessoas e Embarcações na Área Fronteiriça.

Concluído no navio peruano "Ucayali", no Rio Amazonas, na fronteira brasileiro-peruana, por troca de notas, a 5 de novembro de 1976.

— Acordo para o Início das Negociações sobre o Estabelecimento de um Depósito Franco para o Peru em Território Brasileiro.

Concluído no navio peruano "Ucayali", no Rio Amazonas, na fronteira brasileiro-peruana, por troca de notas, a 5 de novembro de 1976.

— Acordo sobre a Implementação Provisória do Governo sobre Transportes Fluviais.

Concluído no navio peruano "Ucayali", no Rio Amazonas, na fronteira brasileiro-peruana, por troca de notas, a 5 de novembro de 1976.

— Acordo para a Constituição de um Grupo Técnico Destinado a Estudar o Estabelecimento de um Sistema de Auxílio à Navegação no Rio Amazonas.

Concluído no navio peruano "Ucayali", no Rio Amazonas, na fronteira brasileiro-peruana, por troca de notas, a 5 de novembro de 1976.

— Acordo sobre as Possibilidades de uma Ação Conjunta de uma Empresa Especial, Destinada a Realizar Atividades no Setor de Telecomunicações e Serviços Postais.

Concluído no navio peruano "Ucayali", no Rio Amazonas, na fronteira brasileiro-peruana, por troca de notas, a 5 de novembro de 1976.

— Acordo sobre as Possibilidades de uma Ação Conjunta de uma Empresa Mineira Especial, destinada a Realizar Atividades no Setor do Cobre.

Concluído no navio peruano "Ucayali", no Rio Amazonas, na fronteira brasileiro-peruana, por troca de notas, a 5 de novembro de 1976.

— Declaração Conjunta.

Firmada em navio peruano "Ucayali", no Rio Amazonas, na fronteira brasileiro-peruana, a 5 de novembro de 1976.

— Ata Final das Negociações Brasileiro-peruanas sobre Assuntos Técnico-econômicos.

Firmada em Iquitos, a 30 de setembro de 1976.

POLÔNIA

— Protocolo de Expansão do Comércio e da Cooperação para os Anos de 1976-1980.

Concluído em Brasília, a 24 de fevereiro de 1976.

— Acordo sobre Transporte Marítimo Brasil-Polônia.

Concluído em Varsóvia, a 26 de novembro de 1976.

SENEGAL

— Cooperação Brasil-Senegal — Programa de Ação para 1976.

Concluído em Brasília, a 24 de março de 1976.

SUÉCIA

— Ata Final da III Reunião de Consulta Aeronáutica com os Países Escandinavos.

Entrada em vigor por troca de notas, em Brasília, a 17 de dezembro de 1976.

SURINAME

— Comunicado Conjunto Brasil-Suriname.

Firmado em Brasília, a 22 de junho de 1976.

— Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname.

Concluído em Brasília, a 22 de junho de 1976.

— Acordo Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname.

Concluído em Brasília, a 22 de junho de 1976.

— Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname.

Concluído em Brasília, a 22 de junho de 1976.

TCHECOSLOVÁQUIA

— Ata Final da VII Reunião da Comissão Mista Brasil-Tchecoslováquia.

Firmada em Praga, a 17 de setembro de 1976.

URUGUAI

— Protocolo de Expansão Comercial.

Entrada em vigor por troca de notas, em Brasília, a 9 de julho de 1976.

— Comunicado Conjunto Brasil-Uruguai.

Firmado em Brasília, a 9 de julho de 1976.

VENEZUELA

— Acordo sobre Radioamadorismo.

Concluído em Caracas, por troca de notas, a 6 de abril de 1976.

B — ATOS BILATERAIS APROVADOS PELO LEGISLATIVO, OU RATIFICADOS OU PROMULGADOS EM 1976.

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

— Acordo para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos Sobre a Renda e o Capital e Protocolo Anexo.

Concluído em Bonn, a 27 de junho de 1975.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 92, de 5 de novembro de 1975.

Ratificado a 30 de dezembro de 1975.

Instrumentos trocados em Brasília, a 30 de dezembro de 1975.

Promulgado pelo Decreto n.º 76.988, de 6 de janeiro de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 7 de janeiro de 1976.

— Troca de Notas Interpretativas do Acordo Destinado a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos Sobre a Renda e o Capital, de 27 de junho de 1975.

Concluída em Brasília, a 30 de dezembro de 1975.

Publicada no Diário Oficial de 15 de janeiro de 1976.

— Ajuste Complementar de Cooperação Técnica sobre Cooperação entre as Universidades de Freiburg e Curitiba, no Campo do Desenvolvimento Florestal.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 21 de janeiro de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 3 de fevereiro de 1976.

— Ajuste Complementar de Cooperação Técnica sobre a Cooperativa Agro-pecuária Petrópolis, Rio Grande do Sul.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 21 de janeiro de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 3 de fevereiro de 1976.

— Ajuste Complementar de Cooperação Técnica sobre o Plano Integrado da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 21 de janeiro de 1976.

— Ajuste Complementar de Cooperação Técnica sobre o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU).

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 21 de janeiro de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 3 de fevereiro de 1976.

— Ajuste Complementar de Cooperação Técnica sobre o Centro Tecnológico de Minas Gerais.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 21 de janeiro de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 3 de fevereiro de 1976.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de novembro de 1963, Relativo ao Envio de Perito em Projetos de Cooperação Técnica.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 5 de maio de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 19 de agosto de 1976.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30 de novembro de 1963, Relativo ao Envio de Peritos à Secretaria de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 2 de julho de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 23 de agosto de 1976.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica de 30 de novembro de 1963, Relativo ao Prossegui-

mento de Pesquisas Geológico-geofísicas em Minas Gerais e Espírito Santo.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 2 de julho de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 23 de agosto de 1976.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica de 30 de novembro de 1963, Relativo ao Prosseguimento da Cooperação para a Organização da Escola de Administração Fazendária (ESAF), de Brasília.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 2 de julho de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 24 de agosto de 1976.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica de 30 de novembro de 1963, para a Cooperação entre Professores Brasileiros e Alemães no Campo da Geologia.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 2 de julho de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 19 de agosto de 1976.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica de 30 de novembro de 1963, Relativo à Prorrogação das Atividades do Perito em Laticínios junto à ACAR, Minas Gerais.

Concluído em Brasília por troca de notas, a 2 de julho de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 19 de agosto de 1976.

— Convênio Especial entre Empresas Nucleares Brasileiras S/A (NUCLEBRÁS) e Gesellschaft Für Kernforschung MBH, sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 1.º de outubro de 1976.

Ratificado a 8 de outubro de 1976.

— Convênio Especial entre a Diretoria de Hidrografia e Navegação, do Rio de Janeiro, e o Instituto para Ciências do Mar, de Kiel.

Concluído em Brasília, por troca de notas, 1.º de outubro de 1976.

Ratificado a 8 de outubro de 1976.

— Adendo ao Convênio Especial assinado em 24 de julho de 1974 entre o então Conselho Nacional de Pesquisas e o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 1.º de outubro de 1976.

Ratificado a 8 de outubro de 1976

REPÚBLCIA DEMOCRÁTICA ALEMÃ

— Convênio sobre Transporte Marítimo.

Concluído em Brasília, a 23 de julho de 1976.
Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 294, de 30 de novembro de 1976.

ARÁBIA SAUDITA

— Acordo de Cooperação Econômica e Técnica.

Concluído em Jeddah, a 2 de abril de 1975.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 87, de 24 de outubro de 1975.

Ratificado pelo Brasil a 2 de dezembro de 1975.

Instrumentos trocados em Jeddah, a 5 de maio de 1976.

Promulgado pelo Decreto n.º 77.737, de 1.º de junho de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 2 de junho de 1976.

ARGÉLIA

— Acordo sobre Transporte e Navegação Marítima.
Concluído em Brasília, a 13 de abril de 1976.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 86, de 1.º de dezembro de 1976.

ARGENTINA

— Acordo sobre a Extensão do Acordo para Evitar a Dupla Tributação sobre os Lucros Provenientes do Transporte Marítimo e Aéreo, de 21 de junho de 1949.

Concluído em Buenos Aires, por troca de notas, a 4 de fevereiro de 1975.

Publicado no Diário Oficial de 18 de junho de 1976.

ÁUSTRIA

— Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos Sobre a Renda e Sobre o Capital.

Concluída em Viena, a 24 de maio de 1975.

Aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 95, de 10 de novembro de 1975.

Ratificada a 2 de dezembro de 1975.

Instrumentos trocados a 1.º de julho de 1976.

Promulgada pelo Decreto n.º 78.107, de 22 de julho de 1976.

Publicada no Diário Oficial de 23 de julho de 1976.

BANGLADESH

— Acordo de Comércio.

Concluído em Brasília, a 13 de fevereiro de 1976.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 52, de 3 de junho de 1976.

Notas para entrada em vigor trocadas em Daca e datadas de 16 de junho e 19 de julho de 1976.

Promulgado pelo Decreto n.º 78.348, de 31 de agosto de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 1.º de setembro de 1976.

BOLIVIA

— Acordo Complementar Relativo ao Programa de Assistência Técnica do Instituto Brasileiro de Administração Municipal à Alcaidia de La Paz.

Concluído em La Paz, por troca de notas, a 20 de setembro de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 25 de outubro de 1976.

— Acordo entre a Bolívia e o Brasil Destinado a Ampliar a Lista de Vantagens Não Extensivas Deste Último, no âmbito da ALALC. Concluído a 7 de maio de 1976, em Montevidéu.

Promulgado pelo Decreto n.º 77.626, de 17 de abril de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 18 de maio de 1976.

CANADA

— Acordo de Cooperação Técnica.

Concluído em Brasília, a 2 de abril de 1975.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 82, de 30 de setembro de 1975.

Ratificado a 17 de outubro de 1975.

Instrumentos trocados a 6 de janeiro de 1976, em Ottawa.

Promulgado pelo Decreto n.º 77.088, de 27 de janeiro de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 28 de janeiro de 1976.

CHILE

— Acordo para Evitar a Bitributação da Renda Decorrente do Transporte Marítimo e Aéreo.

Concluído em Santiago, por troca de notas, a 17 de junho de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 13 de agosto de 1976.

COLÔMBIA

— Acordo de Cooperação Sanitária para a Região Amazônica.

Concluído em Bogotá, a 10 de março de 1972.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 65, de 31 de outubro de 1972.

Ratificado a 20 de novembro de 1972.

Instrumentos trocados em Brasília, a 18 de junho de 1976.

Promulgado pelo Decreto n.º 78.016, de 12 de julho de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 13 de julho de 1976.

— Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos.

Concluído em Bogotá, a 20 de junho de 1973.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 72, de 3 de dezembro de 1973.

Instrumentos trocados em Brasília, a 18 de junho de 1976.

Promulgado pelo Decreto n.º 78.017, de 12 de julho de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 13 de julho de 1976.

— Acordo para a Prospecção de Carvão Coqueificável na Colômbia e a Viabilidade Técnica, Econômica e Jurídica de Sua Exploração e Comercialização.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 18 de junho de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 18 de agosto de 1976.

— Acordo Relativo a uma Recíproca Autorização para que os Radioamadores Licenciados em um País Possam Operar Suas Estações no Outro País.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 18 de junho de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 23 de agosto de 1976.

COVEITE

— Acordo de Cooperação.

Concluído em Brasília, a 25 de março de 1975.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 91, de 5 de novembro de 1975.

Ratificado a 2 de dezembro de 1975.

Instrumentos trocados no Coveite, a 10 de fevereiro de 1976.

Promulgado pelo Decreto n.º 77.283, de 11 de março de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 12 de março de 1976.

ESPANHA

— Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos Sobre a Renda.

Concluído em Brasília, a 14 de novembro de 1974.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 62, de 7 de agosto de 1975.

Ratificado a 18 de setembro de 1975.

Instrumentos trocados em Madri, a 3 de dezembro de 1975.

Promulgado pelo Decreto n.º 76.975, de 2 de janeiro de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 5 de janeiro de 1976.

— Ajuste Complementar ao Acordo Complementar de Cooperação Técnica no Campo da Irrigação e da Luta Contra as Secas.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 23 de fevereiro de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 4 de fevereiro de 1976.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

— Acordo sobre Pesca de Camarão.

Concluído em Brasília, a 14 de março de 1976.

Entrou em vigor, por troca de notas de 25 de fevereiro e 22 de março de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 17 de setembro de 1976.

— Acordo sobre Comércio de Têxteis de Algodão.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 22 de abril de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 19 de agosto de 1976.

— Acordo sobre Comércio de Fibras Artificiais.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 22 de abril de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 9 de junho de 1976.

FRANÇA

— Acordo Marítimo.

Concluído em Paris, a 24 de outubro de 1975.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 15, de 23 de abril de 1976.

Promulgado pelo Decreto n.º 77.639, de 18 de maio de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 20 de maio de 1976.

GABÃO

— Acordo de Cooperação Científica e Técnica.

Concluído em Brasília, a 14 de outubro de 1975.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 45, de 28 de maio de 1976.

— Acordo de Cooperação Cultural.

Concluído em Brasília, a 14 de outubro de 1975.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 47, de 14 de maio de 1976.

GRÉCIA

— Acordo de Comércio.

Concluído em Brasília, a 9 de junho de 1975.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 94, de 10 de novembro de 1975.

Ratificado a 2 de dezembro de 1975.

Instrumentos trocados em 2 de julho de 1976.

Promulgado pelo Decreto n.º 78.228, de 12 de agosto de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 13 de agosto de 1976.

GUATEMALA

— Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica.

Concluído em Brasília, a 16 de junho de 1976.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 77, de 11 de outubro de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 13 de outubro de 1976.

GUIANA

— Ata Final da I Reunião da Comissão Mista Brasileiro-guianense de Cooperação Econômica.

Firmada em Georgetown, a 24 de agosto de 1973.

Publicada no Diário Oficial de 12 de agosto de 1976.

— Ata de Comissão Mista Brasileiro-guianense.

Firmada em Brasília, por troca de notas, a 13 de julho de 1976.

Concluído em Brasília, a 11 de junho de 1976.

HONDURAS

— Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica.

Concluído em Brasília, a 11 de junho de 1976.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 76, de 11 de outubro de 1976.

JAPÃO

— Protocolo que Modifica e Complementa a Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos Sobre Rendimentos.

Concluído em Tóquio, a 23 de março de 1976.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 69, de 14 de setembro de 1976.

— Acordo sobre o Protocolo que Modifica e Complementa a Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre Rendimentos.

Concluído em Tóquio, por troca de notas, a 23 de março de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 13 de setembro de 1976.

JORDÂNIA

— Acordo sobre Transportes Aéreos.

Concluído em Brasília, a 5 de novembro de 1975.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 38, de 14 de maio de 1976.

Promulgado pelo Decreto n.º 78.229, de 12 de agosto de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 13 de agosto de 1976.

MÉXICO

— Convênio de Cooperação Turística.

Concluído em Brasília, a 24 de julho de 1974.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 88, de 27 de novembro de 1974.

Promulgado pelo Decreto n.º 76.987, de 6 de janeiro de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 7 de janeiro de 1976.

— Acordo Relativo à Criação dos Comitês Permanentes da Comissão Mista Brasil-México.

Concluído na Cidade do México, a 17 de março de 1976.

Notas trocadas em 2 de julho de 1976.

PAÍSES BAIXOS

— Ata do Grupo de Trabalho Brasileiro-Holandês para Assuntos de Agricultura.

Concluído em Brasília, por troca de notas, a 6 de julho de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 18 de agosto de 1976.

— Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo da República

Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido dos Países Baixos.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 82, de 29 de outubro de 1976.

PARAGUAI

— Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai.

Concluído em Assunção, a 4 de dezembro de 1975.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 30, de 30 de abril de 1976.

Ratificado a 25 de maio de 1976.

Instrumentos trocados em Brasília, a 26 de maio de 1976.

Promulgado pelo Decreto n.º 77.879, de 22 de junho de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 23 de junho de 1976.

— Protocolo Adicional ao Tratado de Limites de 21 de maio de 1927, entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai.

Concluído em Assunção, a 4 de dezembro de 1975.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 34, de 7 de maio de 1976.

Ratificado a 25 de maio de 1976.

Instrumentos trocados em Brasília, a 26 de maio de 1976.

Promulgado pelo Decreto n.º 77.881, de 22 de junho de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 23 de junho de 1976.

PERU

— Acordo de Intercâmbio Cultural.

Concluído em Lima, a 14 de julho de 1973.
Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 79, de 5 de dezembro de 1973.

Ratificado pelo Brasil a 25 de outubro de 1976.

Instrumentos trocados a bordo do navio peruano "Ucayali" no Rio Amazonas, na fronteira brasileiro-peruana a 5 de novembro de 1976.

Promulgado pelo Decreto n.º 78.836, de 25 de novembro de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 26 de novembro de 1976.

— Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica.

Concluído em Brasília, a 8 de outubro de 1975.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 46, de 28 de maio de 1976.

Promulgado pelo Decreto n.º 78.801, de 23 de novembro de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 24 de novembro de 1976.

— Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos da República Federativa do Brasil e da República do Peru.

Concluído em Lima, a 7 de novembro de 1975.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 39, de 17 de maio de 1976.

Promulgado pelo Decreto n.º 78.802, de 23 de novembro de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 24 de novembro de 1976.

— Convênio de Cooperação Turística.

Concluído em Lima, a 7 de novembro de 1975.

Aprovado pelo Decreto n.º 78.850, de 29 de novembro de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 30 de novembro de 1976.

— Acordo para a Constituição de um Grupo **Ad-Hoc** para Estudar o Trânsito de Pessoas e Embarcações na Área Fronteiriça.

Concluído no navio peruano "Ucayali", no Rio Amazonas, na fronteira brasileiro-peruana, a 5 de novembro de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 3 de dezembro de 1976.

— Acordo para o Início das Negociações sobre o Estabelecimento de um Depósito Franco para o Peru em Território Brasileiro.

Concluído a bordo do navio peruano "Ucayali", no Rio Amazonas, na fronteira brasileiro-peruana, por troca de notas, a 5 de novembro de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 3 de dezembro de 1976.

— Acordo sobre a Implementação Provisória do Convênio sobre Transportes Fluviais.

Concluído a bordo do navio peruano "Ucayali", no Rio Amazonas, na fronteira brasileiro-peruana, por troca de notas, a 5 de novembro de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 3 de dezembro de 1976.

— Acordo para a Constituição de um Grupo Técnico Destinado a Estudar o Estabelecimento de um Sistema de Auxílio à Navegação no Rio Amazonas.

Concluído a bordo do navio peruano "Ucayali", no Rio Amazonas, na fronteira brasileiro-peruana, por troca de notas, a 5 de novembro de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 3 de dezembro de 1976.

— Acordo para a Constituição de uma Comissão Bilateral para Estudar a Cooperação no Setor de Telecomunicações e Serviços Postais.

Concluído a bordo do navio peruano "Ucayali", no Rio Amazonas, na fronteira brasileiro-peruana, por troca de notas, a 5 de novembro de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 3 de dezembro de 1976.

— Acordo sobre as possibilidades de uma Ação Conjunta de uma Empresa Mineira Especial, Destinada a Realizar Atividades no Setor do Cobre.

Concluído a bordo do navio peruano "Ucayali", no rio Amazonas, na fronteira brasileiro-peruana, por troca de notas, a 5 de novembro de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 3 de dezembro de 1976.

ROMÊNIA

— Convênio sobre Transporte Marítimo.

Concluído em Brasília, a 5 de junho de 1975.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 67, de 3 de setembro de 1976.

— Acordo de Comércio e Pagamentos.

Concluído em Brasília, a 5 de junho de 1975.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 84, de 30 de novembro de 1976.

SUÉCIA

— Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Imposto Sobre a Renda.

Concluída em Brasília, a 25 de abril de 1975.

Aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 93, de 5 de novembro de 1975.

Ratificada a 2 de dezembro de 1975.

Instrumentos trocados em Estocolmo, a 29 de dezembro de 1975.

Promulgada pelo Decreto n.º 77.053, de 19 de janeiro de 1976.

Publicada no Diário Oficial de 20 de janeiro de 1976.

Retificada no Diário Oficial de 26 de janeiro de 1976.

SURINAME

— Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio.

Concluído em Brasília, a 22 de junho de 1976.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 71, de 24 de setembro de 1976.

— Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica.

Concluído em Brasília, a 22 de junho de 1976.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 75, de 30 de setembro de 1976.

Entrada em vigor, por troca de notas de 1.º de outubro e 1.º de novembro de 1976.

Promulgado pelo Decreto n.º 78.803, de 23 de novembro de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 24 de novembro de 1976.

— Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio.

Concluído em Rivera, a 12 de junho de 1975.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 67, de 22 de agosto de 1975.

Instrumentos trocados a 9 de julho de 1976.

Promulgado pelo Decreto n.º 78.158, de 2 de agosto de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 3 de agosto de 1976.

— Protocolo de Expansão Comercial.

Concluído em Rivera, a 12 de junho de 1975.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 67, de 22 de agosto de 1975.

Promulgado pelo Decreto n.º 78.195, de 4 de agosto de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 6 de agosto de 1976.

— Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica.

Concluído em Rivera, a 12 de junho de 1975.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 76, de 8 de setembro de 1975.

Notas trocadas em 9 de julho de 1976.

Promulgado pelo Decreto n.º 78.159, de 2 de agosto de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 3 de agosto de 1976.

— Convênio sobre Transporte Marítimo.

Concluído em Rivera, a 12 de junho de 1975.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 78, de 11 de setembro de 1976.

Instrumentos trocados a 9 de julho de 1976.

— Convênio sobre Transporte Fluvial e Lacustre.

Concluído em Rivera, a 12 de junho de 1975.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 68, de 22 de agosto de 1975.

Instrumentos trocados a 9 de julho de 1976.

Promulgado pelo Decreto n.º 78.422, de 21 de setembro de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 22 de setembro de 1976.

— Acordo sobre Financiamento para a Construção da Represa de Palmar.

Concluído em Rivera, por troca de notas, a 12 de junho de 1975.

Publicado no Diário Oficial de 23 de julho de 1976.

— Acordo sobre Interconexão Energética.

Concluído em Rivera, por troca de notas, a 12 de junho de 1975.

Publicado no Diário Oficial de 23 de julho de 1976.

— Acordo sobre Financiamento à Triticultura Uruguaia.

Concluído em Rivera, por troca de notas, a 12 de junho de 1975.

Publicado no Diário Oficial de 23 de julho de 1976.

VENEZUELA

— Acordo sobre Radioamadorismo.

Concluído em Caracas, por trocas de notas, a 6 de abril de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 12 de maio de 1976.

— Acordo de Cooperação Técnica e Científica.

Concluído em Brasília, a 28 de fevereiro de 1973.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 33, de 8 de agosto de 1973.

Ratificado a 16 de outubro de 1973.

Instrumentos trocados a 19 de junho de 1976.

Promulgado pelo Decreto n.º 78.081, de 19 de julho de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 20 de julho de 1976.

— Acordo de Cooperação Cultural.

Concluído em Brasília, a 28 de fevereiro de 1973.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 33, de 8 de agosto de 1973.

Ratificado a 16 de outubro de 1973.

Instrumentos trocados a 19 de junho de 1976.

Promulgado pelo Decreto n.º 78.348, de 31 de agosto de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 1.º de setembro de 1976.

— Acordo Comercial.

Concluído em Brasília, a 28 de fevereiro de 1973.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 39, de 22 de agosto de 1973.

Ratificado a 16 de outubro de 1973.

Instrumentos trocados a 19 de junho de 1976.

Promulgado pelo Decreto n.º 78.106, de 22 de julho de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 23 de julho de 1976.

— Convênio de Cooperação Técnica e Apoio à Expansão das Atividades no Brasil do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias.

Concluído em Brasília, a 16 de junho de 1976.

Publicado no Diário Oficial de 23 de julho de 1976.

ADMINISTRAÇÃO

O dinamismo e o escopo da ação diplomática brasileira exigem permanente intensificação de esforços visando a proporcionar o necessário apoio administrativo, no que concerne os recursos humanos, materiais e financeiros.

Em assuntos de pessoal, as atividades na Secretaria de Estado foram marcadas pela implantação das novas normas de organização do Serviço Público, consubstanciadas no Plano de Classificação de Cargos, e pela realização de concurso para Oficial de Chancelaria, havendo ambas as medidas resultado no atendimento mais racional, em termos qualitativos e quantitativos.

A racionalização no aproveitamento de pessoal beneficiou-se, ainda, do impacto favorável das melhorias de condições de vida dos funcionários causados especificamente pelo melhor nível das unidades residenciais.

No exterior, procurou-se atender às necessidades de pessoal das novas Missões Diplomáticas e Repartições Consulares e se contornaram dificuldades de lotação em certos postos. Assim, duas missões médico-odontológicas viajaram a diversos países, onde deram assistência aos funcionários das Missões. Dentro do mesmo espírito, foi implementado o esquema de vinda periódica ao Brasil, a que tem agora direito o servidor diplomático lotado em postos de condições de vida reconhecidamente difíceis. Por outro lado, o atendimento da demanda de pessoal pelos postos

novos se fez paralelamente ao reajuste na lotação de algumas Missões Diplomáticas e Repartições Consulares já existentes.

Na área patrimonial, defrontou-se o Itamaraty com o aumento das pressões de custos vindas do exterior, causadas pela inflação mundial, e com a necessidade de atender à instalação não só de novas Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, mas também das Embaixadas em países onde o nível das relações diplomáticas mantidas com o Brasil justificavam instalações adequadas a situações locais peculiares. Limitações orçamentárias, entretanto, obrigaram a que se combinassem cuidadosamente diferentes critérios para o estabelecimento de prioridades na aplicação dos recursos alocados às dotações "Aquisição e Construção de Imóveis" e "Instalação e Reequipamento".

Ademais, adotaram-se medidas de modernização e racionalização de métodos de trabalho, que permitiram melhor atendimento das necessidades da Secretaria de Estado e maior eficiência na administração das dotações orçamentárias.

Orçamento e Programação Financeira

Os Recursos de capital e outros custeios i.e. a totalidade dos recursos do Itamaraty, afora os destinados a despesas de pessoal, subiram de Cr$ 396.502.000, em 1975, para Cr$ 636.175.000, em 1976, o que representou um acréscimo de 60,4%. Os recursos para pessoal subiram de Cr$ 220.298.000,00 em 1975 para .... Cr$ 347.713.000,00 em 1976, representando um aumento de 57,8%.

Os recursos destinados ao pagamento de contribuições a organismos internacionais e subvenções sociais (incluídos no Orçamento próprio do Ministério das Relações Exteriores e em Encargos Gerais da União) passaram de Cr$ 102.600.000, em 1975, a Cr$ 178.321.000, em 1976 (aumento de 73,8%), permitindo a elaboração de Plano de Pagamentos — integralmente aprovado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República — que

liquidou o restante de contribuições em atraso e a quase totalidade das contribuições devidas em 1976.

O Orçamento do Itamaraty recebeu, portanto, em 1976 — computando-se recursos para pessoal, outros custeios e capital, e contribuições a organismos internacionais, quer em Orçamento próprio, quer em Encargos Gerais da União (sob supervisão da SEPLAN) um total de Cr$ 1.162.209.000, representando um aumento de 61,5% sobre o ano anterior.

Esse aumento incidiu, por outro lado, na participação do MRE no Orçamento da União — Poder Executivo — fazendo-a subir de 1,33% em 1975 para 1,57% em 1976.

Foram solicitados à SEPLAN apenas 5 Créditos Suplementares, dos quais dois foram compensados por recursos próprios do Itamaraty.

Os recursos das dotações "Manutenção de Chancelaria" e "Manutenção de Residência" foram suficientes para prover à subsistência básica de toda a rede diplomática e consular brasileira no exterior, bem como para permitir a abertura de postos novos, sem que o MRE tivesse sido obrigado a solicitar recursos adicionais à SEPLAN.

PATRIMÔNIO

Atividades no exterior

No âmbito da política patrimonial no exterior, foi dado seguimento ao plano, adotado em 1975, de aplicação dos recursos alocados ao item "Aquisição de Imóveis", da dotação "Aquisição

e Construção de Imóveis", tendo por base a aplicação de diferentes critérios para o estabelecimento de prioridades, dos quais resultaram a aquisição, em 1976, dos prédios para a instalação das Chancelarias em Assunção e em Montevidéu.

Após os estudos de ordem técnica, foi considerada indispensável a mudança da Chancelaria em Assunção para outro imóvel, uma vez que o prédio onde se encontra atualmente instalada não apresenta condições de funcionalidade e, sobretudo, de segurança. Sua recuperação, por outro lado, mostrou-se inviável. Nessas condições, foi adquirido prédio situado em zona central da cidade, com cerca de 1.600 m², que aliava às condições básicas exigidas a possibilidade de adaptação de suas instalações às necessidades de uma Chancelaria. Para os trabalhos de reforma foi elaborado projeto pelos setores competentes da Secretaria de Estado e, em dezembro de 1976, realizada a licitação para a escolha da firma responsável pelas obras, com a qual já foi assinado o respectivo contrato.

Construída no mesmo terreno onde se encontra instalada a Residência, a atual Chancelaria em Montevidéu, embora tenha sido objeto de vários acréscimos, ressentia-se da falta de espaço para abrigar adequadamente a totalidade dos serviços da Embaixada. Estudos realizados demonstraram a inviabilidade de uma nova ampliação horizontal, uma vez que traria sérios prejuízos à Residência. Por outro lado, a estrutura do prédio não comportaria a construção de mais um andar. Nessas condições, tornou-se imperativa a mudança da Chancelaria para outro imóvel. Foi, então providenciada a compra de um prédio situado em zona central da cidade, edificado em terreno de 850 m², com três andares e aproximadamente 1.100 m² de área construída e situado a cerca de 50 metros da atual residência. Por suas características, o referido imóvel é perfeitamente adaptável às exigências da Chancelaria.

No exercício de 1976, foram destinados recursos do item "Construção de Imóvel" à edificação da Chancelaria em Buenos Aires, os quais foram empregados na elaboração do anteprojeto e nos trabalhos iniciais do projeto definitivo, com a assessoria de um

escritório local. Deu-se início, por outro lado, às obras de construção de parte do projeto correspondente aos pavimentos subterrâneos.

Utilizaram-se, igualmente, recursos dessa dotação para a construção da Residência em Guiné-Bissau ora em fase de conclusão.

Cumpre ainda mencionar que foram realizados os estudos preliminares para a elaboração do projeto de construção da Chancelaria e da Residência do Consulado em Puerto Presidente Stroessner, a serem edificadas nos dois terrenos adquiridos pelo Governo brasileiro em 1975.

Ainda com recursos alocados ao item "Construção de Imóveis", foram autorizados créditos para a realização de obras de reforma e recuperação em 23 próprios nacionais, obras essas destinadas, sobretudo, a atender a requisitos indispensáveis de segurança.

À conta dos recursos concedidos à dotação "Instalação e Reequipamento" foram instaladas as Embaixadas em Libreville (Chancelaria e Residência), Maputo e Paramaribo; o Consulado em São Francisco, e os Vice-Consulados em Caiena, Bridgetown, Encarnación e Praia.

Com o objetivo de instalar suas sedes em locais condignos e funcionais, durante o exercício de 1976 foram autorizadas as mudanças para novos prédios das Embaixadas em Bagdá (Chancelaria), Cairo (Residência, Camberra (Chancelaria), Lisboa (Chancelaria), Ottawa (Chancelaria) e Túnis Residência); dos Consulados em Nova York, Düsseldorf, Genebra e Liverpool e do Vice-Consulado em Mello.

Ainda com recursos da dotação "Instalação e Reequipamento" foi dado prosseguimento ao plano de fornecimento aos postos de material padronizado de fabricação nacional. Paralelamente, procedeu-se à modificação no sistema de pagamento do material, que passou a ser feito diretamente pelos postos mediante ordem de pagamento através do Banco do Brasil em Nova York

em favor da firma no Brasil. A adoção de tal sistemática obviou dificuldades decorrentes da modalidade de cobrança bancária à vista, anteriormente adotada, que não permitia à Secretaria de Estado exercer o perfeito controle sobre o recebimento em boa ordem do material exportado.

Em cumprimento à determinação de assegurar o fornecimento aos postos e à Secretaria de Estado de material de expediente padronizado exclusivamente de fabricação nacional, foram realizados estudos com vistas a substituir a Casa Harrison de Londres, por firmas brasileiras, e tomadas as providências necessárias à realização de licitação, ocorrida em dezembro, em Brasília, com vistas à seleção das firmas encarregadas da produção e fornecimento ao Ministério das Relações Exteriores do referido material. O contrato com a Casa Harrison foi encerrado em 31 de dezembro e a entrada em funcionamento do novo sistema está prevista para março de 1977, encerrando-se, assim, o fornecimento de material de expediente estrangeiro ao Itamaraty.

Atividades na Secretaria de Estado

Os recursos financeiros em cruzeiros para a administração do patrimônio elevaram-se de Cr$ 7.542.000 em 1973 para .... Cr$ 57.592.907 em 1976, o que exigiu uma completa reformulação dos métodos de trabalho.

Foram adotadas várias medidas referentes a pessoal, instalações e equipamentos com vistas à maior racionalização do trabalho. O serviço de emissão de empenhos foi mecanizado. O número de tomadas de preço aumentou de 1 em 1974 para 60 em 1976, o que permitiu maior eficiência e economia na aquisição de material. Essas providências, entre outras, permitiram que praticamente toda a verba fosse utilizada e as necessidades da Secretaria de Estado supridas de maneira satisfatória.

Procedeu-se à reestruturação do Almoxarifado dotando-o, inclusive, de um sistema mecanizado de controle das fichas contábeis

de entrada e saída de material, o que permitiu um controle mais rápido e preciso do estoque.

Foram realizadas obras de conservação e manutenção no prédio do Ministério e na residência oficial do Ministro de Estado. Dentre os trabalhos realizados no prédio do Ministério, mencionem-se a construção de três caixas-fortes no subsolo para segurança de documentos e algumas obras preparatórias da construção do Anexo. Essas obras, feitas em ritmo acelerado, consistiram na demolição de parte da garagem e oficinas atrás do Bloco Administrativo e reinstalação dessas oficinas no subsolo do mesmo Bloco. Dentre as obras de maior importância cumpre ressaltar a instalação do Instituto Rio Branco no Bloco Administrativo.

Finalmente, foram realizados trabalhos de recuperação do prédio do ERERIO, assim como a construção de uma caixa-forte no aeroporto do Rio de Janeiro, para ser utilizada pelo serviço de malas diplomáticas.

Construção do anexo e de moradias funcionais

Durante o ano de 1976, melhoraram sensivelmente as condições de habitação dos Secretários, obtendo-se apartamentos, na Super Quadra Sul 207. Também em 1976, os alunos do Instituto Rio-Branco foram alojados em apartamentos igualmente recém-construídos. Essas medidas propiciaram, ademais, uma melhoria relativa das condições de habitação dos funcionários administrativos, através de um remanejamento gradual das unidades vacantes para os servidores removidos do exterior para a Secretaria de Estado.

Em 26 de março de 1976, foi aberta e julgada a licitação para a construção de blocos de apartamentos na SQS 213, perfazendo um total de 144 unidades, destinados aos funcionários da Carreira de Diplomata. A vencedora foi a firma MECON — Minas Moderna Engenharia e Comércio S/A — e a construção foi iniciada de imediato.

Durante o ano de 1976 foram concluídos os projetos de cálculo estrutural e de arquitetura do edifício anexo ao conjunto arquitetônico do Itamaraty, que contará com dois subsolos, um pavimento térreo e dois andares superiores, interligando-se com o Bloco Administrativo através de uma passarela suspensa sobre a via S-2. O edifício contará com cerca de 27 mil metros quadrados e abrigará, entre outras, todas as unidades do Departamento de Comunicações de Documentação e do Instituto Rio Branco.

O projeto de arquitetura e projetos complementares são de autoria do escritório do arquiteto Oscar Niemeyer. Também prosseguiram os estudos que visam à elaboração dos projetos de instalações hidráulicas e elétricas.

Por seu turno, deu-se continuidade aos estudos internos de elaboração de projetos de ocupação do edifício.

Em dezembro de 1976, foi julgada pelo DASP a licitação para as obras de edificação do prédio, tendo saído vencedora a Construtora Stecca Ltda. com proposta no valor de Cr$ 54.125.000. Em fins do mesmo mês, foram iniciados os trabalhos de marcação da obra e construção do canteiro de obras.

PESSOAL

Consolidação das reformas do sistema central de pessoal

O Plano de Classificação de Cargos teve sua implantação no Itamaraty virtualmente ultimada em 1976, com a publicação do Decreto n.º 77.462, de 20 de abril de 1976. Com este ato, que transformou os cargos dos funcionários que concorreram ao Plano como Clientela Secundária e Geral, foram incluídos no Plano os

últimos servidores do Ministério, após processo seletivo. Situações pendentes e retificações que se faziam necessárias foram ainda analisadas, tendo sido encaminhadas em 1976 para sua formalização.

Ainda sob a égide do Plano e observada a dinâmica da demanda de pessoal, foram executados estudos de reformulação setorial de lotação. Conseqüentemente, foi estruturada a composição de pessoal de unidades administrativas criadas no curso do ano, bem como implantados ou reformulados Grupos especiais, como o de Técnico em Planejamento e o de Direção e Assessoramento Superiores.

O Decreto-lei n.º 1.445, de 13 de fevereiro de 1976, possibilitou a inclusão dos aposentados, ainda não transpostos ou transformados, no Plano de Classificação de Cargos. Foram realizados os levantamentos necessários, assegurando-se a esses servidores, ainda no terceiro trimestre de 1976, o pagamento reajustado de seus proventos. Completaram-se, assim, também na esfera dos aposentados do Ministério, os princípios reformuladores do Plano.

Ampliação das medidas de apoio administrativo

A demanda quantitativa e qualitativa de recursos humanos cresceu acentuadamente em 1976.

Para fazer face a essa contingência, realizou-se em 1976 concurso público para Oficial de Chancelaria, com a colaboração do DASP. A elaboração do programa e a execução do concurso tiveram por objetivo primordial recrutar força de trabalho que atendesse às variadas atividades que recaem sobre essa categoria funcional, tanto na Secretaria de Estado como no exterior.

Homologado o resultado do Concurso e não obstante as medidas condicionantes ao ingresso no Serviço Público, baixadas pelo Decreto n.º 78.120, de 26 de julho de 1976, foi possível definir as necessidades de pessoal do Ministério, adequando-se a

respectiva despesa aos limites máximos de expansão permitidos, e promover, ainda em 1976, a admissão de duzentos Oficiais de Chancelaria. A fim de assegurar uma maior eficiência inicial foram esses Oficiais de Chancelaria submetidos a um adequado programa de treinamento.

A reformulação da rede consular no exterior e o fortalecimento da estrutura de pessoal das Missões diplomáticas determinaram uma intensificação da movimentação de pessoal.

Dentro de um sistema racional de lotação de certos postos de condições especialmente adversas, o ano de 1976 permitiu a entrada em vigor do esquema da vinda periódica ao Brasil, prevista na Lei n.º 5.809, de 1972, e regulamentada pelo Decreto n.º 76.931, de 1975.

Modernização e racionalização internas

Além da reformulação imediata de vários procedimentos internos, sobretudo no campo da circulação, do registro e da recuperação de informações, foram levadas adiante as medidas de reestruturação do sistema global de pessoal. Adjudicou-se, em 1976, a uma empresa consultora, selecionada em processo de licitação, a tarefa de elaboração de um projeto sobre a estrutura da Divisão do Pessoal e sobretudo do seu aspecto operacional, projeto esse que já teve suas linhas básicas estabelecidas. Através do equilíbrio entre processos convencionais e eletrônicos poder-se-á assegurar níveis crescentes de racionalização, de segurança e de eficiência, recorrendo-se a mais amplo uso de sistemas parciais de controle.

O sistema de acompanhamento da execução orçamentária da despesa de pessoal foi aperfeiçoado em 1976, permitindo que, não obstante as novas restrições financeiras, houvesse disponibilidade, nos elementos orçamentários adequados, de recursos necessários para executá-la.

As modificações nos princípios legais introduzidas no serviço público, essencialmente no relativo aos servidores do Itamaraty, levaram a que se desenvolvesse esforço de compilação das normas de natureza pessoal, resultando disso a atualização, levada a efeito em 1976, do Tomo I — Administrativo, Livro 4 — Pessoal — do Manual de Serviço.

Após os necessários estudos e providências, mandou-se à Africa a primeira missão com a incumbência de prestar apoio médico-odontológico aos funcionários, e familiares, das Missões diplomáticas em Angola, Costa do Marfim, Gabão, Guiné-Bissau, Kenya, Moçambique, Nigéria, Senegal e Zaire.

COMUNICAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO

SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Rotinas de Trabalho

Durante o ano de 1976, implantaram-se programas que visam não só a reduzir o volume de documentos arquivados, mas também a utilizar técnicas modernas para obter melhor qualidade de serviços no que se refere à ordenação e recuperação da informação.

A implantação dessas técnicas objetiva ainda, a modificação de rotinas para permitir a utilização futura de um sistema computadorizado.

Treinamento de Pessoal

A fim de dotar o Quadro de Pessoal do Itamaraty de funcionários com conhecimentos nas áreas de informática, microfilmagem e arquivística, promoveu-se a participação de alguns de seus elementos, previamente selecionados, em diversos cursos especializados.

Microfilmagem

Em 1976, iniciou seus trabalhos regulares a Seção de Microfilmagens, inaugurada em dezembro de 1975, tendo-se procedido à filmagem de toda a série de telegramas recebidos e expedidos das Embaixadas nos anos de 1974 e 1975, além de outras tarefas, tais como a microfilmagem dos inventários patrimoniais e de bibliotecas de Repartições no exterior, cartões-autógrafos, e a preparação para microfilmagem de toda a série de Circulares Postais, Instruções de Serviço e Textos de Serviço. Foram igualmente microfilmados todos os Boletins Diários e de Serviço e as guias de Malas Diplomáticas.

Ainda em 1976, foi equipada toda a rede de postos no exterior com leitoras de microfichas, já que se iniciará, em 1977, a remessa, sob forma de microfichas, de uma série de publicações regulares e volumosas.

Encontra-se também em andamento a revisão e ordenação dos arquivos da área consular e jurídica, segundo métodos e técnicas da arquivística moderna.

Elaborou-se novo Manual de Classificação da Correspondência, o que permitirá eliminar incorreções do antigo Manual e, sobretudo, aprimorar o padrão da classificação. O Índice Alfabético de Distribuição e Classificação da Correspondência, elaborado dentro de técnicas modernas de indexação, veio permitir a localização imediata e correta dos assuntos no Manual de Classificação e possibilitar a indicação de distribuição adequada ao expediente. Além de contribuir para agilizar o trabalho do classificador, o Índice veio atualizar o antigo Manual de Distribuição da Correspondência, datado de 1973, para adaptá-lo às modificações sofridas pela Secretaria de Estado, tanto em sua estrutura quanto na atribuição de competências de seus órgãos.

Integração computador-microfilme

Para facilitar os serviços da área consular, procedeu-se à Consolidação de informações relativas, entre outros temas, a vistos,

passaportes, listas de bens e certidões, arquivadas por ordem alfabética de nome. Esta documentação está sendo ordenada para microfilmagem, e implantada em computador. Para a efetivação de tal programa, que está sendo realizado pela **CAEEB**, foram utilizados recursos alocados pelo convênio ITAMARATY/SEMOR.

Listagem Nominal de Controle Consular — LNCC

Em 1976, introduziu-se a Listagem Nominal de Controle Consular (LNCC), que engloba, em ordem alfabética de nome, informações individuais sobre perda e extravio de passaportes, repatriações e casos previstos em lei sobre expulsão, perda de nacionalidade brasileira, etc. A LNCC possibilitou a eliminação dos fichários nominais existentes nas Repartições no exterior para controle das ocorrências acima relacionadas, o que permitiu uma apreciável economia de recursos materiais e humanos.

Transmissões internacionais

Observou-se, em 1976, a estabilização do volume de mensagens telegráficas trocadas entre a Secretaria de Estado e as Repartições no exterior, que se situou na média de 1.000 por dia útil.

No segundo ano de existência, o Projeto de Modernização do Sistema de Comunicações do Ministério das Relações Exteriores entrou em fase final de implantação. Modernizou-se o equipamento, com vistas a atender às necessidades atuais e, ao mesmo tempo, adequá-lo à configuração final do Projeto.

Foi concluída a fase de estudos técnicos de comutação e distribuição de mensagens, para sua distribuição automática a todas as unidades do Ministério das Relações Exteriores. O modelo do sistema foi satisfatoriamente experimentado.

Foram aprofundados os entendimentos para expandir a contratação de serviços de centros públicos de comutação automática

de mensagens, tanto no Brasil (Embratel) como no exterior, com vistas ao uso mais racional, em termos de segurança e economia, de vias de comunicação alternadas.

Concluiu-se, no início do ano, a reforma das instalações físicas, com o aproveitamento integral do cabo privativo de 100 pares telegráficos, o que eliminou interferências da rede pública local no sistema de comunicações do Ministério das Relações Exteriores.

No canal de voz com os Estados Unidos da América, completou-se a configuração prevista, com a operação do sistema de **fac-simile** no segundo semestre do ano.

Foram elaborados e encaminhados ao órgão competente da Administração Federal os estudos preliminares à criação do quadro de especialistas e à realização do processo de seleção do pessoal necessário à manutenção, operação e assistência técnica do Projeto de Modernização do Sistema de Comunicações.

Documentação Diplomática

Em 1976 procedeu-se a uma redistribuição das responsabilidades referentes à documentação diplomática, agrupado, por um lado, o Arquivo Histórico, a Biblioteca Histórica, a Iconografia e a Mapoteca Histórica, sediados no Rio de Janeiro, e, na Secretaria de Estado, a Biblioteca e a Mapoteca correntes. Em todos estes setores, continuou a desenvolver-se o programa iniciado em 1974 tendente à melhoria das instalações físicas e à dinamização das pesquisas.

As aquisições de livros e material não-periódico ascendeu a 2.408 obras, enquanto que foram assinados e recebidos 710 periódicos nacionais e estrangeiros. A parte reservada à ONU apresentou importante índice de crescimento, pois foi responsável por 640 adições.

Continuaram a ser editados os três boletins: **Informe, Aquisições e Referência de Periódicos.**

Comunicações e Documentação

O ano de 1976 foi marcado pela implementação das alterações efetivadas formalmente na estrutura do Departamento de Comunicações e Documentação no final de 1975 (Portaria n.º 425, de 23/12/75) e pelo prosseguimento do estudo, desenvolvimento e implementação dos quatro projetos de sua responsabilidade.

Foram instaladas as novas sub-unidades e intensificou-se o trabalho de levantamento de rotinas, estudos e diagnósticos, segundo modernos critérios de organização e métodos, na área de documentação e informações, para o que se continuou a utilizar os recursos humanos e materiais postos à disposição do Itamaraty pela Secretaria de Modernização e Reforma Administrativa (SEMOR), através do Convênio celebrado em 24 de março de 1975.

Correspondência Postal — Malas Diplomáticas

Procedeu-se à elaboração de um plano de modernização dos serviços de correspondência postal do Itamaraty, que inclui a mecanização completa do sistema. Buscou-se, particularmente, agilizar a preparação dos expedientes e o funcionamento do serviço de malas diplomáticas entre a Secretaria de Estado e as Repartições no exterior.

Divulgação Documental

Em 1976, verificou-se uma expansão sensível das atividades de elaboração e distribuição de documentos de interesse para a realização e o conhecimento da política exterior do país. Foram publicados 4 números da "Resenha de Política Exterior do Brasil", com tiragem de 3.500 exemplares cada, vários periódicos informativos de natureza bibliográfica e administrativa; "Leituras Especiais", de distribuição interna do Instituto Rio Branco; listas de referência produzidas pelos setores competentes do Ministério,

bem como diversas publicações de interesse profissional oriundas de diferentes áreas, tais como o Anuário da Ordem do Rio Branco, o Anuário de 1974 do MRE e documento sobre a VIII Conferência de Chanceleres da Bacia do Prata.

Foram projetadas e tiveram início as obras de instalação definitiva do parque gráfico do Itamaraty, o que permitirá a edição de parte das publicações ora confiadas a terceiros, com sensível economia de custos.

CERIMONIAL

Em 1976, o Senhor Presidente da República realizou três viagens de Estado ao exterior. Além dessas viagens presidenciais à França, Inglaterra e Japão, e os encontros com os Presidentes do Paraguai e Peru, em Presidente Prudente e Tabatinga, um grande número de dignatários estrangeiros foram recebidos, em visita oficial, no Brasil. Visitaram nosso país os Primeiros Ministros do Suriname e de Portugal, os Ministros das Relações Exteriores da França, Estados Unidos da América, Honduras, Paraguai, Guatemala, Colômbia, Uruguai e República Cooperativa da Guiana. Foram recebidos também oficialmente o Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos e o Diretor-Geral da UNESCO. Cabe, ainda, mencionar os eventos sociais e os arranjos protocolares da VIII Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, cujo encontro se deu no Palácio do Itamaraty, entre 7 e 11 de dezembro.

No decorrer do ano de 1976, organizaram-se 40 eventos sociais e protocolares para o recebimento de Comissões Mistas, altos funcionários estrangeiros e suas comitivas e diretores de Organismos Internacionais que vieram a Brasília para reuniões oficiais com o Governo brasileiro.

Esteve também no Brasil nesse período o Senhor Kekkonen, Presidente da Finlândia, em viagem particular, tendo-lhe sido preparado programa de recreação, no Alto Araguaia.

Na parte relativa à assistência ao Corpo Diplomático estrangeiro, em Brasília, os itens mais importantes foram a consolidação das regras relativas à aquisição de automóveis nacionais, regras essas que beneficiaram igualmente os peritos dos Organismos Internacionais e aqueles amparados por acordos bilaterais de cooperação técnica, e a obtenção da isenção do imposto único sobre energia elétrica para as Missões diplomáticas estrangeiras, na base da reciprocidade. Assegurou-se, ainda, em princípio, a isenção do imposto sobre gasolina para as Missões diplomáticas e os Consulados de carreira e seus funcionários para todo o território nacional, a vigorar a partir de 1977.

Foi publicada uma Lista Diplomática com tiragem de 800 exemplares, utilizando o processo de folhas soltas, substituíveis quando houver modificações específicas na lotação de determinada Missão.

Obteve-se uma sala especial no Aeroporto Internacional de Brasília, que, redecorada pelo Itamaraty, servirá para recepção de altos dignitários estrangeiros e dos Chefes de Missão sediados em Brasília.

Pela primeira vez, desde a fundação da Ordem, o Anuário da Ordem de Rio Branco foi editado, com uma tiragem de 2.000 exemplares.

Preparou-se, igualmente, para publicação o anuário da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

SETOR DE ASSUNTOS GERAIS

Visitas de Chefes de Missão aos Estados e Territórios

Foram realizadas 143 visitas oficiais de Chefes de Missões Diplomáticas acreditados no Brasil aos Estados e Territórios.

Navios de Guerra Estrangeiros

28 navios de guerra ou estatais estrangeiros escalaram em portos brasileiros.

Autorização para Aquisição de Imóveis

Dois imóveis foram adquiridos pela Embaixada do Japão.

Visitas Presidenciais

Visita do Presidente da República à França, de 26 a 28 de abril.

Visita do Presidente da República à Grã-Bretanha, de 4 a 7 de maio.

Visita do Presidente da República ao Japão, de 15 a 20 de setembro.

Encontro presidencial do Presidente da República Federativa do Brasil e do Presidente do Peru, na linha de fronteira Brasil-Peru, no Rio Solimões, nos dias 4 e 5 de novembro.

Visitas ao Brasil

Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, Senhor Alejandro Orfila, no dia 15 de janeiro.

Ministro dos Negócios Estrangeiros da França e Senhor Jean Sauvargnargues, no dia 29 de janeiro.

Secretário de Estado dos Estados Unidos, Henry Alfred Kissinger, no dia 19 de fevereiro.

Diretor-Geral da UNESCO, Senhor Amadou Mahtar M'Bow, no dia 23 de fevereiro.

Ministro das Relações Exteriores de Honduras, Senhor Roberto Perdomo Paredes, no dia 10 de maio.

Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Senhor Alberto Nogués, no dia 26 de maio.

Ministro das Relações Exteriores da Guatemala, Senhor Adolfo Molina Orantes, no dia 16 de junho.

Ministro das Relações Exteriores da Colômbia, Senhor Indalécio Liévano Aguirre, no dia 18 de junho.

Primeiro-Ministro da República do Suriname, Senhor Henck Alfonsus Eugene Arron, de 21 a 23 de junho.

Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Senhor Juan Carlos Blacon, de 8 a 10 de julho.

Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Justiça da Guiana, Senhor Frederick R. Wills, de 11 a 15 de julho.

Ministro dos Negócios Estrangeiros do Alto Volta, Senhor Alfred Kabore, de 13 a 15 de outubro.

Primeiro-Ministro de Portugal, Mário Soares, de 15 a 21 de dezembro.

Cerimônias

Comemorações do "Dia do Diplomata", com a presença do Senhor Presidente da República, no dia 20 de abril. As comemorações constaram de entrega das insígnias e diplomas correspondentes aos agraciados com a Ordem do Rio Branco, entrega de diplomas aos formandos da Turma de 1975 e coquetel oferecido aos formandos de 1975 e 1976 e seus convidados. E, finalmente, um almoço para ambas as turmas com a presença do Presidente da República.

Concerto da Orquestra Sinfônica Brasileira e jantar com a presença do Presidente da República, em comemoração à Independência, no dia 7 de setembro.

Almoços

Senador Jacob Keppel Javits, membro da Comissão de Relações Exteriores do Senado Norte-americano, dia 7 de janeiro.

Senhor Edward Rowlands, Subsecretário das Relações Exteriores da Grã-Bretanha, dia 9 de janeiro.

Embaixador Alejandro Orfila, Secretário-Geral da OEA, dia 15 de janeiro.

Senhor Darcy Duarte de Siqueira, Ministro de Estado, Diretor-Geral do DASP, dia 19 de janeiro.

Ministro Ruben Antonio Vela, Encarregado de Negócios, a.i. da Argentina (despedida), dia 20 de janeiro.

Conselheiro S.O. Ogundele, Encarregado de Negócios, a.i. da Nigéria (despedida), dia 21 de janeiro.

Deputado Adolphus Benedict Tolbert, filho do Presidente da Libéria, dia 28 de janeiro.

Senhor Raymund Barre, Ministro do Comércio Exterior da França, dia 30 de janeiro.

Embaixatriz Lise Marie Sauvagnargues, dia 30 de janeiro.

O Senhor Enrique Peñalosa, Secretário-Geral do Habitat (O.N.U.) dia 12 de janeiro.

Missão de Trinidad e Tobago para conversações sobre empreendimentos conjuntos no campo da pesca, dia 17 de fevereiro.

Senhor Henry A. Kissinger, Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, dia 20 de fevereiro.

Grupo de jornalistas alemães, dia 23 de fevereiro.

Sir Michael Palliser, Subsecretário dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, dia 24 de fevereiro.

Embaixador da África do Sul e Senhora Abraham Jacobus François Viljoen (despedida), dia 25 de fevereiro.

Senhor P. Chisupa, Ministro das Minas e Energia de Zâmbia, dia 9 de março.

Embaixador da Guiana e Senhora Simeon Neville Selman (despedida), dia 16 de março.

Senhor Srivastava, Secretário-Geral da IMCO, dia 17 de março.

Senhor Michel Guy, Ministro de Estado da Cultura da França, dia 22 de março.

Senhor Ministro do Desenvolvimento Industrial e do Meio Ambiente do Senegal e Senhora Louis Alexandrine, dia 23 de março.

Missão da Guiné-Bissau, dia 24 de março.

Senhor Herman Anzola Jimenez, Vice-Ministro de Minas da Venezuela, dia 25 de março.

Embaixador da Colômbia e Senhora Victor G. Ricardo (despedida), dia 25 de março.

Senhor Etemad, Vice-Primeiro-Ministro e Presidente da Organização Iraniana de Energia Atômica, dia 30 de março.

Embaixador do Egito e Senhora Hussein Ibrahim Cherif (despedida), dia 8 de abril.

Grupo Precursor da Viagem Presidencial à Europa, dia 10 de abril.

Senhor Asal B. Idzumbuir, Embaixador do Zaire (despedida, dia 12 de abril.

Embaixador do Panamá e Senhora Jorge Emilio Castro Bendiburg (despedida), dia 13 de abril.

"Dia do Diplomata", com a presença do Senhor Presidente da República, dia 20 de abril.

Senhor Robert Guyer, Subsecretário-Geral para Assuntos Especiais da ONU, dia 22 de abril.

Senhor János Beck, Embaixador da Hungria (despedida), dia 28 de abril.

Senhor Ch. Defares, Diretor-Geral do Escritório Central de Importações do Suriname, dia 10 de maio.

Senhor Helly Tineo, Diretor-Geral da CORDEPLAN da Venezuela, dia 24 de maio.

Senhor Alberto Nogués, Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, dia 26 de maio.

Estagiários da Escola Superior de Guerra, dia 8 de junho.

Embaixador da Argentina e Senhora Jorge Emilio Casal (despedida), dia 15 de junho.

Missão do Gabão, dia 15 de junho.

Senhor Adolfo Molina Orantes, Ministro das Relações Exteriores da Guatemala, dia 16 de junho.

Senhor Indalécio Liévano Aguirre, Ministro das Relações Exteriores da Colômbia, dia 18 de junho.

Senhor Henck Alfonsus Eugene Arron, Primeiro Ministro do Suriname, dia 22 de junho.

Embaixador Mirko Ostojio, Chefe do Departamento da América Latina e Caribe do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Iugoslávia, dia 23 de junho.

Embaixador do Canadá e Senhora Barry Connell Steers (despedida), dia 28 de junho.

Senhor Jonkheer Leopold van Ufford, Embaixador dos Países-Baixos (despedida) dia 6 de julho.

Senhor Hanoutchehr Eghbal, Presidente da Companhia Nacional Iraniana de Petróleo (NIOC), dia 13 de julho.

Embaixador de Gana e Senhora Kofi Baah Aidoo (despedida), dia 15 de julho.

Senhor Professor Amadeu Cury, Ex-Reitor da Universidade de Brasília, dia 19 de julho.

Senhor Mustafa Kamal, Embaixador de Bangladesh (despedida), dia 20 de julho.

Missão do Conselho da ONU para a Namíbia, dia 20 de julho.

Delegação do Paraguai à 29.º Conferência da Comissão de Limites e Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai, dia 21 de julho.

Senhor Jean Claude André, Embaixador do Haiti (despedida), dia 22 de julho.

Senhor Embaixador da Tchecoslováquia e Senhora Pavel Bojar (despedida), dia 23 de julho.

Senhor Embaixador da Tailândia e Senhora Arsh Boongrapu (despedida), dia 3 de agosto.

Senhor Samuel W. Lewis, Secretário de Estado Assistente para Organismos Internacionais dos Estados Unidos da América, dia 4 de agosto.

Senhor Embaixador do Equador e Senhora Alfredo Luna Togar (despedida), dia 12 de agosto.

Membros do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, dia 18 de agosto.

Embaixador da Itália e Senhora Carlo Enrico Giglioli (despedida), dia 27 de agosto.

Embaixador da Turquia e Senhora Veysel Versan (despedida), dia 9 de setembro.

Senhor Mordekhai Shneerson, Embaixador de Israel (despedida), dia 14 de setembro.

Grupo Brasil-Estados Unidos para Ciência e Tecnologia, dia 16 de setembro.

Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica, dia 30 de setembro.

Senhor Alfred Kabore, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Alto

Volta, dia 14 de outubro.

Senhor Surendra Jain, Vice-Presidente do BIT, dia 15 de outubro.

Comissão Mista da Fronteira Brasil-Peru, dia 22 de outubro.

Senhor Paul Gerin-Lajoie, Presidente da CIDA, dia 4 de novembro.

Senhor Honové Polneau, Secretário-Geral dos Negócios Estrangeiros da Costa do Marfim, dia 12 de novembro.

Missão Japonesa de Tecnologia Industrial, dia 16 de novembro.

Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica, dia 23 de novembro.

Embaixador da Suíça e Senhora Emil A. Stadelhofer (despedida), dia 25 de novembro.

Embaixador do Marrocos e Senhora Aissa Benchekroun (despedida), dia 30 de novembro.

Delegados à VII Reunião dos Chanceleres da Bacia do Prata, dia 7 de dezembro.

Embaixador da Bolívia e Senhora Marcelo Terceros Banzer (despedida), dia 10 de dezembro.

Senhor Rassem Raslan, Encarregado de Negócios da Síria (despedida), dia 13 de dezembro.

Representantes da ALALC, dia 14 de dezembro.

Senhor Mario Soares, Primeiro-Ministro de Portugal, dia 16 de dezembro.

Comissão Nacional de Itaipu, dia 17 de dezembro.

Jantares

Senhor Alejandro Orfila, Secretário-Geral da OEA, dia 14 de janeiro.

Ministro dos Negócios Estrangeiros da França e Senhora Jean Sauvagnargues, dia 28 de janeiro.

Senhor Henry Kissinger, Secretário de Estado Norte-Americano, dia 19 de janeiro.

Diretor-Geral da UNESCO e Senhora Amadou Mahtar M'Bow, dia 23 de janeiro.

Senhor Roberto Perdomo Paredes, Ministro de Estado das Relações Exteriores de Honduras, dia 10 de junho.

Senhor Ministro das Relações Exteriores do Uruguai e Senhora Juan Carlos Blanco, dia 10 de agosto.

Senhor Frederick R. Wills, Ministro das Relações Exteriores da República Cooperativa da Guiana, dia 12 de julho.

Senhor Primeiro-Ministro de Portugal e Senhora Mário Soares, dia 15 de dezembro.

Coquetéis

Dia Mundial de Combate à Discriminação Racial, dia 22 de março.

Exposição dos Premiados da BIENAL de São Paulo, dia 26 de janeiro.

Sessão Solene Comemorativa do Sesquicentenário do Congresso Anfictiônico do Panamá, dia 21 de junho.

Missão Comercial da Nigéria, dia 7 de julho.

Senhor Ricardo Guilhermo Castañeda Cornejo, Subsecretário das Relações Exteriores de El Salvador, dia 21 de julho.

Comissão Mista Brasil-México, dia 26 de agosto.

Seminário sobre Exportação de Serviços, dia 19 de outubro.

Grupo de Trabalho sobre Recursos Hídricos e Outros Recursos Naturais da Bacia do Prata, dia 8 de novembro.

Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica, dia 24 de novembro.

Recepções

Senhor Primeiro Ministro da República do Suriname, dia 21 de junho.

Senhor Jayme Moncaio, Secretário Permanente do SELA, dia 20 de agosto.

Concerto da Orquestra Sinfônica da Universidade de São Paulo e recepção, por ocasião do 7 de setembro, com a presença do Senhor Presidente da República.

Delegados à VIII Reunião dos Chanceleres da Bacia do Prata, dia 8 de dezembro.

Cartas Credenciais Acreditando Chefes de Missões Brasileiras

— Senhor Rodolpho Godoy de Souza Dantas, no caráter de Embaixador Extraordinária e Plenipotenciário junto ao Governo da República Popular de Angola.

— Senhor João Luiz Areias Netto, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da República Gabonesa.

— Senhor Sizínio Pontes Nogueira, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da República da Bolívia.

— Senhor Cláudio Garcia de Souza, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da Nação Argentina.

— Senhor João Baptista Pinheiro, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo dos Estados Unidos da América.

— Senhor Ronald Leslie Moraes Small, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da República Popular de Moçambique.

— Senhor Carlos dos Santos Veras, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da República Unida da Tanzânia.

— Senhor Carlos dos Santos Veras, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da República de Uganda.

— Senhor Nestor Luiz Fernandes Barros dos Santos Lima, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da República do Suriname.

— Senhor Carlos Fernando Leckie Lobo, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da República de Malta.

— Senhor Miguel Paulo José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da República de Chipre.

— Senhor Marcos Antonio de Salvo Coimbra, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da República do Alto Volta.

— Senhor Geraldo de Heráclito Lima, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da República Popular do Benin.

— Senhor Ovídio de Andrade Melo, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da Tailândia.

— Senhor Asdrubal Pinto de Ulysséa, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da República Cooperativa da Guiana.

— Senhor Joaquim de Almeida Serra, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da República do Zaire.

— Senhor Ovídio de Andrade Melo, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da República de Cingapura.

Cartas Revocatórias de Chefes de Missões Brasileiras

— Senhor Cláudio Garcia de Souza, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na República da Bolívia.

— Senhor João Baptista Pinheiro, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Nação Argentina.

— Senhor João Augusto de Araújo Castro, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário nos Estados Unidos da América.

— Senhor Franck Henri Teixeira de Mesquisa, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na República de Uganda.

— Senhor Franck Henri Teixeira de Mesquisa, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na República Unida da Tanzânia.

— Senhor Jorge de Oliveira Maia, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Tailândia.

— Senhor Milton Telles Ribeiro, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na República Cooperativa da Guiana.

— Senhor Jorge de Oliveira Maia, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na República de Cingapura.

Credenciais e Revocatórias de Chefes de Missões Estrangeiras

BULGÁRIA

Credencial do Senhor Marin Ivanov.

Revocatória do Senhor Athanas Kalbov.

FILIPINAS

Credencial do Senhor Emilio D. Bejasa.

Revocatória do Senhor Octavio Maloles.

JAPÃO

Credencial do Senhor Kenzo Yoshida.

Revocatória do Senhor Atsushi Uyama.

SURINAME

Credencial do Senhor Iderdew Sewrajsing.

EL SALVADOR

Credencial do Senhor Tenente-Coronel Rigoberto Cartagena Diáz.

Revocatória do Senhor Coronel Oscar Rank Altamirano.

ÁFRICA DO SUL

Credencial do Senhor Johan Frederick Pretorius.

Revocatória do Senhor Abraham Jacobus François Viljoan.

NIGÉRIA

Credencial do Senhor Olajide Alo.

GABÃO

Credencial do Senhor Mocktar Abdoulaye Mbingt.

Revocatória do Senhor Alexis Obame.

ARGENTINA

Credencial do Senhor Oscar Héctor Camilion.

Revocatória do Senhor Jorge Emilio Casal.

COLÔMBIA

Credencial do Senhor Germán Rodriguez Fonnegra.

Revocatória do Senhor Victor G. Ricardo.

SERRA LEOA

Credencial do Senhor Philip Jonathan Gbagu Palmer.

HAITI

Credencial do Senhor Delorme Mehu.

Revocatória do Senhor Jean-Claude Andre.

EGITO

Credencial do Senhor Kamal El-Din Zaki.

Revocatória do Senhor Hussein Ibraim Cherif.

GANA

Credencial do Senhor Vishnu Kofi Wassiamal.

Revocatória do Senhor Kofi Baah Aidoo.

Apresentação de Credenciais de Chefes de Missões Brasileiras

Embaixador Alfredo Teixeira Valladão junto ao Governo dos Países-Baixos, em 23 de março.

Embaixador Murillo Gurgel Valente junto ao Governo do Estado de Catar, em 6 de março.

Embaixador Marcos Antonio de Salvo Coimbra junto ao Governo da República de Serra Leoa, em 27 de abril.

Embaixador Rodolpho Godoy de Souza Dantas junto ao Governo da República Popular de Angola, em 25 de abril.

Embaixador João Baptista Pinheiro junto ao Governo dos Estados Unidos da América, em 22 de junho.

Embaixador Nestor Luiz Fernandes Barros dos Santos Lima junto ao Governo da República do Suriname, em 5 de julho.

Embaixador Ronald Leslie Moraes Small junto ao Governo da República Popular de Moçambique, em 22 de julho.

Embaixador João Luiz Areias Netto junto ao Governo da República Gabonesa, em 31 de julho.

Embaixador Carlos Fernando Leckie Lobo junto ao Governo da República de Malta, em 4 de agosto.

CONDECORAÇÕES

Agraciados com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul

Por ocasião da visita oficial do Senhor Presidente do Paraguai:

No grau de Grã-Cruz	— 12
No grau de Grande-Oficial	— 11
No grau de Comendador	— 13
No grau de Oficial	— 9
No grau de Cavaleiro	— 6

Por ocasião da visita oficial do Senhor Presidente da República à França:

Grande-Colar	— 1
No grau de Grã-Cruz	— 3
No grau de Grande-Oficial	— 7
No grau de Comendador	— 10
No grau de Oficial	— 4
No grau de Cavaleiro	— 4

Por ocasião da visita oficial do Senhor Presidente da República à Grã-Bretanha:

No grau de Grã-Cruz — 4
No grau de Grande-Oficial — 10
No grau de Comendador — 8
No grau de Oficial — 9
No grau de Cavaleiro — 12

Por ocasião do encontro oficial do Presidente da República com o Senhor Presidente do Peru:

Grande-Colar — 1

Por ocasião da visita oficial do Ministro das Relações Exteriores da República de Honduras ao Brasil:

No grau de Grã-Cruz — 1

Por ocasião da visita oficial do Ministro do Comércio, dos Transportes e do Turismo da Mauritânia ao Brasil:

No grau de Grã-Cruz — 1

Por ocasião da visita oficial ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores da Colômbia:

No grau de Grã-Cruz — 1

Por ocasião da visita oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro e Ministro para Assuntos Gerais e Estrangeiros da República do Suriname:

No grau de Grã-Cruz — 1

Por ocasião da visita oficial ao Brasil do Diretor do Protocolo do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai:

No grau de Grã-Cruz — 1

Por ocasião da visita oficial ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República do Alto Volta:

No grau de Grã-Cruz — 1

Por ocasião da visita oficial ao Brasil do Primeiro Ministro do Governo da República Portuguesa:

No grau de Grã-Cruz — 5
No grau de Grande-Oficial — 2
No grau de Comendador — 3

Por reciprocidade, aos membros do Corpo Diplomático estrangeiro:

No grau de Grã-Cruz — 14
No grau de Grande-Oficial — 4
No grau de Comendador — 5
No grau de Oficial — 5
No grau de Cavaleiro — 3

Condecorações outorgadas **ad referendum** do Conselho da Ordem:

— No grau de Comendador, ao Senhor George McEvoy, Diretor da "National Coffee Association", de Nova York.

— No grau de Grã-Cruz, a Sua Alteza Real Don Alfonso de Borbón y Dampierre, Duque de Cádiz, Presidente do Instituto de Cultura Hispânica.

— No grau de Comendador, ao Senhor Jacques Lassaigne, Conservador-Chefe do Museu de Arte Moderna da Cidade de Paris.

— No grau de Oficial, aos Senhores Alain Louis Marcel Mérieux, Presidente e Diretor Geral do Instituto Mérieux; Michel Henry Germanin Galy, Diretor-Geral dos Laboratórios de Medicina Huma-

na da Fundação Mérieux e Jacques Louis Sicart, representante para o Brasil da Fundação Mérieux.

— No grau de Oficial, para o Senhor Taro Takemi, Presidente da Associação Médica do Japão.

Agraciados com a Ordem de Rio Branco

Por ocasião da visita oficial do Senhor Presidente da República ao Paraguai:

No grau de Grã-Cruz	— 5
No grau de Grande-Oficial	— 9
No grau de Comendador	— 7
No grau de Oficial	— 4

Por ocasião da visita oficial do Senhor Presidente da República à França:

No grau de Grã-Cruz	— 11
No grau de Grande-Oficial	— 7
No grau de Comendador	— 17
No grau de Oficial	— 16
No grau de Cavaleiro	— 1

Por ocasião da visita oficial do Senhor Presidente da República à Grã-Bretanha:

No grau de Grande-Oficial	— 3
No grau de Comendador	— 10
No grau de Oficial	— 2
No grau de Cavaleiro	— 8
Medalha	— 60

Por ocasião da visita do Senhor Presidente da República ao Japão:

No grau de Grã-Cruz — 15
No grau de Grande-Oficial — 12
No grau de Comendador — 2
No grau de Oficial — 8
No grau de Cavaleiro — 12

Por ocasião da visita oficial de personalidade do Governo da República da Guiné-Bissau ao Brasil:

No grau de Grã-Cruz — 2
No grau de Grande-Oficial — 1
No grau de Comendador — 1

Por ocasião da visita oficial do Ministro das Relações Exteriores da Guatemala ao Brasil:

No grau de Grã-Cruz — 3

Por ocasião da visita oficial do Ministro das Relações Exteriores da República da Colômbia ao Brasil:

No grau de Grã-Cruz — 1
No grau de Cavaleiro — 1

Por ocasião da visita oficial do Primeiro-Ministro da República do Suriname ao Brasil:

No grau de Grã-Cruz — 4
No grau de Grande-Oficial — 1
No grau de Comendador — 5
No grau de Oficial — 2

Por ocasião da visita oficial do Ministro das Relações Exteriores da República de Honduras ao Brasil:

No grau de Grã-Cruz — 1

No grau de Comendador — 1

Por ocasião da visita oficial do Ministro das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai ao Brasil:

No grau de Grã-Cruz — 1

No grau de Grande-Oficial — 2

No grau de Comendador — 2

No grau de Oficial — 2

Por ocasião da visita oficial do Chefe do Protocolo de Estado da República do Alto Volta ao Brasil:

No grau de Grã-Cruz — 1

Por ocasião da visita oficial do Primeiro Ministro do Governo da República Portuguesa ao Brasil:

No grau de Grã-Cruz — 10

No grau de Grande-Oficial — 9

No grau de Comendador — 12

No grau de Oficial — 2

No grau de Cavaleiro — 2

Foi realizada reunião da Ordem de Rio Branco, sendo admitidas e promovidas várias personalidades, assim destribuídas nos diversos graus:

No Quadro Ordinário:

No grau de Grã-Cruz	—	9	(3 admissões e 6 promoções
No grau de Grande-Oficial	—	7	(3 admissões e 4 promoções)
No grau de Comendador	—	6	(5 admissões e 1 promoção)
No grau de Oficial	—	5	(admissões)
No grau de Cavaleiro	—	2	(admissões)

No Quadro Suplementar:

No grau de Grã-Cruz	—	6	(admissões)
No grau de Grande-Oficial	—	28	(25 admissões e 4 promoções)
No grau de Comendador	—	86	(84 admissões e 2 promoções)
No grau de Oficial	—	138	(admissões)
No grau de Cavaleiro	—	34	(admissões)
Medalhas	—	7	
Insígnias	—	1	

Condecorações Outorgadas Ad Referendum:

— No grau de Oficial, ao Senhor Erasmo de Armas Garcia, antigo Cônsul honorário do Brasil em Santa Cruz de Tenerife.

— No grau de Comendador, ao Senhor Carlos Abella Y Ramallo, Secretário Geral do Instituto de Cultura Hispânica de Madrid.

— No grau de Grã-Cruz, ao Senhor General-de-Divisão Herman Julio Brady Roche, Ministro da Defesa do Chile.

— No grau de Comendador, ao Senhor Luiz Gonzaga Robles, Comissário de Exposições do Instituto de Cultura Hispânica de Madrid.

— Medalhas concedidas a Edna C. Skinner e a James R. Rathbone.

RELAÇÕES COM O CONGRESSO

Além do habitual acompanhamento da tramitação no Congresso de atos internacionais firmados pelo Brasil e da aprovação pelo Senado de novos chefes de Missões diplomáticas, foi prestada assessoria às duas Câmaras e a Parlamentares, em assuntos relacionados com a atividade diplomática. Cabe assinalar a assessoria ao Grupo Brasileiro da União Interparlamentar e do Parlamento Latino-Americano, que compareceu a conferências internacionais, bem como a coordenação de visitas ao Congresso Nacional de Chefes de Estado ou de Governo, de Ministros do Exterior e de personalidades estrangeiras.

Cumpre assinalar a visita, em 11 de agosto, do Ministro de Estado das Relações Exteriores ao Senado Federal, por convite das Comissões de Relações Exteriores das duas Casas, para expor temas relacionados com a política externa brasileira.

Na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados realizaram-se várias reuniões entre parlamentares e altos funcionários do Itamaraty sobre temas de política externa.

MENSAGENS APROVADAS EM 1976 PELO SENADO FEDERAL

MENSAGENS	DIPLOMATA	PAÍS	DATA DA APROVAÇÃO
N.º 35/76	João Cabral de Mello Neto	Guiné	11.03.76
N.º 36/76	João Baptista Pinheiro	Estados Unidos	10.03.76
N.º 41/76	Cláudio Garcia de Souza	Argentina	11.03.76
N.º 44/76	Sizinio Pontes Nogueira	Bolívia	17.03.76
N.º 45/76	João Luiz Areias Neto	Gabão	18.03.76
N.º 46/76	Rodolpho Godoy de Souza Dantas	Angola	18.03.76
N.º 49/76	Nestor Luiz Fernandes Barros dos Santos Lima	Suriname	28.04.76
N.º 51/76	Carlos dos Santos Veras	Tanzânia	25.03.76
N.º 60/76	Carlos Fernando Leckie Lobo	Malta	25.03.76
N.º 68/76	Carlos dos Santos Veras	Uganda	01.04.76
N.º 75/76	Ronald Leslie Moraes Small	Moçambique	25.05.76
N.º 92/76	Arnaldo Vasconcellos	Irlanda	19.05.76
N.º 137/76	Marcos Antônio de Salvo Coimbra	Alto Volta	02.06.76
N.º 163/76	Asdrúbal Pinto de Ulyssea	Guiana	25.06.76
N.º 193/76	Ovídio de Andrade Melo	Tailândia	05.08.76
N.º 224/76	Joaquim de Almeida Serra	Zaire	03.09.76
N.º 296/76	Ronald Leslie Moraes Small	Lesoto	29.10.76
N.º 351/76	Raymundo Nonato Loyola de Castro	Coréia	24.11.76

IMPRENSA

As linhas prioritárias de ação do Itamaraty na área de imprensa em 1976 continuaram a ser a correta apresentação da realidade brasileira à opinião pública internacional e a veiculação adequada pelos meios de comunicação de massa nacionais e estrangeiros das principais iniciativas da política externa brasileira. O Itamaraty em 1976 buscou emprestar maior organicidade à sua atuação nesse campo, mediante a implementação de alguns projetos especiais. Tais projetos visaram basicamente a superar alguns dos empecilhos a um mais eficaz relacionamento com a imprensa, e responderam, também, a necessidades particulares geradas por circunstâncias específicas.

No que se refere ao atendimento cotidiano dos objetivos fundamentais da Chancelaria brasileira em relação à imprensa, valeria mencionar os seguintes subprogramas:

1. atendimento a jornalistas estrangeiros em visita ao Brasil, como convidados oficiais ou não do Governo;

2. aperfeiçoamento da sistemática de análise do noticiário publicado sobre o Brasil na imprensa estrangeira;

3. implementação do convênio assinado em 1975 com a Fundação Padre Anchieta, de São Paulo, com o objetivo de possibilitar o estabelecimento de fluxo regular de intercâmbio de programas de rádio e televisão entre o Brasil e outros países, assim

como a implantação de projetos de aperfeiçoamento de pessoal de teleradiodifusão no Brasil e no exterior;

4. integração do subsistema Itamaraty ao Sistema de Comunicação Social (SCS) criado por Decreto de 1970 e ativado em 1976 através da aprovação de normas de atuação pela Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República.

O volume de trabalho decorrente do atendimento a jornalistas estrangeiros apresentou crescimento da ordem de 45% sobre o registrado em 1975. De fato, elevou-se em 1976 a cento e trinta e oito o número de visitas jornalísticas realizadas ao Brasil, com assistência do Ministério das Relações Exteriores, por representantes da imprensa estrangeira, individualmente (no caso sobretudo de redatores ou fotógrafos) ou em grupos (notadamente equipes cinematográficas ou de televisão). Essas visitas envolvem trabalhos logísticos de complexidade, como a organização de pormenorizados cronogramas de deslocamentos, contatos e entrevistas em pelo menos três cidades diversas, para estadas no Brasil que duram em média de duas a três semanas.

Em 1976, predominaram amplamente, mais uma vez, representantes das imprensas francesa, britânica, estadunidense, alemã-ocidental e japonesa (com 27, 22, 21, 13 e 9 visitantes e ou equipes), numa clara demonstração do interesse jornalístico despertado nesses países tanto pelos eventos ligados às viagens oficiais do Presidente da República à Europa e ao Japão, como por acontecimentos que decorreram da ação diplomática brasileira em 1976 e no período imediatamente anterior, como a assinatura do Memorandum de Entendimento com os Estados Unidos e a conclusão dos acordos de cooperação nuclear com a República Federal da Alemanha. À margem da contribuição positiva dada de forma geral por esses jornalistas à disseminação de informações equilibradas sobre a realidade brasileira, merece especial menção o favorável impacto sobre a opinião pública britânica, francesa e japonesa das entrevistas concedidas pelo Presidente Ernesto Geisel às televisões desses países e transmitidas em horário nobre

na véspera do início de suas visitas oficiais a Londres, Paris e Tóquio.

Procurou-se tornar mais operacional o sistema de coleta e análise do noticiário da imprensa internacional sobre o Brasil, pois a acuidade e agilidade desse sistema constituem premissas de sua eficácia como instrumento de avaliação das prioridades da política de imprensa do Itamaraty, permitindo reorientá-la e fornecendo evidências para a oportuna implementação de operações especiais.

Nesse contexto — e sem perda do ritmo habitual de leitura e catalogação mensal de cerca de 3.500/4.000 recortes de imprensa e súmulas de programas de rádio e televisão sobre o Brasil —, atribuiram-se a algumas Embaixadas, com sede em países cujas imprensas são formadoras de uma opinião pública mais diretamente ligada a nosso país, responsabilidades adicionais no processamento preliminar do noticiário, mediante a remessa via telegráfica de súmulas diárias e através do acompanhamento estatístico do conjunto de notícias publicado a cada mês. Mereceu, igualmente, especial relevo a apreciação anual, pelos postos, do comportamento da imprensa local em relação ao Brasil, propiciando assim um elemento adicional de reflexão para o dimensionamento dos programas de trabalho nessa área de atuação.

Por outro lado, foi desenvolvido em 1976 um levantamento aprofundado dos programas de rádio e televisão disponíveis no acervo da Fundação Padre Anchieta e que poderiam atender à demanda de informações sobre o nosso país identificada pelas Missões diplomáticas e Repartições consulares em áreas prioritárias para a política externa brasileira. Em conseqüência, e nos termos do convênio firmado com aquela Fundação, pôde o Itamaraty, ainda em 1976, iniciar o fortalecimento de material radiofônico e para televisão a Embaixadas do Brasil na África, a fim de lhes permitir, pela primeira vez, dispor de um número razoável de filmes para a televisão e de programas de rádio gravados em fita magnética. Igualmente, verificou-se a factibilidade de ser ampliado a outras áreas geográficas esse fornecimento experi-

mental de programas, mediante, por exemplo, a utilização pelos Centros de Estudos Brasileiros no exterior da série de mais de quarenta adaptações para a televisão de textos selecionados da dramaturgia brasileira contemporânea, existente na filmoteca da Fundação Anchieta. Constatou-se, por fim, a mútua disposição de expandir de forma qualificada essa colaboração mediante a produção de um número limitado de documentários especiais sobre aspectos selecionados da realidade brasileira, que permitam preencher satisfatoriamente vácuos de informação detectados com mais freqüência na América Latina e na África.

Foi particularmente profícua a inserção do Itamaraty no Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo (SCS), cujo órgão central — a Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República — criou em 1976 um corpo de conceitos teóricos e de preceitos práticos de importância para o fornecimento às Missões diplomáticas e Repartições consulares de informações atualizadas sobre aspectos cruciais da ação governamental. Nessa linha de atuação, e em decorrência do trabalho de racionalização das publicações oficiais a que se dedicou em seus primeiros meses o órgão normativo do SCS foi possível reduzir o número de periódicos enviados regularmente aos postos, com sensível melhoria da qualidade e maior pertinência da massa de informações. Registre-se, nesse particular, o apoio prestado pelo órgão central e demais subsistemas do SCS a projetos especiais elaborados com vistas a algumas das visitas presidenciais ao exterior.

Com efeito, o exame crítico do tratamento dispensado pela imprensa do Reino Unido e da França às viagens oficiais do Senhor Presidente da República àqueles países no primeiro semestre de 1976 permitiu caracterizar de forma mais nítida algumas lacunas de informação e uma série de juízos de valor distorcidos sobre a realidade brasileira, cuja correção em regime de urgência passou a ser um dos objetivos a curto prazo do trabalho do Itamaraty junto aos meios de comunicação de massa na Europa Ocidental e também nos Estados Unidos, onde problemas análogos se apresentavam. Ao mesmo tempo, decidiu-se prevenir a

repetição de tal quadro em relação à imprensa japonesa e à de outros países que fossem objeto de futuras visitas presidenciais.

Nesse contexto, foram concebidos e postos em prática dois projetos-piloto, a saber:

a) coleta, seleção, tradução e impressão em japonês e inglês de um conjunto de informações sobre o Brasil para uso exclusivo da imprensa, contendo dados objetivos sobre sistema do governo, história, geografia, política externa, desenvolvimento cultural, científico e tecnológico, e resultados dos programas de ação do Governo, com ênfase no campo social;

b) organização de uma coletânea de informações mais específicas e aprofundadas, em inglês e em francês, sobre os aspectos sociais do desenvolvimento econômico brasileiro, descrevendo os programas governamentais em execução em áreas-chave, como educação, habitação, saúde, previdência social e desenvolvimento urbano e rural.

No que se relaciona ao item **a**, foi atribuída particular importância à elaboração do **press-kit** em japonês, dada a maior premência de tempo e as dificuldades existentes em termos de concepção de textos ajustados às peculiaridades da ótica nipônica e sua adequada tradução. O trabalho final, inteiramente executado no Brasil, pôde ser encaminhado a Tóquio, conforme previsto, algumas semanas antes da chegada da comitiva oficial àquela capital e foi responsável em grande parte — segundo análise feita por empresa de consultoria local — pelo destaque invulgar dado pela impresa japonesa à visita presidencial.

Efetivamente, um levantamento feito tomando por base apenas os meses de agosto e setembro de 1976 revela que cem diferentes jornais nipônicos publicaram um total de vinte e sete suplementos especiais sobre o Brasil e sobre a visita do Senhor Presidente Ernesto Geisel, dos quais dezoito em idioma japonês, oito em inglês e um em espanhol. Além disso, no mesmo bimestre, foram contabilizadas 917 matérias avulsas sobre esses assuntos, das quais 783 em japonês e 134 em inglês. O efeito multiplicador

desse noticiário afigura-se ainda mais incomum quando se leva em conta as enormes tiragens, para os padrões ocidentais, da imprensa japonesa: os 27 suplementos mencionados representaram uma circulação conjunta de trinta e nove milhões de exemplares, enquanto as 917 notícias avulsas atingiram uma difusão global de oitocentos e trinta e seis milhões de cópias. Nos meses de outubro e novembro, subseqüentes à visita presidencial e não incluídos no cômputo acima, constatou-se ainda um aumento significativo da presença de noticiário sobre o Brasil nos meios de comunicação de massa japoneses.

Efeitos similares, dimensionados naturalmente à escala mais reduzida da imprensa peruana, foram obtidos quando do encontro dos Chefes de Estado brasileiro e peruano na fronteira dos dois países, em novembro. Nessa oportunidade, foi distribuída versão em espanhol do material já testado em Tóquio, cujo aproveitamento nos jornais foi também plenamente satisfatório.

À vista desses resultados positivos, e considerando a ocorrência em maior ou menor grau de lacunas informativas sobre o Brasil na imprensa de muitos outros países, foi ultimada em 1976 a tradução para o inglês dos textos constitutivos do **press-kit**, que passou assim a estar disponível em português, espanhol e inglês, o que permitirá a sua distribuição a grande parte dos países que apresentam os maiores índices de interesse sobre temas brasileiros ou de desinformação sobre aspectos relevantes da nossa realidade.

Quanto ao projeto descrito no item **b**, procura ele contrabalançar especificamente os equívocos de interpretação freqüentes na imprensa internacional, sobretudo a européia e a norte-americana, sobre a real dimensão social do desenvolvimento econômico brasileiro. Nessas condições, julgou-se oportuno elaborar e editar publicação austera e informativa que abordasse de frente os principais óbices com que se defronta o Governo para assegurar, simultaneamente ao crescimento da economia como um todo, condições mais favoráveis de vida à população brasileira, median-

te investimentos maciços em setores-chave da infra-estrutura social da nação. A seleção de temas e a abordagem dessa publicação beneficiou-se grandemente dos subsídios propiciados pelo setor de análise da imprensa estrangeira do Itamaraty, cujos quadros de acompanhamento por temas e áreas geográficas orientam a composição final do trabalho. Com os títulos "The Brazilians" e "Les Brésiliens" e tiragem idêntica de vinte e cinco mil exemplares, nos idiomas inglês e francês, a mencionada publicação começou a ser distribuída em dezembro de 1976 e constituirá útil instrumento para a atuação das Missões Diplomáticas e Repartições Consulares brasileiros junto a jornalistas visitantes e redatores especializados dos principais órgãos da imprensa de expressão inglesa e francesa em todo o mundo.

INSTITUTO RIO BRANCO

O ano de 1976 foi marcante na história do Instituto Rio Branco, pois nele se efetivou a sua transferência para a Capital Federal, um dos principais objetivos do Plano de Reforma e Implantação do Instituto, aprovado pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores nos últimos dias de 1975.

Preparadas as instalações e assinado Convênio com a Universidade de Brasília, que permitiria a utilização de professores da UnB, foi iniciado em janeiro o trabalho preparatório da mudança, cuja primeira etapa teve lugar em abril, com início das aulas do Primeiro Ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Nos meses seguintes foram transferidos a Secretaria, o Arquivo recente e a Seção Financeira, de modo que, ao encerrar-se o ano permaneciam no Rio de Janeiro apenas o Arquivo antigo e parte do acervo de biblioteca, bem como um Centro Regional de Inscrições, nos moldes dos outros Centros que o Instituto mantém em várias capitais estaduais.

No segundo semestre foram ampliadas as instalações, de modo a possibilitar a sua ocupação pelas duas séries do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, a partir de fins de janeiro de 1977.

Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

Instalado em Brasília, pôde o Instituto pela primeira vez realizar o Exame Vestibular para o Curso tendo a Capital Federal como

centro de operações. Foi o Exame precedido de esforço invulgar de divulgação, alcançando-se um número de candidatos, quinhentos, jamais atingido. Retornou-se, em 1976, ao sistema de duas línguas obrigatórias — inglês e francês —, embora apenas uma delas fosse considerada eliminatória. Vinte candidatos foram assim selecionados, para o ano letivo de 1977.

Dentro deste esforço de divulgação, indispensável para assegurar um fluxo adequado de candidatos, em termos numéricos e qualitativos, o Instituto editou um Guia de Estudo, buscando assistir em particular os candidatos de fora dos grandes centros, onde as condições objetivas para o estudo exigido são mais difíceis.

Com o mesmo propósito, foram criados dois novos Centros Regionais de Inscrição — em Curitiba e em Fortaleza —, elevando-se o seu número total a oito — Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

Concurso de Provas para Ingresso na Carreira de Diplomata

Em agosto foi anunciado — pela primeira vez com um ano de antecipação — novo Concurso de Provas para ingresso direto na Carreira de Diplomata, para o período de agosto e setembro de 1977. O Concurso de Provas de 1977 obedece a novo padrão, exigindo dos candidatos diploma de curso superior. O Instituto editou também um "Guia de Estudo" para o Concurso de Provas.

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD)

Aproveitou-se a oportunidade da transferência para dar início a um processo intenso de reforma no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Sem prejuízo do conteúdo acadêmico do Curso, reforçou-se o seu conteúdo profissionalizante incluindo disciplinas como Organização e Métodos de Trabalho do MRE, Comunicação Profissional, Serviço Diplomático, Serviço Consular, Promoção Comercial. Com o mesmo objetivo foi criada a função de

Orientador (Conselheiros e Primeiros-Secretários lotados na Secretaria de Estado —, que mantêm encontros regulares com pequenos grupos de alunos, com o objetivo de prepará-los para o exercício da profissão. Da mesma forma, foram programados estágios nas diferentes áreas do Ministério das Relações Exteriores, de modo a propiciar aos alunos do CPCD um contato direto com o trabalho que após o Curso serão chamados a executar.

Outro aspecto importante da reforma foi a criação das "Línguas Complementares". Até aqui, o estudo de línguas no CPCD se limitava ao inglês e ao francês — que continuam a constituir os dois idiomas estrangeiros básicos do Curso. Em 1976 passou a ser exigido dos alunos que escolhessem uma terceira língua, para estudo complementar. Inicialmente foram oferecidos os seguintes idiomas: espanhol, alemão, russo e árabe. Em 1977 haverá modificação dessa oferta, e assim cada ano, de forma a que, ao longo do tempo, sejam formados contingentes de diplomatas com conhecimento básico de um certo número de idiomas de importância complementar nas relações internacionais.

Em 1976, pela primeira vez, o CPCD abriu suas portas a bolsistas estrangeiros, em programa que tem a maior importância, pois semeará germes de boa vontade e de familiaridade com o Brasil, nos Serviços Diplomáticos de países em desenvolvimento. Graças a Convênio assinado, em fevereiro, com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, foi possível iniciar em 1976 tal programa, com o recebimento de três bolsistas: dois de Costa do Marfim e um do Equador. No curso do ano foram feitas gestões junto às Chancelarias de vários países, com o propósito de recrutar bolsistas estrangeiros para o ano de 1977 em número mais elevado, havendo sido fixado a quota de sete bolsistas.

Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas

Com recursos de outro Convênio assinado com a SEPLAN, também no mês de fevereiro, foram preparados, durante o ano de

1976, muitos dos textos básicos relativos ao Curso de Altos Estudos (CAE) e ao Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), integrantes de sistema de aperfeiçoamento profissional que está sendo montado.

Além do CPCD, o Instituto promoveu, em 1976, uma série de cursos especiais entre eles de russo, chinês, árabe e informática abertos aos funcionários da Casa.

INSPETORIA-GERAL DE FINANÇAS

Executaram-se em 1976, diversas medidas para que a Inspetoria-Geral de Finanças cumprisse plenamente suas atribuições legais de órgão setorial, no Itamaraty, dos sistemas de administração financeira, de contabilidade e de auditoria da União.

Se o ano anterior havia sido marcado pela extensão das responsabilidades da IGF, cujo campo de ação, com a extinção da Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York, passou a abranger o controle da gestão financeira de todas as unidades do Itamaraty no Brasil e no exterior, a contabilização de todas as despesas e a auditoria de todas as contas, o ano de 1976 permitiu a avaliação dos procedimentos e rotinas empregados de modo a lograr-se seu aperfeiçoamento.

Fato relevante das atividades técnicas em 1976 foi a implantação do Sistema de Controle da Despesa Orçamentária e do Plano de Contas Único em equipamento eletrônico instalado em fins do ano precedente. Assim, com a utilização de mini-computador, a IGF pôde elaborar os balancetes das unidades gestoras de recursos e as demonstrações das contas que os integram, dentro de padrões técnicos acurados.

Particular atenção foi dada à criação de um sistema eficiente de controle patrimonial. O projeto, implantado em sua fase inicial, assegura o registro da entrada, guarda e distribuição à Secretaria de Estado de todo o material de consumo, material permanente

e equipamento adquiridos, assim como a imediata contabilização dos valores correspondentes.

De outra parte, em 1976, iniciou-se a contabilização dos valores constantes dos inventários de bens móveis, feitos por todas as Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, de acordo com nova sistemática.

Foi instituído, em 1976, um setor específico na IGF, que vem assistindo os Ordenadores de Despesas, para que, na elaboração de contratos e convênios, sejam atendidas as disposições legais pertinentes. O acompanhamento dos contratos e convênios, desde ainda a fase da negociação, pela visão global que a LGF tem de toda a Administração Pública, tem assegurado excelentes resultados, inclusive no que concerne a condições contratuais substantivas.

Como órgão de fiscalização financeira e de auditoria, coube à IGF orientar as unidades gestoras no atendimento das normas baixadas pelos Decreto n.os 76.406 e 76.407, de 9 de outubro de 1975, sobre a importação, aquisição ou aluguel de bens de origem externa. Desse modo, o Itamaraty pôde cumprir as disposições daqueles diplomas legais e manter-se estritamente dentro das quotas que, para tanto, lhe foram atribuídas.

Responsável, desde a extinção da Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior, pelo controle e contabilização da renda arrecadada pelo Serviço Consular, a IGF verificou e conferiu, depois de prévio exame pela área responsável, as prestações de contas mensais correspondentes à receita recolhida ao Tesouro Nacional e toda a documentação contábil pertinente.

Ainda no que concerne a renda consular, a IGF participou da elaboração das novas instruções aos postos, baixadas à luz da experiência haurida no ano anterior.

No campo de suas atribuições técnicas específicas é de salientar-se as providências tomadas pela IGF para a regularização da

conta "Diversos Responsáveis" do balancete do Ministério. Resultados altamente satisfatórios caracterizaram essa atuação, de vez que foi, assim, possível reduzir o saldo devedor de .... Cr$ 14.214.933,89 em 1975 para Cr$ 3.391.942,01 em 1976.

Ainda entre as atividades técnicas, é de assinalar-se que, como nos anos precedentes, foram levantadas, auditadas e submetidas ao Tribunal de Contas, estritamente dentro do prazo legal, as tomadas de contas de todos os ordenadores de despesa do Ministério.

Igualmente, cumpre observar que o balanço do Itamaraty, relativo ao exercício de 1975, foi elaborado e apresentado ao Ministério da Fazenda rigorosamente na data determinada pela Presidência da República.

O volume de recursos movimentados sob a responsabilidade da IGF alcançou, em 1976, a cifra global, na despesa, de .... Cr$ 1.427.405.485,65, computadas as contribuições a organismos internacionais e a diferença de câmbio.

Em obediência ao disposto na legislação vigente, a IGF continuou a realizar, no decorrer do ano, inspeções de administração financeira e de contabilidade nas Missões diplomáticas e Repartições consulares.

Como órgão setorial dos sistemas de administração financeira, de contabilidade e de auditoria, a IGF tomou parte em todas as sessões da Comissão de Coordenação das Inspetorias-Gerais de Finanças — INGECOR.

A convite da Secretaria de Orçamento e Finanças da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, uma representação da IGF participou do II Seminário Nacional de Orçamento Público, realizado na cidade de Salvador, em outubro, e fez-se ainda representar no X Congresso Brasileiro de Contabilidade, que teve lugar em Fortaleza no mês de novembro.